

LUÍS ANTONIO GROPPPO
ORGANIZADOR

JORNADAS DE 2013

FORMAÇÃO POLÍTICA, EXPERIÊNCIAS
E TRAJETÓRIAS DE ATIVISTAS
E MILITANTES

JORNADAS DE 2013:

**FORMAÇÃO POLÍTICA, EXPERIÊNCIAS E
TRAJETÓRIAS DE ATIVISTAS E MILITANTES**

**LUÍS ANTONIO GROPPPO
(ORGANIZADOR)**

JORNADAS DE 2013:

**FORMAÇÃO POLÍTICA, EXPERIÊNCIAS E
TRAJETÓRIAS DE ATIVISTAS E MILITANTES**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Luís Antonio Groppo [Org.]

Jornadas de 2013: formação política, experiências e trajetórias de ativistas e militantes. São Carlos: Pedro & João Editores, 2026. 277p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-3208-9 [Digital]

978-65-265-3209-6 [Impresso]

1. Jornadas de 2013. 2. Ciclos de Protesto. 3. Movimentos Sociais. 4. Formação Política. 5. Trajetórias Sociais. I. Título.

CDD – 320

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828

Revisão: Zaira Mahmud

Diagramação: Nicole Cavalcante Duque Gredilha Coelho

Editor: Valdemir Miotello

Diretores executivos: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2026

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
Luís Antonio Groppo	
1. EXPERIÊNCIAS E SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA DE ATIVISTAS E MILITANTES	29
Luís Antonio Groppo, Josefa Alexandrina Silva, Emanoely Ladeira Sigiani, Gislene da Silva, José Daniel Coutinho Silva, Joana Marins Vianna, Fernanda Milan de Carvalho, Mariana Calvi dos Santos	
Metodologia	31
Subjetivação política	35
Ativistas e militantes	39
Indícios da subjetivação política	48
Motivações e significados de 2013	54
Dificuldades e repressão policial	63
O êxito das Jornadas	71
As Jornadas e a subjetivação política	74
2. FORMAÇÃO POLÍTICA E TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE ATIVISTAS E MILITANTES	83
Luís Antonio Groppo, Crisolita Gonçalves dos Santos Costa, Gabriela Lemos dos Santos, Gislene da Silva, Lívia Furtado Borges, Marcelo Rodrigues Conceição, Mariana Calvi dos Santos	
Formação política e trajetórias	85
<i>Formação política</i>	86
<i>Trajetórias sociais</i>	92
<i>Dois tipos ideais de trajetórias políticas</i>	93
Cenários políticos em transformação	96
<i>Cenário 1) 2010-2012: Latência das Jornadas</i>	98
<i>Cenário 2) 2013-2014: Anos de protestos</i>	100
<i>Cenário 3) 2015-2016: Primavera secundarista e golpe parlamentar</i>	102
<i>Cenário 4) 2017-2019: Rumo à extrema-direita</i>	104
<i>Cenário 5) 2020-2023: Pandemia e retorno de Lula</i>	105
Participantes da pesquisa e suas trajetórias políticas	107
<i>Dados socioeconômicos</i>	109
<i>Formação política de ativistas e militantes</i>	125
<i>Atuação política nas Jornadas de 2013</i>	139
<i>Atuação política na atualidade</i>	145
Influências das Jornadas nas trajetórias sociais de ativistas e militantes	152
<i>Trajetórias Escolares</i>	154
<i>Trajetórias profissionais</i>	157
<i>Trajetórias políticas</i>	161

3. JOVENS E MOVIMENTOS DE MORADIA NAS JORNADAS DE 2013	183
Luís Antonio Groppo, Flávia Alves de Sousa, Gislene da Silva	
Movimento socioterritorial, subjetivação política e interseccionalidade	184
Jornadas de 2013 e movimentos de moradia	186
Movimentos de moradia e experiências juvenis durante as Jornadas	192
<i>Fortaleza</i>	193
<i>Rio de Janeiro</i>	197
<i>Belo Horizonte</i>	200
Experiências políticas juvenis	202
4. “MILITAR PARA NÓS, MULHERES NEGRAS, É UMA NECESSIDADE”: PAUTAS DE RESISTÊNCIA E O AQUILOMBAMENTO DE MULHERES NEGRAS NAS JORNADAS DE 2013	211
Gislene da Silva	
Revisão bibliográfica	216
Análise das entrevistas	220
Considerações finais	228
5. REPRESSÃO, JUDICIALIZAÇÃO DE MOVIMENTOS E DEFESA DOS DIREITOS NAS JORNADAS DE 2013	235
Adriana de Almeida, Carusa Gabriela Biliato, Emanuely Ladeira Sigiani, Fernanda Milan de Carvalho, Gabriela Lemos dos Santos, Mariana Calvi dos Santos	
Revisão bibliográfica	237
A repressão policial e seus significados nas experiências de ativistas e militantes	248
A repressão do ponto de vista da apoiadora e do apoiador	254
Análise de jurisprudência	258
<i>Percurso metodológico da pesquisa jurisprudencial</i>	259
<i>Entre a validação da repressão e a garantia de direitos: uma análise dos acórdãos do TJRJ e TJGO</i>	261
Considerações finais	266
APÊNDICE	269
FONTES DE FINANCIAMENTO	273
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	275

INTRODUÇÃO

Luís Antonio Groppo

Investigar as Jornadas de 2013 significou, para mim, um acerto de contas com o principal ciclo de protestos que, até então, ocorreu no Brasil. Eu não tomei parte, efetivamente, das Jornadas, não me sentindo de fato motivado a ir para as ruas, enquanto ouvia minha própria filha adolescente narrar sua fascinação pelo ato do qual participou, parte da multidão seguindo a bateria do Levante Popular da Juventude de um lado, outra parte com cores verde e amarela. Entretanto, desde os primeiros dias, reconhecendo a magnitude dos eventos, coletei material, de matérias na imprensa aos primeiros artigos em periódicos. Em algum momento, pensava, seria a hora de lidar com o mais complexo dos acontecimentos políticos em nosso país no século XXI.

Lembro-me que aquele primeiro material recolhido tinha, em geral, uma interpretação bastante positiva das Jornadas, um olhar generoso sobre o que seria um despertar de novas gerações para a política, novas formas de participação, demandas por outros direitos e o aprofundamento da democracia. Havia, desde já, preocupações entre pessoas mais próximas do Campo Popular, coalizão de partidos e movimentos de esquerda que apoiavam os governos do Partido dos Trabalhadores, já no mandato de Dilma Rousseff. Entretanto, apesar das Jornadas, Dilma se reelege em 2014, ainda que com dificuldades, contando inclusive com o apoio de setores progressistas que eram críticos do Campo Popular, os quais deram início às Jornadas. Posteriormente, entretanto, as grandes manifestações pelo *impeachment* de Dilma em 2015 e 2016, fazendo uso de repertório patriota de protesto já ensaiado em vários atos no mês de junho de 2013, assim como o resultado das eleições presidenciais de 2018, deram margem à tese de que as

Jornadas foram o “ovo da serpente”, responsável por dar origem aos retrocessos políticos dos anos seguintes.

Esta tese destoava não apenas da atmosfera majoritariamente progressista, democrática e otimista que absorvi, então, no calor do acontecimento, dos relatos e primeiras análises das Jornadas, ainda em 2013. Quando fomos perguntar às pessoas que, nas Jornadas, foram ativistas e militantes das organizações e movimentos que convocaram os principais atos, encontramos histórias que quase sempre destoavam da tese do “ovo da serpente”. Entre as 37 entrevistas, apenas 2 avaliaram as Jornadas de forma totalmente negativa, com variações em torno desta tese.

Mais comum foram avaliações positivas, em especial sobre os impactos que 2013 tiveram em suas concepções políticas e suas trajetórias de vida, mesmo quando se reconheceram traumas e dificuldades oriundas da repressão policial e da judicialização dos movimentos. Algumas avaliações foram extremas neste reconhecimento, como a de André Martins (ativista de coletivo autonomista no interior de São Paulo): “Às vezes eu tenho dificuldade de lembrar da minha vida antes de 2013, é como se eu tivesse nascido ou morrido de novo”. Avaliações como essas ajudam a entender o sentido destes impactos, o que é, na verdade, o principal objetivo deste livro.

Este livro apresenta resultados de duas pesquisas nas quais atuei como coordenador. A primeira, “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto”. A segunda, derivada da primeira, “Revoltas pela dignidade: formação política e trajetórias de jovens ativistas e militantes dos anos 2010 em perspectiva comparada – Brasil, Chile e Portugal”.

“Revoltas pela dignidade” se iniciou em abril de 2026 e, em sua fase inicial, tem revisitado as entrevistas com ativistas e militantes da pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”. Este livro faz parte desta revisita, mas, destacadamente, organiza em forma dos capítulos desta obra os principais

resultados da pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

“Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013” se deu entre fevereiro de 2022 e março de 2026. Ela se originou da equipe nacional de pesquisa “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: formação e auto-formação das e dos ocupas”.¹ Esta equipe foi criada no interior do Grupo de Estudos sobre a Juventude da UNIFAL-MG (projeto de extensão coordenado por mim). “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016” tratou de ex-estudantes de Ensino Médio que foram “secundas”, abreviatura de “secundaristas”, como elas e eles se denominaram, em diversas partes do Brasil. Ela deu origem também ao tema da pesquisa sobre as Jornadas, que continua tendo o interesse de conhecer os impactos nas trajetórias de jovens de experiências intensas em movimentos sociais: agora, em vez de adolescentes e ocupações estudantis em 2015 e 2016, jovens ativistas e militantes e as Jornadas de 2013.

A equipe de pesquisa, descrita na Lista 1, envolveu 10 Instituições de Educação Superior (IES). A equipe foi compondo os diversos Grupos de Trabalho (GT) que foram se constituindo, atendendo as tarefas das diversas fases da pesquisa, em especial durante as análises das entrevistas. Para este livro, os resultados de alguns dos GTs foram mais relevantes, dando origem aos textos aqui apresentados: GT Experiências, GT Trajetórias, GT Movimentos Territoriais e GT Violação de Direitos. Os demais GTs produziram artigos e trabalhos em eventos, alguns dos quais é importante destacar, como se faz no Quadro 1.

¹ A página da pesquisa na Internet traz as produções da pesquisa e disponibiliza os dados criados: <https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/equipe/>

Lista 1: Instituições de Educação Superior envolvidas com a Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

UNIFAL-MG – Universidade Federal de Alfenas (sede da pesquisa)
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
USP – Universidade de São Paulo
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UFPA – Universidade Federal do Pará
UVA – Universidade do Vale do Acaraí (Ceará)
UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais – campus Campanha
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade Piracanjuba (Goiás)

Fonte: Pesquisa “Dimensões...”.

Estes GTs, assim como outras atividades da investigação, envolveram 43 pessoas em suas diferentes fases, com diferentes formas de colaboração, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Caracterização das pessoas que colaboraram com a equipe de pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

Caracterização	n.
Docentes da UNIFAL-MG (sede da pesquisa)	5
Docentes, pesquisadoras e pesquisadores de outras IES	12
Estágio de pós-doutoramento voluntário	1
Pesquisadoras com bolsa pela FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais	4
Mestras e mestres pela UNIFAL-MG	5
Mestrandas e mestrando com bolsa em Programas da UNIFAL-MG	3
Bolsistas de Iniciação Científica (IC) em Programas da UNIFAL-MG	10
Bolsistas de IC da UEMG em Programas da FAPEMIG.	3
Total	43

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

A Tabela 1 demonstra a participação de pesquisadoras e pesquisadores, experientes ou em formação, de diversas IES, em 8 diferentes estados do país, ao menos um de cada região. Deste modo, a pesquisa constituiu uma equipe nacional e que não ficou centralizada no Sudeste ou no Sul, onde majoritariamente se produz pesquisa no Brasil, e onde normalmente os olhares das Ciências Humanas tendem a focar. Do ponto de vista dos campos científicos envolvidos, a formação das e dos participantes referenda aquilo que se evidencia nos produtos da pesquisa: a predominância das Ciências Sociais e da Educação, notadamente pelos cruzamentos entre juventude, socialização política e movimentos sociais.

Ainda, a Tabela 1 apresenta a participação de pessoas experientes em pesquisa, como docentes e estagiário de pós-doutorado, ao lado de estudantes em formação inicial na pesquisa – em suas Iniciações Científicas – ou em consolidação – em nível de mestrado. Neste sentido, os dados indicam algo que se viveu de fato durante a pesquisa, ou seja, que ela teve caráter intensamente formativo para tais jovens pesquisadoras e pesquisadores. Tão interessante quanto, no entanto, foi o fato de se ter promovido um diálogo intergeracional de grande proficuidade. Temáticas que este coordenador não se apercebeu de sua grande importância nas Jornadas de 2013 foram trazidas graças à iniciativa de estudantes de Iniciação Científica, que relacionaram a sua própria identidade social com os resultados da investigação: a temática racial e a pauta LGBTQIAPN², que deram origem aos GTs que trataram desses assuntos, conforme Quadro 2.

² Lésbicas, Gays, Transexuais/ Trangêneros/ Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais/ Arromânticos/ Agêneros, Pansexuais/Polissexuais, Não-binários e mais.

Quadro 2: Grupos de Trabalho (GTs) da pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.³

GT	Descrição	Produtos destacados
Revisão Bibliográfica	Análise de produtos (artigos, teses, dissertações, livros e capítulos) que trataram de dimensões educacionais das Jornadas de 2013.	Grosso <i>et al.</i> , 2023a Grosso <i>et al.</i> , 2023b
Pesquisadoras	Realização, interpretação e análise de 18 entrevistas com pesquisadoras e pesquisadores em Ciências Humanas das Jornadas de 2013.	Grosso <i>et al.</i> , 2024 Silva, 2024
Experiências	Interpretação e análise das experiências políticas de ativistas e militantes das Jornadas de 2013, a partir de 37 entrevistas em 7 estados.	Capítulo 1 deste livro
Trajetórias	Interpretação e análise dos impactos das Jornadas nas trajetórias sociais de ativistas e militantes das Jornadas de 2013, a partir de 37 entrevistas em 7 estados.	Capítulo 2 deste livro.
Redes Sociais	Análise de parte da Revisão Bibliográfica sobre as redes sociais da Internet nas Jornadas. Análise das 37 entrevistas com ativistas e militantes a respeito da influência das redes sociais nas Jornadas.	Guimarães <i>et al.</i> , 2025
Ativistas e militantes negras e negros	Análise das 10 entrevistas com ativistas e militantes negras e negros das Jornadas de 2013.	Silva <i>et al.</i> , 2024
Ativistas e militantes LGBTQIAPN+	Análise das 14 entrevistas com ativistas e militantes que são LGBTQIAPN+ das Jornadas de 2013.	Silva, B. et al., 2026
Movimentos territoriais	Análise de 6 entrevistas com ativistas e militantes que atuaram em municípios do interior dos estados em 2013. Análise de 4 entrevistas com ativistas de movimentos territoriais em 2013.	Grosso, Silva, Sousa, 2024 Capítulo 3 deste livro.
Violação de direitos	Análise das entrevistas com 37 ativistas e militantes das Jornadas a respeito da repressão policial e da judicialização dos movimentos. Análise de jurisprudência.	Capítulo 4 deste livro.
Rio de Janeiro	Análise de 7 ativistas e militantes das Jornadas atuantes no Rio de Janeiro.	Silva, 2025.
Pará	Análise de entrevistas com 4 militantes atuantes nas Jornadas e 1 pesquisadora do Pará.	Felizardo Jr., Costa, Silva, 2024.
São Paulo	Análise de 6 entrevistas com ativistas e militantes das Jornadas em São Paulo.	SILVA, J. et al., 2026
Minas Gerais	Análise de 4 entrevistas feitas com ativistas e militantes das Jornadas em Belo Horizonte, Minas Gerais.	Artigo em avaliação.

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

³ Os produtos da Tabela, assim como todos os demais produtos oriundos da pesquisa, podem ser encontrados na página na Internet (<https://www.unifal-mg.edu.br/jornadas2013/>).

A pesquisa teve, como objetivo geral, analisar as dimensões educacionais das Jornadas de 2013, buscando compreender a relação desses protestos com as demandas educacionais e com as experiências escolares de jovens ativistas e militantes, bem como compreender as dimensões formativas dos próprios protestos – ou seja, a formação social e política de jovens suscitada pela participação nas Jornadas de 2013.

Compuseram os objetivos específicos: a) Fazer o levantamento e análise das pautas das Jornadas de 2013 relacionadas à educação (escolar básica, educação superior, formação profissional e outras), considerando o momento ou momentos em que emergiram essas pautas, de quais formas e por quais sujeitos e organizações; b) Analisar as possíveis influências das experiências escolares das e dos participantes – sejam militantes, ativistas ou independentes que aderiram aos protestos – na decisão pelo engajamento, bem como na forma e no sentido desse engajamento; c) Analisar as influências das experiências de participação nas Jornadas na formação social e política, por meio das práticas formativas identificadas e dos aprendizados reconhecidos; d) Refletir sobre as políticas educacionais durante e após as Jornadas de 2013, analisando as suas relações – de aproximação e distanciamento – com as trajetórias escolares de ativistas e militantes e suas experiências de formação política.

O objetivo da pesquisa justificou-se pelo fato de que a Revisão Bibliográfica prévia, durante a construção do projeto de pesquisa, em 2021, constatou que existiam poucas pesquisas e trabalhos acadêmicos abordando as Jornadas a partir de perspectivas educacionais. Também havia poucos trabalhos buscando compreender as ações coletivas de modo mais geral, para além de um determinado local (estado ou mesmo município). Para tanto, primeiro, buscamos aprofundar a pesquisa bibliográfica (realizada em 2022), considerando a educação em sentido amplo, para além dos sistemas formais, incluindo a influência dos meios de comunicação e a socialização política. E, segundo, realizamos, ao longo de 2023, 18 entrevistas com pesquisadoras e pesquisadores

em Ciências Humanas que tinham investigado sobre 2013. A pesquisa bibliográfica e as entrevistas com pesquisadoras e pesquisadores buscaram levantar outros elementos ou dimensões educacionais das Jornadas, que talvez estivessem ocultos.

Entre estes elementos, o que não se destacou nunca durante a pesquisa: o tema das políticas educacionais e, até mesmo, das pautas educacionais nas Jornadas. Ainda que não ausentes, a análise dessas dimensões, a princípio, mais especificamente educacionais – até mesmo, “escolares” – não teve grandes avanços a partir de nossos dados. Pode se concluir, pelas indicações dos dados da pesquisa, que as Jornadas impactaram menos as políticas públicas e muito mais os sujeitos, organizações e repertórios dos movimentos sociais, como se buscará comprovar abaixo.

Os elementos que vieram a se destacar nas primeiras duas etapas da pesquisa indicaram os caminhos da terceira fase da investigação. Elementos: formação política antes e durante os protestos; influências de 2013 nas formas de ativismo, militância e organização; experiências políticas e impactos nas trajetórias escolares, profissionais e políticas de ativistas e militantes.

A terceira etapa, que se deu em 2023 e 2024, realizou 37 entrevistas semiestruturadas, imergindo nas experiências e trajetórias de participantes de organizações e movimentos que realizaram as Jornadas, em sua maioria jovens. Destaca-se que o conjunto de dados, incorporando os das etapas iniciais, permitiram tanto análises por estado (Rio de Janeiro, Pará, São Paulo e Minas Gerais), por tipo de repertório de protesto (como movimentos territoriais), por localização (no interior dos estados), de tipo interseccional (pessoas negras e LGBTQIAPN+) e temáticas (experiências, trajetórias e uso das redes sociais da Internet).⁴

Este livro contém, especialmente, resultados oriundos da terceira etapa da pesquisa, ou seja, as interpretações e análises das 37 entrevistas com participantes das Jornadas de 2013. Elas

⁴ Os dados produzidos da pesquisa também se encontram disponíveis na página da pesquisa na Internet (<https://www.unifal-mg.edu.br/jornadas2013/>).

ocorreram entre setembro de 2023 e junho de 2024, de modo presencial, nos locais e horários indicados por quem concedeu a entrevista, por membros da equipe de pesquisa e transcritas por estudantes com bolsa de Iniciação Científica. A metodologia recebeu a aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da UNIFAL-MG⁵, prevendo que as e os participantes escolhessem pseudônimos e que quaisquer dados que pudessem identificá-los seriam retirados das transcrições e publicações.

As e os participantes desta terceira etapa da pesquisa atuaram em organizações, movimentos e coletivos que convocaram as manifestações em 2013 ou tiveram importante papel nelas. Redes de contatos acadêmicos e políticos que estabelecemos em pesquisas anteriores foram fundamentais para a indicação e o recrutamento destas pessoas. Também contribuíram indicações feitas por pesquisadoras e pesquisadores que entrevistamos na segunda etapa da investigação.

Segundo o projeto, deveríamos entrevistar apenas pessoas que eram jovens em 2013, ou seja, que tinham entre 15 e 29 anos naquele ano e, preferencialmente, estavam na condição estudantil naquele momento. Entretanto, durante as viagens da equipe aos estados onde foram feitas as entrevistas, todas elas de forma presencial, surgiram interessantes indicações de entrevistas de pessoas que, durante as Jornadas, já eram adultas. Consideramos mais interessante aproveitar a oportunidade e entrevistar essas pessoas também.

Deste modo, dentre as 37 entrevistas, 11 foram com pessoas adultas e 26 com jovens. A decisão de acolher pessoas que eram adultas em 2013 permitiu um olhar intergeracional sobre as entrevistas, conhecendo como pessoas adultas participaram de um ciclo de protestos notadamente – mas não exclusivamente – juvenil e estudantil. Entretanto, considerando o objetivo principal da pesquisa, compreender o quanto e como as experiências nas

⁵ Com CAAE de número 68746223.5.0000.5142.

Jornadas influenciaram as trajetórias de vida, as entrevistas com pessoas jovens têm sido as cruciais para a investigação. O quadro 3 apresenta as principais informações sobre estas entrevistas.

Intencional foi diversificar as e os participantes do ponto de vista geográfico – 7 estados em 4 regiões –, político – autonomistas, socialistas, ativistas de movimentos territoriais, independentes e apoiadoras –, racial – ao menos uma pessoa negra em cada estado – e de gênero. O número de militantes socialistas acabou sendo maior, justamente, dada as características de nossas redes apoiadoras, mais próximas de instituições tradicionais, como universidades, partidos e sindicatos. Também não tivemos tanto sucesso em entrevistar pessoas do interior do estado, o que conseguimos apenas no Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais (6 pessoas no total).

As entrevistas foram de natureza semiestruturada, seguindo com certa liberdade um roteiro. O fluxo da entrevista permitia alterar a sequência das questões e acrescentar perguntas para aprofundar ou compreender melhor dados assuntos. O roteiro, entre uma questão disparadora e dados socioeconômicos, tinha perguntas a respeito de: I – Experiência escolar; II – Formação política; III – A experiência de participação nas Jornadas; e IV – Impacto das Jornadas na formação.

As entrevistas com participantes das Jornadas forneceram o principal conjunto de dados e informações da pesquisa. Há um corpo muito relevante de experiências, opiniões, ideias, impressões e expectativas, subjetivas e objetivas, que emana destas entrevistas. Parte deste rico material já foi analisado e deu origem a artigos e trabalhos que foram publicados e comunicados, ou a artigos que foram submetidos para publicação e estão em processos de análise. Os principais produtos que comunicam a Fase III da pesquisa estão descritos no Quadro 2.

Quadro 3: Caracterização das e dos participantes das Jornadas que concederam entrevista.

Pseudônimo/Estado	Data da entrevista	Gênero	Raça	Idade em 2013	Forma de atuação em 2013
Amiel/CE	06/09/2023	Não Binário	Negra	32	Militante do movimento estudantil. Filiado ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).
André Martins/SP	28/10/2023	Masculino	Branco	27	Autonomista. Criou com um amigo evento no <i>Facebook</i> que precipitou os atos em município do interior.
André Rebouças/RS	21/02/2024	Masculino	Negro	21	Militante. Filiado ao PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). Atuou no Bloco de Lutas pelo Transporte de Porto Alegre (Bloco de Lutas). Coordenador Geral do DCE (Diretório Central Estudantil) de sua universidade.
Antônio/GO	04/03/2024	Masculino	Branco	31	Autonomista. Ativista da Frente de Lutas pelo Transporte (Frente de Lutas).
Artemis/RS	17/01/2024	Feminino	Negra	26	Independente. Atuou nas Jornadas a partir de sua proximidade com o movimento estudantil.
Carlos/GO	04/03/2024	Masculino	Branco	18	Autonomista. Atuou na Frente de Lutas.
Carolina Maria de Jesus/RJ	06/11/2023	Feminino	Negra	26	Ativista de movimento territorial. Liderança de movimento em favela carioca contra violência policial.
Chiquinha Gonzaga/RS	22/02/2024	Feminino	Negra	21	Ativista do Diretório de Educação Física (DEF) de sua universidade. Atuou na Frente de Lutas.
Conceição/PA	12/07/2023	Feminino	Negro	21	Militante de juventude partidária ligada ao PSOL.
Dandara /SP	06/10/2023	Feminino	Negra	20	Militante do movimento estudantil e do PSOL.
Emanoel/MG	22/02/2024	Masculino	Branco	23	Militante do PSOL. Atuou na Assembleia Popular Horizontal (APH) de Belo Horizonte.
Emílio/SP	27/10/2023	Masculino	Branco	20	Ativista do Movimento Passe Livre – São Paulo (MPL-SP).

Honestino/GO	05/03/2024	Masculino	Negro	17	Militante de juventude do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Presidente de entidade estudantil secundarista.
Hugo de León/RS	27/02/2024	Masculino	Branco	22	Militante do movimento sindical e do movimento estudantil.
Irma/ MG	06/11/2023	Feminino	Negra	19	Independente. Atuou a partir do movimento estudantil e de sua proximidade com o Levante Popular da Juventude (LPJ).
Joana/MG	22/02/2024	Feminino	Negra	32	Militante do PSTU.
Jorge/PA	12/07/2023	Masculino	Branco	23	Militante de juventude do Pcdob
Jota/GO	05/03/2024	Masculino	Branco	22	Apoiador. Membro do Centro de Direitos Humanos.
Juliana/SP	27/10/2023	Feminino	Negra	21	Autonomista. A partir do midiativismo se engajou na Ocupa Alckmin.
Karine/RS	22/02/2024	Feminino	Branca	21	Militante do LPJ. Atuou no Bloco de Lutas.
Luan/MG	22/02/2024	Masculino	Branco	32	Anarquista. Atuou junto ao Coletivo Mineiro Popular.
Lucimar/RJ	06/06/2023	Feminino	Branco	40	Autonomista. Manifestante nas Jornadas e na greve de docentes. Ativista da “Greve dos Garis” em março de 2014.
Luís/SP	19/06/2023	Masculino	Branco	29	Autonomista. Ativista do MPL-SP.
Luís Gama/RJ	07/11/2023	Masculino	Negro	22	Militante do PSOL. Dirigente do Centro Acadêmico de História e membro do DCE de sua universidade.
Márcia/RS	23/02/2024	Feminino	Branca	27	Militante de juventude do PCdoB e do DCE de sua universidade.
Marcos/MG	28/02/2024	Masculino	Negro	24	Militante do Partido dos Trabalhadores (PT) e do cursinho popular Educafro em município do interior.
Marta/RJ	07/11/2023	Feminino	Branca	38	Independente. Apoiadora do coletivo Redes e Ruas.
Patrícia/RJ	07/11/2023	Feminino	Branca	35	Apoiadora. Atuou como “advogativista” na defesa de manifestantes.

Pedro/MG	22/02/2024	Masculino	Branco	25	Autonomista. Ativista da APH e do Comitê Popular dos atingidos pela Copa do Mundo (COPAC) em Belo Horizonte.
Rita/CE	11/08/2023	Feminino	Negra	23	Movimento territorial. Atuante no movimento de moradia, contra as remoções por obras da Copa.
Rosa/SP	20/06/2024	Feminino	Branca	24	Militante do Juntos! e do PSOL.
Samantha/RJ	06/11/2023	Feminino	Branca	32	Independente. Atuou como midiativista nas transmissões ao vivo das Jornadas
Santiago/CE	10/08/2024	Masculino	Branco	21	Militante do PSOL. Atou junto aos movimentos contra as remoções pelas obras da Copa.
Tales/CE	10/08/2024	Masculino	Branco	25	Militante do PSOL.
Teresa/GO	06/03/2024	Feminino	Branca	31	Independente. Participou de atos de brasileiras e brasileiros na Austrália em apoio às Jornadas.
Wanda/PA	13/07/2023	Feminino	Negra	21	Militante da União da Juventude Rebelião (UJR) e do movimento estudantil.
Zumbi dos Palmares/RJ	06/06/2023	Masculino	Negro	48	Liderança da “Greve dos Garis” em março de 2014.

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

A pesquisa, desde sua concepção, teve a intenção de um olhar nacional a respeito do tema, elegendo sete estados, ao menos um em cada região do país, para realizar as entrevistas com ativistas e militantes das Jornadas. Inclusive, durante as entrevistas com pesquisadoras e pesquisadores, houve esforço para certo descentramento do Sudeste e Sul, com entrevistas realizadas em Goiás, Distrito Federal, Piauí e Pará. Ou seja, ainda que não na mesma proporção, todas as regiões do país se viram representadas. O olhar nacional era necessário, considerando que as Jornadas foram um ciclo nacional de protesto, em que os estados fora do Sul e Sudeste também tiveram eventos e organizações importantes desde a sua latência, ou seja, não tiveram apenas protestos reativos.

A pesquisa, entretanto, partia do princípio de que as Jornadas, sem deixar de ser um ciclo de protestos nacional, também fazia parte do ciclo global de protestos dos anos 2010, que Paolo Gerbaudo (2017) chama da “revolta das praças”. Este olhar e o uso de conceitos das teorias dos movimentos sociais, como “repertório de contestação” e “ciclos de protesto” (Alonso; Mische, 2017), permitiu um diálogo fecundo com a produção acumulada e a mais recente sobre as Jornadas de 2013, bem como uma análise sobre os desdobramentos da política mundial e nacional nos anos seguintes. Por um lado, e a pesquisa “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016” já havia demonstrado, 2013 deixou como legado importantes movimentos juvenis progressistas. Por outro, o que a revisão bibliográfica e as entrevistas com pesquisadoras constata, era inevitável considerar entre as consequências das explosivas Jornadas, o retrocesso político e o crescimento da extrema-direita nos anos seguintes.

Ou seja, apesar de a pesquisa ter como tema os aspectos educacionais, ela tinha a intenção – e a necessidade – de fazer considerações mais gerais sobre os próprios sentidos das Jornadas.

Entre os resultados inovadores da pesquisa, partimos das convergências importantes encontradas na revisão bibliográfica e nas entrevistas com pesquisadoras, no que se refere às causas e à dinâmica de 2013, considerado um complexo fenômeno histórico,

causado pelos limites das políticas do lulismo e a insatisfação com a democracia representativa. Tal convergência nos levou a considerar as Jornadas como um complexo de eventos de protesto e uma confluência de organizações, movimentos e manifestantes. As metáforas ou imagens de ciclos em diferentes temporalidades pode ajudar a compreender esta concepção:

I – Ciclo longo e global, na relação entre as Jornadas e a “revolta das praças” dos anos 2010. As insatisfações populares em relação à crise econômica global e aos sistemas políticos promoveram importantes movimentos progressistas, ainda que, em muitos casos, incluindo o Brasil, com desfechos regressivos e com o avanço do campo da extrema-direita;

II - Ciclo médio nacional: cuja latência é, de um lado, a organização dos protestos contra o aumento das tarifas dos transportes públicos, herança do Movimento Passe Livre (MPL), e, de outro, as mobilizações em relação às obras para os megaeventos esportivos, destacando-se os Comitês Populares da Copa (CPC). O ciclo se inicia em março de 2013, no Rio Grande do Sul e tem continuidade após junho, com mobilizações de caráter progressista, como greves defensivas, ocupações de espaços públicos ameaçados, ocupações urbanas de movimentos sem-teto e a continuidade de protestos contra a Copa do Mundo.

III – Ciclo “curto” nacional, ou “Junho”: na fase mais massiva dos protestos, convergiram diversos movimentos e organizações que também tiveram latência anterior (inclusive, movimentos conservadores e fundamentalistas). (Alonso, 2023). Inicia-se com os atos do MPL-SP no início de junho de 2013. Os atos crescem em consequência da indignação da opinião pública à violência policial em 13 de junho na capital paulista, espalham-se ou ganham força em todo o país, inclusive nos interiores e periferias e tornam-se manifestações multitudinárias no final do mês – transmitidas pelos canais comerciais da mídia como atos nacionalistas, anticorrupção e antipartidários.

A interpretação adotada por esta pesquisa reforça o olhar sobre 2013 como um ciclo médio que, neste sentido, terá grandes

legados aos movimentos juvenis progressistas subsequentes e às suas formas de organização e ação.

O projeto que deu origem a esta pesquisa apresentava a expectativa de que a investigação tivesse resultados inovadores nas relações entre educação (entendida em sentido amplo) e movimentos sociais, partindo do caráter reconhecidamente educativo dos movimentos sociais (Arroyo, 2003). Três eram as dimensões educacionais as quais se buscavam resultados inovadores: influências ou impactos das Jornadas nas políticas educacionais; expectativas dos sujeitos em relação à educação escolar; e práticas formativas das organizações políticas e movimentos sociais.

Como visto, o tema das políticas educacionais, incluindo o subtema das pautas educacionais nas Jornadas, nunca ganhou grande destaque na pesquisa, tanto entre os dados conseguidos quanto, como consequência, nas análises. Como se verá, pelas indicações dos dados da pesquisa, as Jornadas, ao menos como um “ciclo médio”, impactaram menos as políticas públicas e muito mais os sujeitos, organizações e repertórios dos movimentos sociais.

No desenvolvimento da pesquisa, entretanto, outras temáticas subjacentes foram se tornando mais importantes, ou até mesmo sendo descobertas, em destaque: formação política antes e durante os protestos; influências de 2013 nas formas de ativismo, militância e organização; e experiências políticas e impactos nas trajetórias escolares, profissionais e políticas de ativistas e militantes.

Especialmente graças ao interesse de estudantes de Iniciação Científica e colaboradoras e colaboradores da equipe, foi possível mais dois tipos de olhares sobre os dados produzidos. Primeiro, um olhar intergeracional: o debate a respeito da socialização política e a comparação entre as formas de atuação de militantes jovens com pessoas de idade adulta nas Jornadas (Felizardo Jr.; Costa; Silva, 2024). Segundo, um olhar interseccional: a partir do recorte das pessoas participantes em raça e gênero, produzindo

artigo e dissertação de mestrado sobre participantes de raça negra (Silva *et al.*, 2025, Silva, 2025) e constituindo o GT LGBTQIAPN+.

Os resultados da pesquisa, nestes aspectos, apontam, de forma ao menos parcialmente inovadora: a preferência de jovens rebeldes dos anos 2010 pelo formato de coletivos e de elementos do repertório autonomista, como a horizontalidade e a autonomia; a importância das políticas identitárias, interpretadas aqui como políticas de existência; e as dificuldades de tais jovens permanecerem na atuação política e de suas organizações manterem até mesmo sua existência nos anos mais recentes de ascensão da extrema-direita.

Este livro apresenta, em seus cinco capítulos, uma síntese dos principais resultados da terceira etapa da pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”, aquela em que entrevistamos 37 ativistas e militantes.

O capítulo 1, “Experiências e subjetivação política de ativistas e militantes”, tem como tema as experiências de ativistas e militantes durante as Jornadas de 2013 no Brasil. Buscou interpretar os significados atribuídos a estas experiências por tais sujeitos. Questionou até que ponto estas experiências permitem configurar as Jornadas como um momento da política como dissenso, produtor de subjetivações políticas, nos sentidos empregados por Jacques Rancière.

O capítulo 2, “Formação política e trajetórias sociais de ativistas e militantes”, tem como tema as trajetórias políticas destas mesmas pessoas, ativistas e militantes das Jornadas de 2013. Seu objetivo foi analisar e interpretar como essas trajetórias foram influenciadas pelas experiências vividas durante as Jornadas considerando, de um lado, a socialização política dessas pessoas e, de outro, as transformações dos cenários políticos, econômicos e educacionais entre 2013 e a atualidade. Com base em análise de trajetórias sociais que combina o viés estrutural – inspirado em Pierre Bourdieu – com a interpretação dos significados atribuídos por ativistas e militantes, buscar-se-á compreender o quanto as

experiências intensas vividas nas Jornadas impactaram ou não as trajetórias políticas de quem entrevistamos.

O capítulo 3, “Jovens e movimentos de moradia nas Jornadas de 2013”, trata das experiências políticas de jovens atuantes em movimentos de luta pelo direito à moradia durante as Jornadas de 2013 no Brasil. Seu objetivo foi compreender os significados dessas experiências à luz das categorias movimento socioterritorial, subjetivação política e interseccionalidade. Como metodologia, tendo como apoio revisão bibliográfica sobre os movimentos de moradia nas Jornadas, foram analisadas três entrevistas com jovens que, durante as Jornadas, participaram de movimentos de moradia em Fortaleza, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

O capítulo 5, “‘Militar para nós, mulheres negras, é uma necessidade’: pautas de resistência e o aquilombamento de mulheres negras nas Jornadas de 2013”, analisa os processos de aquilombamento de mulheres negras nas Jornadas de 2013, compreendendo esse ciclo de protestos como espaço pedagógico de formação política, resistência coletiva e produção de saberes situados. Apresenta-se como mulheres negras, atravessadas pelas intersecções de raça, gênero, classe e território, construíram práticas de organização, cuidado e enfrentamento à violência estatal durante as mobilizações. Os resultados indicam que a repressão policial atuou como elemento catalisador de vínculos comunitários, fortalecendo estratégias de autoproteção, solidariedade e acolhimento protagonizadas por mulheres negras.

Por fim, o capítulo 5, “Repressão, judicialização de movimentos e defesa dos direitos nas Jornadas de 2013”, tem como objetivo analisar como ocorreu a repressão policial, a judicialização dos movimentos sociais e as formas de defesa dos direitos nas Jornadas de 2013. Busca-se compreender como o Estado brasileiro respondeu às mobilizações populares por meio do uso da força, da criminalização de ativistas e militantes e do acionamento seletivo do sistema de justiça, bem como examinar as estratégias de resistência jurídica e política articuladas pelos próprios movimentos. A investigação ancora-se em quatro categorias de

análise: a repressão policial e seus significados nas experiências de ativistas e militantes; a judicialização do movimento; a defesa dos direitos; e os movimentos contra a violência policial.

Se a motivação da pesquisa que deu origem a este livro era um acerto de contas entre o seu coordenador e as Jornadas, ora, obviamente ele pretende algo mais. Certamente, jamais esgotar a complexidade das Jornadas, mas, sim, uma revisita às Jornadas de 2013 e de seus impactos sociais por meio das experiências, memórias e trajetórias daquelas e daqueles que estiveram no epicentro dos acontecimentos.

Referências

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. **Bulletin of Latin American Research**. v. 36, n. 2, p. 144–159, 2017.

ALONSO, Angela. **Treze**: a política de rua de Lula a Dilma. São Paulo: Cia. das Letras, 2023.

ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**. v. 3, n. 1, p. 28-49, jan. /jun. 2003.

DIMENSÕES EDUCACIONAIS DAS JORNADAS DE 2013. Portal da Pesquisa na Internet. <https://www.unifal-mg.edu.br/jornadas2013/>

FELIZARDO Jr., Luiz C.; COSTA, Crisolita G.; SILVA, Josefa A. As Jornadas de 2013 no Pará: a socialização política de jovens militantes. **Plural**, v.31, n. 2, 2024, p.178-199. <https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2024.230436>

GERBAUDO, Paolo. **The mask and the flag**. Populism, citizenism and global protest. New York: Oxford University Press, 2017.

GROPPO, L. A. *et al.* Jornadas de Junho de 2013 e repertórios de contestação: do autonomismo à ambiguidade. In: OLIVEIRA, G.;

DOWBOR, M. **Movimentos Sociais e Autonomias**: Imaginação, experiências e teorias na América Latina. Marília: Lutas Anticapital. 2023, p. 203-244.

GROPPO, L. A. *et al.* Subjetivações políticas em campo: itinerários juvenis e as Jornadas de Junho de 2013. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, 2023. V.49. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349271463por>.

GROPPO, Luís A. *et al.* Interpretações das dimensões educacionais das Jornadas de 2013: debates, sentidos e legados. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 22, 2024. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2837>.

GUIMARÃES, Vinícius O. S. *et al.* Ativismo estudantil e redes sociais: Dinâmicas de mobilização nas Jornadas de 2013. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 48, p. e2025127, 2025. <https://doi.org/10.1590/1809-58442025127pt>

OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS NO BRASIL EM 2015 E 2016. Portal da Pesquisa na Internet. <https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/>

SILVA, Beatriz Nogueira da; GROppo, Luís Antonio.; CARVALHO, Fernanda Milan de; OLIVEIRA, Yasmin da Silva. Ativistas e militantes que são LGBTQIAPN+ nas Jornadas de 2013: experiências políticas e performatividade de assembleia. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 12, n. 2, 2026. <https://doi.org/10.26694/rles.v30i63.8253>

SILVA, Gislene da *et al.* Jornadas de 2013 e a questão racial no Brasil: trajetórias e experiências de jovens ativistas e militantes negras e negros. **Kwanissa**. v. 7, n. 17, 2025. Disponível em: <https://periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/23625>. Acesso em: 28 jun. 2025.

SILVA, Gislene da. **“A rua é nossa”**: formação política da militância negra nas Jornadas de 2013 do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Alfenas,

Alfenas/MG, 2025. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/jornadas2013/wp-content/uploads/sites/268/2025/06/Dissertacao-de-Mestrado-para-defesa.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2025.

SILVA, Guilherme Abraão. **Percepções e interpretações de pesquisadores e pesquisadoras da educação sobre as Jornadas de 2013 no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas/MG, 2024.

SILVA, Josefa Alexandrina; GROPPPO, Luís Antonio; SANTOS, Mariana Calvi; OLIVEIRA, Yasmin A. da Silva. Formação política e trajetórias: jovens ativistas e militantes Nas Jornadas de 2013 em São Paulo. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 30, n. 63, p. 1–32, 2026. <https://doi.org/10.9771/cgd.v12i2.71196>

EXPERIÊNCIAS E SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA DE ATIVISTAS E MILITANTES

Luís Antônio Groppo
Josefa Alexandrina Silva
Emanoely Ladeira Sigiani
Gislene da Silva
José Daniel Coutinho Silva
Joana Marins Vianna
Fernanda Milan de Carvalho
Mariana Calvi dos Santos

Jacques Rancière (1996), ao apresentar sua concepção de política como desentendimento, afirma que ela permite a irrupção da subjetivação política, conforme explanado melhor adiante. Com base nessa concepção da filosofia política de Rancière, a pesquisa formulou como questão de investigação para o presente capítulo: até que ponto as experiências de ativistas e militantes nas Jornadas, em sua maioria jovens então, permitem descrever as Jornadas como um momento da política como dissenso e, assim, portanto, como um processo de produção de subjetivações políticas?

Para tanto, o capítulo analisa e interpreta entrevistas semiestruturadas realizadas entre 2023 e 2024 com 37 pessoas que, nas Jornadas de 2013, eram ativistas e militantes de organizações e movimentos que atuaram neste ciclo de protestos, em sete diferentes estados: Rio Grande do Sul (RS), São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ), Ceará (CE), Goiás (GO) e Pará (PA).

O conceito de subjetivação política de Rancière tem sido fundamental para esta pesquisa, orientando as interpretações e análises que informaram os produtos da pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”, desde a sua etapa inicial, da revisão bibliográfica (como em Groppo *et al.*, 2022), passando pela segunda etapa, da entrevista com pesquisadoras e pesquisadores

das Jornadas (Grosso *et al.*, 2024), até a fase atual. Tem ficado patente a importância do conceito de subjetivação política para a compreensão dos sentidos atribuídos por ativistas e militantes às suas experiências nas Jornadas, bem como o impacto dessas experiências em suas trajetórias sociais.

As Jornadas de 2013 no Brasil fazem parte do ciclo global de protestos dos anos 2010, a revolta das praças para Gerbaudo (2017). Como origem, a crise econômica mundial que se inicia em 2007, ao lado da crise de legitimidade dos sistemas políticos, agravada pela incapacidade de darem respostas satisfatórias aos efeitos da crise econômica. Como parte do ciclo, antes das Jornadas de 2013, destacam-se a Primavera Árabe (iniciada em 2010), a “Geração à Rasca” em Portugal (2011), o movimento dos Indignados na Espanha (2011) e o Ocupe Wall Street (2011); após, o *Nuit Debout* na França (2016) e o *Estallido Social* no Chile (2019).

As Jornadas têm em sua latência, no âmbito nacional, a questão urbana, notadamente os temas da mobilidade urbana e das tarifas do transporte público, que pautaram a atuação do Movimento Passe Livre (MPL); também, o impacto das obras para os megaeventos esportivos (Copa do Mundo e Olimpíadas), que motivou a criação dos Comitês Populares da Copa (CPC) desde 2010. (Dowbor, Zwako, 2013).

Em março de 2013 se iniciam os protestos contra o aumento das tarifas do transporte público, por meio do Bloco de Luta pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS, em bem-sucedida campanha. (Gonçalves, 2019). Mas o mês de junho leva esse ciclo de protestos a um patamar inesperado: na primeira metade do mês, atos do Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP) contra o aumento das tarifas vão ganhando tamanho e, após exacerbada repressão policial, apoio da opinião pública; com a conquista da revogação do aumento, as manifestações continuam e se agigantam, na segunda metade de junho, mobilizando os mais diversos grupos sociais, trazendo pautas variadas e mesmo díspares, fazendo conviver (com mais ou menos tensão) ideologias e repertórios de contestação contraditórios entre si. (Singer, 2013). O movimento

ganha efeito contágio e atinge praticamente todas as grandes cidades do país, mas também se interioriza. (como analisamos em Groppo, Silva, Sousa, 2024).

Depois de junho, manifestações e campanhas de caráter progressista têm continuidade, inclusive durante 2014, destacando-se greves defensivas de trabalhadoras e trabalhadores, atos do CPC e de outros movimentos contra a Copa do Mundo e ocupações por movimentos dos sem-teto e, em 2015 e 2016, ocupações estudantis contra políticas neoliberais na educação. (Braga, 2017). Paralelamente, a direita e a extrema-direita, especialmente a partir de 2015, conseguem dar sentido a expressões nacionalistas e conservadoras que também pulsaram nas ruas na segunda metade de junho de 2013, dando origem ao movimento pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, vitorioso em 2016 como um golpe parlamentar.

Após esta Introdução, o capítulo se constitui em oito partes: apresenta a metodologia das entrevistas; discute o principal conceito da pesquisa, o de subjetivação política; descreve os dados socioeconômicos e políticos de ativistas e militantes que entrevistamos; testa a hipótese de 2013 como momento de dissenso e subjetivação política a partir de três categorias de análise – motivações para participar dos protestos, avaliação do êxito das Jornadas e palavra-chave escolhida para definir as Jornadas; estas categorias e outras vão ter sua interpretação e análise aprofundada nas três partes seguintes, tratando do que levou estas pessoas aos protestos, das dificuldades enfrentadas e do juízo delas a respeito dos resultados das Jornadas; em sua parte final, o capítulo busca responder à questão trazida nesta Introdução, a respeito do quanto as Jornadas podem ser caracterizadas como momento de subjetivação política.

Metodologia

Como já foi dito, a terceira etapa da pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013” realizou 37 entrevistas de caráter semiestruturado com pessoas que, durante as Jornadas,

eram ativistas e militantes de organizações, movimentos e coletivos que convocaram as manifestações ou tiveram importante papel nelas. Para a indicação e o recrutamento das pessoas entrevistadas, foram fundamentais as redes de contatos acadêmicos e políticos estabelecidas pela equipe de pesquisa, que recebeu a colaboração de pesquisadoras e pesquisadores de vários estados. Também foram importantes indicações feitas por pesquisadoras e pesquisadores que entrevistamos na segunda etapa da investigação.

Apesar da prioridade da pesquisa ser a de entrevistar pessoas que eram jovens e estudantes em 2013, 11 das pessoas eram adultas em 2013. Durante as viagens da equipe aos diferentes estados para as entrevistas, conseguíamos o contato e o interesse de conceder entrevistas de pessoas que eram adultas em 2013, mas que tiveram importante atuação nas Jornadas: nossa decisão foi de realizar essas entrevistas. Como efeito dessa decisão, a pesquisa veio por ter um olhar intergeracional bastante interessante, permitindo comparar experiências diversas de acordo com a categoria etária de pertencimento, mesmo que a grande maioria das e dos participantes vivesse sua juventude em 2013, grupo que também é mais relevante para atender outro objetivo desta pesquisa, que é conhecer como as trajetórias sociais de tais pessoas foram influenciadas pela experiência política nas Jornadas.

Já a garantia da diversidade geográfica, política, de gênero e racial das pessoas entrevistadas sempre foi intenção da pesquisa de campo. Do ponto de vista geográfico, se tivemos sucesso em abranger todas as regiões do país, conseguimos entrevistar pessoas do interior em apenas 3 estados, 2 pessoas em cada um: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Do ponto de vista político, em geral a maioria das pessoas indicadas pertenciam a juventudes partidárias ou partidos políticos do espectro socialista em 2013 (e, em geral, continuavam a pertencer a partidos); ainda que pessoas nesta condição, de militantes socialistas, tenham sido a maioria das entrevistadas, nos empenhamos em buscar entrevistas com pessoas que atuaram por influência de outros repertórios de contestação, especialmente

ativistas de movimentos autonomistas (com maior quantidade) e ativistas de movimentos territoriais (em menor).

Outro esforço foi o de garantir a presença de pessoas de outros gêneros, para além do masculino. Finalmente, as duas primeiras etapas da pesquisa, assim como as primeiras entrevistas feitas no Rio de Janeiro, em outubro de 2023, demonstraram a importância da questão racial nas Jornadas, expressas principalmente na indignação com a violência policial nas comunidades cariocas: isso nos motivou a buscar ao menos uma pessoa negra entre as entrevistadas nos demais estados, no que também tivemos sucesso. O item “Ativistas e militantes” detalha melhor as características sociais das e dos participantes da pesquisa.

As entrevistas foram de caráter semiestruturado, ou seja, apesar de seguir um roteiro, admitiram questões adicionais de esclarecimento e aprofundamento, assim como certa flexibilidade na sequência das perguntas. O roteiro tinha seis partes: uma questão disparadora; quatro temas (I – Experiência escolar; II – Formação política; III – A experiência de participação nas Jornadas; e IV – Impacto das Jornadas na formação) e dados socioeconômicos da pessoa entrevistada.

A metodologia recebeu a aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da UNIFAL-MG¹, prevendo que as e os participantes escolhessem pseudônimos e que quaisquer dados que pudessem identificar elas e eles seriam retirados das transcrições e publicações. As entrevistas se deram de forma presencial, com membros da equipe de pesquisa viajando até os locais em que elas seriam realizadas, onde residiam atualmente quem concederia a entrevista. Em geral, as entrevistadoras e entrevistadores atuaram em dupla, em alguns casos em trio e em poucos casos de modo solo (nesse caso, por meio de membro com experiência em pesquisa). Os trios e duplas eram formados por alguém mais experiente e uma pesquisadora ou pesquisador em

¹ Com CAAE de número 68746223.5.0000.5142.

formação, como parte do processo formativo desejado pela equipe de pesquisa. As entrevistas tiveram duração entre 1 hora e 1 hora e 30 minutos, foram transcritas por estudantes com bolsa de Iniciação Científica e revisadas por membros experientes, ao lado de membros com menos experiência.

Para a criação do presente capítulo, foi formado um Grupo de Trabalho (GT) no interior da equipe de pesquisa, composto por suas autoras e seus autores. O GT analisou a questão disparadora, as questões que compuseram o Tema III do roteiro (A experiência de participação nas Jornadas) e a questão que fechava o Tema IV (Impacto das Jornadas na formação), conforme o Quadro 4.

Quadro 4: Questões analisadas para tratar das experiências de ativistas e militantes nas Jornadas.

Tema	Descrição das questões
Questão disparadora	O que te levou a participar das Jornadas de 2013?
Tema III – A experiência de participação nas Jornadas	6) Como foi a sua forma de participação nas Jornadas? 7) O que significou para você então, em 2013, esta participação? Esse significado mudou com o tempo para você? 13) Quais foram as principais dificuldades que você e o coletivo ou organização em que atuou enfrentaram durante as Jornadas? 14) Vocês enfrentaram a repressão policial durante as Jornadas? Comente. 17) Você avalia que o movimento foi vitorioso onde você atuou? Por quê?
Tema IV – Impacto das Jornadas na formação	21) Defina, em uma palavra, o que as Jornadas representaram para você.

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

A primeira fase da análise envolveu o tratamento de dados, ou seja, a seleção das informações e trechos de relatos considerados mais relevantes e sua organização em quadros, tabelas e listas. Cada integrante do GT fez o tratamento de uma ou mais questões. Este tratamento foi debatido e revisado em reuniões do GT, com membros mais experientes atuando na orientação e revisão. Em um segundo momento, cada integrante da equipe fez uma primeira

análise dos dados. Esta primeira análise fundamentou a redação do capítulo, cujo primeiro esboço foi obra do coordenador geral da pesquisa, que também coordenou o GT. Esse esboço foi debatido e revisado pelo GT em reuniões que deram a versão final deste texto, cuja redação teve a contribuição de todo o GT.

Subjetivação política

Para pensar a formação política de jovens, a pesquisa adota uma concepção ampliada ou alargada de educação, a qual considera os diversos processos de formação humana, incluindo, ao lado de processos formalizados como o escolar, a educação informal e a educação não-formal. (Trilla, 2008, Groppo *et al.*, 2020). Haddad (2016) contribui para definir a educação de forma alargada quando trata dela como um vasto campo social que inclui os diversos processos de formação das pessoas, processos pelos quais elas são expostas ao longo das suas vidas.

Tratando a educação como um campo social em que concorrem diversos processos formativos, a pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013” tem conhecido e considerado os diferentes processos pelos quais se realiza a formação política de jovens, tanto quanto os inúmeros espaços sociais que abrigam esses processos, incluindo coletivos juvenis, movimentos estudantis e a participação em protestos.

Ainda que para a formação política das pessoas concorram inúmeras instituições sociais, o campo de estudos da socialização política tende a privilegiar a instituição mais destacada da educação informal – a família –, tanto quanto a instituição educacional formal mais legitimada – a escola. Seus estudos são muito relevantes, ao demonstrar a importância de processos cumulativos que constituem ideias, valores e hábitos que as instituições políticas concebem como imprescindíveis para atuar na vida política. (Tomizaki; Carvalho-Silva; Silva, 2016). Ainda, estudos nesse campo têm cada vez mais considerado outras instâncias de socialização política, inclusive os movimentos sociais,

instâncias que permitem que as pessoas tenham acesso a formas alternativas de percepção da realidade social e política. Pesquisas recentes têm buscado manter o valor da noção de socialização política para compreender a influência da participação em manifestações e a própria vivência coletiva dos protestos, como a de Rosa (2015) sobre o Bloco de Lutas em Porto Alegre em 2013, ou a de Haddad (2016) sobre a formação de militantes do Movimento Passe-Livre São Paulo (MPL-SP).

Sem desconsiderar a importância dos processos cumulativos que constituem a socialização política, bem como a influência decisiva deles nas trajetórias políticas dos sujeitos, temos dialogado com o conceito de subjetivação política para pensar a formação política de jovens que participam de ciclos de protesto. A partir da indicação de Lúcia Rabelo de Castro (2009), temos feito esse diálogo desde a pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis”, realizada pelo Grupo de Estudos da Juventude da UNIFAL-MG (Universidade Federal de Alfenas) entre 2016 e 2019, a respeito dos coletivos estudantis atuantes em uma universidade pública do interior de Minas Gerais, cujos resultados foram sistematizados em Groppo *et al.* (2020). Desde então, temos buscado adaptar a noção de subjetivação política, oriunda das obras de filosofia política de Jacques Rancière (1996, 2014), como conceito para a sociologia da educação.

A subjetivação política nos ajuda a conceber que a participação de pessoas em ações coletivas, seja como ativistas, militantes e, até mesmo, manifestantes, contém em potência uma ruptura mais ou menos severa nos processos até então lineares de socialização política. A subjetivação política emerge durante a política como “desentendimento”, desafiando a ordem social estabelecida e seus pressupostos de desigualdade natural ou adquirida entre as pessoas. (Rancière, 2014). Mesmo quando a política como desentendimento tem curta duração, podem ser radicais e profundas — ao menos nas subjetividades das e dos desafiantes — as implicações deste dissenso aos limites estabelecidos artificialmente pela ordem social entre quem tem direito à fala e à

ação política e quem não tem. Ao se fazerem vistos e ouvidos, os sujeitos podem vivenciar um processo de desidentificação em relação aos seus papéis subalternos, produzindo um abalo na ordem institucional.

O ato político, além de provocar dissenso ao revelar a igualdade política fundamental entre as pessoas, constrói sujeitos políticos por meio de ações contestadoras por pessoas antes vistas como incapazes de atuar politicamente. (Rancière, 1996). Nesse momento, a política como desentendimento nega a classificação excludente outrora estabelecida, além de propiciar pela participação política, mesmo que incidental ou inesperada, uma experiência singular às pessoas, constituindo-as como sujeitos sociais e políticos. (Reguillo, 2017).

Os resultados da pesquisa “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016”, realizada por esta equipe de pesquisa entre 2019 e 2022, exemplifica bem os impactos profundos da subjetivação política, oriunda da política como desentendimento, tanto nas experiências de adolescentes que ocuparam suas escolas contra retrocessos nos direitos educacionais, quanto nas suas trajetórias educacionais e políticas. (Groppo, Oliveira, 2021, Groppo, Sallas, 2022).

Como anunciado na Introdução, resultados da presente pesquisa também têm conseguido perceber que, para parte importante de jovens ativistas e militantes das Jornadas, esse ciclo de protesto também foi um tempo de dissenso e de subjetivação política – apesar da complexidade das Jornadas, incluindo o abrigo de grupos sociais diversos e de pautas e ideologias que, em certos momentos, eram contraditórias entre si. (Groppo *et al.*, 2022). As interpretações e análises no presente capítulo, imergindo nos relatos de ativistas e militantes, buscam demonstrar como se deram as experiências políticas dessas pessoas, por meio das descrições que fazem dos eventos que participaram em 2013 e dos significados que atribuíram a eles.

A noção de subjetivação política, transposta para a interpretação das experiências de jovens durante ciclos de protesto, têm fornecido para as pesquisas citadas acima, a respeito dos

coletivos estudantis e das ocupações secundaristas, e agora para a pesquisa sobre as Jornadas, categorias de análise relevantes:

- **Política como desentendimento:** formas como as práticas de protesto extravasavam ou deslocam as práticas políticas legitimadas e esperadas; elas trazem, como pautas de discussão, assuntos tidos até então como privados ou restritos a especialistas e tecnocratas; elas obrigam as instituições políticas ao diálogo com pessoas tidas como incapazes de atuar politicamente.

- **Instrumentos de garantia da igualdade de fala e ação:** como exemplos, primeiro, o uso da assembleia como instrumento organizativo e decisório nas Jornadas e nas ocupações secundaristas; segundo, o revezamento entre homens e mulheres no trabalho das comissões nas ocupações secundaristas, para evitar a reiteração da divisão sexual do trabalho (evitando, por exemplo, atribuir tarefas ligadas à alimentação e limpeza apenas às mulheres);

- **Formação de coletividades** sob a insígnia da igualdade, denominando o movimento a partir de um termo que abarca ou dissolve nele as diversas identidades e filiações político-ideológicas; esses termos costumam remeter a posições sociais ou a pessoas que, na ordem social cotidiana, são subalternas ou excluídas: como exemplos, “secundas” (termo oriundo de secundaristas, como anteriormente se denominava estudantes do Ensino Médio) e “Somos todos Amarildo!” (insígnia das Jornadas no Rio de Janeiro, referindo-se ao pedreiro negro e morador de comunidade que foi morto pela polícia em julho de 2013);

- **Deslocamento de instrumentos jurídicos** para outros fins que não os previstos, como ferramenta da política como desentendimento, forçando o reconhecimento das pessoas que protestam como sujeitos políticos. Como exemplos, o apelo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sua garantia de que crianças e adolescentes têm direito à participação política, durante as ocupações secundaristas, assim como elementos do currículo estabelecido que tratam de cidadania e formação política para o Ensino Médio como legitimação das oficinas realizadas durante as ocupações;

• **Desidentificação:** processo pelo qual, durante os ciclos de protesto, são colocadas em suspenso ou deslocadas as identificações e posições socialmente determinadas, em relação a classe social, gênero, orientação sexual, raça, condição adolescente, condição estudantil, pessoa periférica, pessoa moradora de comunidade etc., o que permite, em um segundo momento, a reidentificação;

• **Reidentificação:** terminado o movimento ou ciclo de protestos, as pessoas que vivenciaram o processo de subjetivação política podem reconstruir suas identidades sociais. Como exemplos, nas ocupações, a redefinição da orientação sexual, jovens que se assumem como negras e negros, mulheres que repensam as relações de gênero, entre outros.

• **Influências nas trajetórias sociais:** ainda como decorrência da subjetivação política, as pessoas podem repensar as funções sociais que lhes eram previstas. No que se refere a adolescentes nas ocupações, essas influências são cruciais, em muitos casos, na decisão de cursar a educação superior e escolher uma carreira que é significativa não apenas pessoalmente, mas que tem valor coletivo.²

Ativistas e militantes

A pesquisa entrevistou 37 pessoas que, em 2013, eram ativistas e militantes de organizações e movimentos que atuaram neste ciclo de protestos, em sete estados diferentes do país: Pará (PA) – 3 pessoas, Ceará (CE) – 4, Goiás (GO) – 5, Rio Grande do Sul (RS) – 6, Minas Gerais (MG) – 6, Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) – 6.

O quadro 5 apresenta uma caracterização destes participantes.

Entre os dados apresentados no Quadro 5, devem-se destacar alguns que contribuirão com a análise e interpretação das

² Exemplos da aplicação dessas categorias na pesquisa “Ocupações secundaristas em 2015 e 2016” se encontram em: Groppo, Oliveira (2021), Groppo, Silva (2020) e Groppo, Sallas, Sofiati (2022). Na pesquisa “Dimensões...”, em Groppo *et al.* (2023b).

experiências de tais ativistas e militantes nas Jornadas. Como já anunciado, 26 pessoas eram jovens durante as Jornadas (tinham entre 16 e 29 anos em 2013) e 11 eram adultas (com 30 anos ou mais), o que permitiu, em especial para o tema do presente capítulo – experiências nos protestos –, uma comparação intergeracional.

A Tabela 2 apresenta dados sobre a forma de participação. 17 das pessoas participantes eram militantes, forma como classificamos quem fazia parte, então, de juventudes partidárias, partidos e entidades estudantis, incluindo grêmios de escolas de Educação Básica, organizações essas informadas pelo repertório de contestação socialista. Quanto às demais 18 pessoas, as ativistas a que nos referimos, compreendem formas de participação diferenciadas: 11 pessoas eram autonomistas, forma como classificamos pessoas que faziam parte de coletivos e movimentos informados pelo repertório autonomista e anarquista; 5 definiram sua participação como independente, ou seja, sem vinculação formal às organizações que realizaram os atos nos quais atuaram ativamente; 2 compunham movimentos territoriais (Carolina Maria/RJ, contra a violência policial nas comunidades, e Rita/CE, contra obras que removeria a população de seu bairro); e 2 pessoas foram classificadas como apoiadoras, por defenderem os direitos de manifestantes (Jota/ GO, por meio de um Centro de Direitos Humanos, e Patrícia/RJ, que compunha uma rede de advogadas e advogados).

Quadro 5: Caracterização de ativistas e militantes que concederam entrevistas.

Pseudônimo/ Estado	Gênero	Orientação Sexual	Raça	Idade em 2013	Escolaridade em 2013	Forma de atuação em 2013
Amiel/CE	Não Binário	“Preferência por homens”	Negra	32	Graduanda em Cinema e Audiovisual em universidade pública	Militante do movimento estudantil. Filiado ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).
André Martins/ SP	Masculino	Pansexual	Branca	27	Cursando Comunicação Social em instituição privada	Autonomista. Criou com um amigo evento no <i>Facebook</i> que precipitou os atos em município do interior.
André Rebouças/RS	Masculino	Heterossexual	Negra	21	Graduando em História em universidade pública.	Militante. Filiado ao PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). Atuou no Bloco de Lutas pelo Transporte de Porto Alegre (Bloco de Lutas). Coordenador Geral do Diretório Central Estudantil (DCE) da universidade.
Antônio/GO	Masculino	Heterossexual	Branco	31	Estudante de Doutorado	Autonomista. Ativista da Frente de Lutas pelo Transporte (Frente de Lutas).
Artemis/RS	Feminino	Bissexual	Negra	26	Estudante de Ensino Médio	Independente. Atuou nas Jornadas a partir de sua

Pseudônimo/ Estado	Gênero	Orientação Sexual	Raça	Idade em 2013	Escolaridade em 2013	Forma de atuação em 2013
						proximidade com o movimento estudantil.
Carlos/GO	Masculino	Bissexual	Branco	18	Graduando em Jornalismo em universidade pública	Autonomista. Atuou na Frente de Lutas.
Carolina Maria de Jesus/RJ	Feminino	Heterossexual	Negra	26	Estudante de cursinho pré-vestibular	Ativista de movimento territorial. Liderança de movimento em favela carioca contra violência policial.
Chiquinha Gonzaga/RS	Feminino	Heterossexual	Negra	21	Graduanda em Educação Física em universidade pública.	Ativista do Diretório de Educação Física (DEF) da universidade pública. Atuou na Frente de Lutas.
Conceição/PA	Feminino	Bissexual	Negra	21	Graduanda em Fisioterapia em instituição privada	Militante de juventude partidária ligada ao PSOL.
Dandara /SP	Feminino	Heterossexual	Negra	20	Graduanda de Direito de instituição privada	Militante do movimento estudantil e do PSOL.
Emanoel/MG	Masculino	Heterossexual	Branca	23	Mestrando em Geografia em universidade pública	Militante do PSOL. Atuou na Assembleia Popular Horizontal (APH) de Belo Horizonte.
Emílio/SP	Masculino	Heterossexual	Branca	20	Graduando de Filosofia em universidade pública	Ativista do Movimento Passe Livre – São Paulo (MPL-SP).

Pseudônimo/ Estado	Gênero	Orientação Sexual	Raça	Idade em 2013	Escolaridade em 2013	Forma de atuação em 2013
Honestino/GO	Masculino	Heterossexual	Negra	17	Estudante de Ensino Médio	Militante de juventude do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Presidente de entidade estudantil secundarista.
Hugo de León/RS	Masculino	Heterossexual	Branca	22	Graduando em Engenharia em instituição privada	Militante do movimento sindical e do movimento estudantil.
Irma/ MG	Feminino	Heterossexual	Negra	19	Graduanda em Ciências Sociais em universidade pública	Independente. Atuou a partir do movimento estudantil e de sua proximidade com o Levante Popular da Juventude (LPJ).
Joana/MG	Feminino	Heterossexual	Negra	32	Graduanda em História em universidade pública	Militante do PSTU.
Jorge/PA	Masculino	Heterossexual	Branca	23	Graduando em Ciências Sociais em universidade pública	Militante de juventude do PCdoB
Jota/GO	Masculino	Gay	Branca	22	Ensino Médio completo	Apoiador. Membro do Centro de Direitos Humanos.
Juliana/SP	Feminino	Bissexual	Negra	21	Cursando Turismo em instituição privada	Autonomista. A partir do midiativismo se engajou no Ocupa Alckmin.

Pseudônimo/ Estado	Gênero	Orientação Sexual	Raça	Idade em 2013	Escolaridade em 2013	Forma de atuação em 2013
Karine/RS	Feminino	Bissexual	Branca	21	Graduanda em Ciências Sociais em universidade pública	Militante do LPJ. Atuou no Bloco de Lutas.
Luan/MG	Masculino	Heterossexual	Branca	32	Licenciado em Filosofia por universidade pública	Anarquista. Atuou junto ao Coletivo Mineiro Popular.
Lucimar/RJ	Feminino	Heterossexual	Branca	40	Superior incompleto	Autonomista. Manifestante nas Jornadas e na greve de docentes. Ativista da “Greve dos Garis” em março de 2014.
Luís/SP	Masculino	Heterossexual	Branca	29	Mestrando em História em universidade pública	Autonomista. Ativista do MPL-SP.
Luís Gama/RJ	Masculino	Bissexual	Negra	22	Graduando em História em universidade pública	Militante do PSOL. Dirigente do Centro Acadêmico de História e membro do DCE da universidade
Márcia/RS	Feminino	Heterossexual	Branca	27	Graduanda em Jornalismo em universidade privada	Militante de juventude do PCdoB e do DCE de sua universidade no interior
Marcos/MG	Masculino	Heterossexual	Negra	24	Mestrando em Educação em universidade pública	Militante do Partido dos Trabalhadores (PT) e do cursinho popular Educafro no interior

Pseudônimo/ Estado	Gênero	Orientação Sexual	Raça	Idade em 2013	Escolaridade em 2013	Forma de atuação em 2013
Marta/RJ	Feminino	Heterossexual	Branca	38	Doutora em História por universidade pública	Independente. Apoiadora do coletivo Redes e Ruas.
Patrícia/RJ	Feminino	Heterossexual	Branca	35	Graduada em Direito	Apoiadora. Atuou como “advogativista” na defesa de manifestantes.
Pedro/MG	Masculino	Heterossexual	Branca	25	Superior completo	Autonomista. Ativista da APH e do Comitê Popular dos atingidos pela Copa do Mundo (CPC) em Belo Horizonte.
Rita/CE	Feminino	Bissexual	Negra	23	Graduanda em Serviço Social em instituição privada	Movimento territorial. Atuante no movimento de moradia, contra as remoções por obras da Copa.
Rosa/SP	Feminino	Heterossexual	Branca	24	Graduada em Serviço Social em universidade pública	Militante de juventude do PSOL
Samantha/RJ	Feminino	Heterossexual	Branca	32	Graduada em Comunicação Social em universidade pública	Independente. Atuou como midiativista nas transmissões ao vivo das Jornadas.
Santiago/CE	Masculino	Heterossexual	Branca	21	Superior Completo em Direito em universidade pública	Militante do PSOL. Atou junto aos movimentos contra as remoções pelas obras da Copa.

Pseudônimo/ Estado	Gênero	Orientação Sexual	Raça	Idade em 2013	Escolaridade em 2013	Forma de atuação em 2013
Tales/CE	Masculino	Heterossexual	Branca	25	Mestre	Militante do PSOL.
Teresa/GO	Feminino	Heterossexual	Branca	31	Graduada em Ciências Sociais em universidade pública	Independente. Participou de atos de brasileiras e brasileiros na Austrália em apoio às Jornadas.
Wanda/PA	Feminino	Bissexual	Negra	21	Graduanda em Gestão de Recursos Humanos em instituição privada	Militante de juventude do Partido Comunista Revolucionário (PCR) e do movimento estudantil.
Zumbi dos Palmares/RJ	Masculino	Heterossexual	Negra	48	Sem escolaridade	Liderança da “Greve dos Garis” em março de 2014.

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

Tabela 2: Forma de participação nas Jornadas de ativistas e militantes que concederam entrevista

Forma de participação	Pseudônimo/Estado	n.
Militantes	Amiel/CE, André Rebouças/RS, Conceição/PA, Dandara/SP, Emanuel/MG, Honestino/GO, Hugo de León/RS, Joana/MG, Jorge/PA, Karine/RS, Luís Gama/RJ, Márcia/RS, Marcos/MG, Rosa/SP, Santiago/CE, Tales/CE, Wanda/PA	17
Autonomistas	André Martins/SP, Antônio/GO, Carlos/GO, Chiquinha Gonzaga/RS, Emílio/SP, Juliana/SP, Luan/MG, Lucimar/RJ, Luís/SP, Pedro/MG, Zumbi dos Palmares/RJ	11
Independentes	Artemis/RS, Irma/MG, Marta/RJ, Samantha/RJ, Teresa/GO	5
Movimentos territoriais	Carolina Maria de Jesus/RJ, Rita/CE	2
Apoiadoras	Jota/GO, Patrícia/RJ	2
Total		37

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

Indícios da subjetivação política

As perguntas do roteiro de entrevista cujas respostas foram analisadas destacam as experiências das e dos participantes da pesquisa nas Jornadas. Elas tendem a destacar a dimensão individual e subjetiva da atuação nas Jornadas, o que pode facilitar a análise de algumas das categorias de subjetivação política (como desidentificação e reidentificação), em detrimento de outras, que demandam dados e relatos focadas em temas como organização do movimento, pautas e táticas (como deslocamento de instrumentos jurídicos e formação de coletivos).

Considerando esta limitação, iniciamos por sintetizar, desde já, as respostas a três questões, cuja análise servirá para avaliar em quais pessoas são mais fortes os indícios de subjetivação política propiciada por 2013. As questões são 21 (indicação de uma palavra-chave definidora das Jornadas), 7 (significado das Jornadas) e 17 (êxito do movimento).

Ao se colocar lado a lado as respostas dadas pelas pessoas entrevistadas para estas três questões – palavra-chave, significado e êxito – foi montado o quadro 6, que espera contribuir para atender ao principal problema de pesquisa deste relatório: até que ponto as experiências nas Jornadas configuraram um processo de subjetivação política?

Quadro 6: Índícios da subjetivação política de ativistas e militantes

Pseudônimo/Estado	Categoria etária em 2013	Forma de atuação em 2013	Palavra-chave: sentido positivo ou negativo	Significado das Jornadas	Êxito das Jornadas
Amiel/CE	Adulta (32 anos)	Militante	Em partes (caótica e possibilidades)	Negativo	Não
André Martins/ SP	Juvenil (27)	Autonomista	Positivo (resiliência)	Positivo	Sim
André Rebouças/RS	Juvenil (21)	Militante	Não respondeu	Positivo	Sim
Antônio/GO	Adulta (31)	Autonomista	Positivo (Luta e coragem)	Positivo	Sim
Artemis/RS	Juvenil (26)	Independente	Positivo (Esperança)	Positivo	Em partes
Carlos/GO	Juvenil (18)	Autonomista	Positivo (Persistência)	Parte positivo, parte negativo	Sim
Carolina Maria de Jesus/RJ	Juvenil (26)	Ativista de movimento territorial	Positivo (Resistência)	Positivo	Sim
Chiquinha Gonzaga/RS	Juvenil (21)	Autonomista	Positivo (Revolta)	Positivo	Não
Conceição/PA	Juvenil (21)	Militante	Positivo (Movimentação)	Positivo	Sim
Dandara /SP	Juvenil (20)	Militante	Positivo (Consciência)	Positivo	Sim
Emanoel/MG	Juvenil (23)	Militante	Positivo (Reflexão)	Positivo	Sim
Emílio/SP	Juvenil (20)	Autonomista	Em partes (“A insustentável leveza do ser”)	Parte positivo, parte negativo	Sim
Honestino/GO	Juvenil (17)	Militante	Positivo (Desenvolvimento)	Positivo	Sim

Pseudônimo/Estado	Categoria etária em 2013	Forma de atuação em 2013	Palavra-chave: sentido positivo ou negativo	Significado das Jornadas	Êxito das Jornadas
Hugo de León/RS	Juvenil (22)	Militante.	Negativo (Perigosa)	Negativo	Não
Irma/MG	Juvenil (19)	Independente	Positivo (Organização política)	Positivo	Em partes
Joana/MG	Adulta (32)	Militante	Positivo (Possível)	Positivo	Não
Jorge/PA	Juvenil (23)	Militante	Negativo (Confusão)	Positivo	Não
Jota/GO	Juvenil (22)	Apoiador	Positivo (mobilização)	Positivo	Sim
Juliana/SP	Juvenil (21)	Autonomista	Em partes (complexo)	Positivo	Sim
Karine/RS	Juvenil (21)	Militante	Positivo (Intensidade)	Positivo	Em partes
Luan/MG	Adulta (32)	Autonomista	Positivo (Esperança)	Positivo	Sim
Lucimar/RJ	Adulta (40)	Autonomista	Positivo (Ruptura)	Positivo	Sim
Luís/SP	Juvenil (29)	Autonomista	Positivo (Insurreição)	Positivo	Sim
Luís Gama/RJ	Juvenil (22)	Militante	Positivo (Aprendizado)	Positivo	Sim
Márcia/RS	Juvenil (27)	Militante	Negativo (Contradição)	Positivo	Não
Marcos/MG	Juvenil (24)	Militante	Negativo (Encruzilhada)	Positivo	Sim
Marta/RJ	Adulta (38)	Independente	Positivo (Vivo)	Positivo	Não
Patrícia/RJ	Adulta (35)	Apoiadora	Positivo (Foda)	Positivo	Sim
Pedro/MG	Juvenil (25)	Autonomista	Positivo (Abertura)	Positivo	Sim

Pseudônimo/Estado	Categoria etária em 2013	Forma de atuação em 2013	Palavra-chave: sentido positivo ou negativo	Significado das Jornadas	Êxito das Jornadas
Rita/CE	Juvenil (23)	Movimento territorial	Positivo (Experiência)	Negativo	Não
Rosa/SP	Juvenil (24)	Militante	Positivo (Inspiração)	Positivo	Sim
Samantha/RJ	Adulta (32)	Independente	Positivo (Explosão)	Positivo	Em partes
Santiago/CE	Adulta	Militante	Negativo (Exaustão)	Parte negativo, parte positivo	Não
Tales/CE	Juvenil (25)	Militante	Positivo (Esperança)	Parte negativo, parte positivo	Não
Teresa/GO	Adulta (31)	Independente	Positivo (Esperança)	Positivo	Sim
Wanda/PA	Juvenil (21)	Militante	Positivo (Amadurecimento)	Positivo	Sim
Zumbi dos Palmares/RJ	Adulta (48)	Autonomista	Positivo (A luta não acabou)	Positivo	Sim

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

Se considerarmos que a avaliação positiva das Jornadas – por meio da palavra-chave, pelo significado atribuído ao ciclo de protestos e por tê-la considerado vitoriosa – é indicador de que a pessoa entrevistada viveu um processo de subjetivação, temos: 17 pessoas atendem a esses três critérios; 12 atendem dois critérios; 5 pessoas, apenas 1 critério; e 3 pessoas não atendem a nenhum desses critérios.

Entre as 17 pessoas que atendem os três critérios: 12 são jovens e 5 adultas; 7 são autonomistas, 7 militantes, 1 independente, 1 ativista de movimento territorial e 1 apoiadora.

Entre as 12 pessoas que atendem dois critérios: 9 são jovens e 3 adultas; 6 eram militantes, 3 autonomistas e 3 independentes.

As 8 pessoas que atendem um critério ou nenhum são: 7 jovens e 1 adulto; 7 militantes e 1 ativista de movimento territorial.

Os dados indicam a tendência de autonomistas vivenciarem experiências políticas mais afeitas à subjetivação política. A categoria etária não é aqui determinante.

Se destacarmos as 3 pessoas que não atenderam a nenhum dos critérios, podemos ter pistas interessantes de interpretação. Em todas elas, de alguma forma a tese das Jornadas como “ovo da serpente” está presente, mais fortemente em Hugo de León/RS. Em 2013, Hugo de León/RS era um jovem metalúrgico, sindicalizado e calouro do movimento estudantil, engajado em tendências próximas ao trabalhismo do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e, logo, às do Campo Popular (quando entrevistado, era filiado ao PT); apesar de sua entrevista indicar que as Jornadas o levaram ao movimento estudantil, o qual teve grande importância em sua trajetória política, chega a afirmar que as Jornadas foram parte de uma conspiração internacional. Santiago/CE era deputado estadual pelo PSOL, tendo atuado nas Jornadas em favor dos movimentos de moradia em bairros afetados por obras da Copa; sua entrevista adota em parte a tese do “ovo da serpente”, mesmo que de forma mais comedida. Amiel/CE militou em partidos socialistas críticos ao Campo Popular do PT e, na sua entrevista, se mostra bastante aturdida com o que definiu como a “caixa de Pandora” aberta em

2013, pouco destacando a combatividade do movimento “Ocupe o Cocó”, do qual foi importante liderança. Ou seja, há elementos de subjetivação política mesmo nesses três militantes socialistas, em especial em Amiel e Hugo de León.

Será necessário, portanto, uma interpretação e análise mais detalhadas sobre cada questão destacada no Quadro 4. Ainda na busca de indícios da subjetivação política, trazemos desde já a análise da última questão do roteiro de entrevistas. A questão pedia para se definir as Jornadas em uma palavra. Então, 2 pessoas citaram duas palavras; 2, uma expressão. Apenas uma pessoa não respondeu (André Rebouças, RS). A figura 1 ilustra as palavras escolhidas.

Figura 1: Nuvem de palavras a partir da resposta à questão: “Defina as Jornadas em uma palavra”.



Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

Esperança foi a única palavra que se repetiu (4 vezes). Possível e possibilidade estão próximas dela, tanto em seus significantes como nos seus significados, assim como mobilização e movimentação. Em sua maioria, palavras e expressões têm conotação positiva, tratando principalmente de emoções, sentimentos e qualidades das e dos participantes (além de esperança, coragem, inspiração, persistência, reflexão, resiliência e

vivo) ou fazendo descrições dos protestos (desenvolvimento, experiência, foda, insurreição, intensidade, luta, organização política, resistência, revolta e ruptura). Em três casos, falam das consequências de 2013 (abertura, aprendizado, amadurecimento e a luta não acabou).

Termos mais ambíguos ou negativos são minoria, mas relevantes, pois indicam a complexidade das Jornadas. Em geral, descrevem 2013 (caótica, complexo, confusão, contradição, encruzilhada, explosão e perigosa) e, no caso do termo exaustão, pode se referir tanto às consequências do ciclo quanto às emoções após 2013.

A nuvem de palavras indica que as Jornadas foram vividas, para a maioria das e dos participantes da pesquisa, como uma ruptura significativa da “normalidade” política institucional – desafiando os poderes da “polícia”, nos termos de Rancière – e uma experiência de subjetivação política – revelada pelas emoções e sentimentos suscitados pela memória dos eventos. Por outro lado, termos que aludem à ambiguidade, complexidade e mesmo aos aspectos negativos de 2013 indicam outros elementos a considerar, tanto na caracterização do ciclo como uma suposta vivência da política como desentendimento, quanto na sua potência de efetivar processos de subjetivação política. De toda forma, tal qual Emílio/SP revela na expressão escolhida – “A insustentável leveza do ser” –, as Jornadas tiveram, para ele e várias outras pessoas entrevistadas, efeito similar ao que tiveram a Primavera de Praga e a “normalização” imposta pela União Soviética para as personagens do romance de Milan Kundera: “vidas atropeladas”. (Emílio/SP).

Motivações e significados de 2013

Na resposta à questão “O que te levou a participar das Jornadas de 2013?”, encontramos as motivações das e dos participantes. O fato de termos recrutado para as entrevistas pessoas que tiveram papel ativista ou militante, participando de

organizações e movimentos que convocaram as manifestações, explica o fato de que as Jornadas encontraram a maior parte delas e deles com alguma trajetória política ao menos iniciada. Grande parte já estava envolvida com partidos políticos, juventudes partidárias, organizações, coletivos, grêmios estudantis e/ou movimentos sociais.

Sendo assim, 25 participantes atribuem a motivação à sua trajetória política pregressa, em boa parte de militância política em partidos e juventudes partidárias (15 pessoas), em movimentos sociais e estudantis (6), grêmios estudantis (2) e em manifestações anteriores (1). Essas trajetórias políticas foram de grande valia para orientar a participação delas e deles nas Jornadas, que, neste sentido, também foi um encontro de inúmeras lutas sociais e uma constelação de organizações e repertórios.

Pautas oriundas de diversos movimentos foram ao encontro das pautas trazidas pelas Jornadas, com diferentes graus de sucesso. Essas pautas motivaram 6 participantes: luta contra a remoção de casas por obras para a Copa do Mundo (Rita/CE e Santiago/CE), justiça pelo assassinato de pessoa conhecida pelas mãos da polícia (Carolina de Jesus/RJ), direito à cidade (Irma/MG) e “apoio aos brasileiros” (Hugo de León/RS). Outras motivações têm relação mais direta com táticas organizacionais (4 pessoas): expansão do movimento (André Martins/SP), construção de organização para lutar por direitos (Zumbi dos Palmares/RJ), criação de um grupo de advogadas e advogados para a defesa de manifestantes (Patrícia/RJ) e cobertura dos atos (Juliana/SP). Finalmente, uma emoção ou sentimento orientou duas pessoas: “despertar do interesse político” (Rosa/SP) e “o encontro entre velhos e novos movimentos” (Marta/RJ).

A motivação mais presente também se reflete na forma de participação mais frequente, expressa na resposta à questão: “Como foi a sua forma de participação nas Jornadas?”. Quase metade das pessoas participaram das Jornadas a partir dos seus engajamentos militantes e, até mesmo, no cumprimento de tarefas militantes. Entre as 17 pessoas militantes, quase todas com mais do

que um engajamento, predominam as juventudes partidárias e partidos: entre os partidos, destaca-se o PSOL (7 engajamentos), seguido por PSTU e PT; entre as juventudes partidárias, a União da Juventude Socialista (UJS) (3 engajamentos), seguida pelo Juntos! (juventude do PSOL), LPJ (orientado pelo partido Consulta Popular) e União da Juventude Rebelião (UJR, juventude do PCR). A seguir, a atuação no movimento estudantil e entidades representativas de estudantes (7).

Em diversos relatos de militantes, a força das manifestações iniciais, ainda que não anunciassem o gigantismo assumido pelos protestos na segunda metade de junho de 2013, revelou a importância de que a organização partidária na qual militava se engajasse nos atos. Militantes do movimento estudantil consideraram mais natural ou evidente a importância de atuar em manifestações com grande participação de uma massa juvenil, mesmo que, como no caso de alguns militantes oriundos do Campo Popular das esquerdas (orientado pelo PT), viessem a desenvolver posteriormente uma visão mais desencantada (Jorge/PA) ou muito crítica (Hugo de León/RS) em relação às Jornadas. Uma questão já se coloca aqui: até que ponto, participantes que pareciam realizar tão somente uma tarefa militante configuraram suas experiências como uma subjetivação política?

A política como dissenso ou desentendimento e os processos de subjetivação política parecem mais afeitos, a princípio, àquelas e aqueles que atuaram como ativistas de coletivos e organizações autonomistas e de movimentos territoriais. A condição de apoiadora e apoiador também pode implicar uma posição mais distanciada, semelhante à de militantes.

Um primeiro olhar sobre ativistas autonomistas, entretanto, indica que talvez a condição juvenil e estudantil tenha sido mais importante do que a forma de participação no que se refere aos impactos pessoais da subjetivação política. Ou talvez melhor, os maiores impactos se observam nos casos que combinam condição juvenil e/ou estudantil com a forma ativista (em especial, autonomista) de participação nas Jornadas. Os casos de André

Martins/SP, criador de coletivo no interior paulista, e de Antônio/RS, importante ativista da Frente de Lutas pelo Transporte em Goiânia, parecem típicos, inclusive quando revelam de modo mais patente os impactos negativos deste processo de subjetivação política, na forma da perseguição policial e judicial que se abateu contra eles e outras pessoas depois das Jornadas.

As respostas às perguntas “O que significou para você então, em 2013, esta participação? Esse significado mudou com o tempo para você?” podem trazer mais elementos a respeito das motivações e suas relações com os impactos das Jornadas.

As Jornadas tiveram significados positivos para grande parte das pessoas entrevistadas (30), mas, tal qual a nuvem de palavras (figura 1) revelou, também são relevantes as semânticas negativas, ainda que somente 2 pessoas tenham avaliado 2013 apenas negativamente (Amiel/CE e Hugo de León/RS), enquanto 5 consideraram as Jornadas em parte positivas, em parte negativas (Marta/RJ, Carlos /GO, Emílio/SP, Jota/GO e Santiago/CE).

Amiel/CE e Hugo de León/RS têm as avaliações mais negativas de 2013 em suas respostas à questão acima. Amiel/CE, muito atuante nas Jornadas em Fortaleza, a partir do movimento estudantil, dando continuidade à sua participação no movimento “Ocupe o Cocó”, veio por considerar que 2013 “abriu a caixa de Pandora”, dando vazão “a todo tipo de maluquice”. Amiel/CE se refere principalmente à ascensão da extrema direita no Brasil e em outros retrocessos na democracia institucional dos anos seguintes, no que é acompanhado por boa parte das pessoas que levantaram aspectos negativos em sua avaliação de 2013, mesmo quando elas citam signos positivos – algo que também ocorre em parte das pessoas que alteraram a sua interpretação das Jornadas ao longo do tempo. A falta de direção política é mencionada por duas pessoas. Outros significados negativos merecem menção, pois reaparecerão em outros momentos: a forte repressão policial (Jota/GO) e, pela falta de cuidado com a segurança, a criminalização da Frente de Lutas em 2014 (Carlos/GO).

Algumas pessoas responderam com mais de um significado, ao apontar interpretações positivas de 2013. Temos 34 respostas: 16 atribuem significados pessoais às Jornadas, 18 atribuem, mais diretamente, significados sociais e coletivos.

Em relação aos significados pessoais, entretanto, 12 respostas são explícitas em seu vínculo com a experiência política, tanto entre autonomistas quanto socialistas. Para Emanuel/MG, trata-se de um “marco geracional profundo que ainda vai se desdobrar em outros sentidos ao longo da nossa trajetória política”. Enquanto que para Pedro/MG, a tão esperada “insurreição” popular enfim acontecia, foi certificada a convicção da importância da auto-organização e da autogestão (Antônio/GO) e foi reacesa “a expectativa de uma revolução” (Karine/RS). Mais frequentes foram as respostas que aludiram a um momento de profunda formação política, na forma de “construção política” (Luan/MG), “amadurecimento” (Wanda/PA) ou “experiência militante” (Jorge/PA), na oportunidade de conhecer lideranças políticas como Marielle Franco (“um ponto de virada na minha vida pessoal, política também [...]”, segundo Samantha/RJ) e na metáfora do “despertar” (utilizada por Luís Gama/RJ e Dandara/SP). Se Irma/MG ficou convencida da necessidade de se “organizar politicamente”, Márcia/RS criou uma visão mais crítica em relação às organizações políticas tradicionais.

Então, 2 das 4 respostas que aludem aos aspectos mais propriamente pessoais têm uma dimensão existencial impactante: para André Martins/SP, o ano de 2013 foi uma espécie de “morte” e “renascimento”, que “mudou completamente a minha vida”; segundo Juliana/SP, ela viveu uma “virada pessoal” em um momento que lhe ofereceu “um mundo de possibilidades”. Para Artemis/RS, estudante de Ensino Médio e independente, o ano de 2013 “inflamou” os seus sentimentos e a levou a se “posicionar como cidadã”, enquanto que Patrícia/RJ, adulta e advogada apoiadora, viveu as manifestações como “momentos de felicidade”. Pedro/MG faz confluír em sua resposta as dimensões existenciais e políticas destes significados pessoais: “É muito piegas, mas eu acho

que foi o período mais feliz da minha vida. Por causa disso, assim, dessa sensação de esperar muitos anos uma insurreição aparecer, e ela apareceu”.

Apesar de se esperar um largo predomínio de autonomistas e independentes nesta categoria de respostas mais pessoais, dada a importância para o repertório autonomista (que também tem orientado a atuação de independentes) da vinculação pessoal às causas e a consideração às individualidades pela organização (Pleyers, 2024), isso não aconteceu. Entre as 16 pessoas que trouxeram esse tipo de respostas, 4 eram autonomistas e 4 independentes. Ou seja, os significados para a vida individual da experiência das Jornadas também aparecem de forma marcante nas respostas de militantes (7 pessoas) e, até mesmo em uma adulta apoiadora.

Pode-se concluir que o verdadeiro fator decisivo foi a condição juvenil. A juventude é considerada como momento decisivo na formação da consciência social, segundo Karl Mannheim (1982). A condição juvenil, ao lado da estudantil, foi mais marcante que a forma de participação nesta categoria de respostas, pois, entre as 16 pessoas aqui mencionadas, 14 eram jovens.

Quanto às 18 respostas que tratam de significados coletivos, sociais e históricos, destacam-se, de um lado, as que valorizam a importância política da organização para a luta (8) e, de outro, as que saúdam a mobilização popular em si mesma (6), enquanto 3 respostas aludem ao sentido histórico das Jornadas e apenas 1 recorda da conquista da pauta mais imediata, a revogação do aumento das tarifas do transporte público (Carlos/GO).

O predomínio, nesta categoria, de respostas que valorizam a organização política e a mobilização popular para a luta se deve ao importante número de militantes de juventudes partidárias, partidos e entidades estudantis entre as e os participantes da pesquisa. Militantes foram quem mais destacaram estes elementos organizativos. Por vezes, a pessoa militante parece dissolver sua subjetividade na organização, quando o significado atribuído é o da “afirmação ideológica” do instrumento de luta classicamente

defendido por seu partido, no caso, a mobilização popular (André Martins/RS). Outras vezes, o significado parece mais pessoal, como em Honestino/GO, que afirma que “era o sonho de qualquer militante ver o povo tomando as ruas”. Mais caracteristicamente, se busca uma avaliação objetiva ou impessoal, quando 2013 revelou a possibilidade de mobilizar as pessoas “para fazer as coisas” (Joana/MG).

Como exaltação da mobilização popular, tida como algo positivo em si mesmo, as respostas valorizam a “massa de pessoas nas ruas” (Chiquinha Gonzaga/RS) e o seu “ímpeto de enfrentamento” (Marta/RJ) que, conforme Luís/SP, permite às próprias pessoas que experimentaram as Jornadas se convencer de que “é possível mobilizar para fazer as transformações” – deslocando o papel mobilizador, como autonomista convicto, das organizações para próprias pessoas.

Quanto às respostas que destacam o alcance histórico das Jornadas, para Emílio/SP, citando Paulo Arantes (2014), 2013 significou a “abertura do horizonte político”, o que promoveu a “mudança de rumos” na história política do país (Tales/CE). Recordam ainda, que este ciclo de protestos estava congregado a um ciclo de maior alcance, os movimentos dos anos 2010, iniciados com a Primavera Árabe (Zumbi dos Palmares/RJ).

O tratamento dos dados a respeito da alteração de significados das Jornadas ao longo do tempo indicou que, das 37 pessoas entrevistadas, 15 afirmaram ter havido alterações, 11 que não houve e 11 não responderam ou sua resposta não deixa óbvio se houve alteração.

Em relação às alterações, 6 trazem uma avaliação mais negativa das Jornadas, relacionada à ascensão da extrema-direita nos anos seguintes: elas partem da posição extremada de Hugo de León/RS, que vê nelas parte de uma espécie de complô internacional, passando por Karine/RS, que descreve a entrada de pautas contraditórias ao longo das grandes manifestações, e chega até Emílio/SP, que explica que não era possível durante junho de 2013 ter a dimensão do que poderia decorrer dali nos anos

seguintes. Por outro lado, 4 respostas reforçam a positividade das Jornadas, destacando-se o relato de Marta/RJ: “Mudou de significado. Ali foi um significado de forma superficial, por um tempo, como se as dinâmicas de 2013 tivessem causado a crise política depois. E eu não acredito nisso, porque não é linear”. Três relatos criticam a atuação das organizações, dois deles de ativistas autonomistas, seja por não se ter aproveitado as oportunidades abertas durante as manifestações (Luís/SP), seja porque os movimentos deveriam ter continuado a “ocupar as ruas” (Paulo/MG). Enfim, 2 relatos, apesar de apontar alguns aspectos negativos que tornam mais complexos os significados das Jornadas, não alteraram radicalmente suas visões sobre 2013.

As motivações e os significados atribuídos às Jornadas pelas pessoas entrevistadas permitem considerar esse ciclo de protestos como um grande momento da política como desentendimento. Primeiro, há uma série de desencontros entre as instituições políticas (a “polícia”, no termo de Rancière) e os movimentos sociais que, desde a latência das Jornadas (como o MPL-SP e o CPC) indicavam haver contradições e limites no que parecia ser um grande consenso nacional em torno do pacto de classes selado pelo lulismo (Singer, 2018). O irromper das manifestações levará as forças “policiais” a fazer uso de instrumentos convencionais, como a repressão, a negociação e a cooptação, especialmente a primeira, inclusive com o apoio das mídias comerciais; entretanto, inclusive por causa da indignação diante da desmesurada repressão, o movimento cresce e ganha apoio da opinião pública, deixando as diversas instâncias políticas e seus representantes atônitos.

Entretanto, os protestos ganham teor multitudinário na segunda metade de junho (Cava, Cocco, 2014), parecendo caber melhor na definição de revoltas da multidão (Hardt, Negri, 2005), mas trazendo para ativistas e militantes que entrevistamos, especialmente militantes de repertório socialista, sentimentos de estranhamento diante da amplificação das pautas e da vinda de grupos sociais com diferentes e contraditórias motivações e ideologias políticas para as ruas. Há algo de cacofonia nas vozes

das ruas, que deixou parte de quem entrevistamos em aturdimiento, indicando que a dimensão do desentendimento, se ajuda a descrever importantes elementos das Jornadas, ainda não é suficiente para dar conta de sua complexidade.

Um exemplo interessante é o de Rita/CE, que narra o estranhamento recíproco, nos protestos da segunda metade de junho de 2013, entre integrantes do movimento territorial (de pessoas periféricas e, em sua grande maioria, negras) e a multidão engrossada pelas classes médias (que trazia um teor nacionalista e pauta anticorrupção) que não viam sentido na participação daquele movimento contra as remoções por obras da Copa. Graças a esse episódio de desencontro, em nossa interpretação, Rita/CE, a despeito de seu movimento compor a latência das Jornadas, não se vê como efetiva parte de 2013.

Por outro lado, a política como desentendimento parece que veio também por desafiar os supostos consensos no interior dos movimentos sociais e, principalmente, dos partidos políticos de viés socialista, partidos que também davam orientação às entidades estudantis: e a maior parte das pessoas entrevistadas, como visto, militavam em partidos ou entidades estudantis. Esse desafio às formas consagradas de contestação, a princípio, permite que ativistas autonomistas fiquem mais à vontade dentro do furor das Jornadas, que desafiaram tanto a “polícia” das instituições, quanto o consenso estabelecido em torno do “lulismo” (apoiado por partidos socialistas do Campo Popular, PT, PCdoB e Consulta Popular) e até mesmo a estratégia socialista empregada por partidos socialistas críticos ao Campo Popular (PSOL, PSTU e PCR). Entretanto, tais autonomistas relatam também as dificuldades para dar continuidade ao seu ativismo, apesar de algumas campanhas bem-sucedidas, ao menos até as ocupações estudantis de 2015 e 2016, dado o fechamento de oportunidades políticas e, em alguns casos, a perseguições judiciais: há, então, algo de luto nos seus relatos, mesmo quando avaliam 2013 como positivo – ainda assim, lamentando oportunidades perdidas pela não continuidade da mobilização coletiva.

Dificuldades e repressão policial

Em relação à questão “Quais foram as principais dificuldades que você e o coletivo ou organização em que atuou enfrentaram durante as Jornadas?”, a totalidade das pessoas entrevistadas respondeu com ao menos uma dificuldade e 7 pessoas apontaram duas dificuldades. A tabela 3 distribui essas 44 respostas em sete categorias.

As principais dificuldades relatadas giram em torno da violência policial, com 14 pessoas entrevistadas tratando dela, principalmente durante a repressão às manifestações, como Juliana/SP: “violência, polícia, gás lacrimogênio”. A repressão policial instaurou também um clima de medo, em especial durante os protestos, mas também em decorrência de suas participações na organização do movimento, tanto durante o ciclo de protestos – como a dificuldade para apoiar manifestantes detidas e detidos pela polícia (Patrícia/RJ), a “perseguição” (Karine/RS) e a “vigilância” (Tales/CE) – quanto depois, com a “criminalização” das organizações, segundo Chiquinha Gonzaga/RS. Há, finalmente, a contundente resposta de Carolina Maria de Jesus/RJ, para quem a violência policial nas comunidades cariocas foi a principal pauta de mobilização em 2013: “compreender meu corpo como um corpo terminável nas Jornadas de 2013”. Esse aspecto será retomado adiante, quando analisaremos as respostas à questão específica sobre a repressão policial. Já é possível adiantar que a violência policial foi queixa presente em todas as formas de participação (de militantes a apoiadoras e apoiadores) e em todos os estados (ainda que o Pará tenha estado presente apenas na questão específica sobre o tema).

Tabela 3: Principais dificuldades relatadas por ativistas e militantes

Dificuldade	Pseudônimo/Estado/forma de atuação	n.
Repressão policial	André Rebouças/RJ – militante Artemis/RS – militante Carolina de Jesus/RJ – movimento territorial Chiquinha Gonzaga/RJ – autonomista Dandara/SP – militante Jota/GO – apoiador Juliana/SP – autonomista Karine/RS – militante Luan/MG – autonomista Luís Gama/RJ – militante Marta/RJ – independente Patrícia/RJ – autonomista Pedro/MG – autonomista Tales/CE – militante	14
Organizacional	Amiel/CE – militante André Martins/SP – autonomista Antônio/GO – autonomista Chiquinha Gonzaga/RJ – autonomista Honestino/GO – militante Karine/RS – militante Luciana/RJ – militante Marcos/MG – militante Rosa/SP – militante Samantha/RJ – autonomista	10
Antipartidarismo	Amiel/CE – militante Conceição/PA – militante Joana/MG – militante Jorge/PA – militante Santiago/CE – militante Wanda/CE – militante	6
Outra	André Rebouças/RS – militante Irma/MG – independente Juliana/SP – autonomista Marta/RJ – independente Teresa/GO – independente Zumbi dos Palmares/RJ – autonomista	6
Compreensão	André Martins/SP – autonomista Emanoel/MG – militante Márcia/RS – militante Marta/RJ – independente	4
Acesso	Artemis/RS – militante Rita/CE – movimento territorial	2
Exaustão	Emílio/SP – autonomista Luís/SP – autonomista	2
Total de respostas		44

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

As dificuldades organizacionais foram o segundo tipo mais frequente, com 10 respostas. De certa forma, a dificuldade de acesso aos protestos (2 respostas) e a exaustão (2) guardam relação com a categoria organizacional, analisadas em conjunto a seguir. A dificuldade apontada pela autonomista Chiquinha Gonzaga/RJ tem relação com a repressão policial, a saber, a inexperiência do movimento, que não levou em conta o risco da sua criminalização. Algo semelhante aparece no relato de Antônio/GO, ainda que em outro momento de sua entrevista, quando narra que o fato das assembleias decisórias e organizacionais serem abertas permitiu a presença de muitas pessoas infiltradas de forças de segurança, que colheram informações que serviram para instaurar processos judiciais contra lideranças autonomistas em 2014, incluindo Antônio/GO, impedindo novo ciclo de protestos em Goiânia contra o aumento das tarifas.

Mais frequentes entre as dificuldades organizacionais são as disputas entre os diferentes coletivos e organizações: ela aparece em 3 militantes (Lucimar/RJ, Amiel/CE e Karen/RJ, que fala de “divisão interna e sectarismo”) e em um autonomista (Antônio/GO). Duas pessoas citam as dificuldades financeiras, tanto para manter o movimento estudantil (Honestino/GO)], quanto o midiativismo (Samantha/RJ). André Martins/SP relata a dificuldade de comunicação com autoridades, de um lado, e, de outro, a dificuldade de controlar as próprias manifestações que o seu coletivo convocava. Em sentido semelhante, Rosa/SP traz a dificuldade de controlar o “vandalismo”. Finalmente, Marcos/MG apresenta sua desilusão com o movimento por ter sido incapaz de “dar continuidade às pautas para além dos atos de rua”.

Nos dois relatos sobre a dificuldade de acesso às manifestações, algo que guarda grande parentesco com as pautas da mobilidade urbana que estão nas origens das Jornadas, assim como os temas do passe livre e do direito à cidade, Rita/CE descreve o longo trajeto a pé que era preciso percorrer da periferia até o centro da cidade para participar dos atos, dado que a principal via de acesso era fechada pela polícia; e Artemis/RS discorre que,

para estudantes pobres de bairros periféricos, como ela, participar das manifestações no centro também significava o custo de duas passagens a mais de ônibus.

Os dois relatos de exaustão aparecem em integrantes do MPL-SP. Luís/SP diz que sua maior dificuldade foi “ficar sem dormir, ficar sem comer” e Emílio/SP descreve que “a gente estava tomada por esse turbilhão, [...] virando a noite em reuniões ou nas delegacias”. Ambos fizeram parte do núcleo dirigente do MPL-SP, que durante a primeira metade do mês de junho de 2013 convocou e organizou atos quase diários, até a conquista da revogação da passagem, o que explica a convergência de seus relatos. Luís/SP, inclusive, afirma que esta condição objetiva da exaustão da liderança do MPL-SP foi responsável também pela decisão de se afastarem das grandes manifestações multitudinárias que se seguiram após o ato que comemorou a conquista da revogação, em 20 de junho de 2013.

Para essa decisão, entretanto, talvez tenha contado muito mais o fato de que militantes com bandeiras e camisetas de partidos socialistas, incluindo quem desde o início atuou nas manifestações convocadas pelo MPL-SP, foram atacadas e atacados por parte da multidão, incitada por grupos de extrema-direita que passaram a participar dos protestos a partir daí. Paradoxalmente, o MPL-SP, que pregava a intenção de “perder o controle” dos protestos, efetivamente o perde desde então, mas não no sentido talvez desejado, dando início a uma insurreição popular, mas assistindo, nesta segunda metade de junho, à vinda para a rua de grupos sociais, movimentos políticos e pautas as mais diversas e, até mesmo, contraditórias entre si.

Esta dificuldade inesperada, apesar de não ter sido trazida propriamente pelos ativistas do MPL-SP que entrevistamos, apareceu como a terceira categoria mais citada, na figura do antipartidarismo. As 6 pessoas que a citam, não à toa, eram militantes de juventudes partidárias, partidos ou entidades estudantis orientadas pelo socialismo (todas as 3 pessoas entrevistadas no Pará, 2 de Minas Gerais e 1 do Ceará). Esses

grupos políticos, conforme esses relatos, tiveram sua presença contestada em assembleias e manifestações e, em alguns casos, assim como na capital paulista no dia 20 de junho, atacados por parte da multidão, que arrancavam suas bandeiras ou exigiam que elas fossem baixadas.

Expressões do antipartidarismo, segundo algumas das entrevistas, como a de Honestino/GO, teriam origem no apartidarismo defendido por coletivos autonomistas, como o MPL-SP e a Frente de Lutas de Goiânia. Esse apartidarismo autonomista ansiava pela participação de todas as pessoas, organizadas em partidos e movimentos ou não, e a busca de consensos, ainda que contivesse severas críticas à militância socialista que, por um lado, colocava-se como uma elite dirigente da revolução, distante da população, de outro, por meio do Campo Popular, vinha fazendo parte do sistema político que garantia a manutenção da ordem capitalista. Em algum momento, teria havido um deslocamento do apartidarismo para o antipartidarismo, sob os auspícios das mídias comerciais; o antipartidarismo tinha, em especial, uma conotação anti-PT, cingindo o discurso nacionalista e anticorrupção endossado por parte importante das classes médias que foram para as ruas nas manifestações massivas, legitimado pelas mesmas mídias comerciais.

Parte relevante de quem entrevistamos, inclusive de militantes, não considera que esse deslocamento, assim como o teor nacionalista que parte das manifestações massivas adquiriu, seja suficiente para descrever o que teria sido algo como a “essência” ou verdade última das Jornadas. Inclusive, em 4 respostas, a principal dificuldade foi justamente entender a complexidade das Jornadas, em especial enquanto estavam no “olho do furacão” (Honestino/GO). O tema da perda do controle reaparece, em um militante e em um autonomista: “Entender essa contradição de que o processo estava fora do controle de uma maneira geral” (Emanoel/MG); “O processo era mais amplo, ele estava fora de nosso controle” (André Martins/SP). A dificuldade de “compreender toda a dinâmica” (Marta/RJ) se expressa como

angústia em Márcia/RS, para quem tal incompreensão impediu que o movimento pudesse “se colocar de uma forma que se apresentasse para a sociedade como uma alternativa”.

Nas 6 respostas classificadas como “Outros”, temos, primeiro, dificuldades pessoais: a oposição da família (Juliana/SP), a dificuldade de atuar nas Jornadas por causa de sua gravidez (Marta/RJ) e o fato de estar fora do Brasil, não podendo atuar nas grandes manifestações em seu país (Teresa/GO). Em segundo lugar, as dificuldades que mantêm relação com as organizacionais, em especial as duas primeiras: falta de registro dos atos, como fotografias (Irma/MG); o não entendimento da dinâmica das redes sociais da Internet (André Rebouças/RJ); e a discriminação da categoria agente de saúde ambiental, denominada pejorativamente de “garis” (Zumbi dos Palmares/RJ).

Das 37 pessoas entrevistadas, apenas duas – Irma/MG e Teresa/GO – relataram não terem sofrido nem mesmo visto repressão policial. Irma/MG, porque o pequeno município do interior mineiro teve as manifestações contra as tarifas do transporte público apoiadas pela própria polícia militar, cujas viaturas ajudavam a organizar os atos. Teresa/GO, porque participou de atos de brasileiras e brasileiros na Austrália, pequenas e sem conflitos. Entretanto, as demais 35 entrevistas relatam vivências ou testemunhos de repressão policial.

A maioria dos relatos se referem à atuação das tropas de choque da Polícia Militar, da Guarda Municipal (em Belém/PA) e da Guarda Nacional (em Belo Horizonte/MG) na repressão às manifestações.

Acho que basicamente todo ato tinha bomba, tinha gás lacrimogêneo. Quanto aquelas bombas que faziam barulho, então sim, tenho lembranças. Acho que da primeira vez que aconteceu, eu saí correndo, e aí a galera falava pra não correr. (Artemis/GO).

Quando a polícia veio para cima com tudo, aqui em Goiânia foi muito violento. É uma polícia violenta, é a polícia que mais mata no Brasil, é a

polícia que tem aval do estado para poder cometer atrocidade mesmo. (Carlos/GO).

A repressão policial foi absurda, a ponto de ter ocorrido em todos os atos de 2013 e se tornar tipo normal. (Luís Gama/RJ).

Em dois casos, foram relatadas mortes: de dois jovens em Belo Horizonte/MG, que caíram de viadutos durante a repressão; de uma profissional de limpeza pública em Belém/PA, em consequência da inalação de gás lacrimogêneo. No Rio de Janeiro, a violência policial nas comunidades foi pauta de importantes protestos, em especial depois da morte do pedreiro Amarildo pelas mãos de policiais de uma Unidade de Polícia Pacificadora na Rocinha. Uma das depoentes no Rio, Carolina Maria de Jesus, participava de um movimento destas comunidades. Assim como ela, pessoas entrevistadas da raça negra testemunham que a violência se abateu de forma especial contra pessoas negras. Seu relato, ao lado de outros abaixo, também demonstra que outras táticas de repressão começaram a ser usadas, como detenções, policiais infiltrados, telefones grampeados e processos judiciais.

Desde a primeira manifestação, teve muita repressão e coisas obscuras, como pessoas sendo presas, mortas, pessoas caindo do viaduto e o coletivo de advogados trabalhando muito. Foi complicado. (Emanoel/MG).

Desde o primeiro, teve repressão. Então, para retirar os presos, às vezes, tinha que pagar advogados, mesmo que fossem poucos, porque a gente procurava advogados populares [...]. (Antônio/GO).

Sofremos tanto, que durante as Jornadas começaram a circular fotos nossas em grupos que a gente chama de P2, que são de Policiais à Paisana, e que se infiltram no meio dos atos para poder descobrir quem são os idealizadores e começar aquela perseguição política. (Carolina Maria de Jesus/RJ).

A repressão não vinha só da polícia, a gente começou a apanhar dentro do Bloco, que é um pouco dessa ideia que diziam, que tinham policiais P2 infiltrados dentro do Bloco. (Karine/RS).

Fui grampeada, fiquei três meses grampeada, quase fui presa. (Patrícia/RJ).

Alguns relatos destacam que, durante as manifestações, parte de manifestantes assumiu atitude de confronto com a polícia. Hugo de León/RS e Márcia/RS, de município do interior, demonstraram incômodo e até mesmo estranhamento com essa postura de enfrentamento:

A gente tava lá protestando, mas tinha gente que queimava contêiner de lixo, tinha gente que quebrava vidraça, enfim. Tinha os punks também. (Hugo de León/RS).

O que eu me lembro era que é uma coisa muito doida, porque para a gente, dos movimentos mais tradicionais, essa coisa da repressão sempre foi tratada com muita seriedade e preocupação. Mas para a galera que estava lá participando pela primeira vez, parecia que era uma coisa prazerosa essa repressão, eles achavam! (Márcia/RS).

Há relatos de autonomistas, como Antônio/GO e Pedro/MG, que compreendem esta postura de enfrentamento, especialmente de jovens das periferias, por vezes sob a alcunha de punks e Black Blocs. Ao lado dos autonomistas Luís/SP e Luan/MG, ativistas do MPL-SP, o militante Amiel/CE destaca a atitude popular combativa contra a repressão policial como uma das marcas das Jornadas:

Eu acho que foi uma disputa acirrada, assim entre o povo e o braço armado do Estado. (Amiel/CE).

Concluimos que eram lutas radicais, que não temiam a repressão policial e que, por isso, enfrentavam a repressão policial, não importa como ela seja. (Luís/SP).

A gente perdeu o medo da polícia. [...] Tinha uma galera que não tinha medo da polícia mesmo. Eles vão jogar bomba? E nós vamos revidar com pedra. (Luan/MG).

Se as experiências nas Jornadas trouxeram, em seu lado positivo, a capacidade de organizar manifestações potentes e mobilizar número crescente de pessoas, foram vividas também como momentos de grande repressão policial, em alguns casos

seguida da judicialização dos movimentos. As dificuldades vividas nas mobilizações também marcaram os processos de subjetivação política de adolescentes nas ocupações de escolas em 2015 e 2016, em especial a repressão (da polícia e de pessoas contrárias) e a perseguição que se seguiu depois do movimento. (Grosso, Silva, 2020). Elas fazem das experiências juvenis vividas em um grande ciclo de protesto também um possível celeiro de memórias negativas e traumas, as quais precisam ser consideradas como influências relevantes nas trajetórias políticas de tais jovens.

As Jornadas, contudo, têm como diferencial a complexidade paradoxal das manifestações multitudinárias da segunda metade de Junho e a ambiguidade de seus legados, especialmente por causa da força que ganhou a versão do Campo Popular, a qual afirma que 2013 foi o “ovo da serpente”, responsável pelo *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e pela vitória da extrema-direita nas eleições presidenciais de 2018. Analisar como ativistas e militantes que participaram das entrevistas avaliam 2013 se torna importante, ou seja, verificar se elas e eles consideram que as Jornadas foram vitoriosas ou não.

O êxito das Jornadas

Para 23 das 37 pessoas entrevistadas, as Jornadas foram vitoriosas, o que endossa os sentidos mais positivos do que negativos desse ciclo de protestos para a maioria delas, o que tem se verificado desde a análise das palavras-chave (Figura 1). Para 10 pessoas, elas não foram vitoriosas e, para 4, em parte sim, em parte não, dados que também tendem a endossar as interpretações em torno da figura 1. Entretanto, nem sempre o fato de um movimento não ser considerado vitorioso por quem o integrou significa que ele não foi impactante em suas trajetórias de vida – e, para algumas pessoas, esse próprio impacto é o que caracteriza a vitória de um movimento.

Entre as 23 pessoas que consideraram 2013 como vitorioso, 10 são autonomistas, 9 são militantes socialistas, 2 apoiadoras, 1 independente e 1 ativista de movimento territorial. Das 11 pessoas

adultas entrevistadas, 6 estão aqui. Das 26 jovens, 17 indicaram a vitória de 2013.

Entre as 10 que consideraram 2013 como não sendo vitorioso, militantes predominam, com 7 pessoas; com 1 pessoa cada, autonomista, independente e ativista de movimento territorial; 3 delas eram adultas, 7 jovens. Entre as 4 que dizem que as Jornadas em parte foram vitoriosas, em parte não, 3 são independentes e 1 militante; 3 jovens e 1 pessoa adulta.

A princípio, pesa mais para avaliar 2013 como exitoso a forma de participação nas Jornadas: apenas 1 autonomista (Chiquinha Gonzaga/RS) não considerou que as Jornadas foram vitoriosas, ao contrário das demais 10 pessoas autonomistas. Entretanto, houve mais militantes socialistas que também consideraram-nas exitosas (9) do que derrotadas (7). Proporcionalmente, há um empate entre a avaliação positiva por jovens (17 entre 26) e pessoas adultas (6 entre 11). Do ponto de vista geográfico, todas as pessoas entrevistadas no Ceará (4) consideraram que as Jornadas não foram vitoriosas; entre as 5 entrevistadas no RS, 3 também não a consideraram vitoriosas e 2 disseram que ela foi vitoriosa apenas em parte. Finalmente, das 4 independentes, 3 consideraram-nas como em parte vitoriosa, em parte não.

A respeito das pessoas independentes, que tenderam a avaliar as Jornadas tanto como vitoriosas, quanto como derrotadas, elas, ao lado da militante que também adotou essa posição, enfatizaram – no polo positivo – que a organização política avançou, com novas atrizes e novos atores entrando na disputa política, estimulando sua própria formação política e levando a população a ocupar as ruas, mas, que – no polo negativo – houve uma reação conservadora que desaguou no *impeachment* de Dilma Rousseff e no crescimento da onda conservadora. Ao que se verá, trata-se de uma espécie de síntese da ambiguidade que o conjunto das respostas aponta sobre as Jornadas.

Em relação a quem considerou as Jornadas como um movimento vitorioso, os argumentos apresentados dividem as pessoas entrevistadas em dois grupos. Um primeiro grupo de

respostas considera que a vitória foi a tomada das ruas, destacando-se a atitude das juventudes periféricas apresentando suas pautas e desafiando os poderes estabelecidos. Nesse sentido, a ênfase analítica é o desencadeamento da formação de uma consciência política, contribuindo com o processo de politização da sociedade. Essa concepção se encontra evidente na fala de Honestino/GO, militante socialista, quando afirma:

Toda experiência popular é uma vitória. Toda organização, mobilização, é uma vitória do povo, porque o povo precisa ter isso. Houve uma ruptura com a ideia de que o povo brasileiro é pacífico (Honestino/GO).

Um segundo grupo de respostas, mais presente entre as e os autonomistas, considera que as Jornadas foram vitoriosas, de um lado, pela conquista das demandas de redução das tarifas do transporte público e, de outro, pela repercussão do movimento nas mídias e pela capacidade de colocar o tema da mobilidade urbana em pauta, dando início a avanços significativos em matéria de políticas de transporte público. Luís/SP, autonomista, expressa esta posição:

Mais de 100 cidades reduzem a tarifa. A redução de tarifa significa aumento do salário do trabalhador. O trabalhador passa a ter dinheiro para gastar com outra coisa que não o ônibus (Luís, SP).

Entre as 10 pessoas que consideraram que as Jornadas não foram vitoriosas, os argumentos giram em torno da excessiva violência política e a falta de avanços sociais significativos para as políticas sociais. Algumas análises avaliam as Jornadas a partir do que veio depois, como o crescimento da extrema direita e a ausência de uma posterior organização política de setores sociais.

As Jornadas não conseguiram produzir uma organização política. Após 2013, a vida não melhorou, só houve pioras. (Chiquinha Gonzaga/RS).

Foi um movimento que no fim contribuiu para a redução de direitos e tornou o país mais liberal. Não conseguimos avançar em nenhuma pauta: direito previdenciário, reforma agrária etc. (Hugo de León/RS).

As justificativas trazidas retomam, em parte relevante, os significados atribuídos a 2013: de um lado, capacidade de mobilização popular, formação política e pautas significativas; de outro, repressão policial, dificuldades de manter a mobilização popular, avanço da direita e extrema-direita e retrocessos na política institucional nos anos seguintes.

As Jornadas e a subjetivação política

Entre as categorias de análise oriundas da noção de subjetivação política, apresentadas no item “Subjetivação política”, a que mais se destacou neste texto é a **política como desentendimento**. A seguir, a categoria de **desidentificação** e, em menor escala, **instrumentos de garantia de igualdade**. Merecem destaques, em contrapartida, elementos que indicam os **limites** da subjetivação política em 2013.

A política como desentendimento, desafiando dessa forma os limites do espaço social mantidos pelos poderes da “polícia”, já se destacou na interpretação das palavra-chave, em que muitas delas mencionam as Jornadas como ruptura, resistência e revolta. Os significados atribuídos pelas pessoas entrevistadas ao ciclo de protestos reforçam este elemento, dado que 30 delas avaliaram positivamente as Jornadas e apenas 2 negativamente. Quem avalia positivamente, saúda a “insurreição popular” (Pedro/MG), espreita “uma revolução” (Karina/RS), exalta a “massa de pessoas nas ruas” (Chiquinha Gonzaga/RS) e seu “ímpeto de enfrentamento” (Marta/RJ).

Os significados aludem a uma série de desencontros entre as instituições políticas (“polícia”) e os movimentos sociais e, até mesmo, desencontros no interior desses movimentos, em especial no que se refere às funções e ao posicionamento de partidos de viés socialista. Não à toa, o repertório autonomista tem o protagonismo das manifestações iniciais das Jornadas. Por vezes, as entrevistas indicam que autonomistas e independentes pareceram mais à vontade durante este ciclo de protestos. Finalmente, o êxito das

Jornadas é endossado por 23 pessoas, afora 4 que a consideraram vitoriosa em parte. Novamente, as justificativas que aludem à ruptura e resistência se destacam, se referindo especialmente, agora, a jovens das periferias e ao seu desafio dos poderes estabelecidos, revidando a violência policial.

A desidentificação aparece em diferentes formas, especialmente nas 16 pessoas que atribuíram significado pessoal às Jornadas. 12 delas vincularam a experiência pessoal à política, como “amadurecimento” (Wanda/PA) e “despertar” (Luís Gama/RJ e Dandara/SP). Já 4 destacam a dimensão existencial desta experiência: falam de 2013 como um “renascimento” (André Martins/SP) e “virada pessoal” (Juliana/SP); associam as Jornadas à felicidade (Patrícia/RJ e Pedro/MG).

Quanto aos instrumentos de garantia da igualdade de fala e ação, eles não são profícuos nas questões analisadas, aparecendo, a rigor, apenas no fato de que as Jornadas foram capazes de reconhecer e abrigar uma série de pautas progressistas – que foram a principal motivação de 6 pessoas entrevistadas. A democracia participativa, vivida nas assembleias decisórias, é parte essencial do repertório autonomista e, não à toa, é descrita como a força de organizações autonomistas como a Frente de Lutas em Goiânia (Carlos/GO). Cabe ainda menção ao relato da militante Wanda/PA, sobre o esforço que ela e sua juventude partidária tiveram de fazer para conviver com as exigências do consenso na organização das manifestações: “Houve um amadurecimento geracional, foi uma experiência importante para combater o sectarismo, porque não havia espaço para o sectário nas Jornadas”.

A conformação de coletivos e os impactos nas trajetórias sociais são categorias muito profícuas para analisar as entrevistas, mas não se destacam nas questões analisadas neste capítulo, as quais enfatizam experiências vividas pelas pessoas entrevistadas mais do que influências posteriores nos movimentos sociais e no curso de suas vidas pessoais. Mas há alguns indicadores que reforçam a verificação de que houve uma proliferação de coletivos juvenis em decorrência das Jornadas (Perez, 2019). As entrevistas,

como dito, destacam o ímpeto desse ciclo de protestos em favor dos movimentos negros, feministas e LGBTQIAPN+, além das ocupações secundaristas de 2015 e 2016. Sobre as trajetórias sociais (políticas, escolares e profissionais) das pessoas que entrevistamos, tema do próximo capítulo, o que já pode ser dito, com base na nuvem de palavras (Figura 1), é a importância das emoções e sentimentos registrados nas memórias das pessoas entrevistadas, indicando uma influência das Jornadas que perdura no curso de suas vidas.

Como esperado, os processos de subjetivação política são mais evidentes em jovens e autonomistas: os significados positivos são atribuídos mais por jovens do que por pessoas adultas, enquanto que, considerando o conjunto das respostas (palavra-chave, significado e êxito), predominam ativistas, especialmente autonomistas. Indica-se, assim, por meio do conjunto de pessoas entrevistadas, que as Jornadas foram um processo de subjetivação política especialmente para jovens ativistas, destacadamente quem se engajou em coletivos e mobilizações autonomistas.

Há limites, entretanto, nesses processos de subjetivação política, que afetam inclusive jovens e autonomistas. Apenas 17 das 37 pessoas entrevistadas apresentaram todos os indicadores de subjetivação relatado no Quadro 6, o que reforça a importância de analisar as principais dificuldades enfrentadas. As principais dificuldades se referem às respostas da “polícia” à política como desentendimento, em especial, a própria repressão aos atos pelas forças de segurança. Assim como adolescentes nas ocupações secundaristas, a repressão deixou severas marcas nas memórias de ativistas e militantes das Jornadas, o que não deixa de ser um traço importante dos processos de subjetivação política de ambos os ciclos de protesto: o sentimento de indignação e a vivência de situações-limite contribuíram para uma compreensão mais profunda das formas como operam as instituições políticas e suas forças repressivas. Entretanto, as experiências da repressão, principalmente nos casos em que houve perseguição (como vigilância e grampo telefônico) e judicialização, trouxeram para

parte relevante de secundaristas, bem como de ativistas e militantes das Jornadas, traumas que foram mais obstáculos do que recursos para as suas trajetórias políticas.

Fatores organizacionais também se destacaram entre as dificuldades. Os relatos indicam, primeiro, o estranhamento de militantes socialistas com os aspectos insurrecionais dos primeiros atos, quando jovens das periferias enfrentavam as forças policiais – enquanto Márcia/RS e sua juventude partidária recuavam, em tática usual de proteção de manifestantes. Segundo, quando a polifonia de sujeitos e pautas se tornou cacofonia aos ouvidos de tais militantes, durante as manifestações multitudinárias: Wanda/PA apresenta um esforço de dialogar com esta multidão de tendências apartidárias, mas outras pessoas consideram que tais tendências evoluíram para um antipartidarismo que exigia que bandeiras de partidos e até de entidades estudantis fossem baixadas, renunciando a ascensão da extrema-direita.

De fato, se destacaram entre as avaliações negativas as que apontaram a ascensão da extrema-direita e outros desvarios da política institucional nos anos seguintes. Não é necessário que a tese do “ovo da serpente” seja adotada. Assim, 6 pessoas alteraram os sentidos das Jornadas, outrora apenas positivos, por causa destes retrocessos: para elas, as Jornadas abriram algo como uma “caixa de Pandora”, efeito não esperado, nem desejado, por aqueles movimentos que iniciaram o ciclo de protesto em torno da pauta da redução das tarifas ou da denúncia dos impactos das obras para os megaeventos esportivos.

Conclui-se que as Jornadas contiveram importantes processos de subjetivação política – não um único, mas vários, já que elas foram um ciclo de protestos que abrigou heterogêneos movimentos sociais, a despeito das origens dos atos terem sido fortemente orientadas por organizações autonomistas. Nossa pesquisa contemplou autonomistas que se engajaram em primeira hora e de forma profunda neste ciclo de protestos, mesmo quando, como Luís/ SP e Emílio/SP, do MPL-SP, se retiraram das manifestações que já se tornavam multitudinárias. Entretanto, a maioria de quem

entrevistamos foram militantes sob a influência do repertório socialista, engajadas e engajados nem sempre na primeira hora dos protestos, em diferentes graus de estranhamento e incômodo com as táticas adotadas e os rumos das grandes manifestações em junho. Esses dois caminhos de subjetivação política foram os que mais puderam ser aqui delineados: em ambos, cruzam as rotas a repressão das forças policiais e atravancam os horizontes o desalinho da democracia representativa nos anos seguintes. Verificar como as efetivas trajetórias sociais de tais ativistas e militantes foram influenciadas por esses processos e seus limites é o objetivo do próximo capítulo deste livro.

Referências

ARANTES, Paulo. Depois de junho a paz será total. In: Paulo Arantes. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 353-460.

BRAGA, Rui. Os sentidos de junho. In: Rui Braga **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

CASTRO, L. R. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisas**, Brasília, v. 25, n. 4, p. 479-487, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722009000400003>

CAVA, Bruno, COCCO, Giuseppe (orgs.). **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. São Paulo: Annablume, 2014.

DOWBOR, Monika, SZWAKO, José. Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 97, p. 43-55, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300004>

GERBAUDO, Paolo. **The mask and the flag**. Populism, citizenism and global protest. New York: Oxford University Press, 2017.

GONÇALVES, Murilo Gelain. **Bandeiras, pedras e tambores**: atuação dos anarquistas nas Jornadas de Junho a partir do Bloco de Lutas Pelo Transporte Público. Dissertação (Mestrado Em Antropologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019, 202 f. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_e2e017419f025aa70878da1753c14035. Acesso em 10 maio 2022.

GROPPO, Luís Antonio *et al.* Interpretações das dimensões educacionais das Jornadas de 2013: debates, sentidos e legados. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 22, p. e02837271, 2024. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2837>

GROPPO, Luís Antonio, SILVA, Gislene da, SOUSA, Flávia A. O Junho dos interiores: dinâmicas do protesto e experiências políticas de ativistas e militantes no interior dos estados nas Jornadas de 2013. **Plural**. v. 31, n. 2, 2024, p.137-157. <https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2024.230238>

GROPPO, Luís Antonio *et al.* Jornadas de Junho de 2013 e repertórios de contestação: do autonomismo à ambiguidade. In: OLIVEIRA, G.; DOWBOR, M. **Movimentos Sociais e Autonomias**: Imaginação, experiências e teorias na América Latina. Marília: Lutas Anticapital, 2023, p. 203-244.

GROPPO, Luís Antonio *et al.* Subjetivações políticas em campo: itinerários juvenis e as Jornadas de Junho de 2013. **Educação e Pesquisa**, v. 49, e271463, 2023. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349271463por>

GROPPO, Luís Antonio Groppo; SALLAS, Ana Luísa Fayet; SOFIATI, Flávio Munhoz (orgs). **A presença da felicidade**: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016. Curitiba: CRV, 2022.

GROPPO, Luís Antonio Groppo; SALLAS, Ana Luísa Fayet. Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: sujeitos e

trajetórias. **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 27, 2022. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782022270124>

GROPPO, Luís Antonio, OLIVEIRA, Mara Aline. Ocupações secundaristas em Minas Gerais: subjetivação política e trajetórias. *Educação & Sociedade*. v.42, p. 1–18, 2021. <https://doi.org/10.1590/es.240770>

GROPPO, Luís Antonio; SILVA, Rodrigo M. D. Experiência e subjetivação política nas ocupações estudantis no Rio Grande do Sul. **Estudos Avançados**. v.34, p.409 – 424, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.024>

GROPPO, Luís Antonio *et al.* **Coletivos juvenis na universidade e práticas formativas**: política, educação, cultura e religião. São Carlos/SP: Pedro & João, 2020.

HADDAD, Sérgio. Novas formas de ativismo social: o que há por trás das mobilizações de rua? O Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP). **Revista e-Curriculum**. v. 14, n. 2, 2016.

HARDT, Michael, NEGRI, Antônio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: Marialice Foracchi (org.). **Mannheim**. Sociologia. São Paulo: Ática, 1982, p. 67-95.

PEREZ, Olivia Cristina. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública – Revista do CESOP**. v. 25, n. 3, p. 577-596, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912019253577>

PLEYERS, Geoffrey. **El cambio nunca es lineal**: movimientos sociales en tiempos polarizados. Buenos Aires: CLACSO, 2024. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/251093/1/El-cambio-nunca-es-lineal.pdf>. Acesso em 10 nov. 2024.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **Nas margens do político**. Lisboa: KKYM, 2014.

REGUILLO, Rossana. **Paisajes insurrectos**: jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizatorio. Moelmo: Nuevos Emprendimientos Editoriales, 2017.

ROSA, Roberta Soares da. **Pedagogia dos movimentos sociais**: as manifestações de 2013 como espaço de aprendizado. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2015, 101 f.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 97, p. 22-40, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>

SINGER, André. **O lulismo em crise**: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo; Cia das Letras, 2018.

TOMIZAKI, Kimi, CARVALHO-SILVA, H., SILVA, M. Socialização política e politização entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. **Educação & Sociedade**. v. 37, p. 935-954, 2016. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016166488>.

TRILLA, Jaume. A educação não formal. In: ARANTES, V. A. (org.). **Educação formal e não formal**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus Editorial, 2008, p. 15-58.

FORMAÇÃO POLÍTICA E TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE ATIVISTAS E MILITANTES

Luís Antônio Groppo
Crisolita Gonçalves dos Santos Costa
Gabriela Lemos dos Santos
Gislene da Silva
Lívia Furtado Borges
Marcelo Rodrigues Conceição
Mariana Calvi dos Santos

O objetivo deste capítulo, que tem como tema as trajetórias políticas de ativistas e militantes das Jornadas de 2013, é analisar e interpretar como essas trajetórias foram influenciadas pelas experiências vividas durante as Jornadas, considerando, de um lado, a socialização política dessas pessoas e, de outro, as transformações dos cenários políticos, econômicos e educacionais entre 2013 e a atualidade.

O capítulo anterior demonstrou que as Jornadas de 2013 possibilitaram que ativistas e militantes do espectro progressista que participaram desse ciclo de protestos tivessem experiências políticas marcantes. Naquele capítulo, fizemos uso do conceito de subjetivação política para compreender a intensidade destas experiências, com base em Rancière (1996): processo de desidentificação em relação a papéis sociais subalternizados ou excludentes, por meio da vivência da política como desentendimento, revelando a igualdade política fundamental entre todas as pessoas. Nas Jornadas, a subjetivação política apareceu na possibilidade de reavaliar ou ressignificar profundamente valores, concepções e identidades políticas, algo que as entrevistas indicaram ter acontecido, em diferentes graus, com quase todas as 37 pessoas entrevistadas: por meio dos significados positivos e potentes atribuídos às Jornadas e por

considerá-las como exitosas (por suas conquistas e/ou impactos coletivos e pessoais).

A subjetivação política foi mais evidente entre jovens e ativistas (autonomistas, independentes e ativistas de movimentos territoriais) do que entre pessoas adultas e militantes socialistas. Entre militantes socialistas, a subjetivação política veio em meio à certa perplexidade e tomou um caminho de maior ambiguidade. Entretanto, não deixaram de haver importantes limitadores em ambos os caminhos da subjetivação política, experimentados por todas as pessoas entrevistadas em diferentes níveis, destacando-se a repressão policial, os poucos ganhos efetivos com os protestos e os desvarios da política nacional após 2013, marcados pelo retrocesso conservador e pelo avanço da extrema-direita. Verificou-se também que as Jornadas foram muito complexas, não se sintetizando facilmente em uma única fórmula ou modelo, parecendo ter abrigado vários processos de subjetivação política que transcenderam mesmo os campos progressistas autonomista e socialista. Mas nosso trabalho, que se limitou a entrevistar pessoas que participaram de organizações e movimentos progressistas, encontrou dois caminhos principais, como dito, um representado melhor por autonomistas, outro por socialistas.

Autonomistas atuaram como principal referencial tático das primeiras manifestações, parecendo mais à vontade com o sentido dos eventos – ao menos, antes da fase massiva na segunda metade de junho, quando, por exemplo, o Movimento Passe Livre – São Paulo (MPL-SP) de Luís/SP e Emílio/SP se retirou dos atos. Como já foi antecipado, a nossa amostra foi composta majoritariamente por militantes socialistas, que nem sempre estiveram engajadas e engajados nos protestos desde o primeiro momento e que viveram, em relação às táticas autonomistas e aos rumos do ciclo de protesto, diferentes graus de estranhamento e incômodo. Em ambos os caminhos de subjetivação política, autonomista e socialista, entretanto, suas rotas são atravessadas por forte repressão policial, em alguns casos seguida da criminalização dos movimentos; em

ambos, também, seus horizontes são embaçados pelo desalinho da democracia representativa nos anos que se seguem a 2013.

No presente capítulo, cabe verificar o quanto estas experiências marcantes impactaram as trajetórias políticas de tais ativistas e militantes, em especial de quem era jovem (com a idade entre 15 e 29 anos) em 2013. Ou, se apesar da radicalidade das experiências vividas em 2013, foram mais importantes os cenários políticos, econômicos e educacionais nos anos seguintes, ao lado da influência cumulativa e de longo prazo do processo de socialização política. Esta verificação será feita com base em uma análise de trajetórias sociais que combina o viés estrutural – inspirado em Bourdieu – com a interpretação dos significados atribuídos por ativistas e militantes.

O capítulo, a seguir, se estrutura em quatro partes. Primeiro, o referencial teórico e as categorias de análise, em torno de formação política e trajetórias sociais. Segundo, a apresentação e a discussão dos cenários entre 2010 (na latência das Jornadas) e 2023 (quando foram feitas as primeiras entrevistas). Terceiro, a apresentação e caracterização das 37 pessoas que concederam entrevistas na terceira fase da pesquisa, ativistas e militantes progressistas das Jornadas, destacando a formação política e suas trajetórias políticas. Quarto, a interpretação e análise das influências das Jornadas nas trajetórias políticas de tais 37 ativistas e militantes.

Formação política e trajetórias

Neste item, apresentamos e discutimos as principais categorias de análise do capítulo, quais sejam, formação política e trajetórias sociais. A formação política também é uma categoria nativa – usada em programas educacionais de instituições políticas e em movimentos sociais – que parece capaz de abarcar os distintos processos de construção de seres políticos que atravessam a vida das pessoas – como a socialização política e a subjetivação política. Elegemos trajetórias sociais, e não estritamente trajetórias políticas, porque a primeira categoria permite conhecer a relação entre os

itinerários que as pessoas entrevistadas tomam na escolarização, no mundo do trabalho e na atuação política; ou seja, consideramos que, para conhecer as trajetórias políticas, especialmente de ativistas e militantes que eram jovens em 2013, é necessário conhecer como elas estão ligadas às suas trajetórias escolares e profissionais.

Formação política

Em levantamento bibliográfico com o uso do descritor “formação política” se verificou que o termo é adotado por instituições políticas, movimentos sociais e certas publicações acadêmicas, com o significado de práticas educativas não-formais, destinadas a diferentes categorias etárias, voltadas ao aprendizado de conhecimentos e habilidades considerados necessários ou importantes para a compreensão do universo da política e das possíveis formas de participação nesse universo (Groppo *et al.*, 2020). Desde então, as pesquisas que temos desenvolvido têm adotado o termo formação política, por ser o termo de uso corrente que “mais aproxima o tema da constituição do ser político com o da educação em seu sentido lato, não apenas da educação formal” (Groppo *et al.*, 2020, p. 40).

Formação política é um conceito amplo destinado à observação e conhecimento de diferentes processos formativos vividos pelas pessoas, processos implicados a constituição das concepções a respeito de política, bem como dos diferentes valores, habilidades e práticas que inserem as pessoas no campo da política, a qual envolve não apenas as instituições formais, mas também os movimentos sociais e as ações coletivas. Em pesquisas recentes a respeito da formação política de adolescentes e jovens que participaram de movimentos estudantis – como as ocupações secundaristas de 2015 e 2016 (Groppo; Sallas; Sofiati, 2022) – e dos coletivos juvenis em uma universidade pública em meados dos anos 2010 (Groppo *et al.*, 2020), dois processos formativos se apresentaram como fundamentais: socialização política e subjetivação política.

Inicialmente, socialização política e subjetivação política se apresentaram para nós como conceitos antagônicos, oriundos de campos do conhecimento distintos: socialização política e ciência política (Oppo, 1998); subjetivação política e psicologia social (Castro, 2009). A partir das reflexões teóricas e, principalmente, diante dos dados produzidos pela pesquisa de campo, foi possível construir um posicionamento próprio, que reconhecia que os dois conceitos, mais do que concorrer entre si ou se anular, descreviam, antes, os diversos e possíveis processos de formação política.

Primeiro, Lúcia Rabello de Castro (2009) nos apresentou, como fonte de sua concepção de subjetivação política, a filosofia política de Jacques Rancière. Conhecer diretamente os trabalhos de Rancière contribuiu para que as nossas pesquisas procurassem formular uma concepção de subjetivação política que pudesse ser operacionalizada em uma análise sociológica, fornecendo categorias de interpretação de dados produzidos por pesquisas empíricas.

Segundo, diante dos dados produzidos a partir da observação participante de coletivos juvenis na universidade e, principalmente, de entrevistas com adolescentes e jovens que se envolveram com esses coletivos e ocupações secundaristas, considerou-se que, com certeza, as e os participantes de nossas pesquisas vivenciavam processos de socialização política – algo que, na verdade, é inevitável para qualquer pessoa que vive em sociedade. Entretanto, isso não era tudo, já que parte importante de tais adolescentes e jovens, por terem participado de movimentos estudantis e ciclos de protesto em 2015 e 2016, experimentaram também processos de subjetivação política.

Em sua acepção mais tradicional, socialização política é definida como: “[...] conjunto de experiências que, no decorrer do processo de formação da identidade social do indivíduo, contribuem particularmente para plasmar a imagem que ele tem de si mesmo em confronto com o sistema político e em relação às instituições”. (Oppo, 1998, p. 1202). Agências socializadoras clássicas, como família e escola, são apontadas como principais

instâncias socializadoras, assim como a infância e a adolescência são considerados como períodos decisivos deste processo.

É certo que, assim como o conceito mais geral de socialização, o conceito mais específico de socialização política tem se distanciado de sua origem rígida e adultocêntrica que remete a Émile Durkheim, e se tornado mais flexível. (Dayrell, 2003). A socialização política tem considerado a importância de grupos de pares, dos meios de comunicação e até mesmo dos movimentos sociais, assim como reconhecido a possibilidade de que ocorram alterações, durante a vida adulta, desta identidade política primordial (Tomizaki; Daniliauskas, 2018). O campo de pesquisa em socialização política costuma destacar como as determinações sociais atuam sobre o processo de formação política, avaliando em especial o peso da estrutura de classes. Este campo tende a considerar, também, que a socialização política é um processo cumulativo, cotidiano e que constitui um sistema de crenças enraizado nas pessoas (Baquero; Baquero, 2007).

Tivemos o primeiro contato com o termo subjetivação política aplicado às pesquisas sobre juventude e política por meio de Lúcia Rabello de Castro (2009), psicóloga social que coordenava, então, o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas Universidade Federal do Rio de Janeiro (NIPIAC-UFRJ). As pesquisas sobre juventude e política do NIPIAC, efetivamente interdisciplinares (como Castro; Matos, 2009), traziam a influência de Jacques Rancière, de quem buscaram a noção de socialização política.

Por meio dessa noção, Castro e outros estudos do NIPIAC afirmaram que a constituição de jovens como seres políticos era um processo mais de conflito do que acomodação, mais de recolha ativa de dispositivos de subjetivação do que adoção passiva de valores e padrões impostos por instituições e pessoas adultas. (Castro; Matos, 2009). Em vez de um “alinhamento dos jovens com os valores cívicos considerados importantes, ou as atitudes prototípicas que poderiam contribuir mais tarde para a reprodução institucional” (Castro, 2009, p. 484), importava para esta

perspectiva conhecer e descrever o que jovens têm efetivamente pensado, dito e feito no aqui e agora, em seu tempo presente, diante de uma sociedade em crise constante e um universo político com forte perda de legitimidade institucional.

Diferente de Lúcia Rabello de Castro, nossas pesquisas preferiram não rechaçar o conceito de socialização política, adotando, em vez disso, a sua concepção contemporânea e flexível. Além disso, nossas pesquisas tratam com ceticismo certos pressupostos valorativos da concepção tradicional de socialização política, que tinham como justa ou desejável, de antemão, a adequação dos indivíduos à estrutura social e política que herdavam das gerações anteriores. Efetivamente, o que as pesquisas encontraram, e que é muito bem desenvolvido nos estudos de socialização política, é o peso de fatores sociais ou estruturais nas trajetórias políticas de adolescentes e jovens, mesmo de quem têm a oportunidade de participar de coletivos e movimentos estudantis: a despeito da importância de experiências vividas, assim como de projetos pessoais alternativos delineados, elementos como posse de capital econômico, constituição de redes de relações sociais e políticas oriundas da família e do grupo de origem, assim como raça, gênero e orientação sexual, entre outros fatores sociais, influenciam nas possibilidades e oportunidades de manter o engajamento político e a participação em movimentos.

Ainda assim, se tornava necessária a adoção de outro conceito ou categoria, para além da socialização política, para a interpretação dos possíveis impactos nas trajetórias políticas de jovens que eram causados por sua participação em movimentos juvenis e estudantis, impactos que, em parte importante, eram contingentes e inesperados, em especial quando os movimentos fizeram parte de ciclos de protesto de grande vulto e intensidade. O conceito de subjetivação política se mostrou de grande valia para isso, trazido diretamente da filosofia política de Rancière para a sociologia da educação.

Rancière e Hannah Arendt guardam como semelhança, em suas filosofias políticas, a crítica à associação, mais comum nas

ciências sociais, entre política e meios de violência física. (Weber, 1993, Bobbio, 1998). Em vez de conceber política como o monopólio legítimo dos instrumentos de coerção, para Hannah Arendt (2007) a política é ação coletiva de pessoas que, por meio do discurso, se entendem; ação que viola fronteiras e limites pré-estabelecidos e cria novas realidades, por meio da compreensão mútua e do sentimento comunitário. Política também é ação coletiva, para Rancière (1996, 2014), em que as pessoas outrora excluídas dos espaços de fala e ação se fazem vistas e ouvidas, contestando as fronteiras que artificialmente as excluía e que são mantidas pela “polícia” (termo com que Rancière denomina as instituições políticas de gestão, legitimação e repressão). Ainda que de curta duração, a política instaura um tempo e espaço de “desentendimento”, quando pessoas até então tidas como externas à comunidade demonstram a igualdade fundamental entre elas e as demais – que monopolizavam até então o mundo sensível. Como resultado desse abalo das fronteiras do mundo sensível, seus limites podem vir a ser revisados.

Para Rancière (1996), a política como desentendimento e como abalo do mundo sensível constitui sujeitos políticos, em sua afirmação radical da igualdade: seus exemplos principais são a massa plebeia na Roma antiga e o movimento proletário do século XIX. Podemos acrescentar outros sujeitos políticos que se constituem com base no pressuposto da igualdade política fundamental, abalando identidades sociais excludentes, como o movimento feminista no século XX, o movimento negro estadunidense pelos direitos civis nos anos 1950 e 60 e o movimento das ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016. Identidades sociais subalternizadas se tornam o continente que afirma a igualdade política e torna quem portava essa identidade, ao lado de apoiadoras e apoiadores, sujeitos políticos: povo, proletariado, mulheres, pessoas negras, adolescentes e estudantes do Ensino Médio (que se transfiguram em “secundas”).

A subjetivação política produz um múltiplo que não era dado na constituição policial da comunidade, um múltiplo cuja contagem se põe como contraditória com a lógica policial. [...] Toda subjetivação é uma desidentificação, o arrancar à naturalidade de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode contar-se porque é o espaço de uma contagem dos incontados, do relacionamento entre uma parcela e uma ausência de parcela. (Rancière, 1996, p. 48).

Trazida para a sociologia e sua análise da formação política de jovens, o conceito de subjetivação política contribui para conhecer os impactos reais e possíveis de participação em movimentos e ciclos de protesto que irrompem, tanto na vida pessoal destes jovens, quanto na história das sociedades. Faz isso de duas formas.

Primeiro, porque permite conhecer como jovens interpretam as experiências excepcionais que podem viver ao se inserir em momentos da política como “desentendimento”. Vindo a fazer parte de sujeitos coletivos fundados na igualdade delineada a partir de identidades subalternizadas, jovens também podem repensar suas próprias identidades sociais constituídas pela socialização acumulada:

Por subjetivação vamos entender a produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação, portanto, caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência (Rancière, 1996, p. 47).

Segundo, porque permitem interpretar o quanto as trajetórias mais ou menos pré-determinadas pelo pertencimento social da pessoa (classe, gênero e raça, entre outros fatores) são ou podem ser abaladas, relativizadas, deslocadas ou completamente reviradas por experiências políticas excepcionais – as do tempo da política como desentendimento. Ou seja, o quanto as experiências propiciadas pela subjetivação política, de caráter contingente, podem vir a reorientar os itinerários mais ou menos previstos pelos processos cumulativos de socialização política.

Segundo Claude Dubar (1998), existem dois aspectos da análise das trajetórias sociais: 1) a trajetória objetiva, ou seja, a sequência de posições sociais ocupadas na vida de uma categoria de pessoas, conhecida ou prevista a partir de tendências sociais gerais, reveladas por meio de dados quantitativos; e 2) a trajetória subjetiva, ou seja, aquela conhecida a partir de relatos biográficos dos sujeitos. Os conceitos de socialização política e de subjetivação política se relacionam com ambos os aspectos da análise das trajetórias sociais.

A socialização política, como a compreendemos aqui, estabelece maior relação com a análise objetiva das trajetórias políticas, ou seja, há um alguns poucos itinerários previstos para cada pessoa, que têm forte relação com os processos acumulados por ela ao longo de sua vida e que são bastante influenciados pelo grupo social a qual pertence. Esse pertencimento social herdado pela pessoa deriva, por exemplo, da socialização familiar, das instituições escolares e sociais a ela destinadas e dos capitais acumulados ou disponíveis (econômicos, sociais e culturais), entre outros fatores (Bourdieu; Passeron, 1975).

A abordagem estrutural das trajetórias sociais, que enfatiza a análise das trajetórias objetivas, classicamente conclui que a trajetória subjetiva é uma ilusória representação do indivíduo acerca de suas conquistas ou fracassos, decorrentes de escolhas e esforços individuais, em combinação ou não com forças sobrenaturais, dons ou “destino”. (Bourdieu, 2008). As biografias, fruto de entrevistas individuais, marca desta forma de análise, trazem registros de histórias de vida que, com base no trabalho da memória dos sujeitos, convertem efetivas trajetórias coletivas, ou prosopopeias (Alonso, 2016), em histórias ímpares e fictícias de profunda subjetividade.

Entretanto, a trajetória subjetiva não precisa ser considerada como uma representação que contém apenas engano e falseamento. Ela pode apresentar sentidos e significados atribuídos pelas pessoas aos seus percursos que são fruto da reflexividade social, o

que indica que, apesar das determinações sociais, existem decisões que podem e devem ser tomadas, especialmente em sociedades modernas e contemporâneas, nas quais cada vez mais é deixado para a decisão individual (Pinheiro, 2017). E, nas sociedades atuais, em constante crise, com perda de legitimidade de diversas instituições e falta de coerência e coesão entre as esferas da vida social, se torna cada vez mais necessário que as próprias pessoas, especialmente em suas juventudes, tomem a dianteira de sua própria socialização e, deste modo, tomem decisões cruciais relativas às suas trajetórias sociais. Jovens se tornam, efetivamente, sujeitos sociais (Dayrell, 2003).

Para além desta dimensão significativa e reflexiva da trajetória social, que faz com que jovens se tornem sujeitos sociais, as entrevistas da pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013” encontraram ativistas e militantes passando por experiências decisivas que podem ser definidas como processos de subjetivação política. Aqui, jovens também se tornam sujeitos políticos (Groppo; Silveira, 2020). As entrevistas contêm também memórias de subjetivação política e refletem o quanto essa impactou em suas trajetórias políticas. O impacto, como se verá, não precisa se restringir a desvios nos roteiros esperados desde a perspectiva estrutural ou objetiva. Ainda quando a trajetória segue os itinerários socialmente previstos, expectativas, projetos e experiências podem se manter latentes, à espera de oportunidades em cenários políticos mais generosos.

Dois tipos ideais de trajetórias políticas

Em artigo recente (Groppo, 2025), construímos dois tipos ideais de trajetórias políticas, com base na interpretação e análise de duas entrevistas feitas em Goiás em 2024 por nossa pesquisa. Esses tipos ideais, considerando o sentido dado a eles por Max Weber (2001), têm relação com os dois modelos de subjetivação política que foram gerados por 2013: a autonomista e a militante ou socialista (Groppo, 2025). Justamente, uma das entrevistas em

Goiás foi com um autonomista (Carlos/GO), outra, com um militante socialista (Honestino/GO).

Os tipos ideais, trazidos para este capítulo como categorias de análise, delineiam dois modelos de trajetória política que estiveram presentes na unidade de geração juvenil progressista dos anos 2010. Uma trajetória derivada do pertencimento ao repertório de contestação autonomista, outra derivada do repertório socialista.

É verdade que nossa pesquisa encontrou outras fontes de formação política e de ativismo nas Jornadas de 2013: independentes, ativistas de movimentos territoriais e apoiadoras. Constatamos que a atuação de independentes se inspiraram principalmente no autonomismo, enquanto as duas ativistas de movimentos territoriais vieram ocupar cargos na política institucional pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL (Rita/CE como vereadora e Carolina Maria de Jesus/RJ como assessora parlamentar). Em outra análise, centrada em ativistas e militantes negras e negros das Jornadas (Silva *et al.*, 2025), constatamos a tendência de que, ao lado do reforço dos movimentos negros como consequência de 2013, ativistas e militantes negras e negros buscassem também a política institucional.

Ainda assim, os tipos ideais de trajetória, apresentados a seguir, parecem ter bom potencial analítico. Tal como propõe Weber, importa menos que os casos concretos espelhem o tipo ideal e mais que o construto hipotético ajude a compreender os casos. A compreensão viria pela constatação das diferenças ou “desvios” que se constata entre o que o tipo prevê e o que a realidade efetiva apresenta. A interpretação ou análise surge da explicação dessas diferenças, ou “desvios”, buscando identificar quais significados entraram efetivamente na orientação das ações sociais implicadas

nestes tipos. Os tipos ideais que criamos não são formais, totalmente desprovidos de conteúdo¹, mas sim “tipos históricos”.²

Descrevemos, primeiro, o tipo ou modelo autonomista de trajetória política. Ele deriva da subjetivação política vivida sobretudo por autonomistas e independentes, em que experiências intensas foram vividas durante as Jornadas ou em movimentos derivados do seu ímpeto (como as ocupações secundaristas de 2015 e 2016), experiências nas quais as formas de protesto prevalentes – ação direta, ação prefigurativa, horizontalidade, democracia participativa e apartidarismo – iam ao encontro das concepções e expectativas de quem as praticava. Entretanto, em sua trajetória subsequente, especialmente a partir do final de 2016, jovens ativistas sob inspiração autonomista enfrentam dificuldades de continuar sua atuação política, dado o esvaziamento dos coletivos com esse caráter e a intensa repressão e judicialização que se abateu contra elas e eles. Tais jovens se empenham em criar ou buscar ações coletivas, evitando, porém, a institucionalidade, algo que fica mais difícil após a derrota da segunda onda de ocupações estudantis em 2016, mas que ainda assim alimentou a campanha “Ele Não!” em 2018. Diante do recrudescimento de espaços para a ação coletiva de matriz autonomista, na transição para a vida adulta estas pessoas buscaram dar novos significados às experiências políticas vividas – à subjetivação política –, dotando de valor político aspectos da vida cotidiana, como as artes, o trabalho, os estudos e até mesmo as relações privadas.

Em segundo lugar, há o tipo de trajetória militante ou socialista. Militantes de organizações orientadas pelo socialismo, como juventudes partidárias, vivem de forma mais ambígua, por vezes relutante e até contraditória, as experiências políticas durante as

¹ Exemplo de tipo ideal formal são os tipos de ação social (tradicional, afetiva, racional com relação a valores e racional com relação a fins) (Weber, 2002).

² Exemplo no próprio Weber é o de ascese protestante, tipo construído a partir da teologia de Calvino, assim como de espírito do capitalismo, tipo criado a partir dos pensamentos de Benjamin Franklin (Weber, 1999).

Jornadas de 2013. Ainda que tenham estado ao lado de autonomistas nas coalizões que mobilizaram os primeiros atos desde o início, nem sempre ficaram totalmente à vontade com a hegemonia autonomista do repertório dos protestos. Mas o principal incômodo veio da transformação da tendência apartidária em antipartidária nas megamanifestações da segunda metade de junho – quando militantes de partidos sofreram intimidações e até violência física. Mesmo assim, grande parte das e dos militantes que entrevistamos reconhece mais aspectos positivos do que negativos nestas experiências, que impactaram suas concepções e práticas militantes e, assim, também configuraram um processo de subjetivação política. Em suas trajetórias políticas, encontraram dificuldades semelhantes às de autonomistas, dada a perda de legitimidade dos partidos e organizações no campo socialista; entretanto, diferente da maioria dos coletivos autonomistas, as instituições políticas socialistas sobreviveram e se tornaram importantes – mesmo quando deficientes e reduzidas – como base de atuação política para parte importante de tais jovens. Quando ingressam na vida adulta, mantêm a atuação política institucional, ocupando cargos políticos via eleições ou por indicação (como assessoria parlamentar).

Cabe verificar se as efetivas trajetórias das 37 pessoas que entrevistamos se enquadram, e como se enquadram, nesses modelos ou tipos de trajetórias políticas, a autonomista e a militante. Antes, contudo, para compreender as possíveis diferenças entre os itinerários projetados pelos tipos e as trajetórias concretas, é preciso delinear os cenários políticos que se apresentaram – como oportunidades e desafios – a tais ativistas e militantes, antes, durante e principalmente após 2013.

Cenários políticos em transformação

Para a construção deste item, propusemos 5 cenários que indicam as estruturas de oportunidades para os movimentos sociais, entre 2010 e 2023, descritos no Quadro 7 e desenvolvido a seguir.

Quadro 7: Cenários políticos no Brasil (2010-2023).

Cenário	Período	Descrição
Cenário 1	2010-2012	Latência das Jornadas
Cenário 2	2013-2014	Anos de protestos
Cenário 3	2015-2016	Primavera secundarista e golpe parlamentar
Cenário 4	2017-2019	Ruma à extrema-direita
Cenário 5	2020-2023	Pandemia e retorno de Lula

Fonte: Autoras e autores.

Estruturas de oportunidades ou arena é um conceito criado pela Teoria dos Processos Políticos (TPP) para analisar as possibilidades políticas oferecidas em cada país, especialmente por seu Estado, para a constituição e o sucesso de movimentos sociais (Jasper, 2018, Tarrow, 2019). Se a TPP tende a destacar elementos estruturais específicos de um determinado país que permanecem ao longo do tempo, trazemos para nosso trabalho o conceito em uma situação particular: contribuir para compreender transformações seguidas e relativamente abruptas de cenários políticos no Brasil entre 2010 e 2023, as quais parecem afetar sensivelmente as trajetórias de ativistas e militantes de movimentos sociais progressistas, suas possibilidades de engajamento em protestos e até mesmo as suas inserções na institucionalidade política. Afetam também as trajetórias escolares e, principalmente, as escolhas ou oportunidades profissionais.

A construção dos cinco cenários do Quadro 7 e sua discussão, abaixo, se baseia em ampla bibliografia, da qual se destacam obras citadas a seguir. Para cada cenário, buscamos descrever os mais característicos elementos relativos ao campo econômico, à institucionalidade política, à dinâmica dos movimentos sociais e aos sistemas educacionais. Para os movimentos sociais, destacamos da bibliografia: Alonso (2023), Alonso; Mische (2017), Altman; Carlotto (2023), Andrés (2022), Bevin (2025), Gerbaudo (2022), Gohn (2019, 2025), Groppo; Sallas; Sofiati (2022), Maricato *et al.* (2013) e

Tavares; Ballestrin; Mendonça (2022), Das instituições políticas: Abranches *et al.* (2019), Avritzer (2018), Boito Jr. (2018), Fuks; Marques (2020), Jinkings; Doria; Cleto (2016), Nobre (2013, 2022), Pinheiro-Machado; Feixo (2019) e Singer (2018). Sobre sociedade e educação: Braga (2017), Cássio (2019), Leher (2023), Pinheiro-Machado (2019), Sá (2021) e Soares (2019).

Cenário 1) 2010-2012: Latência das Jornadas

Em um primeiro cenário, antes das Jornadas, entre 2010 e 2012, temos a manutenção do crescimento econômico, apesar da crise financeira mundial iniciada em 2008. Contudo, as taxas agora são declinantes. O governo Dilma (Partido dos Trabalhadores – PT) apresenta políticas que são classificadas como “novo desenvolvimentismo”, enquanto colhe o acúmulo das políticas sociais dos governos Lula, que elevaram o salário-mínimo, expandiram a formalização dos empregos e garantiram renda mínima às famílias mais vulneráveis. Essas políticas, entretanto, vinham beneficiando menos as juventudes populares – com empregos mais precarizados e com menor expectativa de ascensão social.

Dando continuidade à outra dimensão do “lulismo”, sua ampla coalizão de partidos e tendências políticas, Dilma Rousseff chegaria a meados de 2013 com um grande índice de aprovação. O chamado “centrão” e sua práxis “peemedebista” (Nobre, 2013) ainda se alinhavam a esse governo de tendências de centro-esquerda, compondo sua base parlamentar. Sua principal oposição continuava sendo o Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB, de tendência de centro-direita, cuja agenda neoliberal e tecnocrática se vinculava a um discurso democrático. Entretanto, sinais de perda da legitimidade das instituições políticas apareciam nas pesquisas de opinião, em especial a reprovação aos partidos políticos e ao Congresso Nacional, bem como nos crescentes índices de absenteísmo eleitoral e de votos brancos e nulos.

Ainda nesse primeiro cenário, quanto aos sistemas escolares, a universalização da Educação Básica é um horizonte bem mais nítido, inclusive no Ensino Médio. Há um relevante crescimento da Educação Superior, ainda que longe de taxas de escolarização observadas em outros países, inclusive em vizinhos latino-americanas. A expansão da Educação Superior se dá de forma preponderante via Instituições de Educação Superior (IES) privadas – com enorme apoio público federal, na forma do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e, principalmente, do Financiamento Estudantil (FIES). O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) expande IES federais, recebendo ainda o incremento dos Institutos Técnicos Federais e, assim, ao lado da adoção das políticas de cotas sociais e raciais, há uma transformação na Educação Superior (ES) pública, que se torna mais diversa e inclusiva; mas ela se torna proporcionalmente ainda mais minoritária diante da ES privada. Jovens das camadas médias baixas e populares na ES estão especialmente nas IES privadas, quase sempre de menor qualidade; percebem a desvalorização de seu futuro diploma e que ele não garante ascensão social, nem mesmo melhores ocupações.

Neste primeiro cenário, nas vésperas de 2013, movimentos sociais, coletivos e organizações atuam no que viria a ser a latência das Jornadas: o campo autonomista se articula em torno de pautas relacionadas ao transporte público e mobilidade urbana, além de denúncias dos impactos causados pelas obras para os megaeventos esportivos, destacando-se o Movimento Passe-Livre São Paulo (MPL-SP) e os Comitês Populares da Copa (CPC); organizam ações diretas com a participação de partidos socialistas críticos ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Campo Popular – como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). A insatisfação do “jovem precariado” se manifesta em crescente número de greves, mesmo que à revelia dos sindicatos. (Braga, 2017). E há um acúmulo e crescimento de movimentos ditos identitários – feminista, negro e LGBTQIAPN+ – que têm suas pautas legitimadas por diversas

políticas federais, em destaque as cotas sociais e raciais para as IES federais em 2012.

Cenário 2) 2013-2014: Anos de protestos

Acima da latência dos movimentos sociais, parecia vigorar no país uma grande estabilidade social, política e econômica. A crise econômica mundial, iniciada em 2008, parecia não ter chegado ao Brasil. A presidente Dilma Rousseff tinha alto índice de aceitação até as vésperas de junho de 2013. Entretanto, já em março o ciclo de protestos conhecido como Jornadas de 2013 tem início, com os atos do Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre que conquistaram a revogação do aumento das tarifas do transporte público na capital gaúcha. O MPL-SP convoca atos muito bem-sucedidos em número de manifestantes e atitude de enfrentamento à repressão policial no início de junho, em uma sequência manifestações cada vez mais massivas e reprimidas, destacando-se a violência policial desmedida contra o ato de 13 de junho, responsável pela mudança de humor da opinião pública e o redesenho do discurso das mídias comerciais – que passam a apoiar os protestos, a difundir uma pauta nacionalista e anticorrupção e a discriminar manifestantes entre “pacíficos” e “vândalos”.

Os protestos em 2013 escancaram limites e contradições dos anos do lulismo na economia, entre as ocupações precarizadas destinadas às pessoas mais jovens das camadas populares e as insatisfações das classes médias, menos beneficiadas pelo crescimento e políticas sociais. O governo Dilma responde com persistentes isenções fiscais a setores econômicos tidos como “chave”, inclusive para as empresas de transporte público.

Manifestações iniciais em 2013 têm como pauta principal o transporte público e, como secundária, os impactos das obras para os megaeventos esportivos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016). Ou seja, seus alvos prioritários são governos municipais e estaduais, mormente a participação do

governo federal na organização dos megaeventos. Entretanto, o agigantamento dos atos na segunda metade de junho, a proliferação de pautas e a intervenção das mídias comerciais fazem com que os protestos passem a afetar mais a legitimidade do governo federal.

Segundo Alonso (2023), dois eventos de caráter muito distintos na capital paulista indicam o teor ambíguo das megamanifestações do final do mês de junho de 2013: no início de junho, no dia 2, a Parada LGBTQIAPN+; no final de junho, dia 29, a Marcha para Cristo. Parada e Marcha reuniram, de forma separada, movimentos que as megamanifestações em junho reuniram lado a lado, não sem tensões e conflitos: progressistas, identitários, liberais e patrióticos. Se as grandes manifestações entre os dias 20 e 26 de junho, apesar desta complexidade de sujeitos e pautas, tiveram certo predomínio do repertório patriota, inclusive pela cobertura midiática, consideramos que as Jornadas de 2013 devem ser tratadas como um ciclo de protestos de média duração e, exceto por esse interregno patriota, com predominância de pautas progressistas. O ano de 2013 e o início de 2014 tiveram enorme quantidade de atos de protesto: greves defensivas das mais diferentes categorias, ocupações de espaços públicos ameaçados, ocupações urbanas por moradia e o movimento “Não vai ter Copa” (Braga, 2017).

2013 vai para além de junho, de certo predomínio das classes médias e de pautas nacionalistas. Antes e depois das megamanifestações, foi marcante a violenta repressão policial aos atos e, em especial no Rio de Janeiro e Goiás, a judicialização de movimentos. Paulo Arantes (2014) descreve a presença de jovens do precariado, parte delas e deles estudantes de IES privadas e endividada pelo FIES. Relatos sobre Belo Horizonte e Porto Alegre descrevem a vinda de multidões de jovens das periferias e favelas para os grandes atos, dando tom combativo e popular aos protestos iniciados por autonomistas e socialistas – que, em geral, vêm das classes médias.

Como resposta aos protestos, a presidente Dilma propôs diversas medidas, destacando-se o empenho dos *royalties* do pré-sal na educação e uma minirreforma política, essa rapidamente rechaçada pelos principais partidos, inclusive pelo PT. Esse rechaço reforça a tese de Marcos Nobre (2013, 2022), para quem a forte crise de legitimidade política não teve a devida resposta institucional, tendo o sistema político procurado se blindar em vez de responder aos apelos das ruas. As eleições presidenciais de 2014 são disputadas de forma muito acirrada. Marina Silva é alvo preferencial da campanha eleitoral de Dilma e, apesar de seu bom desempenho nas primeiras pesquisas, não vai ao segundo turno. Esse é disputado novamente por PT e PSDB, com vitória apertada de Dilma, que é reeleita. A novidade foi a contestação do resultado pelo candidato derrotado e seu partido, o PSDB, abrindo uma primeira brecha para o que se constituiria como golpe parlamentar em 2016.

Cenário 3) 2015-2016: Primavera secundarista e golpe parlamentar

Os anos 2015 e 2016 são tanto da Primavera Secundarista e das ocupações estudantis quanto das manifestações pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff — e do seu próprio impedimento, por meio de um golpe parlamentar. Dilma inicia seu segundo mandato nomeando como ministro da economia o neoliberal Joaquim Levy, contradizendo sua plataforma de campanha, fundamentada na garantia dos direitos sociais. Enquanto a crise econômica se torna evidente, impactando as taxas de crescimento e de emprego, as contraditórias medidas do governo federal são minadas pelo Congresso e a economia do país parece navegar à deriva.

O ambiente político e as próprias ruas se veem polarizados, enquanto Dilma perde rapidamente apoio popular e sofre forte oposição do Congresso, que já se prepara para o golpe. Há uma articulação em torno do vice-presidente Michel Temer, em prol de uma agenda política e econômica derrotada nas eleições de 2014 e que Dilma, em parte, tentou, mas não conseguiu implementar. O

governo Temer assume sem contradições esse cariz neoliberal e consegue rápida aprovação da Emenda Constitucional n. 55, que institui durante 20 anos um “teto de gastos” sociais (mas não um teto para a dívida pública, em óbvio favorecimento ao mercado financeiro).

Entretanto, não se encerra a crise de legitimidade do sistema político. A crise política tem continuidade, marcada pela prisão do até então presidente do Congresso Eduardo Cunha por corrupção, mas só após ele completar o processo de *impeachment* de Dilma, o qual liderou (Singer, 2018). Partidos de centro-direita e movimentos de extrema-esquerda, como o Movimento Brasil Livre (MBL), ao lado de setores do empresariado como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), com forte apoio das mídias comerciais, conduzem campanha pelo *impeachment*, com forte adesão de classes médias urbanas em manifestações de rua. Os movimentos de apoio a Dilma não conseguem ter o mesmo apoio e impacto na opinião pública, apesar de seus atos serem consideráveis.

Enquanto isso, movimentos feministas renovados pela adesão de jovens, com penetração inclusive na adolescência, promovem a chamada Primavera Feminista, em 2015, reagindo contra projeto de lei apresentado por Eduardo Cunha, que visava dificultar o acesso ao aborto nos casos permitidos por lei. A Primavera ajuda a inspirar as ocupações estudantis de 2015 e 2016. A primeira onda das ocupações – entre novembro de 2015 e julho de 2016 – foi toda ela protagonizada por estudantes do Ensino Médio, tendo alcançado importantes vitórias contra políticas estaduais regressivas na educação e em apoio a greves docentes. Já a segunda onda – de outubro a dezembro de 2016 – com a participação também de estudantes da Educação Superior, foi derrotada, apesar de ampla articulação nacional contra as primeiras ações do governo Temer: a Medida Provisória que viria por reformar o Ensino Médio e o projeto que daria origem à Emenda Constitucional do “Teto dos Gastos”.

Marcam esses anos a continuidade de repressão policial violenta e a perseguição judicial a movimentos, como observado

em especial na segunda onda das ocupações e nos protestos em Brasília e algumas capitais estaduais contra a Medida Provisória e, já em 2017, contra a Reforma da Previdência. Repressão e judicialização vão minando principalmente o campo autonomista, com menor respaldo institucional de partidos, sindicatos e mandatos parlamentares.

No campo educacional, os anos ficam marcados por políticas neoliberais, tendo como respostas os já comentados movimentos das ocupações escolares. Estas políticas implicavam na redução de gastos na educação escolar por governos estaduais, como a “Reorganização” em São Paulo, e a gestão de escolas por Organizações Sociais em Goiás – mesmo estado cujo governo já apostava nas escolas militarizadas. Mesmo governos do PT, como no Ceará, aplicam a contenção de gastos na educação, apesar das precariedades dos seus sistemas. Governo Temer, recém-empossado, decreta a Reforma do Ensino Médio por meio de Medida Provisória, a qual previa itinerários formativos, tempo integral e a supressão da obrigatoriedade de disciplinas de teor “crítico” (Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física).

Cenário 4) 2017-2019: Rumo à extrema-direita

O governo Temer, mesmo com apoio das mídias comerciais e do Centrão do Congresso, não consegue arrefecer a crise econômica, que só parece piorar com suas políticas de matriz neoliberal. Reformas, programas e campanhas minam os empregos formais a jovens, com o crescimento da plataformização e a disseminação da ideologia do empreendedorismo. O governo Temer tem a mais baixa taxa de aprovação na história das presidências do país. Denúncia contundente de corrupção política gera expectativa da renúncia de Temer, mas ele insiste em se manter no cargo, cujo governo fica à deriva, enquanto o país vê o acirramento ideológico se aprofundar conforme se aproximam as eleições presidenciais de 2018.

Lula é preso em processo conduzido pelo então juiz e futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, ficando a centro-esquerda sem

seu principal candidato. Por sua vez, os partidos tradicionais de centro-direita não conseguem articular candidaturas de peso. O cenário incerto abre espaço para um candidato de extrema-direita supostamente antissistema, até então obscuro, que vencerá em 2018.

Se em 2017 os protestos contra a Reforma da Previdência são violentamente reprimidos, o assassinato de Marielle Franco, no início de 2018, impacta a militância socialista, especialmente feminina. Ainda assim, essas mesmas mulheres são as principais responsáveis pela impressionante articulação do campo progressista e dos movimentos sociais contra a candidatura da extrema-esquerda, em uma importante sequência de protestos, o “Ele Não” em 2018 – que, entretanto, não consegue impedir a vitória da extrema-direita nas urnas.

O governo eleito rapidamente entrega boa parte da administração pública para o Centrão, deixando ministérios “ideológicos” para figuras da extrema-direita. Para a educação, isso representou o bloqueio, durante boa parte do ano de 2019, de parte importante dos recursos para as universidades federais, assim como discursos anti-intelectuais e antiacadêmicos dos ministros da educação. Contra a educação básica, avançam projetos ao estilo do “Escola sem partido” e de escolas militarizadas. Com a quebra ainda mais acentuada da relação entre escolarização, acesso a empregos e ascensão social, os sistemas escolares assistem ao aprofundamento de sua crise de legitimidade, presente no Ensino Médio principalmente pela evasão escolar e na Educação Superior pela redução da sua demanda.

Cenário 5) 2020-2023: Pandemia e retorno de Lula

Se 2018 surpreendeu pelo resultado das eleições presidenciais, 2020 e 2021 espantaram o Brasil e o mundo com a pandemia da covid-19. A pandemia trará enormes impactos humanos, sociais e econômicos, minorados com o auxílio emergencial. O discurso negacionista da presidência é em parte atenuado por políticas sanitárias do próprio Ministério da Saúde e por iniciativas de

governos locais. O pós-pandemia acena com certa recuperação econômica, que chega de forma muito lenta.

Outro pilar da modernidade industrial, o emprego, sofrerá forte perda de legitimidade nesses anos, disseminado pela ideologia do empreendedorismo e pela plataforma do trabalho, assegurado por nova reforma da previdência e uma reforma trabalhista que significou a maior ameaça à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já vista.

Os impactos da pandemia afetaram fortemente a capacidade de mobilização social, mas, ainda assim, há certa articulação para o adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o movimento de quem trabalha com entregas por aplicativos em 2020. Em 2021, vários atos de onda internacional antifascista ocorrem no Brasil. A candidatura de Lula nas eleições de 2022, tal qual o “Ele Não!” em 2018, congrega aquelas e aqueles que são ou que foram ativistas e militantes em movimentos sociais progressistas, em aliança contra a reeleição do presidente de extrema-direita. Desta vez, em 2022, com sucesso, apesar do resultado muito apertado, o qual revelaria certa continuidade do contexto de acirramento político-ideológico e anunciaria as dificuldades de Lula governar diante de um Centrão cada vez mais autônomo e de uma extrema-direita ainda bastante respaldada pela sociedade civil. O ano de 2023 se inicia com uma tentativa de golpe de Estado cujos detalhes foram se revelando ao longo do processo judicial movido contra seus organizadores, entre os quais o ex-presidente derrotado nas eleições de 2022.

Na educação escolar, ainda estão sendo conhecidos os grandes impactos que a pandemia deixou na geração adolescente, afastada da socialização escolar presencial durante os anos da covid-19, os mesmos em que estudantes das classes populares tiveram acesso precário ao ensino remoto e ao aprendizado escolar. Se reafirma a perda de legitimidade do Ensino Médio, e a latente redução da demanda pela Educação Superior sofre uma queda brusca, diante das novas características do mundo do trabalho – platformizado, com o desmanche da CLT e orientado pelo discurso do empreendedorismo.

Participantes da pesquisa e suas trajetórias políticas

Em sua terceira etapa, a pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013” realizou 37 entrevistas. Elas tiveram caráter semiestruturado e foram feitas presencialmente com pessoas que participaram das Jornadas de 2013 na condição de ativistas ou militantes de organizações, movimentos e coletivos que tiveram importante papel nesse ciclo de protestos, todos do campo progressista. As pessoas foram indicadas e recrutadas com o apoio de redes de contatos acadêmicos e políticos ligadas à equipe de pesquisa. As entrevistas foram realizadas entre julho de 2023 e março de 2024.

Estabelecemos como critério de seleção para as entrevistas, que as pessoas tivessem participado como ativistas, militantes, independentes ou apoiadoras de coletivos, organizações e movimentos que estiveram presentes na preparação e convocação dos primeiros atos das Jornadas de 2013. Ou seja, pessoas oriundas do espectro progressista, sob a orientação de repertórios de contestação autonomista e socialista. Certamente, durante as Jornadas, especialmente na última metade dos atos de junho de 2013, quando eles se massificaram, estiveram presentes organizações, pessoas e pautas do espectro ideológico liberal e conservador, disputando inclusive os sentidos dos protestos. Aqui, esse espectro liberal e conservador será abordado apenas do ponto de vista destas que entrevistamos, ou seja, pessoas do espectro progressista.

A intenção era a de entrevistar apenas quem era jovem e estudante em 2013. Entretanto, houve a oportunidade de realizar entrevistas a mais do que as programadas, nos diferentes estados onde aconteceram, com pessoas adultas que foram indicadas e se disponibilizaram a participar da pesquisa. Decidimos entrevistá-las, considerando suas relevantes atuações durante as Jornadas. Desse modo, tivemos 26 entrevistas com jovens e 11 com pessoas adultas, o que propiciou um – a princípio, inesperado – olhar intergeracional sobre as pessoas que convocaram e realizaram as

primeiras manifestações, de cunho francamente progressista, em 2013. Este olhar intergeracional, na análise das experiências, apresentada no capítulo anterior, contribuiu para compreender mais e melhor o impacto na condição juvenil de ativistas e militantes. Aqui, espera-se que contribua para conhecer como se deram as transições à vida adulta de tais jovens, em comparação com a forma como os impactos destas experiências afetaram quem já era adulto em 2013.

Proposital, entretanto, foi a diversidade geográfica, de gênero e racial da amostra construída: todas as regiões do país e 6 estados, equilíbrio entre homens e mulheres – e uma pessoa não binária, e a garantia de ao menos uma pessoa negra em cada estado. Considerando o caráter qualitativo da pesquisa, era também fundamental a diversidade política das pessoas entrevistadas. Garantimos, assim, a presença de autonomistas, independentes, ativistas de movimentos territoriais e apoiadoras. Entretanto, dado o caráter de nossas redes de contatos, a maioria das pessoas indicadas e efetivamente entrevistadas, em 2013, pertenciam a juventudes partidárias: militantes sob a influência do repertório socialista. O dado, por outro lado, é revelador de que tais militantes tiveram papéis muito relevantes nas Jornadas, a despeito da grande influência autonomista nas táticas e na própria precipitação do ciclo de protestos.

O roteiro de entrevista era composto de seis partes: Questão disparadora (sobre a motivação de participar das Jornadas); Tema I – Experiência escolar; Tema II – Formação política; Tema III – A experiência de participação nas Jornadas; e Tema IV – Impacto das Jornadas na formação); e dados socioeconômicos da pessoa entrevistada. Neste capítulo, o Tema IV (Impactos nas Jornadas na formação) terá o destaque, cujas questões tratam diretamente das trajetórias sociais de ativistas e militantes. Mas também serão importantes o Tema II (Formação política) e os dados econômicos, para conhecer o processo de socialização política vivido por quem entrevistamos, assim como os elementos estruturais das suas trajetórias. O Quadro 8 detalha as questões cujas respostas serão analisadas neste artigo.

Quadro 8: Questões analisadas para tratar da formação política e trajetórias sociais de ativistas e militantes das Jornadas de 2013.

Tema	Questão
Tema II	3) O que considera como tendo sido mais importante na formação de suas ideias políticas? Qual pessoa ou organização foi a mais importante nessa formação? 4) Houve influências de sua família para a formação de suas ideias políticas? Caso sim, quais? De quem? E como a sua família reagiu à sua participação nas Jornadas?
Tema IV – Impacto das Jornadas na formação	18) Quais foram as principais influências que as Jornadas tiveram em sua vida? 19) Quais foram as influências das Jornadas: a) em sua ideia de política e sua trajetória política? b) na sua trajetória escolar e profissional? 20) Houve influências das Jornadas nas transformações sociais e políticas posteriores em nosso país? Comente.
Dados socioeconômicos	Coletivo/organização/movimento em que atuou Município Estado Idade Estado civil Gênero Raça Religião Orientação sexual Escolaridade Profissão/ocupação Renda familiar (da família atual) Profissão dos pais/responsáveis Escolarização de pais/responsáveis Profissão de pais/responsáveis

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

Dados socioeconômicos

Conforme a Tabela 4, as entrevistas foram realizadas em 7 estados do país. Em cada estado, se realizaram de 3 a 7 entrevistas, conforme as possibilidades da equipe de pesquisa e o aceite das pessoas indicadas e convidadas, já que todas as entrevistas foram presenciais e aconteceram durante a estadia da equipe no estado investigado. Exceto por 4 casos, as entrevistas foram realizadas no mesmo estado onde as pessoas atuaram em 2013 como ativistas e

militantes. As exceções foram, primeiro, de pessoas que não residiam mais nos estados onde atuaram em 2013: Amiel/CE (residente em Botucatu/SP), Ártemis/RS (residente em Santos/SP) e Hugo de León/RS (residente em São Paulo/SP). No caso de Teresa/GO, apesar de seu histórico de participação em movimentos sociais em Goiânia, durante junho de 2013 ela estava na Austrália, onde participou de protesto organizado por brasileiras e brasileiros no dia 20.

A Tabela 4 também apresenta as 11 pessoas que eram adultas em 2013, ou seja, que tinham mais de 29 anos de idade, metade delas do Rio de Janeiro: Antônio/GO, Teresa/GO, Amiel/CE, Santiago/CE, Joana/MG, Luan/MG, Lucimar/RJ, Marta/RJ, Patrícia/RJ, Samanta/RJ e Zumbi dos Palmares/RJ.

Finalmente, a Tabela 4 indica a forma de atuação das pessoas entrevistadas em 2013, dados que serão analisados adiante. Mas já se destaca a maior presença de militantes de partidos socialistas (17 pessoas), seguida de autonomistas (11), independentes (5), ativistas de movimentos territoriais (2) e apoiadoras (2).

Em relação ao gênero das pessoas entrevistadas, houve o mesmo número de mulheres e homens, 18 cada, além de uma pessoa não-binária (Amiel/CE). Quanto à orientação sexual, 26 se declararam heterossexuais e 11 LGBTQIAPN+ (8 bissexuais, 2 homossexuais e 1 pansexual). Entrevistamos 21 pessoas que se declararam brancas e 16 negras (pretas e pardas). Sobre o estado civil no momento da entrevista, uma pequena maioria era solteira (19 pessoas), 9 pessoas eram casadas, 8 estavam em união estável e 1 era divorciada.

Tabela 4: Ativistas e militantes que concederam entrevistas

Região	Estado	Pseudônimo	Forma de atuação	Categoria etária em 2013	Data da entrevista	n.
Norte	Pará (PA)	Conceição	Militante	Juvenil	12/07/2023	3
		Jorge	Militante	Juvenil	12/07/2023	
		Wanda	Militante	Juvenil	13/07/2023	
Centro-Oeste	Goiás (GO)	Antônio	Autonomista	Adulta	04/03/2024	5
		Carlos	Autonomista	Juvenil	04/03/2024	
		Honestino	Militante	Juvenil	05/03/2024	
		Jota	Apoiador	Juvenil	05/03/2024	
		Teresa	Independente	Adulta	06/03/2024	
Nordeste	Ceará (CE)	Amiel	Militante	Adulta	06/09/2023	4
		Rita	Ativista de movimento territorial	Juvenil	11/08/2023	
		Santiago	Militante	Adulta	10/08/2023	
		Tales	Militante	Juvenil	10/08/2023	
Sul	Rio Grande do Sul (RS)	André Rebouças	Militante	Juvenil	21/02/2024	6
		Ártemis	Independente	Juvenil	17/01/2024	

Região	Estado	Pseudônimo	Forma de atuação	Categoria etária em 2013	Data da entrevista	n.
Sudeste		Chiquinha Gonzaga	Autonomista	Juvenil	22/02/2024	
		Hugo de León	Militante	Juvenil	27/02/2024	
		Karine	Militante	Juvenil	22/02/2024	
		Márcia	Militante	Juvenil	23/02/2024	
	Minas Gerais (MG)	Emanoel	Militante	Juvenil	22/02/2024	6
		Irma	Independente	Juvenil	06/11/2023	
		Joana	Militante	Adulta	22/02/2024	
		Luan	Autonomista	Adulta	22/02/2024	
		Marcos	Militante	Juvenil	28/02/2024	
		Pedro	Autonomista	Juvenil	11/08/2023	
	Rio de Janeiro (RJ)	Carolina Maria de Jesus	Ativista de movimento territorial	Juvenil	06/11/2023	7
		Lucimar	Autonomista	Adulta	06/06/2023	
		Luiz Gama	Militante	Juvenil	07/11/2023	
		Marta	Independente	Adulta	07/11/2023	
		Patrícia	Apoiadora	Adulta	07/11/2023	

Região	Estado	Pseudônimo	Forma de atuação	Categoria etária em 2013	Data da entrevista	n.
		Samanta	Independente	Adulta	06/11/2023	
		Zumbi dos Palmares	Autonomista	Adulta	06/06/2023	
	São Paulo (SP)	André Martins	Autonomista	Juvenil	28/10/2023	6
		Dandara	Militante	Juvenil	06/10/2023	
		Emílio	Autonomista	Juvenil	27/10/2023	
		Juliana	Autonomista	Juvenil	27/10/2023	
		Luís	Autonomista	Juvenil	19/06/2023	
		Rosa	Militante	Juvenil	20/06/2024	
Total						37

Fonte: Pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”.

A Tabela 5 apresenta a renda familiar declarada no momento da entrevista por ativistas e militantes. Uma pequena maioria, 19 pessoas, tem renda familiar de 6 salários-mínimos ou mais, indicando o seu pertencimento ao público de onde tem sido tradicionalmente recrutado o contingente militante e ativista de partidos, coletivos e movimentos: jovens estudantes de classes médias. Entretanto, é considerável o número de pessoas com renda familiar com 5 salários-mínimos ou menos, indicando que as organizações que atuaram na latência e nos primeiros atos das Jornadas conseguiram arregimentar relevante número de pessoas de camadas populares, o que é reforçado pela presença de ativistas de movimentos territoriais e de importante número de pessoas negras, inclusive das que tiveram acesso à educação superior pública por meio de cotas raciais. As cotas raciais já vinham sendo implementadas localmente por universidades públicas e se tornaram política pública nacional a partir de 2012, ou seja, no ano anterior às Jornadas.

Tabela 5: Renda familiar de ativistas e militantes que concederam entrevista.

Renda familiar (em salários-mínimos)	n.
0 a 2	4
3 a 5	9
6 a 10	15
Acima de 10	4
Não sabe/não informou	5
Total	37

Fonte: Pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”.

Tabela 6: Situação escolar de ativistas e militantes que concederam entrevista.

Situação escolar	2013	2023-2024
Estudante de graduação	23	1
Graduação completa	4	15
Estudante de pós-graduação	2	4
Pós-graduação completa	2	10
Superior incompleto	1	5
Ensino médio completo	3	0
Estudante de curso pré-vestibular	1	1
Estudante da Educação de Jovens e Adultos	0	1
Sem escolaridade	1	0
Total	37	37

Fonte: Pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”.

A Tabela 6 apresenta a situação escolar de ativistas e militantes que entrevistamos em dois momentos: em 2013 e no momento da entrevista (2023 e 2024). Referenda-se o anunciado anteriormente, a saber, a importância para as organizações e movimentos sociais em geral, incluindo aqueles que convocaram os primeiros atos das Jornadas, de jovens estudantes da educação superior: foram 23 pessoas em 2013, a sua maioria em instituições públicas.

As demais situações educacionais reforçam a constatação da alta escolaridade de ativistas e militantes das Jornadas em comparação com a população em geral, já que 8 tinham completado a graduação (2 inclusive, já tinham terminado a pós-graduação e 2 estavam cursando a pós-graduação), 5 tinham apenas o Ensino Médio (incluindo 1 que estava em cursinho pré-vestibular e 1 que havia evadido da educação superior).

A única pessoa sem escolaridade era Zumbi dos Palmares/RJ, liderança da “Greve dos Garis” durante o Carnaval carioca de 2014, movimento autônomo em relação ao próprio sindicato. Apesar de Zumbi dos Palmares ter sido bastante impactado pela experiência das Jornadas e da greve “selvagem” de 2014, vindo a participar da formação de um coletivo autonomista (o Círculo Laranja) e, ao

mesmo tempo, se filiar ao Partido dos Trabalhadores – PT, ainda estava traçando seu projeto em prol da educação superior, pois cursava a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A trajetória escolar de Zumbi dos Palmares/RJ contrasta com a da grande maioria das demais pessoas entrevistadas, que tiveram trajetórias escolares ascendentes, em direção à Educação Superior: 29 das 37 possuíam diploma de graduação quando entrevistadas, em 2023-2024, dentre tais, 10 também com diploma de pós-graduação e 4 cursando a pós-graduação. Quanto às outras 8 pessoas, chama a atenção que 5 tinham educação superior incompleta, ou seja, que tiveram dificuldades de concluir a graduação. Das 3 que restaram, além de Zumbi dos Palmares/RJ, que cursava EJA, 1 pessoa estava cursando a graduação e 1 fazia cursinho pré-vestibular.

O pertencimento de nossa amostra de ativistas e militantes às classes médias é reforçada por dados a respeito da ocupação destas pessoas, especialmente no momento da entrevista. Entretanto, eles indicam uma ou algumas frações específicas dessas classes como tendências importantes, em destaque cargos na política institucional, ocupações na docência e na produção cultural. Os dados são trazidos nas Tabelas 7, 8 e 9.

Em 2013, a grande maioria de ativistas e militantes, 22, declarou que sua ocupação era a de estudante, 18 na Educação Superior, conforme a tabela 5. Apenas 1 estudante em 2013 era adulto (Amiel/CE). Quanto às outras dez pessoas adultas em 2013, assim se distribuíram nas demais categorias: produção cultural (3 pessoas), docentes da Educação Básica (2), profissões especializadas (2), profissões não-especializadas (2) e assessoria parlamentar (1). Das 5 pessoas jovens em 2013 que declararam ocupações no mundo do trabalho, temos: 2 docentes (Luís/SP e Marcos/MG), 2 produtoras culturais (Juliana/SP e Pedro/MG) e 1 profissional especializada (Rita/CE, assistente social).

No momento da entrevista, entretanto, nenhuma pessoa declarou como sua principal ocupação a de estudante – ainda que, conforme a Tabela 3, 7 também estudavam na atualidade. A

condição mais frequente foi a de cargo na política institucional (13 pessoas), indicando o quanto foi fundamental o entrelaçamento entre trajetória política e trajetória profissional para essas pessoas: 7 com cargos eletivos (em Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas) e 6 com cargos indicados (5 delas em assessoria parlamentar, em geral em Assembleias Legislativas). A seguir, foi mais frequente a profissão docente, 8 pessoas, em sua maioria exclusivamente na Educação Básica pública, mas com 3 casos de atuação em instituições privadas (Luís/SP, Emílio/SP e Tales/CE) e 2 em concomitância com a educação superior (Tales/CE e Antônio/GO).

Sendo assim, 21 das 37 pessoas que entrevistamos enveredaram pela carreira política institucional ou pela docência, dois setores das classes médias que tradicionalmente têm grande envolvimento com os movimentos sociais, ou, mais propriamente aqui, constituindo suas carreiras profissionais com grande influência de sua atuação política em movimentos sociais.

Tabela 7: Ocupação de ativistas e militantes que concederam entrevistas.

Ocupação	2013	Atual
Estudante	22	0
Docente	4	8
Produção cultural	4	6
Cargo político eletivo	1	6
Cargo político por indicação	1	7
Profissões especializadas	3	6
Profissões não especializadas	2	3
Empresariado	0	1
Total	37	37

Fonte: Pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”.

Tabela 8: Detalhamento da ocupação em 2013 de ativistas e militantes.

Ocupação em 2013		Pseudônimo	n.
Estudante	Graduação (18)	Amiel/CE, André Martins/SP, André Rebouças/RS, Carlos/GO, Chiquinha Gonzaga/RS, Conceição/RS, Dandara/SP, Emílio/SP, Hugo de León/RS, Irma/MG, Joana/MG, Jorge/PA, Jota/GO, Karine/RS, Luís Gama/RJ, Márcia/RS, Rosa/SP, Wanda/PA,	22
	Ensino Médio (2)	Ártemis/RS, Honestino/GO	
	Pós-graduação (1)	Emanoel/MG	
	Curso pré-vestibular (1)	Carolina Maria de Jesus/RJ	
Docente		Antônio/GO, Luan/MG/ Luís/SP, Marcos/SP	4
Produção cultural		Juliana/SP, Lucimar/RJ, Pedro/MG, Samanta/RJ	4
Profissão especializada		Marta/RJ, Patrícia/RJ, Rita/CE	4
Profissão não-especializada		Teresa/GO, Zumbi dos Palmares/RJ	2
Cargo político	Assessoria parlamentar	Tales/CE	2
	Cargo eletivo	Santiago/CE	
Total			37

Fonte: Pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”.

Tabela 9: Detalhamento da ocupação no momento da entrevista de ativistas e militantes.

Ocupação Atual	n.	Pseudônimo e descrição	Ocupação em 2013
Docente	8	Antônio/GO (Ensino Médio – EM e Educação Superior – ES)	Professor
		Emílio/SP (Educação Básica – EB)	Estudante de graduação
		Irma/MG (EB)	Estudante de graduação
		Joana/MG (EB)	Estudante de graduação
		Luan/MG (EB)	Professor da EB
		Luís/SP (EB)	Professor da EB
		Tales/CE (EM e ES)	Assessor parlamentar
		Teresa/GO (EB)	Trabalho não especializado
Produção cultural	6	Amiel/CE	Estudante de graduação
		Jota/GO	Estudante de graduação
		Juliana/SP	Produtora de eventos
		Lucimar/RJ	Produtora cultural
		Pedro/MG	Produtor cultural
		Samanta/RJ (documentarista)	Documentarista
Cargo político eletivo	7	André Rebouças/RS (deputado estadual, historiador)	Estudante de graduação
		Chiquinha Gonzaga/RS (vereadora, educadora física)	Estudante de graduação
		Dandara/SP (deputada estadual, advogada)	Estudante de graduação
		Márcia/RS (vereadora, assistente social)	Estudante de graduação
		Marcos/MG (EB) (vereador)	Professor da EB
		Rita/CE (vereadora, assistente social)	Assistente social

Ocupação Atual	n.	Pseudônimo e descrição	Ocupação em 2013
		Santiago/CE (deputado estadual, advogado, servidor público – analista de políticas sociais)	Servidor público – analista de políticas sociais
Cargo político por indicação	6	André Martins/SP (assessor parlamentar, publicitário e produtor cultural)	Estudante de graduação
		Carolina Maria de Jesus/RJ (assessora parlamentar, gestora de Recursos Humanos)	Estudante de curso pré-universitário
		Emanoel/MG (assessor parlamentar, economista)	Estudante de pós-graduação
		Honestino/GO (setor municipal de turismo, estudante de Direito)	Estudante de Ensino Médio
		Luís Gama/RJ (assessor parlamentar, fotógrafo)	Estudante de graduação
		Rosa/SP (assessora parlamentar, assistente social)	Estudante de graduação
Profissões especializadas	6	Conceição/PA (fisioterapeuta)	Estudante de graduação
		Hugo de León (supervisor de automação)	Estudante de graduação
		Jorge/PA (advogado)	Estudante de graduação
		Karine/RS (socióloga)	Estudante de graduação
		Marta/RJ (historiadora)	Jornalista
		Patrícia/RJ (advogada)	Advogada
Profissões não especializadas	3	Ártemis/RS (taróloga)	Estudante de EM
		Wanda/PA (guarda portuária)	Estudante de graduação
		Zumbi dos Palmares (agente de saúde ambiental)	Agente de saúde ambiental
Empresariado	1	Carlos/GO (dono de bar)	Estudante de graduação
Total	37		

Fonte: Pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”.

Das 13 pessoas que na atualidade têm cargos na política institucional, apenas 2 eram autonomistas em 2013: André Martins/SP, criador de coletivo autonomista no interior paulista, mas que, já no final de 2013, se filiou ao PT e chegou a disputar cargos eletivos; e Chiquinha Gonzaga/RS, que, do diretório acadêmico independente veio a fazer parte de uma vertente do movimento negro que se filiou ao PSOL. As 2 ativistas territoriais vieram a se enveredar pela política institucional: Rita/CE, como vereadora pelo PSOL; e Carolina Maria de Jesus/RJ, como assessora parlamentar, mas sem se filiar a partido.

Entretanto, este itinerário pela política institucional, de modo congruente, marca mais a trajetória política e profissional de jovens militantes de partidos socialistas, com 9 casos entre os 13. Estes dados demonstram a imbricação entre trajetória profissional e trajetória política para um número relevante de pessoas de nossa amostra, roteiro preferencialmente seguido por jovens militantes de partidos políticos.

Outro setor, entretanto, se destaca também, indicando uma alternativa de percursos profissionais atrelados ou influenciados pela participação em movimentos sociais: a produção cultural, 6 pessoas. Poderiam ser incluídos também: André Martins/SP, produtor cultural antes do convite para ser assessor parlamentar; o assessor parlamentar Luís Gama/RJ, que também é fotógrafo; e o pequeno empresário Carlos/GO, jornalista de formação, cujo bar é referência cultural e política da esquerda goianense. Chama a atenção que, dessas 9 pessoas, 6 eram autonomistas em 2013, 1 era independente (Samanta/RJ) e 2 eram militantes (Amiel/CE e Luís Gama/RJ). Ou seja, a carreira profissional em torno da produção cultural parece se configurar como uma interessante alternativa de trajetória social, em especial, para aquelas e aqueles que eram jovens autonomistas durante as Jornadas (enquanto a política institucional atraiu mais militantes). O caso mais típico é o do anarquista Pedro/MG: antes de 2013, já atuava nos círculos alternativos e libertários de cultura em Belo Horizonte; durante as Jornadas, participou do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa

(Copac) e da Assembleia Popular Horizontal (APH); atualmente, exerce sua profissão de produtor cultural como parte de seu ativismo em uma das diversas ocupações de imóveis históricos abandonados no centro de Belo Horizonte, transformados em centros de cultura alternativa.

Seis pessoas têm profissões especializadas, que exigem diploma de educação superior. Somadas às profissões igualmente especializadas da maioria das pessoas com cargos políticos, ou seja, mais 9 pessoas, destacam-se aquelas carreiras oriundas de cursos de graduação nas ciências sociais aplicadas: direito (4), assistência social (3) e gestão de recursos humanos (1). A seguir, cursos de ciências humanas: história (2), sociologia (1), economia (1) e educação física (1). Com apenas uma menção cada, profissão no campo da saúde (fisioterapia) e da tecnologia (supervisão de automação). A importância das profissões especializadas nesta amostra é mais uma indicação do pertencimento de classe que predominou entre ativistas e militantes do campo progressista atuantes nas Jornadas, no que elas não se diferenciam de outros ciclos de protesto anteriores no Brasil e em boa parte do mundo, no século XX e início do século XXI. Inclusive, registram também as frações profissionais de classe média historicamente mais propensas à militância e à atuação política institucional: pessoas formadas no campo do direito (algo mais tradicional) e assistência social (mais recorrente nas últimas décadas).

Apenas 3 pessoas têm, como ocupação, profissões não especializadas. Uma delas estava nessa condição em 2013 e permaneceu na mesma condição, Zumbi dos Palmares/RJ – agente de saúde ambiental, que prefere ao preconceituoso “gari”, em situação de desemprego no momento da entrevista e cursando a EJA. Duas passaram da condição de estudantes para ocupações não especializadas: Ártemis/RS (taróloga, com educação superior incompleta) e Wanda/PA (guarda portuária, com educação superior completa). Teresa/GO, que ocupava função não especializada em 2013, após se graduar, hoje é docente. Considerando a ocupação de profissões não especializadas, se

reduz a presença de ativistas e militantes de 2013 que se mantêm nas classes populares entre nossa amostra.

Como síntese dos dados socioeconômicos, destacamos, primeiro, que apesar das Jornadas terem sido um ciclo de protestos com participação majoritária de jovens, conforme enquetes então realizadas (Singer, 2018), sendo considerado inclusive como um movimento juvenil por Paulo Arantes (2022), a participação de pessoas adultas também foi relevante. As Jornadas permitiram um encontro de gerações, não apenas nas ruas, mas também em sua organização e mobilização, por meio dos coletivos e movimentos que as convocaram.

O equilíbrio entre os gêneros, assim como a presença relevante de pessoas negras na amostra, resultou do esforço da equipe em não restringi-la a homens brancos. Esta busca ativa, entretanto, não ocorreu em relação a pessoas LGBTQIAPN+. Apesar disso, 11 assim se declararam. Não à toa, análises que temos feito têm demonstrado a importância das Jornadas de 2013 como potencializador dos movimentos ditos identitários nos anos seguintes, algo nem sempre destacado como legado de 2013 por análises que têm focado o avanço da extrema-direita. A pesquisa bibliográfica, as entrevistas com pesquisadoras e pesquisadores e as entrevistas com ativistas e militantes, principalmente, mulheres, negros e negras e LGBTQIAPN+, têm demonstrado as fortes relações entre seus movimentos e 2013, bem como os sentidos dessas relações (Silva *et al.*, 2025).

Dados sobre a escolaridade, renda familiar e ocupacionais demonstraram a prevalência das classes médias em nossa amostra, composta por uma maioria de jovens estudantes de graduação em 2013 que, na atualidade, são profissionais especializadas e especializados e, de maneira considerável – 12 pessoas entre as 37 –, exercem cargos eletivos ou nomeados na política institucional.

Contudo, constamos a presença significativa de ativistas e militantes de renda até 5 salários-mínimos e com trajetórias escolares e profissionais menos lineares. Esta presença indica que as camadas populares e as classes médias baixas nas Jornadas

fizeram parte dos coletivos, organizações e movimentos que convocaram as Jornadas, para além do papel – que também foi surpreendente, então – de dar um enorme volume e agregar o radicalismo popular aos protestos (Braga, 2017).

Ainda, os dados sobre a trajetória ocupacional parecem indicar que um itinerário mais ou menos esperado foi percorrido por quem entrevistamos, dado o seu pertencimento majoritário às classes médias: da graduação às profissões especializadas, várias vezes passando pela pós-graduação. Há, entretanto, percursos mais específicos para essa geração ativista e militante, a carreira política institucional, a docência e, como alternativa mais atraente a jovens autonomistas, a produção cultural.

Cabe perguntar aos dados que serão apresentados adiante, sobre os sentidos das trajetórias políticas de ativistas e militantes das Jornadas. Os dados até agora analisados nos recordam dos dois tipos ideais de trajetórias sociais. Primeiro, uma trajetória percorrida de forma menos acidentada – apesar dos percalços oriundos da grande crise política que tem atravessado o país desde 2013 – por militantes socialistas, com a manutenção da atuação política que, em alguns casos, levou à ocupação de cargos na política institucional. Em segundo lugar, destaca-se uma trajetória mais acidentada vivida por autonomistas, cujos coletivos se viram mais afetados pela instabilidade política, incluindo menor proteção institucional diante da perseguição judicial vivida em alguns estados em decorrência dos protestos de 2013. O que os dados acima permitem acrescentar ao segundo tipo ideal de trajetória, a autonomista, é a atração por ocupações profissionais no campo cultural – uma alternativa diante do fechamento de espaços para o seu tipo de ativismo político.

Para compreender melhor as efetivas trajetórias políticas vividas por ativistas e militantes de 2013, é preciso analisar primeiro os dados produzidos acerca da formação política dessas pessoas, bem como as suas atuações durante as Jornadas.

Formação política de ativistas e militantes

Duas questões da parte II do roteiro da entrevista trataram da formação política de ativistas e militantes de 2013; a segunda, mais especificamente das influências familiares:

- 3) O que considera como tendo sido mais importante na formação de suas ideias políticas? Qual pessoa ou organização foi a mais importante nessa formação?
- 4) Houve influências de sua família para a formação de suas ideias políticas? Caso sim, quais? De quem? E como a sua família reagiu à sua participação nas Jornadas?

Ambas as questões buscavam conhecer elementos do processo de socialização política de quem entrevistamos. Para a análise das respostas à questão 3, consideramos o que as pessoas entrevistadas responderam em ambos os momentos, já que, para o que foi mais importante em suas formações, em geral elas também citaram pessoas ou organizações, ou, ainda, processos formativos vinculados a uma organização (como a formação acadêmica). Na maioria das vezes, a resposta para a segunda parte da questão 3 – pessoa ou organização – foi diferente; ainda nesse caso, algumas pessoas fizeram mais de uma indicação. Considerando todas essas respostas, tivemos 65 apontamentos. Apenas 1 pessoa teve suas respostas desconsideradas, por citar as Jornadas de 2013 e um cursinho popular em que ela foi ativista depois de 2013. As demais pessoas citaram ao menos um elemento de sua formação política que foi considerada. A tabela 10 busca organizar esses apontamentos em categorias.

Tabela 10: Pessoas, organizações e experiências mais importantes na formação política de ativistas e militantes antes de 2013.

Categoria	Detalhamento	n.
Partido e juventude partidária	PSOL/lideranças do PSOL (7), PT/militância no PT (3), Levante Popular da Juventude – LPJ/ Lideranças do LPJ (2), lideranças do Partido Democrático Trabalhista – PDT (1), União da Juventude Socialista – UJS (1), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU (1), Partido Comunista Revolucionário – PCR (1), campo da esquerda (1)	17
Família	Pais (4), mãe (2), pai (2), família (2), tia e tio (1)	11
Formação acadêmica	Educação superior (6), cursinho pré-vestibular (1), docentes da Educação Básica (3)	10
Outros movimentos e organizações	Pastoral da Juventude (1), Casa da Juventude (1), movimentos na Alemanha (1), MST (1), Comissão Pastoral da Terra (1), Comissão de Direitos Humanos (1), Educafro (1), Grupo de Jovens (Jovens em Busca de Deus) (1), Rede de Lutas antirracista (1)	9
Coletivos autonomistas e anarquistas	MPL (2), movimento punk (2), Rede Estudantil Classe Combativa (1), movimento autogestionário (1), leituras marxistas não leninistas (1), Mídia Ninja (1)	8
Entidades estudantis	Centro Acadêmico/Diretório Estudantil (2), Grêmio estudantil (1), União Goiânia dos Estudantes Secundaristas (1), movimento estudantil (1)	5
Outras respostas	Teatro (1), religião (1), classe trabalhadora (1), vivências na Espanha (1), estudo em Cuba (1)	5
Total		65

Fonte: Pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”.

A categoria com maior número de menções foi a de partidos e juventudes partidárias, com 17 respostas. Em seguida, as instituições consideradas classicamente como as mais importantes na formação política pelos estudos da socialização política: família (11 respostas) e instituições escolares (formação acadêmica, 10). Contudo, se considerarmos o conjunto de menções a coletivos, organizações e movimentos, ou seja, somando as categorias partidos e juventudes partidárias (17), coletivos autonomistas e anarquistas (8), outros movimentos e organizações (9) e entidades estudantis (5), teremos o total de 39 respostas, mais de metade do

total. Isso indica a importância, para ativistas e militantes que entrevistamos, da formação política no interior de organizações propriamente políticas, seja as da política institucional, como partidos, sejam em coletivos e movimentos em que atuaram.

Entre partidos e juventudes partidárias, destacou-se o PSOL (com 7 menções). O PT teve 3 menções e o LPJ 2, enquanto outras organizações ou suas lideranças tiveram uma menção cada (PDT, UJS, PSTU e PCR). O partido ou a juventude partidária orientou estudos e leituras, como o PSOL para Emanuel/MG, enquanto que o LPJ, por meio do marxismo, ensinou à Karine/RS a necessidade de que “os ricos paguem a conta”. O que mais chamou a atenção de Wanda/PA no PCR foi a capacidade do partido de analisar a conjuntura e se posicionar dentro dela, com precisão e rapidez. Já André Rebouças/RS destacou do PSTU o que aprendeu com as pessoas com quem teve oportunidade de conhecer e militar, enquanto Márcia/RS encontrou na UJS jovens que se pareciam com ela e que lutavam pelas mesmas causas.

Nota-se o predomínio de organizações socialistas que, em 2013, eram críticas ao PT: PSOL, PSTU e PCR. Entretanto, o chamado campo popular da esquerda, capitaneado pelo PT, também é relevante, com o próprio PT e as juventudes partidárias LPJ – ligada ao partido não eleitoral Consulta Popular – e UJS – do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. Os dados destacam a importância crescente, no início do atual século, de organizações socialistas que estavam, então, “à esquerda do PT”, na formação política de militantes de organizações socialistas. Esquerda que será bastante atuante na latência das Jornadas de 2013, ao lado de autonomistas, e que compuseram a maior parte da amostra de nossas entrevistas.

Outros movimentos e organizações, com 9 menções, aparecem a seguir. Citam-se 4 organizações católicas progressistas, quase todas de juventude (Pastoral da Juventude, Casa da Juventude, Jovens em Busca de Deus), ao lado da Comissão Pastoral da Terra. Os “movimentos na Alemanha” eram coletivos antirracistas que Marta/RJ atuou. Há, enfim um cursinho popular (Educafro), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a

Comissão de Direitos Humanos. Nota-se uma diversificação das fontes de formação política, ainda que o destaque vá para grupos juvenis católicos progressistas, cujo auge foram os anos finais do século passado e o início do atual. Jota/GO atribui às suas vivências religiosas na Pastoral da Juventude e na Casa da Juventude o aperfeiçoamento de suas ideias políticas. No Educafro, Marcos/MG, professor voluntário, teve sua prática docente e suas ideias políticas transformadas pela metodologia de ensino do cursinho popular: “Isso incutiu a necessidade de não só filosofar e discursar, mas de ir ver o que está acontecendo e viver aqueles locais em conjunto”.

Entre as 8 menções a coletivos autonomistas e anarquistas, destacam-se os coletivos propriamente autonomistas, Movimento Passe-Livre (MPL) e Mídia Ninja, ao lado de socialistas autonomistas (movimento autogestionário e leituras marxistas não leninistas) e anarquistas – em sua versão mais política (Rede Estudantil Classe Combativa) e mais contracultural (movimento punk). Por meio do MPL, Emílio/SP teve o contato com ativistas mais experientes, em um processo de transmissão geracional semelhante aos de partidos socialistas citados acima. Pedro/MG, por meio do movimento *punk*, participando de performances da antiarte, se vinculou a grupos anarquistas mais afeitos à luta social. Teresa/GO encontrou no movimento *punk* paulista, durante seu Ensino Médio, fonte essencial de formação política e conhecimento sobre o movimento antiglobalização.

O número de menções faz jus à quantidade de autonomistas que entrevistamos, menor em comparação com a de militantes socialistas. Nossa pesquisa tem ajudado a recordar da importância das coalizões entre autonomistas e socialistas à esquerda do PT nas frentes que convocaram os primeiros atos das Jornadas (como o Bloco de Lutas em Porto Alegre, a Frente de Lutas em Goiânia e o MPL-SP). Se o repertório autonomista deu o tom dos atos, na forma da ação direta, parte importante das pessoas atuantes na mobilização vinha de partidos e juventudes partidárias socialistas.

As 5 menções a entidades estudantis referendam esta indicação, pois oscilaram entre entidades vinculadas às entidades

estudantis oficiais – hegemônicas pela UJS, do campo popular, como a União Goiana dos Estudantes Secundaristas – e diretório estudantil universitário e grêmio estudantil independentes. Para Dandara, o diretório estudantil foi o lugar de estudos e leituras para sua formação política. Graças ao grêmio estudantil, em escola particular, Luís/SP se aproximou de organizações e campanhas ligadas ao repertório autonomista, no contexto do movimento antiglobalização, tendo participado do Fórum Social Mundial de Porto Alegre e da criação do MPL nacional em 2004.

Chama a atenção a elaborada menção à formação acadêmica, feita por 11 pessoas. A maioria, 6, refere-se à educação superior. Quatro mencionam docentes, especialmente da Educação Básica. Há, enfim, uma menção ao cursinho pré-vestibular. André Martins/SP destacou, do curso de Publicidade e Propaganda cursado em instituição confessional, as disciplinas de Sociologia e Filosofia, que orientaram sua ação durante 2013 – quando liderou o coletivo autonomista. Santiago/CE descobriu a possibilidade de ser um advogado popular, além da militância partidária, em seu curso de Direito. Foram docentes do Ensino Médio de Luan/MG que o motivaram a participar dos movimentos estudantis e nas lutas pelo transporte. Já Conceição/PA encontrou no próprio espaço universitário lugar de atuação política, por meio do movimento estudantil, atividades de extensão, organização de eventos e pesquisa.

Com a mesma frequência que a formação acadêmica, houve 11 menções à família como aquilo que foi mais influente em sua formação política. Destacam-se as e os progenitores (8), seguida da menção à “família” (2) e a “tia e tio” (Teresa/GO). A compreensão da importância da formação política pela família é beneficiada pelos dados a seguir, a partir de questão específica, que demonstra que, se a família não foi a instituição considerada mais importante em sua formação política pela maioria das pessoas, ainda assim ela teve influência relevante para quase todas elas.

Há 5 outras respostas, todas de pessoas adultas do Rio de Janeiro. Duas delas tratam de experiências no exterior, uma positiva, outra negativa: na Espanha, Patrícia/RJ conheceu um

transporte público que funcionava de forma muito eficiente, enquanto Samanta/RJ, em Cuba, conheceu as mazelas de um sistema autoritário, o que a fez romper com seu romantismo ideológico de outrora. Lucimar/RJ afirma que a “classe trabalhadora” a ensinou a necessidade “de derrotar o inimigo maior, que se chama capitalismo”. Finalmente, Zumbi dos Palmares/RJ cita a religião e a sua própria pessoa. Criado no sistema FEBEM — sigla para a extinta Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor, Zumbi dos Palmares diz que a religião lhe “deu forças” para enfrentar as “negações da vida”, enquanto sua curiosidade o motivou a buscar respostas e alternativas.

Na análise da questão 4, específica sobre a influência da família na formação política, encontramos que a grande maioria de ativistas e militantes de 2013 reconheceram que houve, sim, essa influência, conforme a Tabela 11: 28 pessoas. Seis pessoas negaram esta influência. Uma pessoa não respondeu. Antônio/GO diz que a família não influenciou diretamente, enquanto Wanda/PA considera que a influência tenha vindo “talvez da vivência”.

Tabela 11: Reconhecimento da influência da família na formação política de ativistas e militantes.

Influência da família	Pseudônimo	n.
Sim	André Rebouças/RS, Artemis/RS, Carolina Maria de Jesus/RJ, Chiquinha Gonzaga/RS, Conceição/PA, Dandara/SP, Emílio/SP, Hugo de León/RS, Irma/MG, Jorge/PA, Karine/RS, Luan/MG, Lucimar/RJ, Luís/SP, Luiz Gama/RJ, Márcia/RS, Marcos/MG, Marta/RJ, Patrícia/RJ, Pedro/MG, Rita/CE, Rosa/SP, Samanta/RJ, Tales/CE, Teresa/GO	28
Não	Amiel/CE, Emanuel/MG, Honestino/GO, Juliana/SP, Santiago/CE, Zumbi dos Palmares/RJ	6
Outras respostas	Antônio/GO (“não diretamente”), Wanda/PA (“Talvez da vivência”)	2
Não respondeu	André Martins/SP	1
Total		37

Fonte: Pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”.

Sobre a pessoa da família mais influente na formação política, consideramos as respostas afirmativas somadas com as duas “outras respostas”, em um total de 30 ativistas e militantes. Segundo a tabela 12, “pais” têm quase metade das respostas (14), seguido por pai (5), família (4) e mãe (3). Com uma resposta cada, mãe e avó, tios e tias, mães e avó. Destaca-se o casal progenitor, mesmo em um caso em que pai e mãe tinham se separado (Tales/CE). Apesar da figura do pai vir em segundo lugar, se somarmos o número de menções às figuras femininas (mães e avós), nota-se a relevância das mulheres da família nesta formação. Diante do grande desconhecimento da política institucional por sua mãe e seu pai, Teresa/GO mirou o exemplo de suas tias e seus tios que militavam no PT.

A resposta de Teresa/GO nos leva a buscar interpretar os sentidos da influência familiar na formação política de ativistas e militantes, pessoas que tiveram intenso contato com a vida política por meio de movimentos e instituições. A tabela 10 busca organizar o tipo de influência familiar, considerando as 30 pessoas que responderam “sim” e “outras”, em categorias.

Tabela 12: Familiar mais influente na formação política (considerando “sim” e “outras respostas” na Tabela 11).

Familiar mais influente	n.
Pais	14
Pai	5
Família	4
Mãe	3
Mãe e avó	1
Tios e tias	1
Mães	1
Avó	1
Total	30

Fonte: Pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”.

Tabela 13: Tipo de influência familiar na formação política (considerando “sim” e “outras respostas” na Tabela 11).

Tipo de influência		Pseudônimo	N.
Militância (16)	Partidária	Carlos/GO, Teresa/GO, Rosa/SP, Emílio/SP, Artemis/RS, André Rebouças/RS, Lucimar/RJ, Luís Gama/RJ, Joana/MG, Jorge/PA	10
	Sindical	Irma/MG, Marcos/MG, Luís/SP	3
	Movimentos sociais	Chiquinha/RS, Pedro/MG, Samanta/RJ	3
Valores e exemplos		Jota/GO, Tales/CE, Carolina Maria de Jesus/RJ, Conceição/PA, Antônio/GO, Luan/MG, Marta/RJ, Márcia/RS, Karine/RS, Dandara/SP	10
Incentivo à escolarização		Hugo de León/RS, Rita/CE, Wanda/PA	3
Não respondeu		Patrícia/RS	1
Total			30

Fonte: Pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”.

É possível distribuir as respostas em 3 categorias: militância; valores e exemplos; e incentivo à escolarização. A militância envolveu a militância partidária (não necessariamente, filiação), atuação sindical e ativismo em movimentos sociais; dois casos de “mãe lulista” foram aqui incluídos também. A rigor, incentivo à escolarização também poderia pertencer à categoria valores e exemplos, mas as respostas nitidamente separam ambas as influências.

Em apenas um caso, a resposta se distribuiu em mais de uma categoria, sendo considerada a primeira menção. É o caso de Joana/MG, sobre a mãe, que “não era militante, mas lulista” e que defendia a importância dos estudos e da justiça social. Trata-se de um caso muito revelador, dado que a resposta atravessa as três categorias de análise, ainda que distinga a condição de militante da de admiradora de Lula (“lulista”).

A categoria mais citada foi a de “militância” com 16 respostas. Dentro dela, os partidos se destacaram com 10 respostas. O partido mais citado foi o PT, por 5 pessoas: há, entre familiares, desde

membros que criaram o PT (pais de Emílio/SP), a pessoas ativas ou da base do PT (Artemis/RS, André Rebouças/RS, Teresa/GO) e um pai que era “um operário muito petista” (Rosa/SP). Próximas do PT, as “mães lulistas” (ou seja, mais admiradoras de Lula do que do seu partido, o PT) de Joana/MG e Jorge/PA. O Partido Comunista Brasileiro – PCB é citado por 2 pessoas (Carlos/GO e Luís Gama/RJ) e o Partido Democrático Trabalhista – PDT por 1. Carlos/GO diz que os relatos de seu pai sobre a militância no PCB durante a ditadura, quando foi preso e torturado, levaram o filho ao ativismo político, ainda que por uma vertente de esquerda bem diferente, o anarquismo.

Há de comparar os partidos de esquerda citados aqui – em que familiares influentes militavam – e os partidos de esquerda citados acima, que influenciaram diretamente ativistas e militantes. Aqui, predomina o PT, partido de esquerda que foi muito bem-sucedido em décadas recentes em mobilizar massas populares e alçar conquistas eleitorais muito importantes: o PT é um grande marco na formação política da geração anterior àquela que protagonizou as Jornadas de 2013. Há ainda 2 casos que citam a militância do pai no PCB, principal referência da esquerda socialista antes da criação do PT. Em contraste, o partido mais citado por essa nova geração é o PSOL, crítico ao PT e ao campo popular. Ao lado de outros partidos socialistas críticos ao PT, bem como dos coletivos autonomistas, indica-se um relativo deslocamento na transmissão geracional dos valores políticos nas famílias militantes. Dois casos são reveladores: a mãe de Emílio/SP participou da própria fundação do PT e sempre incentivou a atuação política do filho, que acabou se dando no autonomista MPL-SP; Antônio/GO afirmou que seu pai, militante do PCB durante o regime militar, foi sua grande inspiração para a atuação política, que se deu, entretanto, por meio do anarquismo.

Entre os sindicatos, o de docentes se destaca, com 2 citações (Irma/MG e Luís/SP); 1 pessoa cita o sindicato operário (Marcos/MG). Luís/SP, autonomista do MPL-SP, tinha família de docentes que eram atuantes sindicalmente: “minha família tem

uma experiência de atuar politicamente”. Os três movimentos sociais citados são: movimento negro (Chiquinha Gonzaga/RS), movimento contra a ditadura (Samanta/RJ) e comunidade católica (Pedro/MG). O pai de Chiquinha Gonzaga/RS, servidor público, foi conselheiro do Floresta Aurora (histórico clube beneficente negro); da família, destaca também a influência das discussões políticas aos domingos.

A categoria valores e exemplos é trazida por 10 pessoas. Mesmo que fosse somada à categoria “incentivo à escolarização” (3 respostas), ainda ficaria abaixo da categoria militância. Indica-se um forte componente da socialização política da família exercida diretamente em instituições partidárias, movimentos e militância entre ativistas e militantes que entrevistamos. Contudo, nem sempre esta militância parece tão orgânica, como a simpatia petista do pai de Rosa/SP, ou as mãos lulistas, como a de Jorge/PA. De família evangélica e bastante conservadora, Jorge/PA encontrou na sua mãe uma fonte de formação, ela que o levava, criança, para os comícios de Lula.

A categoria valores e exemplos parece destacar o pertencimento à classe trabalhadora, quando os “valores” são atribuídos menos a um discurso sistemático e mais ao exemplo ou atitude de familiares, como luta, coragem, força e resistência. (Conceição/PA e Karine/RS). Há ainda a “sensibilidade”, associada às mulheres desta classe: Luan/MG diz que deve à sua avó materna e à sua mãe “a formação da sensibilidade. [...] Política para mim está nesse lugar”. Em Antônio/GO, autonomista orientado pelo socialismo autogestionário, há uma ressignificação da laboriosidade de pai e mãe como valores da classe trabalhadora:

O que eu trago deles para pensar politicamente minha formação, seria muito mais os valores que se constituem na classe trabalhadora. Então, o valor do compromisso, da disciplina, do respeito com as coisas que você assume (Antônio/GO, entrevista, 2024).

Por sua vez, Carolina Maria de Jesus/RJ considera que a experiência em uma família negra a ensinou a “base do racismo”,

trazida para a sua reflexividade militante posterior. Para Jota/GO e Marcos/MG, houve uma consciência social oriunda da religião na forma como ela era entendida por familiares. Há presença minoritária de uma perspectiva mais reflexiva, associada às classes médias, entre os valores, como “valores progressistas” (Tales/CE) e “incentivo ao pensamento próprio” (Marta/RJ).

Quanto às 3 pessoas que apontaram o incentivo à escolarização – Hugo de León/RS, Rita/CE e Wanda/PA –, todas elas pertenciam a famílias de estratos populares, com esta prática costumeira de estimular as gerações mais novas à busca de ascensão social pela escolarização, escalando níveis de ensino não alcançadas pelas gerações anteriores:

Eu acho que, talvez não pela palavra, eles não tinham esses discursos políticos, mas a vida deles era muito política, ver a luta da mamãe para criar a gente, ver essa questão do papai de não abrir mão da educação, acho que foi mais o testemunho do que propriamente a fala (Rita/CE, entrevista, 2023).

Entre as 6 pessoas que consideraram que a família não influenciou sua formação política, duas dizem que o ambiente familiar não tinha discussões políticas (os militantes Santiago/CE e Amiel/CE). Juliana/SP veio de família evangélica bastante conservadora. Já Honestino/GO, após afirmar que ele e sua mãe se formaram politicamente em conjunto, a partir de 2013, reconhece a “força de vontade” de sua mãe como inspiração – retomando os valores das classes trabalhadoras, citados acima. Zumbi dos Palmares/RJ foi afastado de sua mãe logo após o nascimento, tendo passado toda infância e adolescência no sistema FEBEM. Emanuel/MG é o único que não fez comentários.

Recorde-se que a questão 4 ainda perguntava sobre a posição da família em relação à atuação da pessoa entrevistada nas Jornadas de 2013. A tabela 14 apresenta os resultados.

Tabela 14: Posição da família em relação à participação da pessoa entrevistada nas Jornadas de 2013.

Posição da família	Pseudônimo	N.
Apoio	Carlos/GO, Jota/GO, Conceição/MG, Carolina Maria de Jesus/RJ, Lucimar/RJ, Emílio/SP, Patrícia/RS, André Rebouças/RS,	8
Aceitação	Tales/CE, Antônio/GO, Honestino/GO, Irma/MG, Marcos/MG, Emanuel/MG, Luís Gama/RJ, Karine/RS, Márcia/RS, Rosa/SP, Luan/MG, Artemis/RS	12
Não compreensão	Teresa/GO	1
Reprovação	Amiel/CE, Wanda/PA, Chiquinha Gonzaga/RS, Dandara/SP, Juliana/SP, Hugo de León/RS	6
Outra	Zumbi dos Palmares/RJ, André Martins/SP	2
Não respondeu	Rita/CE, Santiago/CE, Pedro/MG, Joana/MG, Jorge/PA, Marta/RJ, Samanta/RJ, Luís/SP	8
Total		37

Fonte: Pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”.

As respostas foram categorizadas e apresentadas, partindo da posição mais positiva – apoio – para a mais negativa – reprovação, passando pela aceitação e não compreensão. Há ainda duas pessoas que não tinham pai e mãe em 2013 (Zumbi dos Palmares/RJ e André Martins/SP) e 8 pessoas que não responderam.

A posição mais frequente foi a de aceitação, com 12 pessoas, sendo bastante característica a preocupação da família com a segurança da e do manifestante por causa da repressão policial. “Eles [pais] não eram favoráveis, mas também não eram contra. Estavam no ‘Ah! É perigoso, as pessoas estão apanhando’”. (Artemis/RS). “Eu tenho um pouco a sensação de que ela [mãe] falava: ‘Não vai, não’, mas, lá no fundo, ela devia estar falando: ‘Está certo, tem que ir!’”. (Luan/MG).

Mesmo nas famílias que deram apoio, em 8 casos, a preocupação com a repressão também apareceu: “Não provoca polícia, não vai para perto da polícia”. (Jota/GO). “Ele [pai] já foi preso, apanhou. Ele não era contra, sabe? Ele achava legal, só que ele, assim: ‘Toma cuidado, não fica na frente’. Só que eu

literalmente criei a Frente de Luta". (Carlos/GO). O apoio parece próximo da mera aceitação também no caso de Lucimar/RJ: "Minha família nunca repreendeu, assim, a luta por direitos. Em 2013... também não." Diversamente, Emílio/SP relata que a mãe, mais do que aceitar, sempre incentivou sua militância. Em dois casos, o apoio significou a participação no movimento. André Rebouças/RS diz que sua mãe, pai e irmã participaram dos atos. Ainda mais do que manifestantes, familiares de Carolina Maria de Jesus/RJ, suas mães, um casal de mulheres, formaram juntas com ela o movimento na comunidade contra a violência policial. "Minha família sempre foi, sempre se sentiu solidária, ativa, nesses momentos aí de enfrentamento."

Segundo Teresa/GO, sua família não compreendeu o que significavam as Jornadas e a participação dela, enquanto que 6 famílias reprovaram a participação. Quando Dandara/SP concedeu entrevista para uma rede de TV, sua mãe descobriu o ativismo dela; ela ligou para a filha e contestou: "Sai daí agora e volta pra casa imediatamente! O que você está fazendo aí?". Wanda/PA disse que "minha família olhava com desconfiança, então a gente nem falava que estava nos protestos".

Buscando sintetizar os resultados sobre a formação política de ativistas e militantes que entrevistamos para a pesquisa, podemos concluir, primeiro, que eles revelam a importante presença das agências clássicas de socialização política: família e instituições de ensino. As instituições de ensino são destacadas, primeiro, pelos conhecimentos ensinados que formaram as ideias políticas e foram, inclusive, usadas para orientar os protestos (para André Martins/SP); segundo, como espaço de vivência da política, por meio do movimento estudantil e de projetos de extensão. Comentaremos sobre a família, adiante.

Entretanto, família e escola não são as agências socializadoras mais frequentes, quando se consideram as respostas sobre o que e quem foi importante na formação das ideias políticas de quem entrevistamos. Foram mais presentes as organizações, coletivos e movimentos mais diretamente políticos: partidos e juventudes

partidárias, coletivos autonomistas e anarquistas e outras organizações e movimentos (destacando-se grupos católicos progressistas). Entre partidos e juventudes partidárias, aqueles socialistas críticos ao PT, destacando-se o PSOL. Mas as organizações do Campo Popular também aparecem de forma relevante, incluindo o próprio PT.

Chama a atenção a presença minoritária de coletivos autonomistas e anarquistas, algo que entra em conflito com a importância do repertório autonomista na convocação e condução dos primeiros atos das Jornadas, antes de sua deriva multitudinária. O fato deve contar menos para uma posição revisionista, que poderia subestimar o autonomismo, e mais para localizar melhor o repertório socialista e militantes de partidos socialistas nas Jornadas, que desde a primeira hora participaram das coalizões fomentadas por autonomistas e foram importantes na mobilização e organização dos protestos.

Sobre a família, ainda que não tenha sido a principal agência socializadora citada, ela é reconhecida como importante pela grande maioria de ativistas e militantes, especialmente na figura do pai e da mãe – com figuras femininas também merecendo destaque. A influência se dá notadamente pelo exemplo e prática. Destaca-se a criação do gosto ou o incentivo à participação política oriunda do exemplo de militância ou da atuação política de familiares em partidos, sindicatos e movimentos sociais. Partidos se destacam e, entre eles, o PT, no qual a atuação oscilou da militância orgânica à simpatia, chegando ao lulismo de duas das mães. Apesar do estímulo, nesta transmissão geracional do interesse pela atuação política, ativistas e militantes das Jornadas preferiram participar de outras organizações e movimentos, seja de partidos à esquerda do PT, seja de coletivos autonomistas.

Destacam-se, em segundo, lugar, principalmente em famílias sem militância e de classes populares, o reconhecimento de uma influência política menos direta, na forma de valores sociais praticados, que ensinaram a importância da ética do trabalho, da escolarização e do senso de justiça social.

Finalmente, as respostas sobre a posição da família em relação à participação de quem entrevistamos nas Jornadas referenda o quanto 2013 foi um movimento predominantemente juvenil, originado prioritariamente de movimentos estudantis. Entretanto, também foi um ciclo de protestos intergeracional. Hugo de León/RS traz isso de forma irônica, retratando o momento em que as Jornadas se expandem e se interiorizam: “Eu encontrava até tios meus na rua, assim, do nada. Nem eles sabiam porque eles estavam lá, mas estavam lá.” Tão importante quanto outras 2 pessoas que citam a presença da família nuclear nos atos (Carolina Maria de Jesus/RJ e André Rebouças/RS) é o número de pessoas que entrevistamos e que eram adultas em 2013 (11). Ainda assim, nestas respostas, foi típica, apesar da aceitação, certa tensão, expressa no temor de familiares de que a e o ativista/militante sofresse a violência policial.

Atuação política nas Jornadas de 2013

Como já apresentado nas Tabelas 2 e 4, classificamos quem entrevistamos nas seguintes formas de atuação nas Jornadas: militantes, autonomistas, ativistas de movimentos territoriais, independentes e apoiadoras. A tabela 15 e o Apêndice apresentam melhor estes dados sobre a forma de atuação: a tabela 15 traz os critérios de inclusão para cada categoria; e o Apêndice, além de reunir as pessoas entrevistadas em cada categoria, apresenta o destaque em sua formação política antes de 2013, a organização ou movimento em que cada uma atuava em 2013 e a sua atuação política no momento da entrevista.

Tabela 15: Critérios de inclusão nas categorias das formas de atuação nas Jornadas

Categoria	Critérios de inclusão	n.
Militante	Participante de juventude partidária socialista. Filiação ao partido socialista.	17
Autonomista	Ativista de organização, coletivo e/ou movimento que se considera como autonomista e/ou anarquista.	11
Independente	Participante na organização das ações realizadas durante as Jornadas de 2013, mas sem vínculo reconhecido com organização, partido ou movimento.	5
Ativista de movimento territorial	Ativista de movimentos de moradoras e moradores sob o impacto de obras para a Copa do Mundo ou da violência policial.	2
Apoiadora	Pessoas que se consideraram como apoiadoras do movimento, dando suporte jurídico ou atuando na defesa dos direitos humanos de manifestantes.	2
Total		37

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

Verifica-se que predominaram militantes (17 pessoas), seguidas por autonomistas (11) e independentes (5). Ainda houve duas pessoas na categoria ativista de movimentos territoriais e duas apoiadoras.

O resultado traduz a maior facilidade de encontrar militantes atuantes em partidos socialistas, destacando-se o PSOL (com 8 pessoas). Esse resultado, contudo, não é mera tradução da maior disponibilidade desta categoria de sujeitos. É certo que as Jornadas se caracterizam pela importância do repertório autonomista de contestação, assim como pelo papel crucial de coletivos autonomistas na organização dos primeiros atos, especialmente com a pauta da redução das tarifas do transporte público (como o MPL-SP e a Frente de Lutas de Goiânia), mas também a partir da denúncia dos impactos das obras da Copa do Mundo (como a COPAC). Entretanto, militantes de partidos socialistas críticos ao PT – e até de certas juventudes do PT – estiveram presentes desde a fase inicial das Jornadas, em diversos casos fazendo parte das

coalizões na forma de “frentes” ou “blocos” propostos por autonomistas (como a Frente de Lutas de Goiânia, o Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre e a frente formada pelo MPL-SP). Em alguns casos, militantes consideraram ser necessário participar dos atos já iniciados, tentando marcar posição e influenciar o curso dos eventos, como Márcia/RS e quem entrevistamos no Pará.

É importante registrar que tanto nossa pesquisa quanto nossa amostra de pessoas entrevistadas têm caráter qualitativo, ou seja, estavam preocupadas sobretudo com a diversidade das pessoas participantes, em matéria de forma de atuação, estado, gênero e raça. Assim, estes dados quantitativos têm somente valor indicativo, de modo algum estatístico. Nesse sentido, foi possível abarcar certa diversidade nas formas de participação, trazendo considerável quantidade de autonomistas e independentes, elas e eles também atuantes em coletivos bastante diversos, além de encontrar, ao longo da pesquisa, a presença de ativistas de movimentos territoriais e apoiadoras (tratando de questões ligadas aos direitos humanos de manifestantes detidas e detidos).

Das 37 pessoas entrevistadas, é possível afirmar que 32 tinham alguma relação orgânica com organização, coletivo ou instituição atuante nas Jornadas. As outras 5 pessoas eram independentes e se aproximaram de movimentos – como as frentes e coalizões – que organizaram os protestos, mas não faziam parte integrante deles.

Foram citadas 22 organizações, coletivos ou movimentos, conforme a tabela 16. 3 pessoas fizeram duas citações (Hugo de León/RS, Pedro/MG e Irma/MG). “Movimento Estudantil” apareceu em três categorias diferentes, uma vez cada (Militante, autonomista e independente). LPJ, em duas (militante e independente).

Tabela 16: Organizações, coletivos e movimentos com atuação ou apoio das pessoas entrevistadas em 2013.

Organização	Nome	N.
Partido (11)	PSOL	8
	PSTU	2
	PT	1
Juventude partidária (6)	UJS	3
	LPJ	2
	UJR	1
Sindicato (1)	Sindicato dos metalúrgicos	1
Movimento estudantil (4)		4
Coletivos e movimentos autonomistas (14)	Frente de Lutas de Goiânia	2
	MPL-SP	2
	Greve dos Garis	2
	Ocupa Alckmin	1
	Pula Catraca	1
	Coletivo Mineiro Popular	1
	APH	1
	COPAC	1
	Redes e Ruas	1
	Midiativismo	1
	Grupo no Facebook que organizou ato na Austrália	1
Movimentos territoriais (2)	Cadê o Amarelo?	1
	Movimento de Moradores do Lagamar	1
Organizações apoiadoras (2)	Comissão de Direitos Humanos	1
	<i>Habeas Corpus</i> Rio de Janeiro	1
Total		40

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

A organização mais citada foram os partidos, todos do campo da esquerda e, com exceção de um militante do PT (Marcos/MG), fora do Campo Popular. Destacou-se, como dito, o PSOL, com 8 militantes. A seguir, o PSTU, com 2. As juventudes partidárias, todas socialistas, que costumam recrutar entre estudantes a futura militância do partido, têm 6 menções. A UJS, juventude do PCdoB, do Campo Popular, que tem importante enraizamento nas entidades estudantis oficiais – União Nacional dos Estudantes (UNE), Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) –, se destaca, com 3 militantes. Próxima, outra juventude partidária do Campo Popular, a LPJ, com uma militante e uma simpatizante. Finalmente, 1 militante da UJR.

Militantes do PSOL, PSTU e UJR compõem a porção militante mais característica das Jornadas, a saber, organizações socialistas à esquerda do PT, críticas dos governos Lula e Dilma. Entretanto, há uma presença relevante de militantes do campo popular: PT, UJS e LPJ. O fato dos atos, em suas fases iniciais, terem como pauta principal, na maioria das cidades, a revogação do aumento das tarifas do transporte público – caso de São Paulo, Porto Alegre, Goiânia e Belém – colocavam os movimentos em oposição a governos municipais (e, no caso de regiões metropolitanas, a governos estaduais também). Ou seja, o antagonista imediato não era o governo federal. Ainda que nas capitais paulista e gaúcha, governos locais fossem do PT, isso não impediu a aproximação de jovens estudantes militantes do Campo Popular aos movimentos. Em Poços de Caldas/MG, apesar de o prefeito ser do PT, a Juventude do PT, contra a direção do partido, ao lado do Educafro e de outros coletivos, convocaram atos pela redução das tarifas, segundo Marcos/MG. Jorge/PA e Márcia/RS afirmam que, para a UJS, não era possível estar ausente de mobilizações de jovens estudantes.

Isso não impediu, como já demonstrado, que militantes socialistas viessem a estranhar o rumo das ações, e não apenas no Campo Popular. Destaca-se o mal-estar causado pelo

crescente clima antipartido nos grandes atos do final de junho, que não afetou exclusivamente o PT. Depois que militantes do PSTU receberam agressões em Belo Horizonte, Joana/MG afirma que criaram estratégias de proteção, como ficar sempre em grupo e vestir uma camiseta por cima da do partido enquanto a pessoa estivesse sozinha. Militantes do PSOL procuraram se adequar à situação, como em Belém do Pará, acatando a decisão da assembleia de não levar bandeiras de partidos nos atos, mas se apresentando como o coletivo Juntos! (Conceição/PA).

Há 14 diferentes tipos de coletivos e movimentos autonomistas e anarquistas citados. Três deles foram muito importantes, em suas cidades, como convocadores e organizadores dos atos, os dois primeiros contra o aumento das tarifas do transporte público: o MPL-SP, mais característico dos coletivos autonomistas deste ciclo de protestos, na capital paulista; a Frente de Lutas de Goiânia, uma coalizão que recebia grande influência de coletivos anarquistas (como o de Carlos/GO) e apoio de socialistas de fora do Campo Popular (como o autogestionário Antônio/GO); e a COPAC, coalizão composta por coletivos anarquistas, partidos socialistas e organizações de pessoas afetadas pelas obras da Copa em Belo Horizonte. A Greve dos Garis, organizada em 2014, em oposição ao próprio sindicato que tinha entrado em acordo com o governo municipal carioca, é apresentado por Zumbi dos Palmares/RJ e Lucimar/RJ como oriundo dos ideários autonomistas das Jornadas de 2013. Ainda no Rio de Janeiro, independentes citam o apoio ao coletivo Redes e Ruas (Marta/RJ) e a atuação como midiativista (Samanta/RJ). Destacam-se também os coletivos atuantes em Belo Horizonte, presentes na latência das Jornadas (Coletivo Mineiro Popular e o já citado COPAC) ou formado em junho de 2013 (APH). COPAC e APH também tinham o caráter de frente ou coalizão, envolvendo autonomistas, anarquistas e socialistas, ainda que com a hegemonia do repertório autonomista. Finalmente, Teresa/GO cita o grupo que criou evento no *Facebook* e que organizou ato na Austrália.

Dois movimentos territoriais são citados. Primeiro, o movimento de moradoras e moradores de Lagamar, formado em 2011 contra os despejos decorrentes das obras para a Copa do Mundo em Fortaleza. Tal movimento, ao lado do COPAC – esse de teor mais caracteristicamente autonomista –, pautavam os impactos sociais e humanos das obras para os megaeventos esportivos. Já o movimento “Cadê o Amarildo?” foi formado em comunidade carioca após o assassinato e desaparecimento do corpo pela polícia do pedreiro Amarildo, em julho de 2013. Ele trouxe a temática periférica ao lado da racial, na denúncia da atuação brutal da polícia nas favelas do Rio de Janeiro.

Finalmente, o apoiador Jota/GO atuava na Comissão de Direitos Humanos de Goiânia, enquanto Patrícia/RJ formou um grupo de advogadas e advogados, por meio do *Facebook*, o *Habeas Corpus* Rio de Janeiro. A comissão e o grupo tinham a finalidade de defender os direitos civis de manifestantes sob detenção da polícia.

Atuação política na atualidade

A sociologia do militantismo tem desenvolvido pesquisas com base no conceito de ciclo de adesão, comprometimento e deserção (Gutierrez, 2020) para compreender as trajetórias políticas de militantes de organizações, como partidos, sindicatos e movimentos sociais. Entre os estudos, destaca-se a tese da maior disponibilidade biográfica, oriunda de sua moratória social e vital, de jovens das classes médias para a militância. Com base nesta discussão, desenvolvemos as categorias expostas no Quadro 9 para analisar as trajetórias políticas de ativistas e militantes das Jornadas que entrevistamos.

Quadro 9: Categorias de análise das trajetórias políticas de ativistas e militantes das Jornadas.

Categoria	Descrição
Sem filiação	Independente ou apoiadora em 2013 que manteve a condição de não filiada a organização, coletivo ou movimento
Desfiliação	Perda de pertencimento formal a organização, coletivo ou movimento
Desmobilização	Manutenção de pertencimento formal, mas ausência de fato de atuação política
Estabilidade	Manutenção de pertencimento formal e de atuação política na mesma intensidade ou frequência
Evolução	Aprofundamento da militância na mesma organização, incluindo a disputa e/ou exercício de cargos eletivos ou indicação para cargos nomeados e/ou a passagem da juventude partidária para o partido.
Mudança	Troca de organização, coletivo ou movimento.

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

Ao longo de sua trajetória política, a pessoa entrevistada pode ter passado por mais de uma categoria. Por exemplo, a pessoa pode ter mudado de partido e vivido nele uma evolução, vindo a ocupar cargos. Ou então, mesmo que ela tenha mudado de organização, tenha acabado por se desmobilizar posteriormente. Apesar de a interpretação a seguir discorrer sobre alguns desses casos, a Tabela 17, ao quantificar os dados – o que tem caráter meramente indicativo –, consideraremos apenas a posição no momento da entrevista.

Tabela 17: Atuação política de ativistas e militantes das Jornadas na atualidade (2023-2024).

Categoria de atuação	Pseudônimo	N.
Sem filiação	Artemis/RS, Marta/RJ, Samanta/RJ, Teresa/RJ, Jota/GO, Patrícia/RJ	6
Desfiliação	Carlos/GO, Emílio/SP, Juliana/SP, Karine/RS	4
Desmobilização	Irma/MG, Hugo de León/GO, Tales/CE	3
Estabilidade	Antônio/GO, Luan/MG, Joana/MG	3
Evolução	Rita/CE, Carolina Maria de Jesus/RJ, André Martins/SP, Chiquinha Gonzaga/RS, Luciana/RJ, Pedro/MG, Zumbi dos Palmares/RJ, André Rebouças/RS, Conceição/PA, Dandara/SP, Emanuel/MG, Honestino/GO, Jorge/PA, Márcia/RS, Rosa/SP, Wanda/PA, Santiago/CE, Marcos/MG	18
Mudança	Luís/SP, Amiel/CE, Luís Gama/RJ	3
Total		37

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

Entre as 17 pessoas que eram militantes em 2013, apenas uma pessoa estava desfilada de organização ou coletivo (Karine/RS). Catorze delas atualmente estão filiadas a partidos. Uma é diretora de sindicato (Wanda/PA). Uma é ativista do movimento negro (Luís Gama/RJ), sendo a única pessoa entre militantes de 2013 que permaneceram atuantes a deixar a categoria militância, passando a se identificar como ativista de movimento identitário. Entre filiadas a partidos, apenas uma pessoa não está em partido da esquerda socialista (Honestino/GO, filiado ao PDT).

Trata-se de um primeiro dado bastante importante: a quase ausência de um processo explícito de desfiliação. Karine/RS militava na LPJ em 2013, entretanto, esta atuação não a levou para uma filiação ao partido ou ao sindicato, ainda que atualmente seja servidora pública estadual, atuando como socióloga na formulação de políticas sociais.

Entretanto, em ao menos outros 2 casos é possível dizer que houve desmobilização, ou seja, mesmo que a pessoa continuasse filiada a um partido socialista, ela tinha pouca atuação efetiva:

Tales/CE, assessor parlamentar em 2013, quando entrevistado em 2023 estava apostando em sua carreira acadêmica, se preparando para um estágio de pesquisa no exterior; e Hugo de León/RS, que viera do PDT para o PCdoB, retornara ao PDT, até que, depois de passar a residir na capital paulista, filiou-se ao PT apenas para manter algum vínculo político.

Hugo de León/RS, antes de se desmobilizar, foi um dos militantes que mais passou por mudanças. A mudança é bastante esperada em quem era jovem e militante de juventude partidária em 2013, mas apenas neste caso ela veio acompanhado de desmobilização. Com outras 4 pessoas, a mudança levou a uma evolução na política institucional: André Rebouças/RS migrou do PSTU ao PSOL, onde se elegeu deputado estadual; Honestino/GO, que tinha iniciado sua atuação política no PDT, estava na UJS em 2013, de onde evoluiu ao PCdoB, para, finalmente, retornar ao PDT, por meio do qual conseguiu um cargo nomeado na gestão municipal; Márcia/RS, da UJS foi para o PCdoB, como esperado, mas migrou para o PSOL, onde se elegeu vereadora em Caxias do Sul; e Wanda/PA deixou a UJR e hoje é diretora do sindicato dos portuários em sua região.

A evolução dentro das organizações clássicas da institucionalidade política (partidos e, secundariamente, sindicatos) foi a tônica de militantes de 2013. Ela aconteceu também para outras 4 pessoas. Jorge/PA evoluiu da juventude partidária do PCdoB – a UJS – para o próprio partido, no qual tem relevante atuação. Quatro delas continuaram no PSOL: Conceição/PA chegou a ser deputada federal; Dandara/SP era deputada estadual quando entrevistada, assim como Santiago/CE; e Emanuel/MG era assessor parlamentar. Apenas Joana/MG não parece ter evoluído dentro de seu partido, o PSTU, mas também não se desmobilizou ou se desfiliou.

Entre as 11 pessoas autonomistas em 2013, 3 estavam desfiliaadas quando concederam entrevista: Emílio/SP, Juliana/SP e Carlos/GO. Entre quem estava atuante, 8 pessoas, duas mantiveram sua condição de ativista do mesmo coletivo (Luan/MG

e Antônio/GO) e uma registrou mudança (Luís/SP, que deixou o MPL/SP e se tornou apoiador do movimento sindical docente). Consideramos que as mudanças vividas por 5 pessoas, por meio da criação de coletivos ou a passagem para o campo partidário, significaram evolução: Zumbi dos Palmares/RJ e Lucimar/RJ criaram o Círculo Laranja, associação de caráter autonomista; Pedro/MG participou da criação da Kasa Invisível; André Martins/SP e Chiquinha Gonzaga/RS passaram do circuito autonomista para o partidário, vindo a ocupar, na atualidade, cargos institucionais por meio de partidos de esquerda.

Há um número proporcionalmente maior de desfiliações entre autonomistas em comparação com militantes. Chama a atenção, também, que entre quem manteve sua atuação política, 3 passaram para o campo da atuação política clássica (2 em partidos e 1 no movimento sindical), enquanto Zumbi dos Palmares/RJ tinha um pé em cada espaço, já que, além de atuar no Círculo Laranja, ele havia se filiado ao PT.

Entre as 5 pessoas independentes em 2013, apenas uma desenvolveu sua atuação política nos anos seguintes (Irma/MG). Irma/MG filiou-se ao PSOL, se tornando importante quadro municipal, inclusive candidata a vereadora, mas, quando entrevistada, apesar de continuar filiada, estava desmobilizada. Quanto às duas pessoas apoiadoras em 2013, ambas estavam sem vínculo formal às organizações ou aos coletivos quando entrevistadas. Situação oposta viviam as duas ativistas de movimentos territoriais, ambas com cargos na institucionalidade política: Rita/CE era vereadora pelo PSOL e Carolina Maria de Jesus/RJ era assessora parlamentar pelo mesmo partido, apesar de não ser filiada.

Conforme a tabela 18, 19 pessoas estavam em partidos políticos – ainda que tenhamos incluído as desmobilizadas, mas que continuavam filiadas (4 pessoas) e Carolina Maria de Jesus/RJ (assessora parlamentar em mandato do PSOL, mas sem filiação ao partido). Como dito, exceto por Honestino/GO, do PDT, os demais vínculos eram em partidos da esquerda socialista. Dentro do campo das chamadas organizações clássicas da política, duas

pessoas atuavam em sindicatos, enquanto que, como era esperado, deixaram de haver vínculos com juventudes partidárias, ou seja, 21 das 37 pessoas que eram ativistas e militantes em 2013 estavam no campo das instituições tradicionais da política, quase todas elas em partidos no campo da esquerda socialista.

Tabela 18: Organizações que ativistas e militantes de 2013 têm filiação na atualidade.

Organizaçã o		Pseudônimo	N.
Partido [19]	PSOL	Chiquinha Gonzaga/RS, Irma/MG, André Rebouças/RS, Conceição/PA, Dandara/SP, Emanoel/MG, Márcia/RS, Rita/CE, Carolina Maria de Jesus/RJ, Rosa/SP, Tales/CE, Santiago/CE	12
	PT	André Martins/SP, Hugo de León/RS, Marcos/MG,	3
	PcdoB	Jorge/PA	1
	PCB	Amiel/CE	1
	PSTU	Joana/MG	1
	PDT	Honestino/GO	1
Sindicato [2]	Portuário	Wanda/PA	1
	Docente	Luís/SP	1
Coletivo autonomista e anarquista [5]	OSL	Luan/MG	1
	Círculo Laranja	Lucimar/RJ, Zumbi dos Palmares/RJ	2
	Kasa Invisível	Pedro/MG	1
	Movimento autogestionário	Antônio/GO	1
Movimento negro [1]		Luís Gama/RJ	1
Desfiliação e não filiação		Artemis/RS, Marta/RJ, Samanta/RJ, Teresa/RJ, Jota/GO, Patrícia/RJ, Carlos/GO, Emílio/SP, Juliana/SP, Karine/RS	10
Total			37

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

Em 2013, militantes de partidos, juventudes partidárias e sindicato foram citadas por 18 pessoas, conforme tabela 16, o que indica a capacidade deste campo se manter e até mesmo se reinventar, considerando os duros anos para as esquerdas, com o crescimento da direita e extrema-direita desde o início das mobilizações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2015. O PSOL continua o partido mais citado, passando de 8 pessoas em 2013 para 12 na atualidade; se o PSOL perdeu 2 militantes (Amiel/CE e Luís Gama/RJ), ganhou adeptos que vieram de outros partidos e juventudes partidárias (André Rebouças/RS e Márcia/RS), de movimentos territoriais (Rita/CE e Carolina Maria de Jesus/RJ), de autonomista (Chiquinha Gonzaga/RS) e de independente (Irma/MG).

Mas é relevante o fato do PT ter conseguido aumentar de 1 para 3 o número de vínculos. Se ele foi um dos partidos que mais sofreu com as consequências de 2013 – desde o momento em que as grandes manifestações de junho passaram a ter, em diferentes graus, cunho antipetista –, foi em torno do PT que, em diferentes ocasiões (como nas eleições de 2014, 2018 e 2022), se reuniu o campo das esquerdas.

Dez pessoas tinham se desfiliado ou não se filiaram a organizações ou coletivos: 4 independentes e 2 apoiadoras em 2013 não se filiaram; e 3 autonomistas e 1 militante vieram por se desfiliar. Trata-se de um número relevante, que indica as dificuldades de jovens e, até mesmo pessoas adultas em 2013, de manter ou aprofundar sua participação política nos novos cenários que se desenharam, com o avanço do campo conservador e da extrema-direita. Mas é preciso considerar também que, com a adulez, se reduzem a disponibilidade biográfica e as moratórias social e vital.

Também é revelador o número de quem manteve sua atuação como autonomista, seis pessoas. Apenas Luís Gama/RJ teve alguma aproximação com esse campo, ele que se desfiliou do PSOL e se tornou ativista do movimento negro. Cinco pessoas que eram autonomistas em 2013 deixaram o campo, ainda que apenas duas

tenham se desfilado (Emílio/SP e Juliana/SP). Duas se filiaram a partidos – André Martins/SP (que se filiou ao PT ainda em 2013) e Chiquinha Gonzaga/RS (que, do movimento estudantil independente se aproximou de coletivo negro que se filiou em bloco ao PSOL). Coletivos de grande destaque em 2013, no qual ativistas fizeram parte (MPL-SP, COPAC e APH), vão perdendo sua importância nos anos seguintes. É certo que alguns desses coletivos tinham sido criados justamente pelo e para o movimento, como a Frente de Lutas de Goiânia e as próprias COPAC e APH. Alguns pequenos coletivos se mantêm, como a OSL e o movimento autogestionário. Há algum esforço de criação de novos coletivos, mas eles têm caráter mais cultural – como a Kasa Invisível – e social – como o Círculo Laranja (que funciona ao estilo de uma organização não-governamental) – do que diretamente político.

A hipótese é de que o campo autonomista foi o que mais sofreu com os cenários políticos adversos pós-2013, especialmente após as fortes repressões ao movimento de ocupações e aos protestos no segundo semestre de 2016. Essa hipótese e outras considerações traçadas neste item merecem ser cotejadas com o que as pessoas que entrevistamos dizem a respeito de suas trajetórias, para além de localizar no espaço social os lugares que vieram a ocupar. Dado o caráter qualitativo de nossa amostra, preocupada com a diversidade de experiências e não coma validade estatística de seus dados numéricos, que têm caráter apenas indicativo, o mais importante neste trabalho é conhecer os significados que ativistas e militantes das Jornadas atribuem às suas trajetórias, em especial, se e como as experiências políticas de 2013 impactaram tais trajetórias.

Influências das Jornadas nas trajetórias sociais de ativistas e militantes

As entrevistas permitiram conhecer se as e os participantes reconheceram as influências das experiências políticas das Jornadas de 2013 em suas trajetórias sociais. Estas informações foram trazidas principalmente pela análise de duas questões do

roteiro de entrevistas, que constam no Tema IV – Impacto das Jornadas na formação, a saber:

- 18) Quais foram as principais influências que as Jornadas tiveram em sua vida?
- 19) Quais foram as influências das Jornadas:
 - a) em sua ideia de política e sua trajetória política?
 - b) na sua trajetória escolar e profissional?

A questão 19 era feita apenas quando a resposta à questão 18 não trazia os elementos esperados, ou seja, elementos que especificassem a trajetória social nos aspectos político, escolar e profissional. Cabe destacar também que a questão 19b perguntava explicitamente acerca da “ideia de política”.

A Tabela 19 distribui as respostas, considerando as influências reconhecidas nas trajetórias política, profissional e escolar.

Tabela 19: Reconhecimento da influência das Jornadas de 2013 na trajetória social das pessoas entrevistadas.

Reconhecimento da influência	Na trajetória política	Na trajetória profissional	Na trajetória escolar
Sim	35	21	20
Não	1	8	6
Não sabe ou não respondeu	1	8	11
Totais	37	37	37

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

Os dados da Tabela 19 permitem concluir que há grande reconhecimento das e dos participantes da pesquisa acerca da influência das Jornadas de 2013 em suas trajetórias sociais. Essa influência se deu principalmente em suas trajetórias políticas, reconhecida por 35 das 37 pessoas. Em mais da metade das e dos participantes, se reconhece a influência de 2013 em suas trajetórias profissionais e escolares, 20 e 21, respectivamente.

A análise das respostas permite concluir também que o sentido desta influência das Jornadas é quase sempre positivo. Nas

trajetórias profissionais, duas considerarão negativa esta influência, enquanto que nas trajetórias escolares, apenas uma. Entre as 35 pessoas que reconheceram as influências das Jornadas em sua trajetória política, codificamos 59 segmentos em suas respostas: entre os 59 segmentos, apenas 3 são influências negativas.

Estes resultados indicam que as Jornadas de 2013 foram vividas e significadas por ativistas e militantes progressistas como experiências que tiveram impacto grande e majoritariamente positivo em suas trajetórias, especialmente as políticas, ainda que tenham recebido diferentes conotações, as quais podem ser relacionadas com suas trajetórias objetivas.

A seguir, discutiremos os significados atribuídos a cada aspecto da trajetória social – escolar, profissional e política – por ativistas e militantes que entrevistamos. Delineiam-se, assim, as suas trajetórias subjetivas.

Trajetoórias Escolares

Conforme apresentado na Tabela 6, ativistas e militantes que entrevistamos possuíam, em 2013, alta escolaridade em comparação com a população em geral e percorreram trajetórias ascendentes em relação   educação superior. Estas trajetórias escolares prolongadas permitiram o acúmulo do capital cultural e a construção das suas identidades, mas o processo formativo do sujeito não se d  apenas pela educação formal, escolarizada, mas sim por meio de todos os processos e práticas formativas que, potencialmente, podem produzir novas relações a partir do vivido. Assim, tomamos por orientação conceitual que a educação é um processo ampliado da formação do sujeito social, não cabendo esta responsabilidade somente à escola ou à universidade.

Para compreendermos os sentidos que ativistas e militantes atribuem aos processos escolares, o fazemos por meio de uma de nossas categorias de análise, que é a de trajetória social. Esta categoria vai nos permitir compreender quais os percursos escolares que estes sujeitos tomaram e o quanto foram impactados

pelo processo de subjetivação política vivido nas Jornadas de 2013, à medida que “um sujeito é o resultado de um movimento, e não a sua origem” (Rancière, 2021, p. 8)

A partir da análise dos dados referentes às trajetórias escolares de quem entrevistamos, se reconhecem elementos que Rancière (1996) associa à subjetivação política. A subjetivação política não afirma identidades específicas, ao contrário, é um processo de desidentificação que afasta ou desloca os sujeitos de suas funções ou posições sociais pressupostas, pois ela se fundamenta na igualdade primordial de fala e de ação entre todos os seres humanos (Grosso *et al.*, 2022). A compreensão da subjetivação política permite a análise da extensão dos sentidos que as Jornadas assumem para ativistas e militantes, em especial, jovens.

Por outro lado, os dados nos indicaram que a maioria de ativistas e militantes que entrevistamos já tinham um envolvimento com organizações, coletivos e movimentos antes de 2013. À medida que os bens simbólicos só podem ser apreendidos e assumidos por aqueles indivíduos que possuem o código que permita entendê-los, a partir de um capital cultural já construído (Bourdieu, 2003), o acúmulo de capital cultural por esses sujeitos certamente influenciou o seu envolvimento com as Jornadas e a preferência por suas pautas, como a mobilidade urbana ou a melhoria dos serviços públicos.

20 das 37 pessoas entrevistadas reconheceram as influências das Jornadas em suas trajetórias escolares e demarcaram o quanto o vivido orientou seus percursos posteriores, a escolha da profissão ou a temática de pesquisa acadêmica, além de suas reflexões sobre a democracia e o campo da política. Elas revelaram a amplitude e diversidade das influências das Jornadas nestas trajetórias.

Apenas uma pessoa, Emílio/SP, considerou esta influência como negativa, já que 2013 “bagunçou” sua trajetória escolar e profissional. Para outras 19 pessoas, no entanto, esta influência foi positiva. Em sua maior parte, 8 pessoas, as Jornadas orientaram escolhas acadêmicas fundamentais na Educação Superior. Isso se deu especialmente na eleição de temas de pesquisa para o Trabalho

de Conclusão de Curso de graduação e/ou Pós-graduação (casos de André Rebouças/RS, Emanuel/MG, Patrícia/RJ, Samantha/RJ e Irma/MG), mas também se sentiu no direcionamento de referenciais teóricos e metodologias (Tales/CE e Pedro/MG) e na decisão por áreas de aprimoramento profissional (Amiel/CE e Karine/RS).

Para 3 pessoas, esta influência é interpretada como o amadurecimento político propiciado pelo ambiente universitário para além das salas de aula, em especial por meio do movimento estudantil, mas também via atividades extensionistas e culturais, casos de Carlo/GO, Wanda/PA e Jota/GO. O ano de 2013, vivido desde o engajamento na universidade e o movimento estudantil, potencializa esta influência educativa que transcende o estritamente formal. Carlos/GO afirma que, antes mesmo das Jornadas, o contexto da universidade criara o seu interesse e engajamento na política, mas foi o ano de 2013 quem lhe ensinou o sentido prático da política.

Três pessoas definiram ou redefiniram seus percursos escolares e de profissionalização por influência das Jornadas. Artemis/RS decidiu cursar História, enquanto Amiel/CE buscou mestrado em Políticas Públicas. Finalmente, as Jornadas mostraram para Martha/RJ que o jornalismo não era, de fato, o seu campo de atuação profissional, e buscou outra formação. Conceição/PA, em contrapartida, viveu um processo de afirmação da formação universitária que escolheu e a sua politização, graças ao amadurecimento político propiciado pelas Jornadas.

A atuação em entidades do movimento estudantil, para 2 militantes socialistas, Honestino/GO e Jorge/PA, se enredava à própria trajetória escolar, gerando conhecimentos, habilidades e capital social que ambos levaram para suas trajetórias profissionais e políticas.

Enquanto a maioria de quem sentiu esta influência apontou a definição de temas de pesquisa ou especialização, Antônio/GO inverte a direção deste impacto. Segundo ele, seus estudos na graduação e Doutorado, que cursava em 2013, o muniram de conhecimentos que ele levou para o seu coletivo durante as

Jornadas, colaborando com a discussão da pauta do transporte público. Enfim, Carolina Maria de Jesus/RJ afirma que a experiência das Jornadas a fortaleceu para se integrar em espaços elitizados, quando foi aprovada com bolsa do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) em instituição privada.

Trajetórias profissionais

As tabelas 7, 8 e 9 nos apresentaram o detalhamento das ocupações das pessoas entrevistadas, tanto em 2013, por ocasião das Jornadas, quanto no período das entrevistas, em 2023-2024. Por meio delas identificamos que as profissões apresentadas apontam diretamente o envolvimento com as vivências nas Jornadas, à medida que indicam continuidade com as bandeiras de lutas daquele momento, ligadas às ações no campo político, educacional ou à garantia de direitos, como destacou Jota/GO, ao informar que toda a vivência durante as Jornadas fortaleceu os seus princípios de defesa e promoção de direitos humanos ao longo de sua trajetória.

O sentido da participação das Jornadas amplia os horizontes do ativismo e da militância, colocando as pessoas que entrevistamos diretamente na cena política, por meio de sua ocupação profissional, evidenciando forte entrelaçamento entre trajetórias políticas e profissionais. As ocupações dos sujeitos após as Jornadas têm grande relação com sua atuação política, indicando diversas formas de continuidade de suas lutas, uma vez que “a militância e a participação em protestos oferecem espaços formativos complementares, nos quais os indivíduos reforçam ou modificam orientações políticas adquiridas anteriormente” (Felizardo Júnior; Costa; Silva, 2024, p.181).

Observamos que diversas trajetórias profissionais se orientaram para a docência, ao direito e aos setores públicos, destacando-se também a atuação política em cargos eletivos e assessoria parlamentar. Isso nos leva a refletir que, para estas pessoas, as experiências vividas no interior das Jornadas

construíram diretamente suas trajetórias profissionais a partir do ativismo e da militância política, evidenciando uma extensão de objetivos e expectativas experimentados por ocasião das Jornadas.

Dentre as ocupações, tem lugar de destaque as que se relacionam com cargos na política institucional. Honestino/GO afirma que o cargo de confiança que conquistou se deveu à sua formação e à sua rede de contatos durante sua militância estudantil. Já Conceição/PA destaca como as Jornadas impactaram na sua construção política, principalmente para sua atuação posterior como deputada federal.

Por meio das narrativas dos sujeitos, destaca-se que, a partir de sucessões de experiências e da imersão em certas redes de sociabilidade, as pessoas vão se mostrando mais envolvidas com carreiras militantes, visto que seu engajamento nas causas defendidas é um processo de construção constante e propenso a transformações frequentes. A partir das ocupações na vida política institucional de quem entrevistamos, podemos refletir o quanto a chegada de tais ativistas e militantes à política institucional tem o potencial de levar importantes bandeiras de lutas para as estruturas legislativas e de governo, como o direito à cidade, mobilidade urbana, acesso à educação e à saúde de qualidade e pautas identitárias.

As profissões liberais, como a docência, foram diretamente influenciadas pelas Jornadas. Para André Rebouças/RS, hoje deputado estadual, mas formado como professor de História, a sua profissão foi sempre conectada com a as suas experiências com os movimentos sociais, dos quais faz parte, desde o ensino médio; essas experiências e as das Jornadas orientaram sua vida acadêmica e profissional. Chiquinha Gonzaga/RS, professora de Educação Física na Rede Estadual de Ensino, levou os temas das Jornadas para dentro da sala de aula e apoiou o movimento das ocupações secundaristas em sua escola em 2016. As narrativas demonstram que o educar com intencionalidade política ajuda a produzir processos mais significativos aos sujeitos, revelando um

comprometimento das e dos docentes com a realidade social, contribuindo na formação das ideias políticas das e dos estudantes.

Além de ocupações mais tradicionalmente visadas por ativistas e militantes, como a docência e a política profissional, algumas pessoas entrevistadas se engajaram em carreiras voltadas à produção cultural. Elas passaram a usar a arte como bandeira de intervenção social, como forma alternativa de militância, como é o caso de Pedro/MG que, atualmente, exerce sua profissão de produtor cultural como parte de seu ativismo em uma das diversas ocupações de imóveis históricos abandonados no centro de Belo Horizonte, transformados em centros de cultura alternativa. Mesma posição é assumida por Carlos/GO, que, em sua entrevista, aos poucos vai percebendo a dimensão político-cultural de sua atuação como empreendedor, dono de um bar em Goiânia que é local de encontro dos ativismos e militâncias progressistas da cidade.

Observa-se que 21 pessoas afirmaram o quanto as Jornadas influenciaram suas trajetórias profissionais. Em 2 casos, esta influência foi negativa: novamente, Emílio/SP, cuja intensa atuação no MPL-SP durante as Jornadas embarçou as suas decisões a respeito de seu percurso profissional; e André Martins/SP, que, diante de dificuldades de ser contratado como publicitário em sua cidade do interior paulista, como parte do processo de retaliação por seu ativismo local, que também incluiu ameaças e detenções, se mudou para a capital.

Para as demais 19 pessoas, as influências foram positivas, mas assumiram sentidos bastante diversos, tal qual nas demais trajetórias concebidas subjetivamente.

Ao se considerar que as Jornadas contiveram processos de subjetivação política, há de se esperar influências radicais de 2013 nas trajetórias profissionais de ativistas e militantes. Ou seja, influências decisivas para a definição ou o desvio de itinerários, desafiando a condição de inércia a que os indivíduos, a princípio, estão submetidos. Condição em que o indivíduo vai traçando, sem

questionar, um dos rumos pré-concebidos por sua família ou grupo social de origem.

Apenas uma pessoa viveu esta influência como um desvio da trajetória profissional: Carlos/GO. A rigor, também André Martins/SP, com a diferença de que esse tem um olhar mais negativo sobre o ocorrido. Carlos/GO atribui as Jornadas o fato de não ter “vida profissional padrão”, se afastando do esperado para alguém formado em Jornalismo, colaborando na criação de cartazes para movimentos sociais de Goiânia e, por fim, fundando um bar cultural.

Quatro pessoas, por outro lado, consideram que as Jornadas contribuíram de forma decisiva para o encontro de sua trajetória profissional ou para a definição do curso superior e da carreira: Karine/RS, Jota/GO, Juliana e Artemis/RS. Jota/GO, como dito, encontrou com as Jornadas o tema dos direitos humanos, enquanto que Juliana/SP se definiu pelo campo das políticas públicas e Artemis/RS escolheu cursar História. Karine/RS converteu o seu interesse de militar pelos direitos das juventudes em sua carreira profissional como socióloga, vindo a atuar como servidora pública que trata das políticas sociais para jovens no estado.

Para duas pessoas, as Jornadas aprofundaram as suas trajetórias, pois elas significaram um percurso acadêmico em torno de temáticas relativas ao ciclo de protestos. Emanuel/MG se especializou ainda mais no tema do transporte público e da mobilidade urbana, que o levou a ocupar posição de relevo durante as Jornadas. Patrícia/RJ, em sua pós-graduação, fez pesquisas etnográficas sobre os eventos de 2013 no Rio de Janeiro.

Duas das profissões mais importantes nas trajetórias aqui descritas aparecem nas significações docência e política. Estes significados atribuídos fazem das Jornadas momento de ressignificação profissional para docentes e de definição de percursos para quem seguiu a carreira política. Para três pessoas, Irma/MG, André Rebouças/RS e Chiquinha Gonzaga/RS, as Jornadas fizeram com que politizassem a sua docência, trazendo os temas de 2013 para as aulas e considerassem a dimensão política

da educação escolar. A definição da política como profissão é atribuída às Jornadas por quatro pessoas: Luís Gama/RJ, Rita/CE, Rosa/SP e Conceição/PA. Conceição/PA cita mais uma influência, agora para sua carreira de fisioterapeuta: o que aprendeu com suas experiências políticas a levaram a se tornar “uma profissional diferenciada em que a humanização é o cerne”.

Outras quatro pessoas, tal qual Conceição/PA, também citam valores e habilidades como aquilo que 2013 influenciou em suas trajetórias profissionais: valores políticos aplicados na gestão de pessoas e na assessoria parlamentar (Carolina Maria de Jesus/RJ), decisão por advogar em benefício de jovens e de mães que tiveram filhos mortos pela polícia (Dandara/SP), aquisição de habilidades políticas (como a retórica) que beneficiaram sua atuação profissional (Hugo de León/RS) e aquisição de habilidades sociais (como maturidade e resistência) para atuar como diretora de sindicato da categoria portuária (Wanda/PA).

Trajetórias políticas

Entretanto, conforme a Tabela 19, as trajetórias políticas foram as mais afetadas pelas experiências nas Jornadas. Como visto, 35 pessoas reconheceram que as Jornadas influenciaram suas trajetórias políticas, uma não reconheceu (Teresa/GO) e uma não respondeu (Lucimar/RJ).

Como já anunciado, entre as 35 pessoas que reconheceram as influências das Jornadas em sua trajetória política, codificamos 59 segmentos em suas respostas. Entre os 59 segmentos, apenas 3 são influências negativas.

- Amiel/CE e Marta/RJ destacam os impactos pessoais da repressão policial e/ou judicialização do movimento. Em Amiel/CE, o ressentimento prejudicou sua atuação e seu reconhecimento como liderança política:

Eu acho que teve... na minha vida psicológica. Eu peguei muita raiva da polícia. Nossa, como eu peguei ódio do Estado. [...] Então eu tinha uma

urgência muito grande em me vingar do que o Estado tinha feito, acho que isso foi uma coisa ruim, porque me deixou durante muito tempo com muita raiva, agressiva. [...] Tinha aquele desejo de revanche. Acho que isso despertou sentimentos em mim que eu custei elaborar, custei entender [...] e isso foi muito danoso na minha vida pessoal. Talvez se eu parar pra pensar, nesse sentido foi ruim, vai me criar diversos problemas na cidade todinha. Eu passo a ser conhecida ainda mais, eu tenho minha cara no jornal, eu tenho... pessoas que deixam de me chamar pras coisas [...] e eu passo agora a ser conhecida na cidade como uma militante baderneira (Amiel/CE).

- Emílio/SP, que já havia afirmado que 2013 desarticulou sua trajetória escolar e profissional, considera que a enorme força política e histórica das Jornadas ofuscou sua participação política posterior;
- Em sua resposta, categorizada como “Subjetivação”, André Martins/SP também cita elementos negativos vinculados à perseguição política em sua cidade natal, no interior paulista, que também lhe trouxeram dificuldades profissionais, o que o levou a se mudar para capital.

Os 56 segmentos codificados como influências positivas foram classificados em 8 categorias, conforme Tabela 20. Estas categorias foram criadas a partir da leitura flutuante das entrevistas.

Tabela 20: Influências positivas das Jornadas nas trajetórias políticas.

Categoria	Segmentos codificados	
	n.	%
Ideias políticas	22	39,29
Subjetivação	13	23,21
Reconhecimento como liderança	5	8,93
Decisão pela dedicação militante	5	8,93
Aprendizado de habilidades políticas	4	7,14
Redes de contato	3	5,36
Politização de outras esferas da vida	2	3,57
Habilidades úteis para outras esferas da vida	2	3,57
Total	56	100,00

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

Como destacado acima, a questão 19b perguntava explicitamente acerca da “ideia de política”, o que ajuda a explicar a predominância desta categoria entre os segmentos codificados como influências positivas na Tabela 20. E, como se verá, esta categoria vai predominar em todos os conjuntos de pessoas entrevistadas.

Inicialmente, dividimos as pessoas entrevistadas em três conjuntos, considerando o tipo de participação nas Jornadas: militantes (17), autonomistas (11) e demais (independentes, apoiadoras e ativistas de movimentos territoriais – 9).

O conjunto de militantes tende a repetir as frequências do cômputo geral, descrito na Tabela 20, inclusive porque somam a maior parte das entrevistas e dos segmentos codificados (33 segmentos). Há, entretanto, uma pequena redução na categoria “Subjetivação” (18 segmentos, ou 18,75% dentro do conjunto). Militantes respondem por quase todas as respostas categorizadas como “Decisão pela dedicação militante” (4 entre os 5 segmentos), grande parte da categoria “Reconhecimento como liderança” (3 entre 5) e ambas as respostas incluídas como “Habilidades úteis para outras esferas da vida”.

O conjunto de autonomistas tem 16 segmentos codificados. Em comparação com o quadro geral, autonomistas se destacam na categoria “Subjetivação”, com 5 segmentos (do total de 13), mesma quantidade de segmentos em “Ideias políticas”. “Decisão pela dedicação militante” não recebe nenhuma citação entre autonomistas.

Entre os 12 segmentos codificados no conjunto Demais, que inclui independentes, apoiadoras e ativistas de movimento territorial, destaca-se a categoria “Ideias políticas”, com 4 segmentos, seguido por “Subjetivação”, com 2. Com uma menção cada, “Redes de contato”, “Reconhecimento como liderança”, “Decisão pela dedicação militante” e “Aprendizado de habilidades políticas”.

Construímos um conjunto composto por pessoas que ocupam ou já ocuparam cargos na política institucional, eletivos ou por

indicação. É um conjunto de 15 pessoas, que inclui, além das 13 que ocupavam cargos quando concederam entrevistas, Conceição/PA (que exerceu mandato de deputada federal em substituição ao titular) e Thales/CE (que era assessor parlamentar em 2013). É importante citar que, interpretando estas entrevistas, 11 reconhecem explicitamente que as Jornadas contribuíram para a configuração de suas trajetórias profissionais no interior da política institucional. Entre as 4 pessoas que não reconhecem esta contribuição:

- Santiago/CE era deputado estadual em 2013 e deu continuidade à sua trajetória política;
- Dandara/SP e Rita/CE consideram que outras fontes, posteriores a 2013, é que foram relevantes;
- Tales/CE decidiu se afastar da política institucional após percalços na assessoria e na militância, posteriores a 2013.

Entre os 25 segmentos codificados de tal conjunto de 15 ocupantes de cargos na política institucional, todos foram categorizados como influências positivas. Novamente, predominam “Ideias políticas” (11 segmentos, ou 39,29% do conjunto). “Subjetivação” ocupa a segunda posição, ao lado de “Decisão pela dedicação militante”, mas em proporção ainda menor do que o conjunto de militantes (4 segmentos, ou 16% do conjunto). Outras categorias que se destacam repetem a frequência de segmentos codificados em “Decisão pela dedicação militante” (4 dos 5 segmentos) e “Reconhecimento como liderança” (3 entre 5). Ainda, “Redes de contato” recebe deste conjunto de ocupantes de cargos todos os 3 segmentos codificados. É necessário destrinchar os significados presentes nos segmentos codificados, especialmente nos mais frequentes, “Ideias políticas” e “Subjetivação”, mas os dados já indicam que, para as pessoas que ocupam ou ocuparam cargos institucionais, há uma tendência de conversão das experiências nas Jornadas em capital político, por meio da decisão de aprofundar o envolvimento com a política institucional, do cultivo de relações pessoais e do reconhecimento como referência para movimentos e coletivos.

Outro conjunto construído discriminou as 11 pessoas adultas. O resultado é relevante, pois são adultas: a única pessoa que não reconheceu influência política (Teresa/GO), a única que não respondeu (Samanta/RJ) e duas das três pessoas que apontaram influências negativas (e ambas, Amiel/CE e Marta/RJ, só apontaram aspectos negativos). É possível afirmar, o que não é surpresa, que a condição juvenil torna o sujeito ainda mais aberto ao impacto de experiências como as das Jornadas na construção de sua trajetória social, especialmente a política. Entretanto, a condição adulta não é impedimento para o impacto de uma experiência potente, tal qual 2013, ainda que isso possa ter efeitos negativos, como o relato de Amiel/CE revelou.

Para além destes dados quantitativos e suas indicações, torna-se necessária uma análise qualitativa dos segmentos codificados, buscando compreender os sentidos atribuídos pelas pessoas entrevistadas. Tal análise é fundamental, especialmente nas categorias que predominaram, em destaque “Ideias políticas”, cuja presença foi, inclusive, suscitada pela forma como foi conduzida a entrevista. Busca-se, assim, conhecer melhor como ativistas e militantes de 2013 compõem suas trajetórias subjetivas. Também, compreender o quanto as suas formas de atuação nas Jornadas, distinguidas por repertórios de contestação, explicam as suas trajetórias subjetivas. Finalmente, cotejar trajetórias sociais objetivas e subjetivas, especialmente as trajetórias políticas.

“Ideias políticas” recebeu 22 segmentos codificados e menções por 19 pessoas (Marcos/MG e Joana/MG têm mais do que uma citação). Estas ideias foram distribuídas em subcategorias, conforme a Tabela 21.

Tabela 21: Subcategorias de “Ideias políticas” como influência das Jornadas

Subcategoria	Pessoas	n.
Importância da mobilização popular e da ocupação das ruas em protestos	Chiquinha Gonzaga/RS, Conceição/PA, Emanuel/MG, Joana/MG Marcos/MG (2), Pedro/MG, Rita/CE, Wanda/PA	9
Forma de organização	Dandara/SP, Jorge/PA, Márcia/RS, Joana/MG	4
Novas ideias políticas	Irma/MG, Samanta/RJ, Santiago/CE	3
Fortalecimento de princípios	Antônio/GO, Jota/GO,	2
Importância da institucionalidade	Zumbi dos Palmares/RJ, Marcos	2
Formação política na prática	Honestino/GO, Juliana/SP	2
Total		22

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

As Jornadas largamente influenciaram as ideias como a possibilidade de levar a política de volta às ruas, de mobilizar grandes contingentes populares e de realizar protestos aguerridos, algo valorizado como marca de 2013 por Paulo Arantes (2022). Há matizes interessantes nos comentários, que se relacionam ao repertório de contestação a que cada pessoa se filia, mas também com ideologias e teorias políticas ainda mais específicas, como Conceição/RS, vereadora pelo PSOL e militante do movimento negro, que reflete, a partir do pensamento decolonial, sobre a importância da resistência popular ativa contra a violência policial.

Assim, nas entrevistas, a possibilidade e a necessidade de mobilizar as pessoas em manifestações ganha distintas conotações. Se o militante Emanuel/MG e a autonomista Joana/MG estão de acordo que 2013 é um marco histórico para os movimentos vindouros, modelo para as novas mobilizações, o militante Marcos/MG aspira, como desfecho dos protestos, o reconhecimento institucional, enquanto que o autonomista Pedro/MG defende rupturas que transcendam o reformismo gradualista.

Nos partidos, hoje, são poucas as siglas que têm uma vivência mais orgânica, algum tipo de pensamento mais fora da caixa. A maioria virou máquina eleitoral só. Particularmente, acho que o crescimento vindo das jornadas é esse, assim. A importância, a percepção da importância da mobilização, a importância de perceber que a gente precisa ouvir mais, às vezes, do que falar, do que propor, e de que é possível converter isso em algo que transcendam os atos, virar uma legislação, uma proposta que transcenda o momentâneo das ações. (Marcos/MG).

A ideia de que a gente vai fazendo um ganho aqui, um ganho ali, um ganho específico para disso fazer algo maior, é algo que junho mostrou que não é assim, não será assim. [...] Junho também mostrou essa descontinuidade dos ganhos e principalmente das perdas. Essa não linearidade, do que a gente achou que fosse o caminho tradicional que o PT disse, de pouquinho em pouquinho vamos chegar lá. (Pedro/MG).

O ano de 2013 marca as ideias políticas como a revalorização das ruas e dos protestos, algo que, em algumas entrevistas, é comentado como um aprendizado que a extrema-direita também soube fazer nos anos seguintes. Entretanto, esta revalorização é retraduzida de acordo com o repertório de contestação a que se está filiado, tendendo a ser um componente que complementa a institucionalidade para militantes, enquanto que autonomistas valorizam seu teor disruptivo.

Todos os segmentos relacionados às formas de organização política vieram de militantes, em congruência com a preocupação do socialismo com a organização. Entretanto, as posições se distribuem entre dois polos, um representado por Dandara/SP, outro por Joana/MG.

Em Dandara/SP, a experiência das Jornadas corre no sentido de revalorizar a “organização coletiva”, defendendo a forma partido. Jorge/PA, militante da UJS em 2013, aceita repensar a forma de organização, reconhecendo a potência daquele diferente modo de atuação da multidão, mais horizontal, abdicando de “microfone e carro de som”. Márcia/RS, que também militava na UJS, traz a necessidade de reconhecer e valorizar a participação das pessoas comuns nas organizações e movimentos:

A principal influência [...], que eu carrego até hoje, é essa visão de tentar fazer com que os nossos movimentos e as nossas organizações sejam instrumentos de participação social, e não organizações que tratam as pessoas como gado, por exemplo. A gente critica muito os bolsonaristas e a gente chama eles de gado. Mas eu acho que por um bom tempo a esquerda tratou as pessoas dessa forma também. Como se as pessoas não tivessem consciência, como se as pessoas não tivessem condição de pensar, como se as pessoas não pudessem mudar de opinião. (Márcia/RS).

Aprofundando esta valorização da participação, Joana/MG, apesar de sua atuação como militante, aspira por uma replicação em larga escala da forma organizativa participativa e democrática da APH – que teve forte influência autonomista em sua criação.

A APH, com todas as suas contradições, foi uma certa influência de que é possível fazer um negócio popular que as pessoas participam, que as organizações também participam, e que as organizações têm que tirar um pouco da petulância ali de querer dirigir tudo. Acho que a APH foi um grande exemplo de que é possível ter uma democracia de verdade, seja na organização de bairro, na escola, no seu local de trabalho, enfim, de que isso é possível. (Joana/MG).

Predomina, portanto, entre militantes que repensaram a forma de organização em consequência das Jornadas, a introdução ou adaptação de instrumentos e valores políticos novos, muitos deles trazidos ou recuperados pelo autonomismo, em destaque a inclusividade, valorizando a participação das pessoas comuns nos movimentos.

As Jornadas influenciaram tanto a aquisição de novas ideias políticas, quanto o fortalecimento de princípios ou convicções prévias. No primeiro caso, há vários reconhecimentos: do direito à cidade como pauta (Irma/MG), da “micropolítica” (Samanta/RJ), da complexidade da política e da relevância das redes sociais (Santiago/CE). No segundo caso, Antônio/GO, socialista autogestionário, viu nas Jornadas a efetivação de seus ideais organizativos, enquanto Jota/GO, diante da repressão estatal, reforçou suas convicções em defesa dos direitos humanos.

A importância da institucionalidade é trazida por Zumbi dos Palmares/RJ como a necessidade das pessoas populares, especialmente negras, ocuparem o poder político, e por Marcos/MG como o necessário processo de reconhecimento do direito à mobilidade urbana em um Conselho Municipal.

Finalmente, o militante Honestino/GO e a autonomista Juliana/SP, que têm em comum a origem popular, afirmam que as Jornadas lhes trouxeram uma formação política “na prática”, dada a sua participação no movimento. Seus relatos ilustram a capacidade das Jornadas envolverem jovens das camadas populares, fornecendo uma formação política potente que não parecia destinada a elas.

A codificação “Subjetivação” selecionou os segmentos que trouxeram a intensidade das experiências vividas pelas Jornadas, que se tornaram momento marcante na vida destas pessoas e/ou de sua geração, experiências que modificaram trajetórias ou permaneceram latentes nas memórias, potencialmente capazes de afetar novamente suas trajetórias e as de outras pessoas de sua geração.

A força das Jornadas aparece como uma marca de uma geração de ativistas e militantes para 6 pessoas: Tales/CE viu a história acontecer, e pôde fazer parte dela; Jorge/PA “nunca tinha vivido nada parecido com o que era aquilo”; Pedro/MG viveu o momento de maior felicidade em sua vida; Luís Gama/RJ experimentou lutar ao lado de outras pessoas e compartilhar com elas algo único; algo cujo impacto permanece vivo para Luan/MG (“porque o impacto na memória é tão grande que 2013 está vivo ainda”) e Joana/MG (“quem milita até hoje tem Junho de 2013 como um momento obviamente muito marcante”).

Sete pessoas aludem a transformações pessoais significativas. Em Hugo de León/RS e Patrícia/RJ, estas transformações se referem à aquisição de qualidades subjetivas. Entretanto, para outras 5 pessoas, elas vão mais longe, pois são consideradas fonte de uma completa modificação da trajetória social prevista em André Martins/SP (que define 2013 como um renascimento), Carlos/GO

(“sem 2013, eu teria terminado o meu curso [...] e teria seguido uma vida profissional padrão”), Honestino/GO (que se tornou “dono da minha trajetória”) e Emilio/SP,;

Antes eu tinha uma trajetória um pouco mais definida. [...] Junho bagunçou bastante essa perspectiva, [...] por essa abertura política, pela experiência de uma revolta, de uma suspensão da ordem cotidiana naquele nível. Acho que essa experiência vai marcar minha vida para sempre, inclusive como um horizonte. Parece que a vida só faz sentido se ela, de alguma forma, contribui para isso. E daí as outras coisas perderam a importância de certa forma. (Emílio/SP).

As 13 pessoas e seus 13 segmentos codificados como “Subjetivação” vão ao encontro da principal hipótese desta pesquisa: as experiências políticas das Jornadas nas trajetórias sociais de jovens ativistas e militantes tiveram um impacto decisivo, modificando itinerários pré-definidos ou dotando suas trajetórias de novos sentidos, a despeito de percorrerem itinerários previsíveis. Os resultados referendam parcialmente a hipótese, considerando que: número relevante de pessoas reconheceu o impacto destas experiências políticas como marco subjetivo e/ou geracional, considerando-as como fonte de uma guinada decisiva em suas trajetórias sociais e/ou trazendo novas significações para essas trajetórias, dotando-as de novas formas de politização ou sentido coletivo; entretanto, em diversos casos, esta subjetivação política, reconhecida como marco, é mais uma força latente, à espera de novas oportunidades para emergir, do que algo que manteve uma influência duradoura nas trajetórias sociais; esta última constatação se reforça quando a relacionamos com os significados mais presentes na categoria “Ideias Políticas”, quais sejam, aqueles relativos à importância da mobilização popular e da ocupação das ruas em protestos, tidos ora como modelo para os protestos dos anos seguintes, ora como expectativa de uma irrupção futura com a mesma potência; apesar de haver militantes e pessoas que seguiram ou enveredaram pela política institucional que reconhecem 2013 como ponto de inflexão, há um relevante número

de casos em que as Jornadas não ocupam tamanho papel, tidas como mais um conjunto de experiências que foram reconvertidas em capital político, acadêmico e/ou profissional; não se pode esquecer, enfim, algo que foi reconhecido desde a formulação da hipótese, que a subjetivação poderia vir acompanhada de experiências traumáticas, como aquelas reconhecidas por Amiel/CE, Marta/RJ e Emílio/SP.

A interpretação dos segmentos nas demais categorias reforça esses resultados, em especial na relativização da hipótese de pesquisa. Vistas em seu conjunto, elas ganham importância, pois representam um pouco menos de 40% dos segmentos codificados entre as influências positivas das Jornadas.

“Reconhecimento como liderança” e “Decisão pela Dedicação Militante” tiveram 5 pessoas cada. Os militantes de raça negra André Rebouças/RS, deputado estadual, e Luís Gama/RJ, assessor parlamentar, aparecem em ambas. Suas entrevistas apresentam as Jornadas como momento ímpar, seja por motivarem o aprofundamento da militância, seja por permitirem ser reconhecidos no campo progressista:

Eu não teria esse acesso sem as Jornadas, me abriu no sentido do caminho, no sentido de me tornar – eu não gosto muito de dizer isso, mas, enfim –, de me tornar um dirigente político. [...], é o que me leva nos últimos anos a trabalhar com política quase que exclusivamente (Luís Gama/RJ).

Eu acabei, diante da repressão, diante das dificuldades que surgiram, escolhendo mesmo que eu queria era seguir essa vida, de me dedicar à luta social. [...] A dedicação militante compreendida como essa luta por causas estratégicas, o antirracismo, a luta socialista, enfim, o que me motiva ideologicamente é o meu objetivo de vida (André Rebouças/RS).

Este reconhecimento como porta-voz de um movimento também marcou a vida da ativista de movimento territorial Carolina Maria de Jesus/RJ, bem como de Luís/SP, autonomista do MPL-SP, que, tal como o militante Jorge/PA, muitas vezes foram chamados pela imprensa para conceder entrevistas. Mas, se para Luís/SP este reconhecimento não significou maiores

transformações de suas trajetórias profissional e educacional (apesar de ter demorado mais tempo para concluir sua pós-graduação), levou Carolina Maria de Jesus/RJ para uma assessoria parlamentar e Jorge/PA a aprofundar sua militância socialista.

Há ainda a decisão pela dedicação militante nas militantes Dandara/SP e Rosa/SP e na independente Artemis/RS. Enquanto as militantes ingressaram na política institucional, ocupando cargos, Artemis/RS considera que manteve a militância por meio da arte de rua, ou seja, pelo ativismo cultural. A rigor, a influência citada por Artemis deveria ser categorizada como “Politização de outras esferas da vida”, em que estaria ao lado de Carlos/GO e Karine/RS, que tratam da politização de sua ocupação profissional: Carlos/GO é dono de um bar cultural que também é ponto de encontro das esquerdas no centro de Goiânia; Karine/RS, após se empenhar em atuar em movimentos populares de base, reconheceu que sua trajetória profissional em ações sociais em prol de jovens tinha um viés político muito relevante, quando uma dirigente lhe disse que “hoje, o que tu faz na execução das políticas públicas é um papel importante”: “E aí tirou um peso das minhas costas [...]. Eu entendo que não é [...] uma militância orgânica, mas eu acho que é onde eu consigo colocar um pouco dessa minha energia de busca por justiça social” (Karine/RS).

“Redes de relações” é a categoria em que aparecem 3 pessoas que ocupavam cargos institucionais no momento da entrevista: André Martins/SP, Honestino/GO e Carolina Maria de Jesus/RJ. Exemplificam como, para parte relevante de ativistas e militantes das Jornadas, as experiências políticas das Jornadas foram convertidas em capital político, no caso, na forma de um capital social que permitiu que suas trajetórias políticas e profissionais convergissem:

Outra influência foram as pessoas que a gente pôde conhecer, e eu colho essa influência até hoje. [...] sou comissionado na prefeitura de Goiânia, é um cargo de confiança e tudo isso vem dessas relações de confiança que a gente construiu ao longo dos anos (Honestino/GO).

Finalmente, temos 6 segmentos, por 5 pessoas, que tratam de habilidades adquiridas. Três pessoas falam especificamente de habilidades políticas desenvolvidas com as Jornadas, em 4 segmentos. Wanda/PA destaca tanto a habilidade de negociar, quanto a combatividade levada para o cotidiano do movimento sindical de uma categoria amplamente formada por homens, a portuária. Artemis/RS e Luís/SP falam de aprendizados levados para os próximos ciclos de protesto dos quais participaram, como as ocupações estudantis de 2015 e 2016.

Karine/RS e Hugo de León/RS, que não ocupam cargos da política institucional, falam de habilidades desenvolvidas no ciclo de protestos que foram levadas para a esfera profissional:

Fiz uma apresentação para o diretor da minha empresa, sobre um projeto, eu fiz powerpoint, eu falei. Eu amo retórica, eu amo discursar, então isso me deu essa bagagem de falar com as pessoas, de olhar pra elas, de conversar. [...] eu vejo hoje vários amigos dessa época do Movimento Estudantil que estão totalmente potencializados, são grandes advogados (Hugo de León/RS).

O relato de Hugo de León/RS referenda uma clássica conclusão de pesquisas sobre o movimento estudantil, qual seja, o de que ele ajuda a desenvolver habilidades cujo impacto não é exclusivo da esfera política, podendo contribuir com a vida acadêmica e profissional de militantes (Brandão, 2001).

Estas outras categorias que, como anunciado, representam quase 40% das respostas sobre as influências positivas das Jornadas, reforçam a conclusão a que esta pesquisa se encaminha, comprovando apenas em parte a hipótese que caracteriza as Jornadas de 2013 como amplo e profundo processo de subjetivação política, capaz de colocar em causa as trajetórias sociais de jovens ativistas e militantes. De fato, esta subjetivação se deu para um conjunto relevante de pessoas, especialmente no que se refere às suas trajetórias políticas, que também foram marcadas por habilidades auferidas e a decisão por se dedicar à política, ou até mesmo pela politização de outras esferas da vida, como a cultural e a profissional.

Para outras, entretanto, mesmo para algumas que viveram 2013 como um marco decisivo, estas experiências foram rotinizadas e reconvertidas em capital político e social, ainda quando se permitiram ressignificar os itinerários sociais previstos para elas.

Os dois tipos ideias de trajetórias, a militante e a socialista, contribuíram para esta conclusão. Ajudam a acrescentar que há ao menos dois processos de subjetivação política, cada qual derivado da proximidade de um repertório de contestação ou de outro.

A subjetivação de autonomistas é assumida com mais consciência, reconhece a *práxis* autonomista na condução dos protestos, valoriza a potência dos eventos, reconhece a radicalidade da participação popular nas ruas e aspira por outras irrupções políticas, capazes tanto de superar as limitações da política institucional quanto de combater a extrema-direita. Entretanto, tem mais dificuldades de dar continuidade às carreiras ativistas e o engajamento em coletivos, coletivos que vão se dissipando nos anos seguintes, a despeito de importantes ciclos de protesto, como as ocupações estudantis de 2015 e 2016 e o Ele Não! em 2018. Uma alternativa profissional, ao lado de carreiras mais óbvias, como a docência, é a produção cultural. A subjetivação autonomista parece também mais afetada pelos traumas da repressão e das derrotas do campo progressista nos anos seguintes a 2013.

A subjetivação de socialistas é assumida com um pouco mais de dificuldades, titubeia diante da hegemonia do repertório autonomista nos primeiros eventos de protesto em 2013. Entretanto, o contato com esse repertório tende a fazer com que sejam repensadas as práticas organizativas, graças à inclusividade e à capacidade de enfrentamento do autonomismo. Socialistas retornam à política institucional com pautas e práticas renovadas, incluindo o reconhecimento de lutas ditas “identitárias”. Ao lado de carreiras mais tradicionais entre as classes médias progressistas, como a própria docência e outras profissões liberais, destacam-se as carreiras políticas em cargos eletivos ou por nomeação. Nesses casos, as experiências das Jornadas, que outrora fomentaram certa subjetivação política, podem vir a ser normalizadas e reconvertidas

em valioso capital político investido em suas trajetórias que combinam o político e o profissional.

A aplicação destes tipos ideais contribui para cotejar as trajetórias objetivas e as subjetivas. Em suas trajetórias subjetivas, ativistas e militantes demonstram uma boa compreensão dos impactos das Jornadas em suas trajetórias, impactos que trazem novas perspectivas ou escolhas, aplicados a itinerários mais ou menos definidos por seu pertencimento de classe, majoritariamente de classe média.

Apenas em parte, entretanto, as trajetórias subjetivas compreendem que as Jornadas impactaram não apenas as subjetividades, mas as próprias estruturas de oportunidades políticas. O ano de 2013 não apenas promoveu uma experiência ímpar para quem esteve nas ruas então, mas também transtornou a política institucional em nosso país. Se, em um primeiro momento, parecia se abrir um horizonte fértil para o campo autonomista, ao longo dos anos, o campo socialista conseguiu ter melhor sobrevida, inclusive o Campo Popular dirigido pelo PT, graças ao amparo institucional e suas estruturas organizacionais. É em torno do Campo Popular que as esquerdas vão confluír nos momentos decisivos das eleições presidenciais de 2014, 2018 e 2022, perdendo apenas a segunda. Militantes, ao lado de autonomistas, independentes e ativistas de movimentos territoriais que migram para a política institucional, vinculando-se a partidos socialistas, ficarão mais perto do núcleo que organiza a oposição ao retrocesso conservador destes tempos, especialmente após as derrotas dos movimentos sociais de 2016. Demais ativistas de 2013 tendem a se afastar da política e dos movimentos, por vezes buscando converter suas carreiras profissionais e acadêmicas em espaço de resistência política, em destaque quem atua na produção cultural.

Referências

- ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em risco**: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. **Bulletin of Latin American Research**. v. 36, n. 2, p. 144–159, 2017.
- ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: CEBRAP. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**: Bloco qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo, CEBRAP, 2016, p. 8-23.
- ALONSO, Angela. **Treze**: a política de rua de Lula a Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria Caraméz (orgs.). **Junho**: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023.
- ANDRÉS, Roberto. **A razão dos centavos**: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. 479 f.
- ARANTES, Paulo. Depois de junho a paz será total. In: ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 353-460.
- ARANTES, Paulo. Antes que seja tarde demais: de Junho a outubro. **Revista Margem Esquerda**, São Paulo: Boitempo, 2022, n. 39, p. 122-137.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.
- BAQUERO, Rute; BAQUERO, Marcello. Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-

alegrenses. **Ciências Sociais em Perspectiva**. v. 6, n. 11, p. 139-153, 2007.

BEVINS, Vincent. **A década da revolução perdida**: a onda de manifestações que incendiaram o mundo. São Paulo: Boitempo, 2025.

BOBBIO, Norberto. Política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). **Dicionário de política**. 11a ed. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 954-962.

BOITO Jr., Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp, São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8.^a ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008, cap. 13, p. 183-191.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRANDÃO, Carla de Sant'Ana. O processo de socialização política dos universitários: a importância da universidade e do movimento estudantil. **24.^a Reunião da ANPEd**, 2001. Disponível em <http://24reuniao.anped.org.br/P0315005323563.doc>. Acesso em 12 fev. 2026.

CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisas**. v. 25, n. 4, p. 479-487, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n4/a03v25n4.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

CASTRO, Lúcia Rabello de.; MATTOS, Amans Rocha. O que é que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a ação política a partir da juventude. **Análise Social**. v. XLIV, n. 193, p. 793-823, 2009. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1260461328M1jFM7cp0El76KE1.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 40-52, 2003.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas Identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação & Sociedade**. v. 19, n. 62, 1998. <https://doi.org/10.1590/S0101-73301998000100002>.

FELIZARDO JUNIOR, Luiz Carlos; COSTA, Crisolita Gonçalves dos Santos; SILVA, Josefa Alexandrina. As Jornadas de 2013 no Pará: a socialização política de jovens militantes. **Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**. v.31, n. 2, 2024, p.178-199. Disponível em: https://revistas.usp.br/plural/pt_BR/article/view/230436. Acesso em: 7 jun. 2026.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, v. 26, n. 3, p. 401-430, 2020. <http://doi.org/10.1590/1807-01912020263401>

GERBAUDO, Paolo. **Máscaras e bandeiras: populismo, cidadanismo e protesto global**. São Paulo: Funilaria, 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Metamorfoses da participação no Brasil: coletivos periféricos urbanos, povos indígenas, juventudes autonomistas e Conselho de Participação Social da República**. Petrópolis: Vozes, 2025.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil**: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis: Vozes, 2019.

GROPPO, Luís Antonio. Experiências e trajetórias de jovens: ações coletivas nos anos 2010. **Educação & Realidade**. n. 50, e142759, 2025. <https://doi.org/10.1590/2175-6236142759vs01>

GROPPO, Luís Antonio et al. Interpretações dos sentidos de Junho: luta de classes, movimentos sociais, multidão, repertórios e subjetivação política. **Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS**. v.6, n.2, p. 75-96, 2022. <https://doi.org/10.14295/reis.v6i2.15566>

GROPPO, Luís Antônio Groppo; SALLAS, Ana Luísa Fayet; SOFIATI, Flávio Munhoz (organizadores). **A presença da felicidade**: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016. Curitiba: CRV, 2022.

GROPPO, Luís A.; SILVEIRA, Isabella B. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**. v. 12, p. 7-21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/30125>. Acesso em: 7 jun. 2026.

GROPPO, Luís Antônio et al. **Coletivos juvenis na universidade e práticas formativas**: política, educação, cultura e religião. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

GUTIERREZ, D. O engajamento militante enquanto prática social: ciclos de adesão, comprometimento e deserção. **Revista de Ciências Sociais**. v. 51, n. 1, p. 223–248, 2020. <https://doi.org/10.36517/rcs.51.1.a01>

JASPER, James M. **Protesto**: Uma introdução aos movimentos sociais. Petrópolis: Zahar, 2018.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEHER, Roberto (org.). **Educação no governo Bolsonaro:** inventário da devastação. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

MARICATO, Erminia *et al.* **Cidades rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia:** razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia:** De Junho de 2013 ao Governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022.

OPPO, Anna. Socialização política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.). **Dicionário de política.** 11a ed. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 1202-1206.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FEIXO, Adriano de. **Brasil em transe:** Bolsonarismo, Nova Direita e Dedemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior:** o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINHEIRO, Leandro Rogério. Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, v. 15, n. 260, p. 3-22, 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/260cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

RANCIÈRE, Jacques. O pensamento das bordas. **Caderno de Leituras**, n. 132, 2021. Disponível em: https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2021/08/cad132_ranciere_o-pensamento-das-bordas-1.pdf. Acesso em: 5 jun. 2026.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia.** São Paulo: Boitempo, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento:** política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

SÁ, Thiago Antônio de Oliveira (org.). **Extremo: o mandato Bolsonaro**. Curitiba: Kotter Editorial, 2021.

SILVA, Gislene da et al. Jornadas de 2013 e a questão racial no Brasil: trajetórias e experiências de jovens ativistas e militantes negras e negros. **Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**. v. 7, n. 17, p. 1-24, 2025. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/23625>. Acesso em: 10 maio 2026.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2019)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOARES, Luiz Eduardo. **O Brasil e seu duplo**. São Paulo: Todavia, 2019.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAVARES, Francisco Mata Machado; BALLESTRIN, Luciana; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2022.

TOMIZAKI, K.; DANILIAUSKAS, M. Os jovens e a política: do mal-estar a novas formas de expressão na vida pública. Entrevista com Anne Muxel. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 347-356, 2018. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0127>

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Vol. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 14.^a ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 9^a ed., São Paulo: Cultrix, 1993.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Centauro, 2002.

JOVENS E MOVIMENTOS DE MORADIA NAS JORNADAS DE 2013

Luís Antônio Groppo
Flávia Alves de Sousa
Gislene da Silva

Este capítulo trata das experiências políticas de jovens atuantes em movimentos de moradoras e moradores, doravante nomeados como movimentos de moradia, durante as Jornadas de 2013 no Brasil. Seu objetivo é compreender os significados dessas experiências à luz das categorias movimento socioterritorial, subjetivação política e interseccionalidade. Parte da constatação da importância dos movimentos territoriais nas Jornadas, desde a sua latência, integrando as lutas de 2013 e seus desdobramentos. Se a literatura sobre as Jornadas não desconsidera esses movimentos, tende a dar muito mais ênfase a outras dimensões do direito à cidade, ou seja, a mobilidade urbana, na figura da luta contra o aumento das tarifas do transporte público.

Como metodologia, desenvolvemos uma pesquisa de natureza qualitativa. Primeiro foi feita uma revisão bibliográfica a respeito de produtos acadêmicos, levantados pela pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”, que tratam de movimentos de moradia em três momentos do ciclo de protestos conhecido como Jornadas de 2013: em sua latência; ao longo dos próprios protestos; e em momentos posteriores, como possível legado das Jornadas. A seguir, analisamos as entrevistas semiestruturadas com ativistas e militantes de três cidades em especial: Fortaleza/CE, Rio de Janeiro/RJ e Belo Horizonte/MG. Três destas entrevistas de jovens foram fundamentais para este capítulo, já que nelas a questão da moradia e do território urbano ocupa centralidade. São feitas, ainda, algumas menções a outras

entrevistas com ativistas e militantes, que trazem informações pontuais, mas relevantes para o tema do capítulo.

Neste capítulo, a juventude está sendo pensada como uma construção social e histórica, sendo fundamental identificar as condições que sustentam as experiências de jovens. Buscamos, assim, compreender as vivências de jovens em sua concretude, considerando-as como pessoas atravessadas pelas múltiplas intersecções presentes na realidade social, como classe social, raça, gênero, geração, posição no território e experiências políticas.

Movimento socioterritorial, subjetivação política e interseccionalidade

Três conceitos serão centrais na análise que segue: movimento socioterritorial, subjetivação política e interseccionalidade.

Movimento socioterritorial é um conceito elaborado no campo da Geografia para se referir à dimensão dos movimentos sociais que incide sobre o território, pensado como um espaço delimitado e atravessado por relações de poder e conflitos. “Movimento socioterritorial é um conceito geográfico para analisar os movimentos que produzem e são produzidos por territórios” (Fernandes, 2019, p. 38), que “têm o território não só como trunfo” mas como algo “essencial para sua existência” (Fernandes, 2005, p. 31).

No viés da geografia política, os movimentos socioterritoriais têm o território como eixo articulador de sua organização, agenda e conformação identitária. (Pedon, 2013). Se a bibliografia enfatiza a conquista do território, seja em movimentos sem-terra no campo (Fernandes, 2005, 2019, Oliveira, 1988), ou sem-teto urbanos (Miagusko, 2012, Rolnik, 2015, Boulos, 2014), podemos ampliar o conceito para que ele implique também as lutas de grupos populares pela defesa de seu território ameaçado. Assim, podemos incluir neste conceito de movimento socioterritorial, os movimentos de moradia articulados com os eventos das Jornadas de 2013, presentes com grande relevância desde sua latência, durante o auge dos protestos, em “Junho” de 2013, e ganhando

grande força após 2013, em especial na figura dos movimentos sem-teto urbanos.

A concepção de movimentos de moradia como movimentos socioterritoriais contribuirá aqui para compreender o que a bibliografia sobre as Jornadas de 2013 e as entrevistas com ativistas desses movimentos apresentam sobre a questão urbana, levando o tema para além do transporte público e da mobilidade. Em 2013, além de atos contra o aumento das tarifas do transporte, populações se engajaram na defesa de seu território ameaçado por obras para megaeventos esportivos ou para trazer ao público a contumaz violência policial.

A concepção de experiências políticas se baseia em nossa interpretação do conceito de experiência de classe modificada de E. P. Thompson e do conceito de subjetivação política de J. Rancière (Grosso, Silveira, 2020, Thompson, 2002, Rancière, 1996). As experiências políticas são vivências no interior de processos caracterizados por Rancière (1996) como o da política como desentendimento, em geral durante movimentos sociais ou ciclos de protesto. Durante a política como desentendimento, a “partilha do sensível” então determinada, que impõe desigualdades artificiais entre as pessoas, sob a proteção dos poderes da “polícia” (o político como instituição coativa, administrativa e criadora de consenso), é desafiada por pessoas atuantes e falantes que, supostamente, naquela partilha desigual, seriam reles seres não políticos ou pré-políticos (ao longo da história, conforme o contexto, proletariado, mulheres, negras e negros e jovens estudantes, entre outros). As experiências políticas podem conformar momentos de subjetivação política, individuais e coletivos, em que as identificações sociais pré-determinadas, assim como os roteiros de socialização política delineados, são desafiados e podem ser rompidos, deslocados ou desconstruídos.

A noção de experiências e subjetivação política contribui para compreender o impacto das vivências políticas de ativistas de movimentos de moradia atuantes nas Jornadas. Para além do acúmulo de atividades mais corriqueiras ligadas ao movimento,

que podem ser compreendidas pelo conceito de socialização política, a potência e o tamanho dos protestos de 2013 tenderam a significar encruzilhadas nas trajetórias sociais destas pessoas.

A interseccionalidade é tratada aqui com base na sua definição e apreciação por Patricia Hill Collins (2019), Angela Davis (2016) e Helena Hirata (2014). Collins (2019, p. 460) assim define interseccionalidade, em seus estudos sobre a condição da mulher negra: “Interseccionalidade: abordagem que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características mutuamente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas.” Essa definição supera determinismos, como os de classe, sem desconsiderar sistemas de opressão baseados na exploração econômica, convocando a análise para avaliar as diferentes formas de opressão que operam em cada situação e entender como elas se combinam.

A abordagem interseccional é bastante apropriada para este capítulo, pois, como se verá, cada uma das três pessoas entrevistadas, apesar de guardarem em comum a categoria etária juvenil durante as Jornadas e terem atuado em movimentos de moradia, têm sua situação social atravessada por diferentes sistemas constitutivos da organização social, no que se refere a gênero, raça, classe social e território (já que, além de pertencerem a diferentes municípios, também ocupam posições diferentes na estrutura urbana).

Jornadas de 2013 e movimentos de moradia

Pesquisa bibliográfica realizada pela primeira fase desta pesquisa encontrou, entre os seus resultados, a prevalência de certas representações a respeito das Jornadas de 2013 (Groppi *et al.*, 2022). Produções, especializadas ou não no tema, ilustram o ciclo de protestos a partir das gigantescas manifestações durante “Junho”, por vezes suscitando a imagem de um ciclo de protestos “espontâneo” e concentrado neste mês, ignorando o importante

momento da latência e a existência de eventos de grande relevância antes e depois do mês de junho de 2013. Em geral, se recorda da pauta principal das mobilizações desde São Paulo, que se espalha por quase todas as grandes cidades do país e também se interioriza, a saber, a redução das tarifas do transporte público, para o qual é citado o importante papel do Movimento Passe Livre (MPL). Quando isso acontece, se recorda da temática urbana, em especial na forma da mobilidade urbana, como pano de fundo dos protestos iniciais das Jornadas (Maricato *et al.*, 2013), antes da expansão dos atos, da dispersão das pautas e da chegada de grupos sociais às ruas com as mais diversas motivações (Rolnik, Andrés, 2023).

Afirmamos, entretanto, que é necessário discutir a temática urbana durante as Jornadas para além do tema da mobilidade urbana e da pauta do transporte público. Isso se deve ao fato de que as Jornadas contiveram, desde sua latência, importantes movimentos socioterritoriais atuantes. Destaca-se neste capítulo, entre esses, aqueles que fizeram a defesa da moradia, que se apresenta em importante movimento na latência das Jornadas – os Comitês Populares da Copa (CPC) – e em atos durante e após “Junho”, em diversas cidades do país, contra os impactos das obras para os megaeventos esportivos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016). A defesa da moradia também se manifesta na luta de comunidades cariocas contra a violência policial. Finalmente, ainda durante “Junho”, crescem as lutas em demanda por moradia e as ocupações urbanas, fortalecendo movimentos de luta por moradia, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

É indiscutível a importância do acúmulo de lutas e debates do MPL, assim como aquele feito pelos coletivos denominados de Tarifa Zero. A grande inspiração vem da Revolta do Buzu em Salvador em 2003, esse com a pauta do passe livre estudantil. O MPL de Florianópolis teve grandes mobilizações em 2004 e 2005, protagonizadas por jovens estudantes do Ensino Médio e da Educação Superior, contra o aumento das tarifas do transporte público (Liberato, 2008). O MPL se nacionalizou, mas continuou

funcionando em rede e com grande inspiração do repertório autonomista, apesar da relevância do legado socialista presente em diversos membros de sua militância (Vinicius, 2014). Destacam-se as mobilizações do MPL de São Paulo (MPL-SP), em especial a de 2011, em boa parte desde um trabalho de base com estudantes do Ensino Médio e de cursinhos populares (Haddad, 2016). Para além da pauta do passe livre estudantil, o MPL evoluiu para a defesa da gratuidade do transporte público e desenvolveu importantes discussões a respeito da mobilidade urbana.

Contudo, existem outros componentes relacionados à temática urbana que são constituintes da latência das Jornadas, mas que tendem a ser pouco considerados. Há elementos mais gerais e que se expressam de forma difusa, como expectativas ou demandas de setores da sociedade civil. Entre elas, para a população trabalhadora das grandes cidades, os efeitos históricos da periferização, como a falta de infraestrutura urbana, as longas distâncias a percorrer no cotidiano e a limitação do acesso aos equipamentos culturais da cidade. Essa periferização tendeu a receber novo reforço, como efeito talvez não esperado de políticas habitacionais como o *Minha Casa, Minha Vida*, por meio da mercantilização renovada do acesso à moradia, em detrimento de soluções comunitárias, como os mutirões (Maricato *et al.*, 2013, Santarém, 2013).

Em formas já menos difusas, temos, ainda para estas populações trabalhadoras, os protestos nas periferias urbanas, quase sempre na forma de trancamento de grandes vias (avenidas e rodovias) contra a insegurança no trânsito, motivados pela indignação com atropelamentos (Andrés, 2022). Também, os ativismos urbanos que reivindicam novos usos dos espaços urbanos, em demandas que tratam da mobilidade, como o cicloativismo (Andrés, 2022, Frúgoli Jr., 2018).

Mais explícitos, como parte da latência das Jornadas, são os movimentos socioterritoriais, gerados pelos impactos das obras para os megaeventos esportivos, entre os quais se destacam os Comitês Populares da Copa (CPC) e a Articulação Nacional dos

Comitês Populares da Copa (Ancop) – que, como se verá, estão nas origens das Jornadas em Belo Horizonte. Vainer (2013, p. 39) descreve como os CPCs e a Ancop se articulam desde ao menos 2010, “durante o Fórum Social Urbano, evento paralelo ao Fórum Urbano Mundial, promovido pela agência UN-Habitat”. A Ancop atua inicialmente junto a poderes públicos, denunciando as violações de direitos humanos efetivas e potenciais causadas pelas obras, buscando negociações para evitar ou minimizar os impactos, ou ainda demandar por indenizações e reparações justas às populações afetadas. Ao longo do tempo, os CPC passam a enfatizar atos de protesto e de sensibilização da opinião pública (Dowbor, Szwako, 2013). Além dos CPC, outras mobilizações locais de moradoras e moradores se efetivaram contra os impactos das obras, em especial contra as remoções, como o movimento do Lagamar, em Fortaleza/CE, do qual participou a ativista Rita, uma das entrevistadas por nossa pesquisa.

Esses movimentos socioterritoriais contra os impactos dos megaeventos, em especial da mais próxima e ampla Copa do Mundo, que seria realizada em 12 cidades em 2014, ajudam a criar um clima de insatisfação da opinião pública contra os gastos excessivos para as obras, que servirá de importante mote durante “Junho”. Vários dos estádios que receberam os jogos da Copa das Confederações naquele mês viveram, nos seus entornos, verdadeiras batalhas campais entre manifestantes e forças policiais, como em Belo Horizonte e Fortaleza, cidades abrangidas por este capítulo. Mais do que a denúncia dos impactos sociais e ambientais dos megaeventos – que incluíam também a violação de direitos trabalhistas nas obras e o desrespeito aos direitos civis imposto pela aplicação das normas de segurança exigidas pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) – o tema da Copa, durante junho de 2013, tratou do mau uso dos recursos públicos, com o *slogan* “Queremos escola e hospitais padrão FIFA”, presente já na latência de 2013.

Durante as Jornadas, as manifestações nas ruas e o trancamento de grandes vias se tornaram as principais táticas de

protesto, enquanto que em outros países, naqueles anos, era mais visível a tática de ocupação de espaços públicos, em especial de praças: assim foi feito no Ocupe Wall Street, Indignados na Praça do Sol em Madrid, Praça Tahir no Cairo, Praça Geizi em Istambul, Turquia e *Nuit Debuit* em Paris (Gerbaudo, 2017). Alguns movimentos no Brasil em 2013 chegaram a se denominar como “Ocupe” (como Ocupe Rio) (Lobato, 2013), mas ainda se referiam às “ocupações” das ruas por atos de protesto. Logo, entretanto, passou a ser usada a tática da ocupação de espaços, como a calçada em frente à residência do governador Sérgio Cabral no Rio de Janeiro, ou a calçada em frente ao Palácio Bandeirantes (sede do governo estadual paulista) com o Ocupe Alckmin. Não demorariam a ser feitas ocupações de Câmaras Municipais (Cava, Coco, 2014). Já após “Junho”, há a ocupação de espaços urbanos ameaçados, à semelhança da mobilização em Istambul: Ocupe o Cocó em Fortaleza/CE (ameaçado por obras de construção de viaduto, em favorecimento do tão criticado transporte rodoviário individual) (Rodrigues, 2016) e Ocupe Estelita em Recife/PE (na luta contra a privatização do Cais Estelita e em defesa de sua revitalização como espaço cultural público) (Rocha, 2015).

Nas Jornadas, tivemos também os atos de moradoras e moradores das comunidades do Rio de Janeiro, alvo tradicional da violência policial e vítimas agora de táticas antiinsurgentes das forças repressivas, ainda que combinadas com o “trabalho social”, como o modelo das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora). (Arantes, 2014). Aqui, se observa um entrelaçamento mais explícito entre a questão urbana e questão racial, algo já presente nos protestos das periferias. Destacamos o movimento “Cadê o Amarildo?”, que demandava do Estado informações sobre o paradeiro do pedreiro Amarildo, homem negro, morador da comunidade da Rocinha, que foi detido por policiais da UPP local em 14 de julho de 2013, depois torturado e morto, tendo seu corpo desaparecido pelos policiais. Diante do crescente número de mobilizações na capital carioca, inclusive em resposta à severa repressão policial contra os atos dos bairros “do asfalto”,

movimentos das comunidades passaram a realizar seus próprios atos para expressar sua antiga demanda contra a violência do Estado e a falácia das UPPs, especialmente após o desaparecimento de Amarildo (Cava, Cocco, 2014).

Pouco tratado, mesmo quando reconhecido pelas produções acadêmicas, é a interiorização e o enraizamento das manifestações durante as Jornadas. Se a interiorização foi abordada por esta pesquisa em Groppo *et al.* (2024a), esse enraizamento, em especial nas periferias das grandes cidades, descentralizando os *loci* dos protestos, é tema apenas de Magalhães (2023). Ele conta das manifestações populares na Zona Sul da capital paulista: inicialmente, elas foram pacíficas e pouco sofreram intervenção policial, em contraste com os atos nas regiões centrais, que tiveram a atuação de *black blocs*, depredações e saques, assim como severa repressão; após os atos se tornarem massivos no centro, na segunda metade de Junho, ganhando a adesão de setores mais amplos da sociedade, tendo as pautas se tornado dispersas após a conquista da redução das tarifas e as expressões do protesto se aproximado mais do repertório patriota (Alonso, Mische, 2017), a violência policial lá se reduziu muito, enquanto aumentou sua presença na periferia Sul. A demanda já havia migrado, nesta periferia paulistana, para o tema da moradia, assim como a tática se deslocou dos trancamentos de vias para as ocupações urbanas, em destaque no bairro de Grajaú, com dezenas de ocupações em julho e agosto de 2013 (Luís, entrevista, São Paulo, 2023). Um grande legado de 2013 foi o fortalecimento de movimentos por moradia, com base na tática da ocupação de espaços abandonados, tendo ganhado grande destaque, como dito, o MTST.

As Jornadas têm aparecido na literatura acadêmica, assim como nas entrevistas com pesquisadoras e pesquisadores, realizadas na segunda fase desta pesquisa (Groppo *et al.*, 2024b), como movimentos juvenis ou, ao menos, atos com grande presença de jovens e estudantes, mas nunca com exclusividade. Ao se mirar a atuação do MPL, do Tarifa Zero e até mesmo de *black blocs*, essa caracterização parece mais natural. O mesmo se dá em relação a

manifestantes que engrossaram os grandes atos de Junho, ainda que as estatísticas indiquem relevante presença de outras faixas etárias (Singer, 2013). Contudo, as Jornadas precisam ser caracterizadas como um ciclo de protestos que foi capaz de abrigar outros movimentos que, tradicionalmente, parecem mais associados a pessoas adultas: greves de trabalhadoras e trabalhadores (segundo Braga [2017], 2013 foi o ano com o maior número de greves na história, quase todas de caráter defensivo) e movimentos socioterritoriais de moradia, tema aqui destacado.

Braga (2017) ele próprio ilustra a importância crescente de jovens do assim chamado precariado como protagonistas daquelas greves, várias delas à revelia até mesmo dos sindicatos que representavam a categoria; entretanto, segundo ele, essas mobilizações demonstraram uma renovada capacidade de se articularem pessoas de várias idades em um movimento que combinou o político (o uso das ruas e manifestações) e o econômico (greve e negociação). Por sua vez, esse capítulo quer justamente entender como foi a atuação de jovens nesses movimentos em torno da moradia, durante 2013. Também, conhecer como suas experiências revelam as táticas, pautas e os desafios do movimento, e quais sentidos jovens ativistas e militantes atribuem a essas experiências.

Movimentos de moradia e experiências juvenis durante as Jornadas

A pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013” realizou 37 entrevistas com pessoas, em sua maioria jovens, que foram ativistas e militantes durante as Jornadas de 2013. Três dessas entrevistas são analisadas neste capítulo, feitas com ativistas que, em 2013, eram jovens ativistas de movimentos de moradia. Elas são apresentadas no quadro 10. Como dito, outras entrevistas, que fizeram de alguma forma referência a esses movimentos, são mencionadas para apoiar as análises deste texto.

Quadro 10: Ativistas de movimentos de moradia que concederam entrevista

Pseudôn.	Município/ Estado	Movimento e forma de atuação	Caracterização	Data da entrevista
Rita	Fortaleza/C E	Durante as Jornadas, militava no Movimento de Moradores do Lagamar e na Frente Moradia Digna (movimentos de moradia em bairros afetados por obras para a Copa).	Mulher negra, bissexual, assistente social. Sua formação política se deu em movimento católico progressista (JBD – Jovens em Busca de Deus). Assistente social, atualmente é vereadora à frente de mandato coletivo em partido da esquerda.	11/08/2023
Maria Carolina de Jesus	Rio de Janeiro/RJ	Participou da criação de movimento de mães que tiveram filhos mortos pela polícia na comunidade onde reside.	Mulher negra, heterossexual, graduada em Gestão de Recursos Humanos. Atualmente, é assessora parlamentar de vereadora de partido da esquerda.	07/11/2023
Pedro	Belo Horizonte/ MG	Por meio do movimento anarcopunk, veio a participar do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa em Belo Horizonte (Copac-BH) e da Assembleia Popular Horizontal (APH).	Homem branco, heteroaetivo, pós-graduando, curador e produtor cultural. Atualmente, é ativista de ocupação cultural no centro de Belo Horizonte.	22/02/2024

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

Fortaleza

Em Fortaleza, além da Rita, entrevistamos mais três pessoas: Santiago, Tales e Amiel. Todas essas entrevistas, de algum modo, são relevantes para o tema deste capítulo. Entretanto, Rita foi a que abordou a questão da moradia como central na sua experiência de participação nas Jornadas de 2013. As três pessoas atuaram nesse

movimento a partir de diferentes realidades, considerando classe, raça, gênero e as organizações ou movimentos que pertenciam. Mesmo diante dessas diferenças, a temática do território urbano apareceu como uma questão relevante, principalmente devido às grandes obras preparatórias para a Copa de 2014, que tiveram a capital cearense como uma das sedes. O investimento em infraestrutura e modernização urbana foram previstos como fundamentais para a realização desse megaevento, e isso não aconteceu sem impactos, tensões e conflitos entre sociedade e Estado, uma vez que o poder público não privilegiou o diálogo democrático com a população de baixa renda que seria diretamente afetada pelas obras. Nesta cidade,

[...] os investimentos foram estimados em R\$ 20 bilhões e assim distribuídos: mobilidade urbana (VLTs, BRTs, vias urbanas); reforma e ampliação de terminal de passageiros do Aeroporto Pinto Martins; construção do terminal marítimo no Mucuripe; reforma do estádio Governador Plácido Castelo, conhecido como “Castelão”, única obra totalmente concluída [...] (Pereira, Araújo, Silveira, 2015, p. 93).

Nesse contexto, várias regiões passaram pelo processo de remoção, devido a obras voltadas para a mobilidade urbana. Essa questão foi abordada mais significativamente por Rita, que antes de 2013 já atuava contra as obras previstas para a região em que vivia, o Lagamar. Tratava-se especialmente da construção de trilhos para o VLT (Veículo Leve sobre Trilho) e da construção de um viaduto tridimensional de três andares.

A periferia do Lagamar, segundo Rita, é uma comunidade de ocupação que tem uma longa história de luta, exercitando o movimento de resistência no que diz respeito ao direito à cidade, à moradia e ao saneamento básico. Ela está localizada em uma área central, entre as avenidas Raul Barbosa e Borges de Melo, que dão acesso ao Castelão (estádio reformado para a Copa), à praia e ao aeroporto. Nas últimas décadas, tem atraído o interesse da especulação imobiliária, exatamente por estar próxima a bairros considerados nobres e por facilitar o acesso a qualquer lugar da cidade.

O que nos levou às Jornadas foi exatamente denunciar as obras que estavam acontecendo no território, as remoções em massa que estavam acontecendo no território e a ausência de diálogo na época com Cid Gomes [governador do estado], porque ele era muito autoritário, muito intransigente, ele não instalou nenhum grupo de trabalho, nenhuma participação comunitária e social. Então nosso objetivo foi esse — ir denunciar as obras da Copa (Rita, entrevista).

Antes de participar das Jornadas, Rita iniciou seu movimento político em 2010 nos atos de rua, reivindicando o reconhecimento do Lagamar como ZEI (Zona Especial de Interesse Social) no Plano Diretor de 2009 – instrumento básico da política urbana do município –, o que acabou se tornando um pré-requisito para que a comunidade pudesse ter algumas garantias diante do pacote de obras para a Copa. Depois da organização da comunidade e das manifestações realizadas em frente à Câmara dos Vereadores e do gabinete da então prefeita (Luizianne Lins – PT), uma lei complementar modificando o plano diretor foi aprovada, garantindo o Lagamar como ZEIS. Diferentemente do que aconteceu com outras comunidades, isso impediu um maior impacto das obras da Copa nesse bairro, por exemplo: a) reduziu de 300 para 10 o número de famílias que foram removidas com as obras do VLT, possibilitando a realocação dessas famílias para locais próximos; b) o processo de finalização das obras se deu com consulta popular, no que diz respeito ao projeto de “urbanização” e à situação dos trilhos em relação às casas (Amorin, Limeira, 2024).

Assim, a participação organizada do Lagamar nas Jornadas foi uma atitude limite para evitar as remoções, com o objetivo de dar visibilidade a essa situação. Isso representou uma ação significativa para aquela comunidade e para outras que estavam passando pelo mesmo problema (e que acabaram mais fortemente afetadas, com maior número de remoções).

Segundo Rita, o movimento de moradia do Lagamar participou de todas as manifestações em junho de 2013, mesmo diante dos inúmeros desafios quanto às dificuldades de chegar e sair da região de protesto e de não se sentirem incluídos no

movimento. Nesse momento, a percepção da exclusão teve duas motivações centrais: a primeira foi o fato de considerar que, naquela multidão, a sua demanda, o seu grito, parecia não ter valor frente ao “repertório de contestação” — a questão do transporte público —, especialmente o aumento das passagens de ônibus e as reclamações frente à falta de investimento do poder público em saúde e educação; a segunda foi devido ao movimento não se identificar com o público — a maioria era branca e de classe média, o que se diferenciava significativamente do seu coletivo, formado por pessoas periféricas, “faveladas”, pobres e negras, que tinham a demanda territorial como pauta. Em momento posterior a junho de 2013, Rita fez uma análise mais ampla desse contexto, pois teve conhecimento de que outros coletivos também estiveram presentes e com o mesmo objetivo, denunciar as remoções e o descaso dos governos. Efetivamente, as Jornadas de 2013 tiveram diversos “repertórios de contestação” atuantes. (Alonso, Mische, 2017).

Essa análise feita por Rita foi corroborada por Amiel e Santiago, que mesmo considerando as várias pautas presentes nos atos, destacaram o tema da moradia: “O que marcou muito foi mesmo a questão da moradia. [...] movimentos por moradia eram um dos mais expressivos” (Amiel, entrevista); “Em Fortaleza, havia, portanto, os atingidos da Copa, que, em geral, eram classes populares, muito pauperizadas, em especial denunciando a questão da moradia” (Santiago, entrevista).

Outro aspecto importante de se destacar é a continuidade das Jornadas após o mês de junho de 2013. As entrevistas de Amiel, Santiago e Tales contribuem com esse olhar, pois destacam o movimento “Ocupe o Cocó”, que aconteceu no parque do Cocó, em Fortaleza, do início de julho ao início de setembro de 2013. Manifestantes resistiram por quase três meses contra a construção de um viaduto que atingiria a área do parque.

A ideia de continuidade das Jornadas de 2013 nos diz muito sobre o que ela significou para as pessoas entrevistadas em Fortaleza. Elas destacaram a força do movimento, da organização dos coletivos e da experiência política. Rita considera que as

Jornadas representaram um momento muito significativo de experiência política, no âmbito individual e coletivo, mesmo que não tenham obtido êxito em suas demandas específicas, como foi o caso dos coletivos que lutavam contra as remoções naquela capital:

[...] a nossa luta não foi vitoriosa. As famílias foram removidas, a violência aconteceu, o diálogo não aconteceu com os territórios e as famílias continuam hoje numa situação de vida pior do que elas tinham antes da Copa, porque antes elas tinham casa, hoje elas não têm mais nada, não é? E isso aconteceu da Parangaba até o Mucuripe, o trilha, a parte do trilha toda. E vitória a gente não teve, a gente só teve perdas. (Rita, entrevista).

O pacote de obras da Copa trouxe muitos investimentos para a cidade no que diz respeito, principalmente, à modernização urbana, fortalecendo o turismo e os megaeventos. No entanto, esses investimentos só beneficiaram parte da população, a que já era mais favorecida, pois aquela que está à margem do direito à cidade, que sofre várias outras formas de negação de seus direitos sociais, não foi beneficiada. Amorin e Limeira (2024) consideram que, apesar de se evitar as remoções em massa, os investimentos não foram significativos para a ZEIS do Lagamar, uma vez que não atenderam as necessidades elementares e urgentes das comunidades, principalmente no que concerne à regularização fundiária, melhorias habitacionais e saneamento básico.

Rio de Janeiro

Apesar de destacarmos a entrevista com Carolina Maria de Jesus no Rio de Janeiro, outras entrevistas, feitas com pessoas negras na capital carioca, são citadas aqui em complemento. Carolina Maria de Jesus é uma mulher negra que tinha 26 anos na época das Jornadas de 2013, carioca, moradora de uma favela no Rio de Janeiro; é filha de um relacionamento lésbico entre duas mulheres negras, mãe de dois meninos negros, e vive em união estável com seu marido, que também é um homem negro. Trabalha como assessora parlamentar de uma vereadora negra ligada à luta

antirracista. Embora tenha proximidade com partidos, movimentos estudantis e movimentos sociais, declara não ser organizada partidariamente. Em 2013, foi uma das protagonistas da constituição do movimento mundialmente conhecido “Cadê o Amarildo?” (pedreiro negro morto por policiais da UPP ao chegar de uma pescaria e ser confundido com um bandido). Faz parte dos movimentos de favela e dos movimentos de mães que perderam seus filhos pelas mãos da polícia e que lutam por justiça. Sua experiência nas Jornadas de 2013 é marcada pela violência policial e a luta pela vida da comunidade negra morta diariamente pela polícia.

Para Carolina Maria de Jesus, as mobilizações de 2013 consistiram em um momento de denúncia da negação de direitos existenciais, como a falta de saneamento básico, saúde, educação e moradia. Em sua visão, a partir de toda aquela luta e exposição, corpos negros passariam a não serem mais mortos pelo Estado, mas nada disso aconteceu e, infelizmente o extermínio de pessoas negras, principalmente homens negros, ainda é propagado em massa no Brasil; apesar de tudo isso, o esperar continuar firme como uma conduta de luta e militância.

Zumbi dos Palmares, outra pessoa entrevistada na cidade do Rio de Janeiro, foi uma das lideranças do Movimento dos “Garis” em 2014. Ele destaca, a partir de sua experiência nas Jornadas, que o movimento o ensinou sobre a importância de se organizar coletivamente para o enfrentamento das desigualdades e os abusos governamentais, dentre eles, os problemas de moradia existentes. As Jornadas explicitaram o lugar que a população negra e periférica sempre foi colocada em nossa sociedade. Ele registra, como legado das Jornadas de 2013, a importância do compartilhamento do conhecimento construído, principalmente para que a população negra se entenda como pessoas políticas.

Quando citadas nas entrevistas de ativistas cariocas, as pautas envolvendo moradia são encontradas em sua maioria no depoimento das pessoas negras entrevistadas, demonstrando assim, a impressão histórica que estas pessoas carregam e como

esse tema apareceu nas Jornadas de 2013 como bandeira de reivindicação social. Ligado a esta realidade, Rezende e Andrade (2022) destacam em seus estudos que a população pobre e moradora de territórios considerados periféricos se compõe majoritariamente por pessoas negras. Um dos fatores geradores desta realidade é que no período de acelerada urbanização, ao longo do século XX, pessoas negras foram consideradas pela burguesia branca dominante como sub-humanas, o que justificou o elitismo segregacionista que vem excluindo pessoas negras de territórios considerados privilegiados.

Durante as Jornadas no Rio de Janeiro, segundo quem entrevistamos, ficou perceptível a negação do direito à cidade para as pessoas periféricas. Como exemplo, apesar da repressão policial ter se dado em um maior nível contra manifestantes de periferia, segundo Luiz Gama (entrevista), “a violência policial só foi considerada quando os filhos da classe média foram também violentados”. Com base na fala de Luiz Gama, encontramos a existência de uma relação interseccional fundamental para a compreensão das pautas de moradia expostas nas Jornadas de 2013. Tanto que, para Carolina Maria de Jesus, o que a fez atuar nas Jornadas foi o fato de ser ela definida pela sua cor, por onde ela mora (Rocinha) e por ser mãe de dois meninos que, aos olhos das forças do Estado, estão marcados para morrer pelo fato de serem negros moradores de comunidade.

Carolina Maria também detalha a violência policial em que sofreu nos becos e vielas de sua comunidade durante as Jornadas. Durante os atos nas comunidades, as mulheres ficavam à frente das manifestações, pois segundo ela, em uma manifestação como essa, uma mulher negra, no máximo, será agredida, enquanto um homem negro corre risco de vida. Ao ser questionada sobre o significado de sua participação nas manifestações, a mesma descreve como resistência, pelo fato de ser a luta para pessoas como ela uma necessidade, não uma escolha.

Três das quatro pessoas entrevistadas em Belo Horizonte (BH) narram a atuação em movimentos de moradia, apesar de não termos classificado nenhuma delas como ativista de movimento territorial. Luan era ativista de coletivo autonomista e apoiou, em 2013 e nos anos seguintes, movimentos de moradia. Emanuel era militante do PSOL e atuou no COPAC (Comitê Popular dos Atingidos pela Copa). Pedro, ativista de coletivos anarquistas, atuou no COPAC e na Assembleia Popular Horizontal (APH). A entrevista de Pedro é a que mais traz elementos sobre a importância das lutas urbanas, relacionadas à moradia, em BH durante as Jornadas de 2013.

Pedro chegou ao anarquismo por meio do movimento *punk*, tendo participado de coletivos e ações culturais anarquistas desde 2000, bem como de diversas mobilizações sociais. Para ele, “Junho de 2013 foi uma canalização de vinte anos dessa luta da qual eu estava participando”, oriunda do movimento antiglobalização. Destaca-se a ocupação da Praça da Estação em 2010, no movimento que ficou conhecido como “Praia da Estação” (Oliveira, 2012). A ocupação, com fortes ares contraculturais, inspirou não apenas a renovação do Carnaval na capital mineira, mas também o movimento Fora Lacerda e, finalmente, a COPAC.

Segundo Pedro, desde a Praia da Estação, constituiu-se um campo de agregação de diferentes forças da esquerda autonomista e socialista em BH. A COPAC era formada por anarquistas independentes e militantes de diferentes partidos socialistas fora do Campo Popular – como PSOL, Brigadas Populares, Partido Comunista Revolucionário (PCR) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Ela convocou uma “copelada” na Praça da Savassi, que acabou se tornando a primeira grande manifestação do Junho de 2013 em BH, muito maior do que o imaginado.

Se BH sucede a capital paulista neste “ciclo curto” de protestos de Junho, entretanto, não inicia seus atos por meio da pauta do transporte, mas sim pela denúncia dos impactos das obras da Copa do Mundo, incluindo a criação da “Zona FIFA” no entorno do

Estádio Mineirão. A copelada se torna uma marcha em direção ao Mineirão, bastante reprimida por forças policiais. Entretanto, manifestantes, segundo Pedro, enfrentaram a polícia e atacaram vitrines de lojas:

Junho de 2013 foi um movimento jovem. Mas ele não foi necessariamente movido pelos estudantes. Grande parte de quem estava participando mesmo [...] era a galera aqui dos bairros em torno da UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais] que desceram para fazer a ação direta (Pedro, entrevista).

Ressaltado por Pedro, Junho de BH explicita a participação de moradoras e moradores das periferias e favelas, em grandes centros urbanos, nos protestos, dando radicalidade às lutas, especialmente por meio de jovens. (Braga, 2017).

Logo em seguida, a COPAC faz o chamamento para a criação da Assembleia Popular Horizontal de BH (APH), que vai funcionar ao longo de 2013 debaixo do Viaduto Santa Tereza. Pedro atuou intensamente na APH, tendo sido o relator das duas primeiras assembleias e participado da ocupação da Câmara de Vereadores durante os seus 8 dias de ação, já em julho, agora com a demanda da redução da tarifa do transporte público, que foi conquistada. Segundo Pedro, “a ideia original é de que a Assembleia se chamasse Assembleia Popular Horizontal, Anticapitalista, Autogestionada e Autoconvocada, mas aí não coube no *Facebook*”.

BH teve quatro grandes manifestações em direção ao Mineirão, assim como as ocupações da Câmara e da Prefeitura, essa última com a participação de movimentos de moradia. Segundo notícia, a ocupação da Prefeitura foi organizada pelo Movimento Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) — ligado ao PCR, Brigadas Populares e pessoas de diversas ocupações urbanas, tendo como pautas

[...] a suspensão de liminares de reintegração das ocupações em áreas públicas, a criação da comissão de negociação, que avaliará a situação das oito comunidades e, posteriormente, a transformação das mesmas em Áreas

Especiais de Interesse Social (AEIS), o que possibilitará a regularização dos espaços (Rage, Lopes, 30 jul. 2013).

Para Pedro, houve em decorrência de 2013 o aumento de ocupações urbanas por movimentos de moradia em BH, inclusive de prédios abandonados, como o Kasa Invisível, da qual Pedro tem participado nos últimos 11 anos. A Kasa Invisível se define como uma ocupação cultural, gerida por um coletivo que acolhe vários outros coletivos e organizações. Pedro tem se envolvido em outros movimentos de moradia, ao lado, inclusive, de organizações mais distantes ideologicamente do autonomismo, como o leninista PCR e o setor progressista da Igreja Católica.

A respeito dos significados de 2013 para Pedro, que sempre o denomina de “Junho de 2013”, mesmo reconhecendo que os eventos principais extrapolam o mês, ele afirma: “Foi o período mais feliz da minha vida, por causa dessa sensação de esperar muitos anos por uma insurreição popular e ela aparecer”. Entretanto, o Junho de BH também foi uma derrota, pela falta de um passo para além da insurreição, a caminho de mais conquistas (para além das pontuais, como a redução dos preços das tarifas) ou da própria revolução social: “A gente saiu das ruas”, por causa do cansaço e da repressão (em BH, houve duas mortes de pessoas que caíram de viaduto durante a repressão policial). E complementa: “a gente ainda está no rescaldo de Junho de 2013. Tem um luto aí para viver”.

Experiências políticas juvenis

Considerando o conceito de interseccionalidade, importantes considerações podem ser feitas a partir dos marcadores de gênero, raça, classe social e território das e do ativista que entrevistamos. A orientação sexual é menos presente nos dados que analisamos, mas não é ausente das entrevistas: Rita, bissexual, trata da sua orientação ao comentar a tensão e ruptura vivida com a comunidade religiosa católica da qual participava; Carolina Maria

de Jesus informa que é filha de um casal de mulheres lésbicas, cuja coragem de assumir suas orientações lhe foram inspiradoras.

Do ponto de vista da classe social, enquanto Rita e Carolina Maria de Jesus são oriundas de famílias populares, os dados socioeconômicos de Pedro indicam que sua família é de classe média (em especial, pela escolaridade superior de seu pai), mas a condição socioeconômica atual de Pedro (com renda de 2 salários-mínimos) o aproxima das duas mulheres. Entretanto, se diferenciam novamente quanto ao território urbano onde atuaram durante as Jornadas. As mulheres defendem o território onde nasceram e cresceram, bairro popular e comunidade ameaçados pelos poderes repressivos do Estado – desapropriação para obras para a Copa e extermínio de homens negros por forças policiais –, justamente por sua proximidade de regiões centrais e o interesse especulativo do mercado imobiliário. Pedro, por meio de seu ativismo *punk* e anarquista, vai passar a circular em áreas centrais da capital mineira que eram de interesse desses movimentos; daí, participa da defesa do direito à manifestação em praça pública (Praça da Estação), da COPAC e, finalmente, da ocupação de imóveis de valor histórico e arquitetônico abandonados, com potencial para o uso cultural e para moradia, como a própria *Kasa Invisível* veio a ser.

A raça é outro marcador que diferencia bastante as experiências. Pouco tratada por Pedro, homem branco, é tema central nos relatos das mulheres negras sobre as Jornadas: Carolina Maria de Jesus funda movimento contra o extermínio de homens negros na comunidade onde mora, movida pelo sofrimento da perda de uma pessoa próxima e pelo medo de perder seus filhos também; Rita relata o estranhamento que a presença de moradoras e moradores de Lagamar – pessoas pobres, negras e defendendo suas moradias – causaram nas grandes manifestações de Junho em Fortaleza, dominadas por pessoas brancas de classe média e por pautas que foram se aproximando do repertório patriota. A condição de gênero marca com mais força o relato de Carolina Maria de Jesus, especificamente a de mulher negra, moradora de

comunidade acossada pela polícia, negra, que, ao lado de outras mulheres negras, se coloca à frente das marchas diante dos cordões policiais.

As experiências de 2013 vão ganhando importância, conforme passam de Rita e Carolina Maria de Jesus e chegam a Pedro. Diversos fatores explicam isso, sendo importante rememorar e interpretar seus relatos sobre o que viveram nas Jornadas.

Para Rita, 2013 é identificado às grandes manifestações multitudinárias durante “Junho”, quando pessoas brancas de classe média desdenharam da pauta de Lagamar. Ela não vê a si e os movimentos de moradia dos quais participava como parte da latência das Jornadas, nem explicita que outros protestos progressistas que se seguiram a “Junho” (como o Ocupe o Cocó e os próprios movimentos de moradia) fazem parte do mesmo ciclo de protestos.

Para Carolina Maria de Jesus, as Jornadas foram a oportunidade de expressar as pautas próprias das comunidades, em especial a denúncia do extermínio da população negra, direcionada preferencialmente aos homens, que continuava mesmo durante o ciclo de protestos – como o caso do pedreiro Amarildo, cujo nome virou o grande lema das Jornadas no Rio (“Todos somos Amarildo”).

Finalmente, para Pedro, as Jornadas foram o “período mais feliz da minha vida”, por permitirem testemunhar a insurreição popular tão desejada. Ele estabelece, diferente de Rita, uma relação direta e consciente entre a latência deste ciclo de protestos – da “Praia da Estação” à criação da COPAC – e o início do movimento em BH – com a convocação de uma “copelada” e a grande presença de jovens das periferias nas manifestações em direção ao Mineirão. Também, apesar de reconhecer algo de “luto” após 2013 (dada as mortes de dois jovens e o arrefecimento das mobilizações), também registra o crescimento de movimentos de moradia e de ocupações urbanas.

Tanto a revisão bibliográfica quanto as entrevistas apresentam um conjunto complexo de movimentos territoriais, causas e pautas

atuando na latência das Jornadas. Esses movimentos também se destacaram entre as mobilizações ao longo das Jornadas e tiveram continuidades relevantes já em 2013 e nos anos seguintes, em ocupações de espaços urbanos e na consolidação de movimentos como o MTST.

Também, a respeito dos significados das experiências, a categoria da interseccionalidade contribui para compreender como os marcadores sociais de idade, gênero, raça, território e filiação política, trazidos aqui para a análise das entrevistas, configuram diferentes experiências políticas, a atribuição de significados a essas experiências e sua ressignificação nas trajetórias de vidas das e dos jovens que entrevistamos. Perpassa pelos relatos, graças à condição juvenil e sua maior abertura para experiências políticas renovadoras, um potente processo de subjetivação política que provocou, de um lado, redefinições de trajetórias individuais e, de outro, o cultivo de coletividades que revigoraram os movimentos socioterritoriais nas cidades brasileiras.

Referências

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests. **Bulletin of Latin American Research**, v. 36, n. 2, 2017.

AMORIN, Wagner Vinícius; LIMEIRA, Laíssa Vitória. Conflitos fundiários urbanos e o direito à cidade: o caso das remoções do VLT de Fortaleza e seus impactos na ZEIS do Lagamar. **Revista Casa da Geografia de Sobral**, v. 26, n. 1, p. 84-102, 2025.

ANDRÉS, Roberto. **A razão dos centavos**: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, 2022.

ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho. **OSAL**, v. 14, n. 34, 2013.

ARANTES, Paulo. Depois de junho a paz será total. In: ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 353-460.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Autonomia Literária, 2014.

BRAGA, Rui. Os sentidos de junho. In: BRAGA, Rui. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 221-244.

CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. (orgs.). **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. São Paulo: Annablume, 2014.

COLLINS, Patricia Hills. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável público: Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 97, p. 43-55. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300004>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista Nera**, v. 8, n. 6, p. 1-11, 2005. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i6.1460>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais na América Latina: campesinato, terra e comida. In: ALVES, Flamarion Dutra *et al.* (orgs.). **A dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea**. Alfenas: Editora da UNIFAL, 2019, p. 38-59.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – Brasil. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 2-44, 1998. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i1.1495>.

FRÚGOLI, Heitor. Ativismos urbanos em São Paulo. **Cadernos CRH**, v. 31, n. 82, p. 75-86, 2018. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792018000100005>.

GERBAUDO, Paolo. **The mask and the flag**: populism, citizenism and global protest. New York: Oxford University Press, 2017.

GROPPO, Luís Antonio; SILVA, Gislene; SOUSA, Flávia Alves. O Junho dos interiores: dinâmicas do protesto e experiências políticas de ativistas e militantes no interior dos estados nas Jornadas de 2013. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, v.31.2, p.137-157, 2024a. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2024.230238>.

GROPPO, Luís Antonio *et al.* Interpretações das dimensões educacionais das Jornadas de 2013: debates, sentidos e legados. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 22, e0283727, 2024b. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2837>.

GROPPO, Luís Antonio *et al.* Interpretações dos sentidos de Junho: luta de classes, movimentos sociais, multidão, repertórios e subjetivação política. **Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS**. v.6, n.2, p. 75-96, 2022. <https://doi.org/10.14295/reis.v6i2.15566>.

GROPPO, Luís Antonio; SILVEIRA, Isabella B. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**, v.12, p.7–21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/30125>. Acesso em: 27 jan. 2026.

HADDAD, Sérgio. Novas formas de ativismo social: o que há por trás das mobilizações de rua? O Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP), **Revista e-Curriculum**, v. 14, n. 2, p. 572-601, 2016. <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/download/27500/20354/77154>.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>.

LIBERATO, Léo Vinícius. Movimento Passe Livre, revoltas e simulações. In: GROPPPO, Luís Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (orgs.). **Movimentos juvenis na contemporaneidade**. Recife: Editora UFPE, 2009, p. 157-171.

LOBATO, Caio Pereira. Não nos representa: imanência e transcendência na ontologia política do Ocupa Rio. **Revista Habitus**, v. 11, n. 1, p. 136-156, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/view/11404/8354>. Acesso em: 10 abr. 2026.

MAGALHÃES, Bruno. O Junho da periferia. **Movimento: crítica, teoria e ação**, Porto Alegre, ano 8, v. 1, n. 39-40, p. 61-68, 2023.

MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche**. São Paulo: Alameda, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

OLIVEIRA, Igor Thiago de. **Uma “praia” nas Alterosas, uma “antena parabólica” ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte**, Dissertação (Mestrado em Educação), Belo Horizonte, 2012, 246 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9V6QVY>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PEDON, Nélson Rodrigues. Movimento socioterritorial: a materialização do conceito. In: PEDON, Nélson Rodrigues. **Geografia e movimentos sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 195-233. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/4z33j/pdf/pedon-9788539304189-05.pdf> Acesso em: 10 abr. 2025.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; ARAÚJO, Enos Feitosa de; SILVEIRA, Bruno Rodrigues da. **Cidade, turismo e Copa 2014: da**

infraestrutura aos eventos em Fortaleza-CE. In: COSTA, Maria Clelia Lustosa; PEQUENO, Renato; PINHEIRO, Valéria (orgs). **Fortaleza: Os Impactos da Copa do Mundo 2014**, Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015, p. 83-104.

RAGE, Lucas; LOPES, Valquíria. Manifestantes deixam a prefeitura após 31 horas de ocupação. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 05/03/2013. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/07/30/interna_gerais,429442/manifestantes-deixam-a-prefeitura-apos-31-horas-de-ocupacao.shtml. Acesso em: 5 mar. 2025.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

REZENDE, Ana Flávia; ANDRADE, Silva Luís Fernando. Direito do Negro à Cidade: de uma formação socioespacial racista à utopia lefebvriana. **Urbe**, v. 14, e20210438, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/29615> Acesso em: 09 fev. 2025.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. O Estelita é mais do que o Estelita. Opinião. **El País Brasil**, 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/opinion/1448840154_656256.html Acesso em: 21 jul. 2023.

RODRIGUES, Higor Pinto. **O Ocupe Cocó e a Luta Popular pelo Direito à Cidade em Fortaleza**, Trabalho de Conclusão de Curso (Direito), Fortaleza, 2016.

ROLNIK, Raquel; ANDRÉS, Roberto. Desculpe o transtorno, é sobre a caixa-preta das cidades. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria. (orgs). **Junho de 2013**. A rebelião fantasma, São Paulo; Boitempo, 2023, p. 17-26.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTARÉM, Paulo Henrique da Silva. **A cidade Brasília (DF): conflitos sociais e espaciais significados na raça**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2013, 148 f. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15818> Acesso em: 10 jun. 2025.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 97, p. 22-40, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>.

THOMPSON, Edward P. Educação e experiência. In: THOMPSON, Edward P. **Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 11-48.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes**. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do país, São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013, p. 35-40.

VINICIUS, Léo. **Antes de junho: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista**. Florianópolis: Editora em Debate, 2014.

“MILITAR PARA NÓS, MULHERES NEGRAS, É UMA NECESSIDADE”: PAUTAS DE RESISTÊNCIA E O AQUILOMBAMENTO DE MULHERES NEGRAS NAS JORNADAS DE 2013

Gislene da Silva

Já em 2012 a gente estava muito inquieto e descontente com muitas coisas, a gente estava o tempo todo brigando para nos manter vivos. Enquanto muitas pessoas lá do asfalto saíam para brigar por descontentamentos em geral, a gente estava brigando pelos vinte centavos, sim, mas, além disso, a gente estava brigando para ter comida na mesa, para se manter vivo, estávamos cansados de ser exterminados, sabe? Então o que me levou às ruas em 2013, é o fato de estar cansada de ser morta diariamente (Carolina Maria de Jesus, entrevista, 2023).

As Jornadas de 2013 configuram-se como um dos eventos mais complexos e significativos da história recente dos movimentos sociais no Brasil. Compreendidas aqui como um ciclo de protestos, as Jornadas tiveram origem em mobilizações conduzidas por coletivos, movimentos e organizações progressistas, especialmente vinculados à luta contra o aumento das tarifas do transporte público e aos impactos das obras para os megaeventos esportivos. No entanto, esses protestos assumiram um caráter massificado e multifacetado, marcado pela ampliação dos grupos sociais presentes nas ruas, bem como pela diversificação das pautas.

É nesse contexto que se insere a pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”, a qual tem, como foco, ativistas e militantes progressistas que participaram da organização e da realização dos atos, orientados, em especial, por repertórios de contestação autonomista e socialista (Alonso, Mische, 2017). A investigação busca compreender como esses sujeitos experienciaram esse ciclo de protestos e quais impactos tais vivências produziram em suas trajetórias sociais, políticas e

formativas. O ano de 2013 é, assim, reconhecido como um marco na história dos movimentos sociais brasileiros, inaugurando uma série de revoltas motivadas, inicialmente, pela contestação ao aumento das tarifas do transporte público. Ainda que essa tenha sido a principal pauta que deu origem às Jornadas, rapidamente emergiram outras problemáticas sociais que passaram a integrar a agenda de reivindicações do movimento, exigindo análises que deem conta de suas múltiplas dimensões (Santarém, 2014).

Nesse sentido, as Jornadas de 2013 podem ser compreendidas como parte de um ciclo global de protestos que, segundo Gerbaudo (2022), integra as chamadas “revoltas das praças”, iniciadas com a Primavera Árabe em 2010. Tais revoltas não se configuraram apenas como respostas à crise econômica mundial de 2008, mas também como expressões de uma insatisfação generalizada com o sistema político, os partidos e as formas tradicionais de organização política, articuladas a novos modos de participação democrática (o “cidadanismo”) e a práticas de ação coletiva inspiradas em formas neonarquistas. No contexto brasileiro, Antunes e Braga (2014) destacam que as Jornadas expressaram, de maneira particular, os efeitos dessa crise global e os limites das soluções internas diante das contradições estruturais do capitalismo contemporâneo.

Embora tenham ocorrido há mais de uma década, as Jornadas de 2013 permanecem como objeto de intensos debates, em razão das consequências políticas e sociais que ainda reverberam no presente. Trata-se de um fenômeno polissêmico, no qual se entrecruzam e se tensionam relações de classe, gênero, geração, raça e etnia. O público que compôs as Jornadas integra, em importante medida, a nova classe proletária brasileira, formada majoritariamente por pessoas negras (Singer, 2013). Entretanto, levantamentos bibliográficos e entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa mencionada indicam, em uma análise comparativa, maior presença de mulheres negras em relação aos homens negros nos protestos. No que se refere às pautas da população negra nas Jornadas, destacam-se reivindicações que extrapolam a temática do

transporte público, voltadas à denúncia das múltiplas carências e violências historicamente impostas a essa população (Silva *et al.*, 2025), as quais compõem, há longo tempo, o repertório político do movimento negro.

A partir da concepção de Nilma Lino Gomes (2017), segundo a qual os movimentos sociais possuem um caráter educador, por produzirem conhecimentos capazes de contribuir para a reconstrução da sociedade, este capítulo compreende as Jornadas de 2013 como um espaço pedagógico. Sustenta-se que, no interior dessa pedagogia, operam processos de aquilombamento que ensinam, na prática coletiva, formas de resistência à exclusão social e ao racismo.

Este capítulo resulta da pesquisa de mestrado “‘A rua é nossa’: Formação política da militância negra nas Jornadas de 2013 do Rio de Janeiro” (Silva, 2025), que buscou descrever, analisar e compreender a formação política proporcionada pelas Jornadas de 2013 à militância negra do Rio de Janeiro. Entre seus principais resultados, evidenciou-se que as Jornadas atuaram como um importante espaço de formação política, influenciando de modo significativo o posicionamento político e as trajetórias atuais de suas e seus participantes. No caso da militância negra, a mobilização mostrou-se fortemente atravessada pela experiência do racismo, compreendido como um sofrimento estrutural e cotidiano, vivenciado de maneira específica por pessoas negras, ainda que sujeitos brancos solidários tenham se somado às lutas antirracistas.

No que se refere à formação política ofertada pelas Jornadas de 2013 à militância negra, destaca-se o papel da pedagogia da indignação, que emerge da percepção de desigualdade e da negação sistemática de direitos sociais e civis. Embora essa pedagogia também atravessasse outros grupos socialmente marginalizados, no caso da população negra, o racismo constitui o eixo central de indignação. A experiência da negritude, como vivência histórica e social, contribuiu para a ampliação e a visibilização de pautas de impacto social defendidas há décadas

pelos movimentos negros, reafirmando seu caráter intergeracional e sua permanente capacidade de renovação. Assim, sustenta-se que onde há pautas que atingem diretamente a população negra e outros grupos minorizados, há também a presença explícita e implícita do movimento negro (Silva, 2025).

Diante desse quadro analítico, o objetivo deste capítulo é analisar os processos de aquilombamento de mulheres negras nas Jornadas de 2013, a partir das pautas de mobilização, das experiências coletivas e das formas de organização política construídas nesse contexto, tomando como base o banco de dados da pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil”.

Este estudo se fundamenta na análise de um recorte específico composto por 8 entrevistas realizadas com jovens mulheres negras e 1 pessoa negra não binária adulta, que atuaram como ativistas e militantes nas Jornadas de 2013, conforme apresentado no Quadro 11. O título deste capítulo é inspirado na fala da entrevistada Carolina Maria de Jesus, utilizada para expressar as motivações que orientaram sua participação naquele ciclo de mobilizações.

Quadro 11: Mulheres negras e pessoa não binária negra entrevistadas.

Pseudônimo e Estado	Idade em 2013	Raça	Identidade de Gênero	Orientação Sexual	Forma de participação em 2013
Amiel/CE	32	Negra	Não Binária	“Preferência por homens”	Militante do movimento estudantil. Filiado ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).
Artemis/RS	26	Negra	Mulher cis	Bissexual	Independente. Atuou nas Jornadas a partir de sua proximidade com o movimento estudantil.
Carolina Maria de Jesus/RJ	26	Negra	Mulher cis	Bissexual	Ativista de movimento territorial. Liderança do Movimento “Cadê o Amarildo?”.
Conceição/PA	21	Negra	Mulher cis	Bissexual	Militante. Atuou nas Jornadas de 2013 no coletivo Juntos! e no Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Estado do Pará (UEPA).
Chiquinha Gonzaga	22	Negra	Mulher cis	Bissexual	Autonomista. Atuou nas Jornadas de 2013 no coletivo Levante e fazia parte do Diretório de Estudantes de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É uma das fundadoras do coletivo NegrAÇÃO, coletivo de estudantes negras e negros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criado em 2012.
Dandara	20	Negra	Mulher cis	Heteros.	Atuou nos movimentos estudantil, feminista e negro. Filiada ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), também se aproximou do PSOL e coletivos autônomos. Atua no Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra, em campanhas pró-cotas e em manifestações feministas e antirracistas.
Juliana/SP	21	Negra	Mulher cis	Bissexual	Autonomista. A partir da cobertura como midiativista dos atos, se engajou no Ocupa Alckmin.
Rita/CE	23	Negra	Mulher cis	Bissexual	Movimento territorial. Atuante no movimento de moradia da comunidade Lagamar, contra as remoções por obras da Copa.
Wanda/PA	21	Negra	Mulher cis	Bissexual	Militante da União da Juventude Revolucionária (URJ) e do Movimento Estudantil (ME).

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

Paralelo à análise das entrevistas, realizamos uma revisão bibliográfica complementar, a fim de reconstruir as memórias e os significados atribuídos às Jornadas de 2013, especialmente a partir das vozes e trajetórias de ativistas e militantes negras. Esse caminho metodológico nos permitiu compreender de que modo a presença dos corpos de mulheres nas ruas em 2013 geraram processos de visibilidade, alianças e reivindicações políticas, bem como a construção, fortalecimento e renovação de movimentos sociais existentes antes das Jornadas de 2013.

Revisão bibliográfica

Os produtos que compõem o *corpus* da revisão bibliográfica foram selecionados a partir de critérios teórico-conceituais e analíticos previamente definidos, orientados pelo interesse em compreender o conceito de quilombamento como categoria histórica, política e interpretativa no enfrentamento ao racismo e às desigualdades estruturais. Inicialmente, priorizaram-se produções que abordam o quilombamento e os quilombos como formas de organização coletiva da população negra, articulando dimensões históricas, culturais e políticas da resistência negra no Brasil.

Conforme o *Dicionário de Favelas Marielle Franco* (2019), o termo quilombamento refere-se à organização comunitária e à resistência coletiva frente ao racismo, à violência estatal e à marginalização social, abrangendo a constituição de espaços de apoio nos quais pessoas negras se reúnem para compartilhar experiências, fortalecer identidades e construir estratégias coletivas de enfrentamento. Para Souza (2008), quilombar-se é uma ação contínua, construída coletivamente ao longo das gerações, na luta pela garantia dos direitos da população negra. Nessa mesma direção, Nascimento (1995) compreende os quilombos como instrumentos de resistência cultural e política, constituindo-se como formas de organização social voltadas ao enfrentamento das marginalizações raciais e sociais impostas à população negra.

Ao encontro dessas perspectivas, a construção dos movimentos sociais emerge das necessidades e negações vivenciadas por grupos sociais historicamente subalternizados. Os movimentos sociais configuram-se, assim, como formas de ação política baseadas na reivindicação coletiva de direitos sociais (Gohn, 2011), organizando-se a partir de interesses comuns que articulam trabalhadoras e trabalhadores, mulheres, estudantes, jovens e comunidades diversas (Tilly, 2012). Para além de suas características organizativas, todo movimento social possui um caráter formativo, ao promover uma dupla compreensão da realidade: de um lado, o retorno ao passado, para compreender as causas estruturais das desigualdades socioeconômicas, políticas, culturais, raciais e de gênero; de outro, a projeção de possibilidades de superação dessas mesmas condições no futuro (Gomes, 2017).

Diante disso, reconhecer que as Jornadas de 2013 contiveram processos de aquilombamento justifica-se pela presença, nesse ciclo de protestos, de práticas coletivas de organização, formação política e resistência de pessoas e movimentos de raça negra. A participação da população negra e periférica nas Jornadas possibilitou a construção de novos formatos de ação política, orientados ao enfrentamento das desigualdades estruturais e das múltiplas expressões do racismo. Como desdobramento desse processo, intensificou-se o desejo de inserção na política institucional, em consonância com o legado histórico de militantes negras e negros que desafiaram a hegemonia branca, masculina e heteronormativa nos espaços de poder (Cerqueira, Thâmara, 2014). A análise desse fenômeno torna-se ainda mais relevante quando se observa o protagonismo das mulheres negras nas Jornadas de 2013, grupo social submetido a um processo de tripla discriminação, marcado pela intersecção entre raça, gênero e classe, conforme aponta Lélia Gonzalez (2020):

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto de perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro,

desempregado é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da inferioridade que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar (González, 2020, p. 58).

Essa centralidade das mulheres negras se expressa, também, nos frutos políticos advindos das Jornadas de 2013, especialmente no fortalecimento do feminismo negro e da representatividade institucional. Em 2015, mais de 50 mil mulheres negras participaram da Marcha das Mulheres Negras, em Brasília, elaborando um documento de reivindicações entregue à então presidenta Dilma Rousseff. O texto denunciava o racismo estrutural e institucional, o sexismo e a violência de gênero, expressos na violação sistemática de direitos, e organiza suas reivindicações em eixos como vida, trabalho, território, educação, justiça, cultura, seguridade social e segurança pública. Por fim, convocava o Estado e a sociedade à construção de um novo pacto civilizatório, reafirmando a Marcha como um marco político, ação coletiva e produção de conhecimento das mulheres negras (Carta da Marcha das Mulheres Negras, 2015). Em 2016, foram eleitas as vereadoras Áurea Carolina, Marielle Franco e Taliria Petrone, evidenciando o impacto das Jornadas como um marco progressista para a negritude, sobretudo no que se refere à denúncia da violência policial e do genocídio da população negra, pautas estruturadas a partir do racismo como sistema de discriminação (Nunes, 2023, Silva, 2021).

Nesse contexto, o conceito de interseccionalidade, oriundo do feminismo negro, torna-se fundamental para a compreensão das múltiplas formas de opressão que atravessam a experiência das mulheres negras. Desenvolvido inicialmente por Kimberlé Crenshaw, em 1989, o conceito denuncia o apagamento produzido pela análise isolada das categorias de raça e gênero, propondo sua articulação como ferramenta analítica e política. No Brasil, essa

crítica foi antecipada por intelectuais como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, enquanto, no feminismo negro estadunidense, destacam-se Angela Davis, bell hooks, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge. A interseccionalidade revela-se, assim, como um instrumento de enfrentamento das desigualdades estruturais, ao evidenciar que raça, gênero e classe não operam de forma separada, mas se manifestam conjuntamente nas relações de poder (Collins, Bilge, 2021).

Sob essa perspectiva, as Jornadas de 2013 são compreendidas como um espaço de subjetivação política, no qual os participantes passaram a se reconhecer como sujeitos políticos por meio da luta coletiva por direitos sociais e civis (Pinto, 2016, Ritter, 2016).

Para Rancière (2018), a política se constitui na dissensão, isto é, no momento em que aqueles historicamente excluídos afirmam sua igualdade e rompem com a naturalização das hierarquias sociais:

A política é primeiramente o conflito em torno da existência de uma cena comum, em torno da existência e a qualidade daqueles que estão ali presentes. É preciso antes de mais nada estabelecer que a cena existe para o uso de um interlocutor que não a vê e que não tem razões para vê-la já que ela não existe. As partes não preexistem ao conflito, que elas nomeiam e no qual são contadas como partes. A “discussão” do dano não é uma troca – sequer violenta – entre parceiros constituídos. Ela diz respeito à própria situação de palavra e a seus atores. Não há política porque os homens, pelo privilégio da palavra, põem seus interesses em comum. Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo “entre” eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada (Rancière, 2018, p. 39-40).

Assim, os protestos de 2013 possibilitaram a reconstrução de identidades sociais e políticas, configurando-se como um processo formativo que, neste capítulo é compreendido como aquilombamento, por sua capacidade de ressignificar identidades, politizar experiências e fortalecer pautas coletivas.

Por fim, os movimentos sociais produzem saberes enraizados nas próprias lutas, distintos do conhecimento produzido sobre eles. Esses saberes práticos fortalecem as reivindicações populares, legitimam as lutas sociais e contribuem para a formação de novas figuras políticas (Gomes, 2017). Nesse sentido, a militância negra presente nas Jornadas de 2013 levou consigo uma herança política marcada pelo fortalecimento das pautas antirracistas e pela reafirmação da necessidade de ocupação dos espaços institucionais por pessoas negras (Nunes, 2023). Assim, o quilombamento, articulado à interseccionalidade, emerge como categoria central para compreender tanto os protestos de 2013 quanto as dinâmicas contemporâneas de mobilização social, formação política e resistência coletiva frente as desigualdades estruturais produzidas pela ordem neoliberal e pelo racismo sistêmico (Rios, Perez, 2019).

Análise das entrevistas

As experiências narradas pelas próprias mulheres negras presentes nas Jornadas de 2013 evidenciam a articulação indissociável dos marcadores sociais, como demonstra o relato de Carolina Maria de Jesus (entrevista), ao afirmar que sua condição de mulher negra, bissexual, favelada e mãe de dois meninos negros define sua vivência em uma sociedade racista, machista e homofóbica:

São muitos fatores, mas o que me marca é o fato de eu ser uma mulher negra, bissexual, favelada e mãe de dois meninos negros marcados para morrer pela cor de sua pele e por serem também favelados (Carolina Maria de Jesus, entrevista).

Tais experiências reafirmam, desde o período colonial, o fato das mulheres negras estarem na linha de frente das resistências contra a escravização, o racismo estrutural, o machismo e demais mazelas que ferem a nossa sociedade. Atuaram como lideranças em quilombos, irmandades religiosas, revoltas urbanas e rurais, além de sustentarem redes de cuidado, solidariedade e sobrevivência

coletiva. No pós-abolição, diante da ausência de políticas de integração social e da permanência da violência racial, essas mulheres continuaram a construir estratégias de enfrentamento ao racismo, ao sexismo e à exploração do trabalho, especialmente no serviço doméstico, na economia informal e nas periferias urbanas (Carneiro, 2011).

Consoante, a interseccionalidade é tida como uma prática política e analítica, amplamente mobilizada por movimentos de mulheres negras no Brasil desde as décadas de 1970 e 1980, como os coletivos Aqualtune e Nzinga, bem como por iniciativas como o movimento Mães de Maio, que denuncia o genocídio da juventude negra (Mesquita, 2022).

A partir dos relatos das entrevistadas, é possível compreender as Jornadas de 2013 como um espaço-tempo de aquilombamento contemporâneo, no qual se entrelaçam práticas coletivas de resistência, formação política, cuidado, produção de vínculos e reconstrução identitária, especialmente a partir das experiências negras, periféricas, juvenis e femininas. De modo geral, as trajetórias analisadas indicam que a participação nas Jornadas não se deu de forma espontânea ou isolada, mas como continuidade de processos políticos anteriores, construídos em grêmios estudantis, movimentos comunitários, coletivos culturais, organizações partidárias, espaços religiosos de matriz africana, universidades e territórios periféricos.

Eu sou militante social desde muito cedo, desde a adolescência, e tive a oportunidade de militar na Pastoral da Juventude numa época em que a igreja era mais progressista e sempre questionando muito, e apesar disso fiz minha primeira graduação em Física na UNESP [Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”]. Em 2000 foi quando eu ingressei para o movimento estudantil efetivamente, aí eu passei a ter maior conhecimento da política, da estrutura... do voto, não é? Dessa política do voto que a gente acompanhava na televisão e durante os períodos eleitorais e aí eu vou passar a ter uma vida política mesmo, participar da política como uma cidadã ativa. Nesse momento, eu começo a participar de manifestações mesmo e aí eu passo a fazer parte do Diretório Central da UNESP e vou me engajar em diversos movimentos, vou acompanhar o MST [Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem-Terra] aqui no estado de São Paulo, vou fazer movimento contra os pedágios, enfim... já tinha essa trajetória. Quando eu vou para o Ceará para fazer a graduação, já entro direto para o movimento estudantil e como eu era na época filiada já ao PSOL desde 2007, também participo dos movimentos que o partido anima na capital em Fortaleza. Então vou participar do movimento contra as megaobras que já aconteciam antes das Jornadas, então eu já tinha um processo em movimentos da pauta LGBT em Fortaleza e assim sucessivamente, então eu já tinha uma vida de ativista e política antes de acontecer as Jornadas (Amiel, entrevista).

Eu era do grêmio estudantil e eu era independente. Então, tinha uma afinidade ali, chegava perto da galera do PT, com as bandeiras, mas não, não participava ativamente. Da política, eu vim me organizar mais tarde. Em 2013 foi um momento que eu era bem orgânica, queria participar, não entendia muito, mas tinha essa afinidade, não é? Então o PT tinha uma juventude grande. Eu já conhecia pessoas de outros espaços, não é? Então, amigos meus que, não só em questões de política, mas também que eu conhecia de outros espaços, via que eram pessoas legais, então meio que por afinidade assim. Mas eu era bem orgânica assim, muito pelo Facebook também, a gente se informava pelas páginas e aí tentava, sei lá, questões, informativos, entender um pouco do que estava acontecendo, mas não tinha muito recorte. Ah, a gente está fazendo isso por tal coisa. Não, está todo mundo indo para rua ao mesmo tempo, tentando ver o que ia acontecer. Eu acho que não tinha esse movimento mais crítico, nem da minha parte, eu acho que nem da galera que ia comigo, era bem orgânico (Artemis, entrevista).

As Jornadas de 2013 começam a eclodir no finalzinho de 2012, e eu sempre fui uma mulher inquieta, uma moradora da favela incomum, fora dos padrões de mobilização, porque eu sempre estive envolvida em muitos espaços mobilizadores aqui dentro da favela. 2013 teve um divisor de águas na minha vida. 2013 foi quando o meu tio foi levado pela UPP [Unidade de Polícia Pacificadora]. Minha mãe criou ele depois que minha avó morreu, então eu fui criada como, praticamente, uma irmã dele, e aí ele é levado pela UPP, que é a Unidade de Polícia Pacificadora, e é torturado, morto [...]. A busca por justiça, memória, reparação e também pelo corpo, dos restos mortais dele me fez sair mais ainda daquela bolha que eu vivia, me fez furar aquela bolha. Eu já estava nas mobilizações envolvida, não de corpo e alma, mas estava, porque eu ia para os atos, eu estava também muito inquieta com a situação de 2013, 2012, enfim, com aquelas viradas de chave que a gente sofria para um caceta, então eu fui empurrada (Carolina Maria de Jesus, entrevista).

Esses espaços funcionam como microterritórios de aquilombamento, nos quais se constroem pertencimento, consciência crítica e redes de sociabilidade política. Assim, o aquilombamento não emerge apenas no momento do protesto, mas se consolida como um processo histórico, relacional e contínuo (Souza, 2008, Nascimento, 2021).

Nas entrevistas, a rua aparece reiteradamente como território político central. Mais do que cenário de manifestação, ela se transforma em espaço de reconhecimento mútuo, onde corpos historicamente marginalizados passam a se perceber como parte de um “nós” coletivo. Esse estar-junto — nos deslocamentos em grupo, nas assembleias improvisadas, nos cantos, nas intervenções culturais e na ocupação simbólica da cidade — constitui uma dimensão fundamental do aquilombamento, entendido como estratégia de proteção simbólica, política e material frente a violência estrutural do racismo, da desigualdade de classe e da exclusão territorial.

Para mim, as Jornadas de 2013 foram um passo muito importante para minha construção política e para hoje eu ter a experiência que tive de ter sido deputada federal, de ter sido a vereadora mais votada, a vereadora mulher mais votada aqui em Belém do Pará em 2020. Então esse processo de construção política e esses frutos que eu vejo na minha própria vida, enquanto alguém que seguiu na construção política e que ocupei o espaço da política institucional, me mostra que foi importante aquele momento de mobilização, porque talvez não tivesse tido a ascensão de novas lideranças também à esquerda (Conceição, entrevista).

2013 foi um momento de formação política muito intenso. Foram, sei lá, dois meses de protesto, eram dois protestos às vezes na mesma semana, na chuva, às vezes, e a gente conseguiu ver a disposição do nosso povo mesmo, sabe, de ir para rua, ocupar esse espaço, tornar o espaço mais democrático, fazer com que a gente fosse visto enquanto maioria (Chiquinha Gonzaga, entrevista).

Para mim, as Jornadas foi uma virada mesmo, de pensar política, de entender as coisas, conhecer os movimentos, conhecer pessoas que eu, às vezes, sei lá, tinha visto em jornal, revista, televisão, políticos, entender que

não existe uma distância tão longa assim quanto eu achava que existia, sabe? (Juliana, entrevista).

Outro aspecto que atravessa as narrativas refere-se à dimensão pedagógica das Jornadas. A formação política não se configura de modo institucionalizado, mas se constrói como uma pedagogia da experiência, forjada no fazer coletivo, na convivência cotidiana, no enfrentamento à repressão policial e na troca de saberes entre sujeitos com trajetórias diversas. Como relata Conceição (entrevista), “nas manifestações de rua em 2013, tínhamos assembleias que faziam o debate, a decisão sobre os atos; não era desorganizado, havia um foco, aprendemos tudo na prática”. Nesse processo, a política se aprende no próprio exercício da luta, ampliando a compreensão sobre direitos, Estado, democracia, racismo estrutural e desigualdades urbanas:

A formação política ocorria por meio de aulas abertas semanais, realizadas na rua, que reuniam integrantes do coletivo e participantes externos. Nesses encontros, eram discutidos tanto aspectos práticos das manifestações – como direitos sociais, segurança e formas de agir diante da repressão, com a presença de advogados – quanto análises mais amplas sobre o contexto político nacional, valorizando a troca de saberes e a experiência de militantes mais antigos (Juliana, entrevista).

Tal perspectiva dialoga diretamente com Nilma Lino Gomes (2017), quando a autora concebe os movimentos sociais como espaços educativos e produtores de saberes situados, nos quais o aquilombamento se constitui como uma pedagogia coletiva da resistência.

A repressão policial emerge nas narrativas como um eixo estruturante da experiência das Jornadas e como elemento catalisador dos processos de aquilombamento. O medo compartilhado diante da violência do Estado, aliado às estratégias coletivas de autoproteção, aos gestos de cuidado e às práticas de acolhimento – frequentemente protagonizadas por mulheres – fortalece laços comunitários e produz formas concretas de solidariedade. Nesses contextos, o aquilombamento se expressa como prática viva e situada, forjada no enfrentamento direto às

violências estatais e na necessidade de preservar a vida. As falas das entrevistadas evidenciam o caráter racializado da repressão. Assim, a repressão não apenas revela as desigualdades raciais que estruturam a ação do Estado, mas também impulsiona processos de aquilombamento baseados na proteção mútua, na leitura coletiva do risco e na construção de estratégias de resistência e sobrevivência:

Havia sim uma discriminação, por exemplo, meu namorado que é um homem negro e estava manifestando, teve sua cabeça pisada por um policial e foi a única pessoa presa naquele momento (Dandara, entrevista).

Nessas manifestações, e 2013 é um belo exemplo disso porque lá isso aconteceu. Na linha de frente, se tiver um homem branco ele vai sobreviver, vai passar, uma mulher branca vai tomar no máximo um tapa na cara e vai passar, a mulher negra, ela vai apanhar para cacete, mas o homem negro vai ser morto se ele tiver na linha de frente. Sabendo disso, inclusive, a gente brincava com nossos amigos brancos de que no próximo ato eles ficariam na linha de frente para a gente ver se ia ter. A brincadeira é tensa, mas é uma brincadeira muito real. A gente vive em uma sociedade onde a pessoa é rotulada. Daí, então, existe um aval do Estado e da sociedade para ser um corpo exterminável, este aval é ser uma pessoa negra. Isso foi o que matou e criminalizou meu familiar, a ponto de não podermos nos despedir e ter a garantia de justiça pelo seu assassinato (Carolina Maria de Jesus, entrevistada).

Eu lembro muito, muito da violência da polícia. Isso foi o que a gente encontrou em todo canto, porque, teve um dos atos que eu me lembro que a polícia começou a jogar bomba aérea, dos helicópteros, gente! Isso foi tão assustador para nós, tão assustador porque nós no Lagamar já éramos muito acostumados com violência policial, não é? Eu andando na beira do canal, a polícia me parava para dar baculejo, então assim, a gente já estava acostumada com a violência ali territorial. Mas quando a gente chegou lá, era um cenário de guerra, era a polícia tacando bala de borracha em todo mundo, muita gente ferida. Eu me lembro muito das pessoas com as costas muito machucadas de bala de borracha. As pessoas passando muito mal com gás lacrimogêneo. Essa foi a nossa primeira experiência assim com bomba de gás. Eu não tinha nunca passado. Eu me lembro muito dos meus olhos queimando assim. E quanto mais eu respirava, mas eu tinha dificuldade de respirar (Rita, entrevistada, 2023).

As entrevistas revelam, ainda, que o aquilombamento se constitui a partir de uma lógica profundamente interseccional. Raça, classe, território, gênero, geração, sexualidade e religiosidade atravessam de forma simultânea as experiências narradas, evidenciando que as opressões não se manifestam de modo isolado, mas articulado. A condição de ser negra, periférica, jovem, mulher, mãe e trabalhadora precarizada conforma tanto as violências vivenciadas quanto as estratégias coletivas de resistência e sobrevivência construídas no interior das Jornadas.

Articulada à pauta do genocídio da população negra, pobre e periférica, a questão do território emerge de maneira recorrente nas entrevistas. Para analisar a centralidade do território nas Jornadas de 2013, torna-se imprescindível explicitar sua relação estrutural com o racismo. Conforme aponta Paula (2019), o racismo é elemento fundamental para a compreensão da conformação dos territórios no Brasil, uma vez que a população negra compõe majoritariamente o deficit habitacional e historicamente teve negado o direito à propriedade – e, por longos períodos, até mesmo ao próprio corpo. Não se trata de práticas discriminatórias individuais, mas de políticas de Estado que, ora se omitem na garantia de direitos, ora produzem barreiras institucionais ao acesso à terra e à moradia.

Nesse sentido, a Lei de Terras de 1850 constitui um marco decisivo, pois, ao vincular a posse da terra exclusivamente à compra, inviabilizou o acesso de pessoas negras recém-libertas à propriedade de terra, ao mesmo tempo em que consolidou a concentração fundiária nas mãos da classe latifundiária. Tal processo, inserido na transição do trabalho escravo para o trabalho livre e nas demandas do capitalismo nascente, contribuiu para a formação de uma vasta massa de pessoas ex-escravizadas e trabalhadoras negras excluídas da organização do trabalho assalariado, consideradas substituíveis por imigrantes da Europa que receberam a alcunha de “mais qualificados” (Paula, 2019).

Essa leitura histórica, articulada às entrevistas – em especial à de Carolina Maria de Jesus sobre a dor e a vulnerabilidade de ser uma mulher negra de comunidade – permite revisitar os processos

estruturais de sofrimento que impulsionaram a participação de pessoas negras nas Jornadas de 2013. Quando convidadas a descrever suas trajetórias de engajamento, as entrevistadas evidenciam o território como elemento central da luta pela vida da população negra e da denúncia da violência policial, reafirmando-o como dimensão constitutiva das pautas, das experiências e dos processos de aquilombamento vivenciados nas ruas:

[...] minha luta é incessante por ser uma mulher negra e moradora de favela. Eu sempre preciso estar atenta para uma operação policial. Porque aqui no meu portão, as crianças que de tanto entrarem e saírem quebraram a fechadura, e aí fico pensando, se tiver uma operação policial no meu portão, eu tenho que pensar em como vai ser, porque eles vão sair entrando aqui na minha casa. [...] Minha participação nas Jornadas antes de tudo significava esperança, e hoje, não é que a esperança morreu, ela está em algum lugar, mas o meu grito era nas Jornadas, era para que mais nenhum preto favelado morresse. Gostaria que aqueles fossem os últimos, mas não foi (Carolina Maria de Jesus, entrevista).

O aquilombamento, nesse sentido, surge como resposta política capaz de reconhecer essa complexidade e de articular lutas múltiplas. Outro aspecto relevante é a centralidade das mulheres negras nos processos de aquilombamento. As entrevistas evidenciam redes de cuidado, afeto, ancestralidade e continuidade política, nas quais a dor individual – marcada por mortes, desaparecimentos forçados e violências cotidianas – é transformada em memória coletiva e ação política. A favela, o terreiro, a escola, a igreja popular e a rua constituem espaços nos quais se produzem formas próprias de fazer política, tensionando os limites da institucionalidade tradicional.

Por fim, as narrativas indicam que o aquilombamento vivido nas Jornadas de 2013 não se encerra naquele ciclo de protestos. As aprendizagens, os vínculos e as formas de organização construídas reverberam nas trajetórias posteriores das entrevistadas, influenciando escolhas profissionais, militância, produção cultural, atuação institucional e compreensão ampliada da política. Ainda que marcadas por contradições, disputas internas e pela

apropriação conservadora de parte do legado de 2013, as Jornadas deixaram como herança a retomada da rua como espaço político, a politização de uma geração e o fortalecimento das lutas antirracistas e populares.

Dessa forma, a análise conjunta das entrevistas permite compreender as Jornadas de 2013 como um processo de aquilombamento contemporâneo, no qual práticas coletivas de resistência, formação política, cuidado, criação cultural e afirmação da vida negra e periférica se entrelaçam. O aquilombamento emerge, assim, como uma categoria analítica potente para interpretar os modos de organização, luta e produção de sujeitos políticos no Brasil contemporâneo, especialmente a partir das experiências da população negra e periférica.

Considerações finais

As análises desenvolvidas ao longo deste capítulo permitem afirmar que as Jornadas de 2013 constituíram muito mais do que um ciclo episódico de protestos: configuraram-se como um espaço potente de produção de saberes, de formação política e de reorganização coletiva das lutas sociais, especialmente para sujeitos historicamente marginalizados. A partir das narrativas das entrevistadas, evidencia-se que o aquilombamento emerge como categoria analítica e prática social fundamental para compreender as dinâmicas de resistência, cuidado e aprendizado que atravessaram aquele contexto.

O aquilombamento, tal como expresso nas experiências narradas, não se limita a uma noção identitária, dado que, além disso, ele se materializa no cotidiano das mobilizações, nas estratégias de autoproteção, na solidariedade construída diante da repressão policial e na partilha de saberes entre sujeitos com trajetórias diversas. Trata-se de uma prática viva, forjada no enfrentamento direto às violências do Estado e nas condições concretas de existência de pessoas negras, periféricas e pertencentes a grupos socialmente subalternizados. Nesse sentido, a repressão policial não aparece apenas como elemento

de intimidação, mas também como catalisador de vínculos comunitários e de formas coletivas de organização política.

As entrevistas também demonstram que essas experiências são atravessadas por uma lógica profundamente interseccional. Raça, classe, território e gênero se articulam simultaneamente, estruturando tanto as violências vividas quanto as estratégias de resistência construídas. As falas das mulheres negras, em especial, revelam como o racismo e o sexismo operam de forma combinada, produzindo hierarquias de vulnerabilidade no interior das próprias manifestações, mas também impulsionando práticas de cuidado, acolhimento e liderança política.

A centralidade do território nas narrativas reforça a compreensão de que as Jornadas de 2013 não podem ser dissociadas da longa história do racismo estrutural no Brasil. A exclusão histórica da população negra do acesso à terra, à moradia e ao trabalho digno – marcada por políticas de Estado, como a Lei de Terras de 1850 – conforma os espaços urbanos e produz condições de precarização que seguem incidindo sobre a vida da população negra e periférica. Assim, o território emerge como dimensão fundamental da luta pela vida, contra o genocídio da juventude negra e contra a violência policial, tornando-se elemento estruturante das pautas e mobilizações daquele período.

Outro aspecto relevante evidenciado pelos relatos é a dimensão pedagógica das Jornadas. A formação política não se deu de maneira institucionalizada, mas como uma pedagogia da experiência, construída no fazer coletivo, nas aulas abertas realizadas nas ruas, nas assembleias, nas ocupações e na troca intergeracional de saberes. Profissionais do Direito, docentes, militantes experientes e integrantes dos coletivos compartilharam conhecimentos teóricos e práticos sobre direitos, segurança, conjuntura política e estratégias de enfrentamento, reafirmando os movimentos sociais como espaços educativos e produtores de saberes situados.

Dessa forma, as Jornadas de 2013, a partir das experiências aqui analisadas, revelam-se como um campo fértil para compreender as múltiplas formas de resistência negra e periférica

no Brasil contemporâneo. O aquilombamento, como prática coletiva e interseccional, permite iluminar processos de formação política, de construção de solidariedade e de reinvenção da luta em contextos marcados pela violência estrutural.

Referências

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013. **Revista de Políticas Públicas**, v. 18, p. 41-47, 2014. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v18nEp41-47>.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negros Edições, 2011.

CERQUEIRA, Jéssica; THÂMARA, Thamyra. Junho, e a juventude negra? **Nueva Sociedad**. Especial em português, p. 27-36, 2014. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/3_Cerqueira_EP.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GERBAUDO, Paolo. **Máscaras e Bandeiras: Populismo, cidadanismo e protesto global**. São Paulo: Funilaria, 2022.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1413-2478201100020000>.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2a ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MACHADO, Frederico Viana. Subjetivação política e identidade: contribuições de Jacques Rancière para a psicologia política. **Revista Psicologia Política**, v.13, n. 27, p.261-280, 2013. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000200005. Acesso em: 3 mar. 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: Relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NUNES, Paula. Sobre Junho de 2013 e movimento negro contemporâneo. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria (orgs.). **Junho a rebelião fantasma de 2013**. 1ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2023, p. 37-47.

PAULA, Aline Batista. Territórios desiguais – racismo e o acesso à cidade. **(Syn)Thesis**. v. 9, n. 2, p. 64–82, 2019. <https://doi.org/10.12957/synthesis.2016.46031>.

PEREIRA, Bruna Cristina J. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 3, p. 445–454, 2021. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40551>.

PINTO, Celi Regina Jardim. O que as teorias do reconhecimento têm a dizer sobre as manifestações de rua em 2013 no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. especial, p. 1071–1092, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6231?articlesBySimilarityPage=41>. Acesso em: 10 jul. 2025.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 2018.

RIOS, Flávia; PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, p. 36–51, 2019. <https://doi.org/10.23925/ls.v22i40.46648>.

RITTER, Eduardo. Conhecimento de si mesmo e educação cidadã: do conformismo à ação nos protestos de junho de 2013. **Intercom – RBCC**, v.39, n.2, p.115-129,2016. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/en/article/view/2438>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SANTARÉM, Paulo Henrique da Silva. **A cidade de Brasília (DF): conflitos sociais e espaciais significados na raça**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Brasília, Universidade de Brasília, 2014. 158 f. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15818>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVA, Gislene da *et al.* Jornadas de 2013 e a questão racial no Brasil: trajetórias e experiências de jovens ativistas e militantes negras e negros. **Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, v. 7, n. 17, 2025. <https://doi.org/10.18764/2595-1033v7n17.2024.10>.

SILVA, Gislene da. **“A rua é nossa”**: formação política da militância negra nas Jornadas de 2013 do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Alfenas, Alfenas/MG, 2025. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/jornadas2013/wp-content/uploads/sites/268/2025/06/Dissertacao-d-e-Mestrado-para-defesa.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2025.

SILVA, Marina Albugeri. Eu tenho cara de ser rico, sou loiro, tenho olho azul: discutindo o privilégio branco. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico (Online)**, v.21, p.130-141, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60038>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 97, p. 22-40, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se**: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Brasília,

Universidade de Brasília, 2008. 204 f. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2130>. Acesso em: 3 jul. 2025.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 133–160, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1677>. Acesso em: 11 maio 2023.

WIKI FAVELAS. Aquilombamento. In: **Dicionário de Favelas Marielle Franco**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Brasília: Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), 2019. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php/Aquilombamento>. Acesso em: 10 jun. 2025.

REPRESSÃO, JUDICIALIZAÇÃO DE MOVIMENTOS E DEFESA DOS DIREITOS NAS JORNADAS DE 2013

Adriana de Almeida
Carusa Gabriela Biliato
Emanoely Ladeira Sigiani
Fernanda Milan de Carvalho
Gabriela Lemos dos Santos
Mariana Calvi dos Santos

No cenário político contemporâneo, as Jornadas de Junho de 2013 emergem como um dos fenômenos de mobilização das juventudes mais proeminentes da história do Brasil. Iniciada como uma série de protestos contra o aumento das tarifas do transporte público, rapidamente se expandiu para uma mobilização massiva, plural e geograficamente dispersa, que colocou em “xeque” a gestão das cidades, as estruturas de poder e, de forma especialmente reveladora, o aparato repressivo do Estado. Nesse contexto, a violência policial, a criminalização dos movimentos sociais e os mecanismos jurídicos acionados contra manifestantes tornaram-se elementos centrais para a compreensão das Jornadas e do debate sobre a democracia brasileira.

Este capítulo tem como objetivo analisar como ocorreu a repressão policial, a judicialização dos movimentos sociais e as formas de defesa dos direitos nas Jornadas de 2013. Busca-se compreender como o Estado brasileiro respondeu às mobilizações populares por meio do uso da força, da criminalização de ativistas e militantes e do acionamento seletivo do sistema de justiça, bem como examinar as estratégias de resistência jurídica e política articuladas pelos próprios movimentos. A investigação ancora-se em quatro categorias de análise: a repressão policial e seus significados nas experiências de ativistas e militantes; a

judicialização do movimento; a defesa dos direitos; e os movimentos contra a violência policial.

A pesquisa que sustenta este trabalho articula três planos metodológicos complementares. Em primeiro lugar, realiza-se uma revisão bibliográfica sistemática de produções acadêmicas que tratam das dimensões jurídicas, políticas e repressivas das Jornadas de 2013, incluindo artigos, teses, dissertações e livros levantados nas plataformas *CAPES*, *SciELO* e *Google Acadêmico*. Em segundo lugar, recorre-se a entrevistas realizadas com ativistas, militantes, apoiadora e apoiador que participaram das mobilizações em diferentes estados do Brasil, destacando-se Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo, cujos relatos evidenciam as experiências vividas de repressão, medo, solidariedade e resistência. Em terceiro lugar, procede-se à análise de jurisprudência selecionada dos Tribunais de Justiça de Goiás e do Rio de Janeiro, bem como de decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, com atenção aos processos criminais instaurados contra manifestantes de 2013 e às estratégias de defesa empregadas.

O capítulo está estruturado em três seções. A primeira seção apresenta a revisão bibliográfica, examinando as contribuições teóricas e empíricas que tratam da repressão estatal, da criminalização do protesto e do direito de manifestação no contexto das Jornadas de 2013, com ênfase nas interseções entre violência policial, estado de exceção e administração militar de populações. A segunda seção analisa a repressão policial a partir das experiências concretas de sujeitos que vivenciaram as Jornadas em Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo. Essa seção se desdobra em duas subseções: a primeira dedicada às experiências de ativistas e militantes que organizaram e participaram diretamente dos atos; e a segunda voltada às experiências de apoiadoras e apoiadores (especialmente no campo do direito e da defesa de direitos humanos) que, ao atuarem na defesa de manifestantes, em alguns casos também se tornaram alvos da repressão estatal. A terceira seção versa sobre a jurisprudência selecionada de Goiás e do Rio de Janeiro, evidenciando como o poder judiciário oscilou entre a

ratificação da repressão (com prisões preventivas fundamentadas em conceitos abertos de “ordem pública” e o uso do processo penal como instrumento de desmobilização política) e a tardia, porém decisiva, garantia de direitos fundamentais, por meio de *habeas corpus* e da declaração de ilicitude das provas obtidas mediante abusos policiais.

Revisão bibliográfica

Em outubro de 2025 foi feito um levantamento bibliográfico no repositório de teses e dissertações e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), assim como nas Plataformas *Scielo* e *Google Acadêmico* com o uso dos descritores Jornadas de 2013, Junho de 2013, direito, violência e repressão. Foram levantados inicialmente 35 produtos, entre artigos, teses, dissertações e livros. Em seguida, se procedeu a uma triagem para verificar quais produtos efetivamente tratavam de aspectos relativos à repressão policial, judicialização dos movimentos e defesa dos direitos de manifestação nas Jornadas de 2013 no Brasil, tendo se chegado aos 8 produtos que serão aqui analisados. Para a organização inicial das informações, que deram suporte à análise destes produtos, se fez o uso do recurso de Inteligência Artificial NotebookLM (<https://notebooklm.google.com/>).

Iniciamos com o ensaio “Depois de junho a paz será total”, de Paulo Arantes (2021), publicado originalmente em 2014, dado que ele busca estabelecer um fundamento histórico mais geral para explicar a violência estatal em 2013 e a resistência popular. Em seu texto, o autor busca tecer mediações entre, de um lado, processos de administração militar de populações (autodenominados como pacificação) e, por outro lado, processos de insurgência no Brasil, propondo, nesse bojo, uma interpretação das Jornadas de 2013. Arantes delinea a genealogia desses acontecimentos em uma série de ingredientes que compõem a conjuntura brasileira, a exemplo do Programa de Pacificação das Favelas, por meio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), classificados como uma estratégia de

guerra; a violência policial contra as periferias; as remoções forçadas no contexto de megaeventos; e as políticas de empreendedorismo, que criam um “sedimento reivindicativo à espreita para explodir” (Arantes, 2021, p. 11). Essa combinatória funda o modo de insurgência que irrompeu nas ruas. Para o autor, o ponto de virada e a vitória popular mais rápida e expressiva da história recente do país foram catalisados pela lucidez tática e estratégica do Movimento Passe Livre (MPL), que soube aliar a demanda “reformista” da redução dos 20 centavos da tarifa com a exigência anticapitalista da Tarifa Zero (desmercantilização da vida), apresentando renovado fôlego para as lutas populares no Brasil.

O modo de insurgência das Jornadas de 2013 é caracterizado como uma “série de atos profanatórios” (Arantes, 2021, p. 64), inspirando-se na noção de “profanação” de Giorgio Agamben, para quem profanar significa restituir ao uso comum aquilo que foi subtraído e confiscado pela “religião capitalista”. O ato do MPL de “Pular a Catraca” é visto como uma profanação de um dispositivo de captura da livre circulação em uma cidade segregada, liberando uma “carga de energia utópica” (Arantes, 2021, p. 95). O ensaio argumenta que, embora a repressão estatal opere de forma violenta e discricionária – levando a pensar em um “estado oligárquico de direito” (Arantes 2021, p. 164) –, a força do movimento reside nos “vínculos fortes” que permite aos ativistas encarar seu “ativismo de alto risco”, diferentemente da experiência das redes sociais. Nesse quadro, o “devaneio” (sonho acordado) da população, que é o “fundamento de todas as utopias” (Arantes, 2021, p. 165), acontece justamente no tempo do transporte coletivo, no qual, por sua vez, o sofrimento social adquire aspecto mais diretamente politizável.

As Jornadas de 2013, segundo Arantes (2021), colocaram a nu o teor sinistro do consenso em torno das UPPs, indicando que a Pacificação consistia em uma “contrainsurgência preventiva” contra um “vazio insurrecional imaginário” (Arantes, 2021, p. 38, 40). A explosão de Junho levou às ruas, em um viés político e

combativo, justamente aqueles segmentos da população temidos pelos pacificadores, tidos como “bárbaros”. A conclusão do ensaio, que reflete sobre o sentido da ruptura, interpreta que a tarefa política anunciada é a da “Grande Recusa” (Arantes, 2021, p. 13) do conjunto de opressões articuladas na mercantilização da vida e na imposição de humilhações, buscando a “profanação do improfanável” (Arantes, 2021, p. 75).

Nesse quadro, compreenderíamos então como o capítulo contemporâneo da administração militar de populações produziu presença nas Jornadas de 2013, por exemplo, nas práticas estatais que deixam ver uma forma de encarar os acontecimentos como questão de guerra contra essa mesma população.

A seguir, se destacam três artigos de Frederico Almeida, em que ele figura como autor ou como coautor, concentrados nos casos de São Paulo. Seu artigo “‘Vândalos’, ‘Trabalhadores’ e ‘Cidadãos’: sujeição criminal e legitimidade política na criminalização dos protestos de Junho de 2013”, apresenta uma análise preliminar do processo de sujeição criminal de manifestantes em São Paulo (Almeida, 2020). O conceito central, “sujeição criminal”, refere-se à construção de tipos sociais que são preventivamente considerados propensos à prática criminosas, justificando reações de força que extrapolam os limites dos procedimentos formais de controle. O estudo, de natureza qualitativa e interpretativa, analisou sete procedimentos criminais, notas institucionais do Ministério Público (MP) e da Secretaria de Segurança Pública (SSP), documentos do Movimento Passe Livre (MPL) e entrevistas com ativistas, abrangendo os protestos entre 2013 e 2015. O objetivo principal era compreender como os processos de sujeição criminal incidem sobre ativistas políticos e movimentos sociais, e quais os efeitos dessa seletividade e exclusão para a constituição de um espaço político-democrático e a legitimação das ações contestatórias.

A pesquisa empírica demonstrou que a repressão institucional se baseou na diferenciação e hierarquização de sujeitos: o “vândalo” foi construído como o tipo social perigoso, em oposição ao “cidadão” e ao “trabalhador” pacíficos, dignos de proteção pelas

práticas estatais. A legitimidade das manifestações foi condicionada ao seu caráter pacífico, permitindo que a SSP e o MP justificassem a repressão com base na proteção do direito de ir e vir de cidadãos e cidadãos. Segundo Almeida (2020), essa lógica se manifestou claramente no “inquérito black bloc”, instaurado para investigar uma suposta organização criminosa baseada na propensão ao crime e em características como o uso de máscaras e ideologia política. Este inquérito objetivava ser um instrumento de vigilância e intimidação de ativistas. Contudo, o MPL resistiu a essa tipificação, adotando a palavra de ordem “Todo preso é um preso político”, para denunciar a seletividade da justiça criminal e recusar a distinção entre manifestantes “bons” e “maus”, buscando enfraquecer o inquérito publicamente e inverter a acusação, classificando o caos do transporte e as ações estatais como “vandalismo” e “crime organizado”. Para o autor, caba anotar, por fim, que a imprensa hegemônica também foi destacada como um agente crucial na sujeição criminal, ao reforçar e legitimar a repressão policial contra os “vândalos” e o “radicalismo”.

Frederico de Almeida (2023), em artigo posterior, “Direito, exceção e segurança na repressão aos protestos de junho de 2013 em São Paulo”, analisou as estratégias e os sujeitos políticos envolvidos nos protestos do Movimento Passe Livre (MPL) e sua repressão por agentes do estado. O trabalho investiga a legitimidade da repressão, questionando se ela representou uma inflexão nos padrões históricos ou se apenas reproduziu a violência aplicada indistintamente à “criminalidade comum” e à “criminalidade política”. A pesquisa utiliza referenciais teóricos centrados em conceitos como técnicas de Estado, gramáticas jurídicas e topologias do poder, para analisar tanto as técnicas utilizadas pelo Estado para a repressão quanto as técnicas mobilizadas pelos movimentos e instituições para a resistência. A securitização é a hipótese explicativa central, que indica a ampliação das técnicas executivas e de seus fundamentos excepcionais dentro da estrutura formal do estado de direito democrático.

A análise empírica revela que as técnicas de repressão e pretensão de legitimidade por parte de práticas estatais foram tipicamente executivas, baseadas no que o autor denomina método Hobbes, que busca a hiperprevisibilidade de riscos e a “repulsa a perigos”. Por este caminho, Almeida (2023) descreve como a repressão se concentrou no policiamento ostensivo da Polícia Militar (PM), que agiu com alta discricionariedade, e no inquérito inquisitorial-burocrático da Polícia Civil (PC), que serviu como peça acusatória. As ações repressivas incluíram a dispersão violenta, o uso de armas não letais e as prisões para averiguação e desmobilização. O “inquérito black bloc” ilustrou a técnica de vigilância, aproximando a PC da função de polícia política ao monitorar redes sociais e identificar ativistas. Em contraste, as técnicas de resistência foram tipicamente legislativas, baseadas no que o autor chamou de método Locke e focadas no devido processo legal. Embora a defesa técnica tenha sido bem-sucedida em evitar condenações e prisões permanentes, as técnicas de controle externo da atividade policial – como a tentativa de proibir o uso do elastômero (“balas de borracha”) e pedir responsabilização de policiais – se mostraram pouco eficazes, devido aos imponderáveis políticos e burocráticos nas instâncias mais altas do Executivo e do Judiciário. Para Almeida (2023), a topologia das relações confirma a hipótese da securitização, mostrando que o estado de direito e o estado de exceção coexistem, mas não se confrontam, nas configurações das práticas estatais.

No lastro desta reflexão, o artigo de Frederico de Almeida, Filipe Monteiro e Afonso Smiderle (2020), intitulado “A Criminalização dos Protestos do Movimento Passe Livre em São Paulo (2013-2015)”, apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa, aberta e interpretativa que analisou os processos de criminalização e os discursos de agentes e instituições de segurança e justiça criminal contra os protestos do Movimento Passe Livre (MPL) entre junho de 2013 e janeiro de 2015 em São Paulo. O estudo focou na análise de quatro inquéritos policiais, duas ações penais e documentos institucionais e midiáticos, buscando compreender

como a classificação jurídica de atos de protesto como crime prevaleceu sobre a classificação em termos de direitos fundamentais. A pesquisa utilizou categorias analíticas tais como criminalização, criminalização, incriminação e sujeição criminal para diferenciar as diversas dimensões do fenômeno. Uma das principais conclusões é que a criminalização se deu sem a criação de novos tipos penais (criminalização em sentido estrito), recorrendo à legislação penal ordinária para imputar crimes como Dano, Desacato, Lesão Corporal, Incêndio e Associação Criminosa, o que sugere que a repressão visava a defesa da ordem econômica, social e política em termos militares.

O artigo demonstra que o fluxo de criminalização nos procedimentos formais do sistema de justiça foi fortemente concentrado na ação policial. A Polícia Militar (PM) exerceu alta discricionariedade na repressão e nas prisões em flagrante, que, na maioria das vezes, serviram como mecanismo de contenção e desmobilização das manifestações e não como ato juridicamente necessário. Mesmo que todas as prisões analisadas tenham sido revertidas, o trabalho policial prevaleceu sobre a ação judicial. Por seu lado, a Polícia Civil (PC) contribuiu com inquéritos classificados pelos autores como de caráter burocrático, sendo o “inquérito black bloc” um caso emblemático de uso intimidatório e dissuasivo do inquérito policial para fins de vigilância e monitoramento permanente de ativistas. Em última análise, o estudo conclui que, apesar de o Judiciário oferecer um espaço para resistência formal a advogadas e advogados, as fases posteriores do processo não foram capazes de reverter os efeitos imediatos e desmobilizadores da ação policial, contribuindo para a delimitação do espaço político legítimo por meio de processos que esbanjaram violência física e simbólica.

Já o artigo “Direito, manifestação e violência: leituras dos protestos de Junho de 2013”, de José Antônio Rego Magalhães (2015), propõe uma discussão teórica sobre as manifestações de 2013, baseando-se em uma crítica da violência nos termos de Walter Benjamin. O objetivo central é explorar as relações entre a esfera do

direito e a da violência, especialmente a violência que irrompe nas ruas e toma o Estado como interlocutor imediato. Magalhães utiliza conceitos-chave como violência que instaura e que mantém o direito, violência do direito (mítica) e violência anômica (divina), além da ideia de “puro meio”, para analisar a frustração gerada pela “lógica do compromisso” dos parlamentos, que esconde a violência em suas atividades e serve aos interesses de oligarquias políticas e econômicas. Em relação a essa frustração, o autor sugere que a reaparição de tensões nas ruas visa restaurar a relação fundamental entre direito e soberania popular. A crítica da violência busca estabelecer critérios para julgar se uma violência é legítima ou ilegítima, analisando a relação entre meios e fins.

A partir desse esquema teórico, o artigo se aprofunda na indecibilidade e ilegibilidade inerentes às manifestações. O autor questiona o que significa interpretar um fenômeno tão plural e sem organização centralizada, como os protestos de 2013. Magalhães argumenta que a interpretação das manifestações, muitas vezes baseada no *wishful thinking*, pode constituir uma violência epistêmica, uma vez que o ato de conhecer e atribuir sentido é, também, uma forma de exercício de poder. A “manifestação” é contrastada com o “protesto”: enquanto o protesto é transitivo (contra ou por algo e, portanto, legível), a manifestação é intransitiva e representa o “puro meio” (violência que manifesta a si mesma). Essa dimensão anômica da manifestação (ilegível, mas decisiva) é o que permite a ruptura no direito, pois ela escapa ao cálculo daquilo que é passível de decisão no direito vigente. Magalhães (2015) conclui que uma abordagem crítica deve manter a indecibilidade entre o legível (direito/cálculo) e o ilegível (evento/ruptura) para preservar o potencial transformador das manifestações.

Por sua vez, o artigo de Luciano Oliveira (2018), “De Rubens Paiva a Amarildo. E ‘Nego Sete’? O regime militar e as violações de direitos humanos no Brasil”, inicia sua análise questionando a tese comum, sustentada por militantes e acadêmicas e acadêmicos de direitos humanos, de que as brutais violações praticadas pela

polícia brasileira seriam uma “herança maldita” do regime militar iniciado em 1964. O ponto de partida são os acontecimentos que vitimaram Amarildo de Souza – pedreiro desaparecido em 2013 no Rio de Janeiro após prisão, tortura e morte em uma UPP –, e que ocorreram mais de trinta anos após a descompressão política do pós-ditadura. A hipótese central do autor é a de que práticas da discricionariedade do Estado, como prisões ilegais, torturas, execuções sumárias e até desaparecimentos forçados, já existiam e eram aplicadas às classes populares antes da ditadura, conviveram com ela e sobreviveram no pós-ditadura.

Oliveira (2018) demonstra que a ferocidade policial, indiferente à descompressão política pós-ditadura, lhe antecedeu, utilizando exemplos históricos como a execução de “Nego Sete” em 1968 pelo notório delegado Sérgio Paranhos Fleury, cuja companheira também “desapareceu”. Além disso, o temido Esquadrão da Morte (que caçava bandidos “como ratos” para “limpar” a cidade) surgiu no Rio de Janeiro nos “anos dourados” de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek. O próprio método de tortura do “pau de arara” é um legado de longa data, já sendo utilizado no século XIX pelos senhores de escravos. Para o autor, o que realmente constituiu um “ponto fora da curva” na ditadura de 1964 foi que a tortura e a violência, que eram corriqueiras para as pessoas pobres, passaram a atingir segmentos da população “normalmente protegidos pelas imunidades sociais”, a exemplo de estudantes e profissionais da política (Oliveira, 2018, p. 214). Por fim, o autor assinala que, embora a ditadura tenha organizado e sofisticado as práticas de tortura com equipamentos e assistência médica, a persistência da violência letal hoje exige que as cobranças sejam dirigidas à democracia brasileira, que falhou em se livrar dessas práticas.

Nessa trilha, o livro *A pequena prisão*, de Igor Mendes (2017), apresenta um depoimento engajado que narra a experiência do autor, estudante de geografia e ativista político, nos sete meses que passou no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Preso em dezembro de 2014 por participar e ajudar a organizar as

manifestações de 2013 no Rio de Janeiro, Mendes foi detido pela quarta vez por descumprimento de uma medida cautelar inexistente na Constituição e no Código de Processo Penal: a proibição de frequentar manifestações e protestos. A obra oferece um mergulho no “universo escuro e terrível do sistema penitenciário brasileiro”, particularmente em Bangu 10 (triagem) e Bangu 9 (penitenciária Bandeira Stampa). O autor expõe que o que chamamos de prisão é apenas uma “fração da prisão maior em que vivemos”, na qual a “sociedade” é concebida como um “grande presídio de povos”. (Mendes, 2017, p. 21).

Mendes relata as condições desumanas do cárcere, onde não há direitos e as garantias estão suspensas, sendo a própria privação de liberdade considerada uma “forma moderna de tortura, igualmente cruel, embora socialmente aceita” (Mendes, 2017, p. 77). A experiência na prisão é descrita como metodicamente calculada e perversa, e o sistema penal, ancorado nas violências históricas da colonização e da escravidão, expressa uma metodologia de aniquilação. O autor afirma repetidamente sua condição de preso político, um ato de resistência. Ele detalha as rotinas opressivas, a falta de higiene, a superlotação e as violências físicas, como espancamentos e o uso do camburão do SOE-GSE (Serviço de Operações Especiais do Grupamento de Serviço de Escolta), definido como “instrumento de tortura móvel”. (Mendes, 2017, p. 142). O livro diferencia o preso político, que conscientemente rejeita a ordem social, do preso comum, que busca apenas o seu “lugar ao sol” dentro do sistema capitalista, e utiliza a solidariedade e a resistência (como a recusa em raspar o cabelo) para manter a dignidade e a integridade em um ambiente pensado para quebrar almas e vontades. A narrativa de Igor Mendes pode ser considerada um testemunho da necessidade de repolitizar a questão criminal e um libelo pelas lutas abolicionistas.

Finalizando, a dissertação de mestrado de Laíse Santos (2015), “Brasil Junho/2013: movimentos de rua e o direito de reunião aspectos sociais e constitucionais”, tem como objetivo central discutir o conceito jurídico do direito de reunião e manifestação à

luz de autoras e autores constitucionalistas, tomando como base o período das Jornadas de 2013. A dissertação se propôs a avaliar o enquadramento desse direito como um direito fundamental garantido pela Constituição Federal e estabelecer seus elementos e limites.

O estudo aborda o problema central de indagar se o direito de manifestação está compreendido no direito de reunião, defendendo a hipótese de que a manifestação é um princípio fundamental na concretização do Estado democrático de Direito. No contexto brasileiro, o Constituinte de 1987 considerou o direito de manifestação como uma modalidade do direito de reunião (Art. 5º, XVI), reconhecendo sua afinidade com a liberdade de expressão. A pesquisa também analisa o tema via direito comparado (incluindo França, Espanha, Alemanha, Portugal, Estados Unidos e tratados internacionais) para entender a definição, características e limites desse direito. O trabalho analisa criticamente as práticas estatais em relação aos protestos, marcadas pelo uso desproporcional da força policial. A análise permitiu concluir que o direito de manifestação é tratado de forma equivalente na maioria dos países democráticos ocidentais, segundo a doutrina e as decisões judiciais, embora os acontecimentos das Jornadas de 2013 tenham se apresentado como um desafio para a sustentação do estado democrático de direito no Brasil – ou, na companhia de Paulo Arantes, tal desafio seria mais bem compreendido como um fôlego novo no capítulo contemporâneo da administração militar de populações.

Entre estes oito produtos ganham relevo as análises no âmbito das Ciências Jurídicas, destacando-se o caso mais afamado de Junho na capital paulista. Santos (2015) trouxe os princípios constitucionais do direito à manifestação, apresentando as Jornadas de 2013 como mais um momento em que o estado democrático de direito no Brasil titubeou diante de protestos populares. Para Almeida (2002, 2023) e Almeida, Monteiro e Smiderle (2020), as polícias militar e civil em São Paulo reagiram por meio da repressão e do inquérito judicial intimidatório.

Autoridades e mídias comerciais construíram a imagem dos “vândalos” em oposição a “trabalhadores” e “cidadãos” para embasar a “sujeição criminal” durante as Jornadas. Apesar de ainda ter havido tempo para que a dimensão jurídica da defesa dos direitos humanos viesse a ter efeito moderador, isso não foi suficiente para evitar o efeito dissuasivo da repressão e da ameaça.

Magalhães (2015) e Oliveira (2018) aproximam a análise jurídica da história e filosofia. Enquanto Magalhães (2015) reflete sobre a relação dialética entre a violência da manifestação e o direito, a primeira forçando o segundo a se fundamentar na soberania popular, Oliveira (2018) trata da perenidade da violência estatal no Brasil, considerada uma dimensão da vida política e social que não se restringiu ao período de exceção do regime militar e civil, nem tampouco se constitui como mera sobrevivência dessa ditadura. O retrato autobiográfico de Mendes (2017) de seu tempo em uma prisão fluminense é uma narrativa sobre a crueza das instituições penitenciárias no mundo contemporâneo.

Especialmente Mendes (2017) e Magalhães (2015) parecem dar razão às teses de Paulo Arantes (2021), embasadas na filosofia social, sobre o “novo tempo do mundo” instaurado pelo capitalismo contemporâneo. Este se fundamenta na administração militar das populações, tratadas como potencialmente insurgentes, vigiadas e reprimidas por um aparato policial que, sob a égide das famigeradas UPPs, combina o trabalho “social” com a pacificação. Entretanto, Arantes (2021) não abandona jamais sua origem marxista, já que existe a dialética, em que as populações subalternizadas se tornam de fato insurgentes e desafiam os poderes constituídos.

A bibliografia trafega entre duas posições, uma mais propriamente jurídica, outra de caráter filosófico e histórico, alimentando-se dos fatos políticos, policiais e jurídicos que envolveram as Jornadas de 2013. A primeira parece mais otimista e, sem deixar de considerar a dimensão repressiva do Estado, investe nas possibilidades institucionais de defesa dos direitos humanos. Já a segunda é mais pessimista, apontando o caráter repressivo e de

“exceção” do Estado como algo perene, que persiste ao longo da história passada e presente do Brasil (Oliveira, 2017) e se torna traço profundo do capitalismo contemporâneo (Arantes, 2021), ainda que haja alguma esperança na reação das populações subalternizadas (Magalhães, 2015, Arantes, 2021).

A seguir, apresentamos dados produzidos pelas entrevistas com ativistas e militantes concedidas à pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”, assim como a análise de jurisprudência em outros estados (Rio de Janeiro e Goiás), onde os processos foram mais longos que os de São Paulo. Perguntamos: com base nesses dados, para qual das posições apontadas acima (mais otimista ou mais pessimista) o pêndulo aponta?

A repressão policial e seus significados nas experiências de ativistas e militantes

Duas questões do roteiro de entrevistas interessam especialmente para esse capítulo, feitas para ativistas e militantes das Jornadas de 2013 por nossa pesquisa. A primeira: “Quais foram as principais dificuldades que você e o coletivo ou organização em que atuou enfrentaram durante as Jornadas?”. A segunda: “Vocês enfrentaram a repressão policial durante as Jornadas? Comente.”

Sete entre as 37 pessoas entrevistadas apontaram duas dificuldades, na primeira questão. Por isso, o total de respostas foi de 44. A categoria mais presente, com 14 respostas, foi a repressão policial, que aconteceu principalmente durante as manifestações, segundo Juliana/SP: “violência, polícia, gás lacrimogêneo”. Foi criado um clima de medo, tanto durante os protestos, quanto depois, com a “criminalização” das organizações, segundo Chiquinha Gonzaga/RS. A violência policial foi uma queixa presente em todas as formas de participação (de militantes a apoiadoras e apoiadores) e em todos os estados.

Em relação à segunda questão, 35 das 37 respostas trouxeram a experiência ou o testemunho da repressão policial durante as Jornadas. Destaca-se a repressão por meio das tropas de choque da

Polícia Militar, da Guarda Municipal (em Belém/PA) e da Guarda Nacional (em Belo Horizonte/MG).

Quando a polícia veio para cima com tudo, aqui em Goiânia foi muito violento. É uma polícia violenta, é a polícia que mais mata no Brasil, é a polícia que tem aval do estado para poder cometer atrocidade mesmo (Carlos/GO).

Em Belo Horizonte, houve a morte de dois jovens que, em atos diferentes, caíram de viaduto por causa da repressão. Em Belém/PA, uma gari, que não participava do ato, faleceu em decorrência da inalação de gás lacrimogêneo atirado pela Guarda Municipal contra manifestantes.

Desde a primeira manifestação, teve muita repressão e coisas obscuras, como pessoas sendo presas, mortas, pessoas caindo do viaduto e o coletivo de advogados trabalhando muito. Foi complicado. (Emanoel/MG).

O Rio de Janeiro teve como importante pauta em 2013 a violência policial nas favelas cariocas, especialmente após a morte do pedreiro Amarildo por policiais da UPP da Rocinha, em julho. Pessoas entrevistadas da raça negra testemunham que a violência se abateu de forma especial contra pessoas negras.

Desde o primeiro, teve repressão. Então, para retirar os presos, às vezes, tinha que pagar advogados, mesmo que fossem poucos, porque a gente procurava advogados populares [...] (Antônio/GO).

Outras entrevistas afirmam que táticas de repressão e vigilância foram usadas durante as Jornadas e após, como detenções, policiais infiltrados, telefones grampeados e processos judiciais.

Sofremos tanto, que durante as Jornadas começaram a circular fotos nossas em grupos que a gente chama de P2, que são de Policiais à Paisana, e que se infiltram no meio dos atos para poder descobrir quem são os idealizadores e começar aquela perseguição política (Carolina Maria de Jesus/RJ).
Fui grampeada, fiquei três meses grampeada, quase fui presa (Patrícia/RJ).

É verdade que parte de manifestantes adotou uma postura de confrontar as forças repressivas, destacando-se Black Blocs, ao lado de jovens das periferias.

A gente perdeu o medo da polícia. [...] Tinha uma galera que não tinha medo da polícia mesmo. Eles vão jogar bomba? E nós vamos revidar com pedra. (Luan/MG).

As experiências políticas de ativistas e militantes das Jornadas, como temos visto por meio de nossa pesquisa, são repletas de aspectos bastante positivos, como o êxito em organizar grandes atos e atrair uma crescente multidão de manifestantes. Mas elas têm o seu outro lado, o negativo, no qual a repressão policial ocupa papel de envergadura.

As entrevistas de Carlos/GO, Carolina Maria de Jesus/RJ e Juliana/SP foram escolhidas para a análise da repressão na experiência de ativistas e militantes, por suas vivências durante as Jornadas de 2013. Essas três entrevistas relataram as formas repressivas ativadas contra as mobilizações. Suas participações na militância e no ativismo durante o movimento se iniciaram de modos diferentes, já que o motivo de terem adentrado perpassou pela curiosidade (Carlos/GO), vontade de justiça (Carolina Maria de Jesus/RJ) e a integração em coletivos sociais (Juliana/SP). Apesar das diferenças, a repressão policial vivenciada durante o período foi igualmente destacada em seus relatos.

Carlos possui 29 anos, é branco, bissexual, solteiro e declara não ter religião. Ele se graduou em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e, apesar de ter atuado em alguns momentos como jornalista, hoje é empresário de um bar na cidade de Goiânia. A mãe de Carlos realizou o ensino básico completo e atua como cuidadora do lar; o seu pai realizou pós-graduação e atua como funcionário público. Carlos aponta que sua família é de classe média e que seu pai já foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo participado do movimento estudantil durante o regime militar. Carlos, enquanto cursava o Ensino Médio em escola pública, por curiosidade participou de algumas

manifestações de trabalhadoras e trabalhadores. Porém, para Carlos, sua atuação política mais consistente se iniciou em 2011, com o seu ingresso na Universidade Federal de Goiás (UFG), em que se aproximou de um coletivo anarquista, intitulado de Rede Estudantil Classista Combativa. Carlos destacou a importância dos estudos sobre transporte público feitos pelo Tarifa Zero de Goiânia, fundamentais para a mobilização que se daria na cidade em 2013.

Carolina Maria de Jesus possuía 36 anos quando entrevistada, é negra, hétero, está em união estável e declara ser de religião de matriz africana. Pela sua vivência artística com o teatro, iniciou os estudos em Artes Cênicas na Pontifícia Universidade Católica (PUC). Porém, como uma mulher negra e advinda da periferia, sentiu dificuldade em manter-se na universidade e evadiu no terceiro período do curso, devido aos preconceitos que sofria. Posteriormente, graduou-se em Gestão de Recursos Humanos em instituição privada, como bolsista do Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Hoje, atua profissionalmente como assessora parlamentar. Ela é filha de um casal de mulheres que nunca se declararam como atuantes politicamente, mas considera que elas influenciaram diretamente sua aproximação com a política: “Elas inclusive abriram a porta para que eu pudesse voar, sabe. Tudo que eu sou e tudo que eu consigo construir é por causa dessas referências que eu tenho aqui, são as minhas raízes, é o que me faz florescer” (Carolina Maria de Jesus, entrevista). Ela já estava envolvida em mobilizações desde 2012, na luta pela sobrevivência dos corpos negros e pobres. No entanto, um acontecimento trágico marcou profundamente sua participação nas Jornadas, seu tio foi torturado, assassinado e seu corpo não foi encontrado. Na busca por justiça e pelo corpo de Amarildo, criou-se o movimento “Cadê o Amarildo?”, o qual Carolina Maria de Jesus foi uma grande idealizadora e atuante durante as Jornadas de 2013.

Juliana possuía 31 anos quando entrevistada, é negra, bissexual, solteira e não tem religião. Graduou-se em Turismo pelo Instituto Federal de São Paulo:

As Jornadas me fez querer olhar para a política pública. Me fez querer olhar para o serviço mais público mesmo, sabe? Social, para esse lugar de transformação da sociedade mesmo, assim. Fez olhar para esse campo muito mais ampliado, assim (Juliana, entrevista).

Atualmente, Juliana atua profissionalmente como Produtora Cultural. Sua mãe possui ensino fundamental completo e seu pai incompleto, a mãe trabalha com o cuidado do lar e o pai como pedreiro. Juliana engravidou aos 13 anos e sua mãe e seu pai não lidaram bem com a situação, Ela se afastou da família por um tempo até se reconciliar com ela. Em 2012, Juliana começou a participar de um coletivo de cultura, que depois viria a se tornar o Mídia Ninja. Inicialmente participou das Jornadas fazendo a cobertura dos atos como mídiaativista:

Eu comecei a participar por estar dentro desse coletivo. O pessoal começou a se envolver. Eu fui meio por osmose, assim o começo para essa participação, de cobrir os atos. Depois eu comecei a ver a movimentação no sentido de o que acontece, mas as manifestações começam ali para o dia 13, dia 12, não lembro exatamente qual dia, e aí elas, quando passa pra manifestação grandona, que aí, é após isso que eu vou também (Juliana, entrevista).

Apesar dessas trajetórias serem diferentes, a experiência de repressão policial sofrida durante os atos foi relatada de forma angustiante e dolorosa em suas entrevistas. Destaca-se que o entrevistado e as entrevistadas participaram dos atos em Estados diferentes, Carlos foi participante em Goiás, Carolina Maria de Jesus no Rio de Janeiro e Juliana em São Paulo.

O entrevistado e as entrevistadas vivenciaram duras formas de repressão policial durante os atos. Carlos e Carolina Maria de Jesus relataram que a presença de pessoas infiltradas nos grupos que organizavam os atos intensificou a repressão durante as mobilizações:

Meu Deus, todo mundo que se dizia progressista em Goiânia colocou (no Bloco de Lutas), porque eu acho que pelo fato da gente conseguir mobilizar a mídia, se tornou uma pauta muito latente. [...] Não tinha muito critério de

segurança, porque depois a gente descobriu que foi um erro, porque é muito infiltrado, muito P2, muito informante desde a primeira reunião. Mas nessas reuniões não se discutia nada grave até então. Se discutia o quê? A pauta pública do transporte (Carlos, entrevista).

Para Carlos, o erro do movimento que participou teria sido a falta de cuidado com a segurança interna, pela razão das pessoas infiltradas terem coletado informações que colaboram com a perseguição judicial que ocorreu em maio de 2014. A represália judicial levou Carlos e outras pessoas que participavam do mesmo movimento para a prisão. O entrevistado destacou que essa repressão deixou marcas profundas e dolorosas nas memórias das pessoas envolvidas.

Carolina Maria de Jesus relata ter passado por situações de violência policial durante os atos, com abordagens que fizeram uso de agressões físicas e spray de pimenta. Ela também destaca que a violência policial se intensificava com pessoas negras: “A maioria das pessoas que estavam sentadas para serem fichadas e levadas para a delegacia, ou que estavam sangrando por bala de borracha, era homem preto ou mulher preta” (Carolina Maria de Jesus, entrevista). Com base em suas colocações, as repressões desvelaram o racismo no tratamento das e dos manifestantes.

Juliana presenciou formas de ações violentas na mobilização Ocupa Alckmin, que se posicionava justamente contra a violência policial à juventude negra: “Violência, polícia, gás lacrimogêneo. Acho que esse lugar da violência foi bem pesado durante o processo. [...] Muitas violências... corpo de delito, porque eles machucaram e muitas coisas”. Durante os atos, dois fotografos foram feridos nos olhos, acontecimento que marcou Juliana e expressa a violência vivenciada nas manifestações.

Pode-se considerar que a repressão deixou profundas marcas nas lembranças de Carlos, Carolina Maria de Jesus e Juliana, já que o sentimento de angústia se torna patente em diversos momentos de suas entrevistas.

A repressão do ponto de vista da apoiadora e do apoiador

Este tópico analisa a repressão a partir da experiência de pessoas que atuaram na condição de apoiadoras dos movimentos durante as Jornadas de 2013, com base nas entrevistas realizadas com Jota/GO e Patrícia/RJ. Diferente de militantes que atuaram diretamente na organização dos atos, Jota/GO e Patrícia/RJ exerceram papéis de apoio, voltados principalmente à defesa de manifestantes e ao acompanhamento de situações de violência policial. No caso de Jota/GO, sua participação foi motivada por um histórico anterior de militância, já que o entrevistado atuava no Conselho Estadual de Juventude e em projetos da Casa da Juventude (ligada à Igreja Católica) relativos aos direitos humanos e ao controle social de políticas públicas. Segundo Jota/GO, ele já possuía um “histórico de militância na época”, o que explica sua inserção nas Jornadas como apoiador. Já Patrícia/RJ passou a atuar a partir da preocupação com a repressão policial, especialmente pelo medo de tortura, desaparecimentos e agressões a manifestantes. De acordo com a entrevistada, sua principal motivação era “fiscalizar as ações da polícia”, o que a levou a criar o grupo *Habeas Corpus* para acompanhar prisões e oferecer apoio jurídico (Patrícia, entrevista). Apesar das diferenças nas motivações, as entrevistas mostram que a repressão policial foi um elemento central na experiência de apoiadoras durante as Jornadas de 2013.

Quadro 12: Caracterização da apoiadora e do apoiador que concederam entrevistas.

Pseudôn./ Estado	Gênero	Orientação Sexual	Raça	Idade em 2013	Escolaridade em 2013	Forma de atuação em 2013
Jota/GO	Masculino	Homossexual	Branca	22	Ensino médio completo	Apoiador do Centro de Direitos Humanos.
Patrícia/RJ	Feminino	Heterossexual 1	Branca	35	Advogada e mestrandia	Advogativista do <i>Habeas Corpus</i> Rio de Janeiro

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

Conforme o quadro 12, Jota possuía 33 anos quando entrevistado, é branco, gay, solteiro e se declara ateu; é estudante de graduação e atua como produtor cultural, com renda familiar de dois salários-mínimos e meio, tendo sido criado pelos avós, de baixa escolarização. Sua formação política antecede as Jornadas de 2013 e está ligada à atuação em espaços da Igreja Católica progressista, especialmente a Pastoral da Juventude, da qual participou desde a adolescência, exercendo funções de coordenação, o que o aproximou de pautas sociais e das políticas públicas de juventude. Ao se mudar para Goiânia, passou a atuar na Casa da Juventude e no Centro de Referência em Direitos Humanos, integrando também o Conselho Estadual de Juventude e o Conselho Estadual LGBT. Durante as Jornadas de 2013, sua participação esteve concentrada na mediação com as forças de segurança e no acompanhamento de manifestantes que sofreram detenção ou foram vítimas de violência policial, atuação que, segundo o entrevistado, se dava a partir da preocupação em “ficar ali tentando mediar aquela situação” diante das prisões e da repressão policial, destacando que, em Goiás, “a polícia tem um histórico de violência muito grande”.

Patrícia tinha 35 anos quando entrevistada, é mulher branca, heterossexual, solteira e sem religião; é doutora em Direito e advogada, com renda mensal declarada de quatro mil reais, filha de mãe com ensino superior completo. Sua inserção política ocorreu diretamente a partir das Jornadas de 2013, motivada pela intensificação da repressão policial às manifestações, o que inicialmente acompanhou pelas redes sociais e mídias tradicionais. A partir desse contexto, passou a atuar na defesa jurídica de manifestantes, sendo uma das articuladoras do coletivo *Habeas Corpus* Rio de Janeiro, responsável pela organização de advogadas e advogados para atuação em delegacias e no acompanhamento de prisões. Durante as Jornadas, Patrícia esteve presente nos atos de rua e na articulação da rede jurídica, destacando que sua atuação se dava em um cenário de “prisões arbitrárias e muita violência policial”, além de práticas de vigilância e perseguição política, como grampos

telefônicos – ela própria foi vítima de um desses –, experiências que marcaram o início de sua trajetória política mais consistente e orientaram seus caminhos acadêmicos e profissionais posteriores.

A repressão policial durante as Jornadas de 2013 não se limitou a manifestantes que ocupavam as ruas, alcançando também as pessoas que atuaram na defesa dos direitos humanos e no apoio jurídico e político a quem fora detida e detido pela polícia. Os relatos de Jota, em Goiânia, e Patrícia, no Rio de Janeiro, evidenciam que apoiadores e apoiadoras passaram a ocupar uma posição estratégica e, ao mesmo tempo, vulnerável, tornando-se alvos diretos de práticas de vigilância, intimidação e criminalização por parte do Estado.

Em Goiânia, Jota descreve um histórico de atuação violenta da polícia militar, intensificado durante as Jornadas, marcado pela dispersão violenta de manifestações, prisões arbitrárias e tentativas de enquadramento político das lideranças e apoiadores. Sua atuação junto a centros de direitos humanos envolvia o acompanhamento de manifestantes presas e presos, a mediação em delegacias e o suporte jurídico às vítimas da repressão. No entanto, mesmo as tentativas institucionais de diálogo e mediação mostraram-se limitadas, uma vez que, segundo o entrevistado, as forças de segurança frequentemente desconsideravam acordos estabelecidos e mantinham uma postura de repressão generalizada.

O relato de Jota também evidencia como a repressão assumiu contornos seletivos e simbólicos, especialmente no que diz respeito à violência política de gênero. Ao mencionar episódios em que mulheres militantes foram constrangidas e violentadas, o entrevistado aponta para práticas de humilhação e silenciamento que buscavam não apenas punir, mas deslegitimar determinadas pautas e sujeitos políticos. Nesse sentido, a repressão opera como um mecanismo de controle que ultrapassa a contenção física, atingindo dimensões morais e simbólicas da ação política.

No Rio de Janeiro, a experiência narrada por Patrícia revela um cenário de repressão ainda mais intensificado, marcado pela militarização do espaço urbano, pelo uso indiscriminado de

bombas de gás lacrimogêneo e pela vigilância sistemática sobre manifestantes e apoiadoras. Atuando como advogada e militante de direitos humanos, Patrícia relata ter participado diretamente do acompanhamento de prisões, da fiscalização das ações policiais e da organização de redes de apoio jurídico. Sua presença nas manifestações, no entanto, não impediu que ela própria se tornasse alvo da repressão, incluindo tentativas de prisão, escutas ilegais e exposição de conversas privadas, violando o sigilo profissional entre advogada e cliente.

Ambos os relatos demonstram que a judicialização do movimento operou de forma articulada à repressão policial, produzindo um ambiente de medo e insegurança não apenas para manifestantes, mas também para quem buscou garantir a defesa delas e deles. A imposição de medidas cautelares, a abertura de processos e a criminalização preventiva funcionaram como instrumentos de contenção da mobilização social, ao mesmo tempo em que sobrecarregam as redes de apoio jurídico e político, frequentemente sustentadas por recursos próprios de profissionais do Direito e defensoras e defensores dos direitos humanos.

Dessa forma, a experiência de apoiadoras e apoiadores durante as Jornadas de 2013 revela que a repressão estatal não se restringiu ao enfrentamento direto nas ruas, mas se expandiu para o campo jurídico e institucional, atingindo quem buscava garantir direitos fundamentais em um contexto que havia se tornado de exceção.

No caso de Patrícia, o acompanhamento de prisões e a criação de estratégias para fiscalizar a atuação policial revelam um cenário em que direitos básicos foram constantemente ameaçados, aproximando a atuação de um suposto Estado democrático de direito às práticas de um Estado de exceção. Já a experiência de Jota evidencia a permanência de uma lógica repressiva nas manifestações em Goiânia, marcada pelo uso recorrente da força policial e pelo desrespeito a acordos prévios, algo que estudos sobre segurança pública e controle de protestos no Brasil já vinham apontando.

Assim, a análise dessas entrevistas reforça a ideia de que a repressão nas Jornadas de 2013 foi um processo mais amplo e contínuo, que buscou enfraquecer o movimento não apenas pela dispersão dos atos, mas também pela pressão sobre suas redes de apoio. Ao atingir pessoas apoiadoras, o Estado ampliou os limites da repressão e produziu efeitos que ultrapassaram o momento das manifestações, impactando diretamente o exercício do direito à mobilização e à atuação política.

Análise de jurisprudência

A transição da violência direta nas ruas para a sobriedade dos tribunais não representou um arrefecimento do conflito, mas sim o seu deslocamento para a esfera institucional. Se as seções anteriores, fundamentadas nos relatos das entrevistas com ativistas e defensoras de direitos humanos, demonstraram como a repressão e a “sujeição criminal” operaram no ápice das mobilizações, esta seção se dedica a examinar como essa força estatal foi processada e legitimada pela via jurídica. A finalidade é analisar os acórdãos e as decisões judiciais que balizaram a criminalização dos movimentos, observando como o sistema de justiça converteu o ato político em um enquadramento penal de associação criminosa.

A análise da jurisprudência revela que o Judiciário não atuou apenas como um mediador neutro, mas como o estágio final da gestão estatal sobre a população mobilizada. Ao confrontar as percepções subjetivas obtidas nas entrevistas com o rigor técnico dos acórdãos em diferentes estados, identifica-se os padrões argumentativos que permitiram a manutenção de prisões e a validação de provas frágeis, estendendo os efeitos da repressão para além do período das manifestações. Assim, compreende-se como o poder judiciário serviu como instrumento de contenção política, consolidando uma interpretação jurídica que, por vezes, viola direitos fundamentais em nome da manutenção da ordem pública.

Percurso metodológico da pesquisa jurisprudencial

A pesquisa jurisprudencial que embasa esta seção foi realizada nos portais eletrônicos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), bem como nos portais do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF). O levantamento teve como critério temporal o período compreendido entre junho de 2013 e dezembro de 2024, de modo a abranger tanto os processos instaurados em decorrência das Jornadas de 2013 quanto as decisões proferidas nas instâncias superiores, que se estenderam por quase uma década.

A escolha dos estados do Rio de Janeiro e de Goiás justifica-se pela representatividade e diversidade dos casos identificados, bem como pelo fato de se destacarem, entre as entrevistas com ativistas e militantes, pela judicialização dos movimentos. No Rio de Janeiro, o processo envolvendo 23 manifestantes ligados à tática *black bloc* constitui o caso mais emblemático e de maior repercussão nacional quanto à judicialização dos movimentos. Em Goiás, a Operação R\$ 2,80 representa uma experiência de criminalização fora do eixo Sul-Sudeste, com desfecho célere e favorável à defesa, o que oferece um contraponto analítico relevante.

No portal do TJRJ, a pesquisa ocorreu na seção de consulta de jurisprudência, utilizando-se os seguintes termos de busca, empregados de forma isolada e combinada: “manifestação”, “protesto”, “junho de 2013”, “Jornadas de Junho”, “Movimento Passe Livre”, “black bloc”, “associação criminosa”, “prisão preventiva” e “right de reunião”. Foram também realizadas buscas a partir dos números dos processos já identificados na literatura especializada. Os principais documentos localizados foram: (a) os Embargos de Declaração no Processo nº 0229018-26.2013.8.19.0001, nos quais o TJRJ priorizou a estabilidade formal em detrimento do desentranhamento de provas ilícitas; e (b) o acórdão de apelação da 7ª Câmara Criminal, relatado pelo Desembargador Sidney Rosa da Silva e proferido em março de 2024, que absolveu por unanimidade

os 23 ativistas condenados em primeira instância pelo Juiz Flávio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal, a penas entre cinco anos e dez meses e sete anos de reclusão em regime fechado, pelos crimes de associação criminosa, corrupção de menores, dano qualificado, resistência, lesão corporal e posse de artefatos explosivos.

No portal do TJGO, a pesquisa utilizou os descritores: “manifestação”, “protesto”, “transporte público”, “associação criminosa”, “formação de quadrilha”, “dano qualificado”, “prisão preventiva” e “ordem pública”. Foram localizados o *Habeas Corpus* (HC) nº 1880007-02.2014.8.09.0000 e o HC nº 188009-32.2014.8.09.0000, ambos relacionados à Operação R\$ 2,80. Não foram identificadas decisões do STJ ou do STF sobre o caso goiano, indicando que o litígio foi resolvido nas instâncias estaduais.

A pesquisa foi complementada pela consulta direta aos portais do STJ e do STF, onde se localizaram decisões relevantes sobre o caso fluminense. No âmbito do STF, o HC nº 147.837/RJ, julgado em fevereiro de 2019 pela 2ª Turma sob relatoria do ministro Gilmar Mendes, declarou por unanimidade a ilegalidade da infiltração do policial militar Maurício Alves da Silva, sem autorização judicial, nas manifestações de 2013 e 2014. O acórdão estabeleceu uma distinção fundamental entre o “agente de inteligência”, com função preventiva e genérica, e o “agente infiltrado”, que atua com finalidade repressiva e exige autorização judicial, declarando, por conseguinte, a ilicitude das provas obtidas. O HC nº 209.896/RJ, também de relatoria do ministro Gilmar Mendes e proferido em 2021, consolidou esse entendimento e determinou a execução efetiva do desentranhamento, o que só produziu plenos efeitos com a absolvição dos 23 réus pelo TJRJ em março de 2024. Os dois *habeas corpus* formam um conjunto decisório cujo desfecho só ocorreu após quase uma década.

No âmbito do STJ, identificaram-se duas decisões com relevância direta para o eixo de defesa dos direitos analisado neste artigo. A primeira, proferida em maio de 2015 pela 6ª Turma sob relatoria do ministro Sebastião Reis Júnior, anulou a decisão do TJRJ que havia autorizado a quebra do sigilo telefônico de duas

advogadas defensoras de manifestantes. A representação policial havia apontado como condutas suspeitas o exercício gratuito da advocacia e a participação em manifestações e reuniões políticas, o que o ministro relator considerou insuficiente para justificar a medida extrema, concedendo *habeas corpus* de ofício por ausência de fundamentação idônea. O ministro declarou-se “assustado” com o fato de o próprio exercício da advocacia popular ter sido tratado como indício de criminalidade. A segunda decisão, o RHC nº 56.961, no qual o mesmo ministro concedeu, em junho de 2015, liminar de *habeas corpus* em favor de três ativistas cuja prisão preventiva havia sido decretada por suposto descumprimento de medidas cautelares que os proibiam de frequentar manifestações, arguiu que tal proibição extrapolava o rol taxativo do artigo 319 do Código de Processo Penal (CPP) e violava o direito constitucional à liberdade de manifestação do pensamento.

Os documentos foram submetidos à leitura integral e análise qualitativa orientada por quatro categorias: (1) os fundamentos jurídicos invocados para a decretação de prisões preventivas e sua relação com a repressão policial; (2) os tipos penais imputados a manifestantes e os mecanismos de sujeição criminal acionados; (3) as estratégias argumentativas da defesa e os instrumentos utilizados para a proteção de direitos; e (4) a postura dos tribunais diante de alegações de ilegalidade, com atenção às diferenças entre a resposta célere do TJGO e o prolongado formalismo do TJRJ. O cotejo entre os dois estados e entre as instâncias estaduais e as cortes superiores permitiu identificar convergências e assimetrias institucionais, revelando como a judicialização operou, em diferentes escalas, como continuidade da repressão por meios burocráticos.

Entre a validação da repressão e a garantia de direitos: uma análise dos acórdãos do TJRJ e TJGO

O exame da jurisprudência selecionada confirma o papel ambivalente exercido pelo Poder Judiciário nas Jornadas de 2013.

Ao oscilar entre a validação da repressão estatal e a tardia garantia de direitos fundamentais, as instâncias judiciais funcionaram, em diferentes momentos e graus, como extensão do policiamento ostensivo e como arena de resistência jurídica. Esse quadro dialoga diretamente com as categorias analíticas mobilizadas neste artigo, como a repressão policial, a judicialização do movimento, a defesa dos direitos e as campanhas contra a violência policial, encontrando ressonância tanto nos relatos de ativistas que entrevistamos quanto na literatura especializada examinada em seção anterior.

Em um primeiro momento, observou-se o uso da justiça criminal como instrumento de desmobilização política. A magistratura frequentemente ratificou prisões preventivas fundamentadas em conceitos abertos como a “garantia da ordem pública” e o risco de “reiteração criminosa”. Tais conceitos elásticos, como demonstra Frederico de Almeida (2020), sustentaram na esfera policial a construção da figura do “vândalo” em oposição à do “cidadão” pacífico. Essa correspondência entre as gramáticas policial e judicial não é acidental: ela expressa o que Paulo Arantes (2021) identificou como a “constitucionalização do estado de exceção”, pela qual práticas repressivas historicamente voltadas às classes populares (com raízes que remontam ao regime militar de 1964 e, antes dele, às violências da colônia e da escravidão) encontram guarida formal nas instituições democráticas. Assim, tanto o “inquérito black bloc” no Rio de Janeiro quanto as prisões da Operação R\$ 2,80 em Goiás expressam não uma ruptura com o estado de direito, mas sua face punitiva seletiva, que Arantes denomina “Estado Oligárquico de Direito” (Arantes, 2021).

Os crimes imputados a manifestantes concentraram-se majoritariamente em tipos penais que permitem a criminalização da organização coletiva, especificamente associação criminosa (art. 288 do Código Penal [CP]) e corrupção de menores (art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA]). No Rio de Janeiro, o caso envolvendo 23 ativistas demonstrou uma estratégia de “expansão punitiva”, em que condenações em primeira instância

chegaram a somar penas superiores a sete anos de reclusão em regime fechado, fundamentadas em provas que, anos depois, seriam declaradas ilícitas pelas instâncias superiores. A sentença do Juiz Flávio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal do TJRJ, de julho de 2018, apoiou-se centralmente no depoimento do policial militar Maurício Alves da Silva, que se infiltrou nos grupos de manifestantes sem autorização judicial, acobertando-se como estudante universitário. Esse procedimento, que Frederico de Almeida (2023) identifica como característico do “inquérito black bloc”, ilustra a extensão das técnicas de vigilância e inteligência para o campo da perseguição criminal, em uma zona de indistinção entre a atividade de inteligência e a investigação policial que o STF viria, anos depois, a declarar inconstitucional.

No estado de Goiás, a Operação R\$ 2,80 ilustra dinâmica semelhante, embora com desfecho distinto. Estudantes foram detidos sob acusações de dano qualificado e formação de quadrilha na sequência das Jornadas de Goiânia. A análise jurisprudencial do TJGO no *Habeas Corpus* nº 1880007-02.2014.8.09.0000 evidenciou que as prisões careciam dos requisitos previstos no artigo 312 do CPP, sendo concedida a liberdade por unanimidade pela 5ª Câmara Cível sob o entendimento de que a custódia era manifestamente ilegal. Complementarmente, no HC nº 188009-32.2014.8.09.0000, a corte manteve a liberdade provisória, consolidando o entendimento de que a prisão não pode ser utilizada como antecipação de pena ou instrumento de controle social contra movimentos reivindicatórios. A estratégia de defesa goiana, ao invocar o Princípio da Intervenção Mínima e questionar a legitimidade do uso do Direito Penal para resolver conflitos de natureza política e social, dialoga com o que Paulo Arantes (2021) designa como “Grande Recusa”, ou seja, a recusa de enquadrar lutas populares legítimas nas categorias da criminalidade ordinária.

A resistência do Judiciário fluminense em depurar o processo de provas contaminadas constitui um traço marcante da análise. No acórdão referente aos Embargos de Declaração no Processo nº 0229018-26.2013.8.19.0001, o TJRJ priorizou a estabilidade formal

em detrimento da depuração de ilicitudes¹, sustentando que a defesa buscava rediscutir questões já decididas com finalidade modificativa². O voto do relator utilizou a natureza restrita desse recurso para impedir que a defesa avançasse com as teses de desentranhamento³ e inutilização física de provas ilícitas⁴, tratando tais pleitos como inovação recursal intempestiva⁵ nos termos do artigo 619 do CPP. Esse apego excessivo ao rito funcionou como um escudo que blindou decisões repressivas anteriores, permitindo que vestígios de abusos policiais, como invasões de domicílio e devassa de dados⁶, permanecessem nos arquivos estatais e operassem, na prática, como um mecanismo de tolerância institucional à repressão. Aqui, a “pequena prisão” descrita por Igor Mendes (2017) encontra respaldo no silêncio dos tribunais que, sob o pretexto da técnica, operam a “exceção como norma”.

A intervenção das cortes superiores foi decisiva para reverter esse quadro, embora de forma tardia. No STF, o HC nº 147.837/RJ (2019) declarou a ilicitude da infiltração policial sem autorização judicial e determinou o desentranhamento dos depoimentos do agente Maurício Alves da Silva. O HC nº 209.896/RJ (2021) consolidou e exigiu a execução efetiva dessa determinação. No STJ,

¹ Jurisprudência é um conjunto de decisões judiciais, proferidas pelos tribunais, sobre uma determinada matéria, em um mesmo sentido (Câmara, 2026).

² Processo de saneamento dos autos processuais com o objetivo de excluir provas obtidas mediante violação de normas constitucionais ou legais, garantindo que o julgamento se baseie apenas em elementos legítimos.

³ Situação em que a parte utiliza um recurso (geralmente Embargos de Declaração) para tentar alterar o resultado substancial de uma decisão, e não apenas para esclarecer omissões ou contradições.

⁴ Desentranhamento é um procedimento técnico que consiste na retirada física de documentos, petições ou provas de dentro dos autos do processo, geralmente após a declaração de sua ilicitude ou irrelevância.

⁵ Termos técnicos que designam, respectivamente, a retirada formal dos documentos dos autos e sua destruição material.

⁶ Apresentação de argumentos ou pedidos novos em fase de recurso que não foram discutidos anteriormente ou que foram protocolados fora do prazo legal, o que frequentemente leva ao seu indeferimento por questões rituais.

dois acórdãos da 6ª Turma de 2015 igualmente revelam as dimensões da judicialização: o acórdão que anulou a quebra de sigilo telefônico das advogadas de defesa (por entender que o exercício gratuito da advocacia popular e a participação em manifestações não constituem indício razoável de criminalidade) e o RHC nº 56.961, que concedeu liminar para revogar a medida cautelar que proibia manifestantes de frequentar protestos por extrapolar o rol taxativo do artigo 319 do CPP. Ambas as decisões evidenciam que a judicialização das Jornadas de 2013 atingiu não apenas manifestantes, mas também quem defendia os direitos humanos e advogadas e advogados populares que atuaram em sua defesa, o que confirma o relato de Patrícia/RJ, para quem o próprio exercício da advocacia militante a tornou alvo de interceptações e perseguição institucional.

A análise comparada dos casos de Goiás e do Rio de Janeiro permite sintetizar os achados a partir das quatro categorias analíticas que orientam este capítulo. No eixo da repressão policial, a jurisprudência confirma que as prisões em flagrante e as medidas cautelares funcionaram predominantemente como instrumentos de contenção e desmobilização dos atos, tal como documentado nos relatos de Carlos/GO, Carolina Maria de Jesus/RJ e Juliana/SP. No eixo da judicialização do movimento, os acórdãos demonstram como o processo penal se converteu em continuidade da repressão por meios burocráticos: as prisões preventivas baseadas em “ordem pública” espelharam, no campo jurídico, a mesma lógica de sujeição criminal descrita por Frederico de Almeida (2020) no campo policial. No eixo da defesa dos direitos, os *habeas corpus* bem-sucedidos revelam que a advocacia popular foi capaz de forçar o reconhecimento judicial das ilegalidades, ainda que a um custo temporal e pessoal altíssimo. Por fim, no eixo dos movimentos contra a violência policial, os casos do Rio de Janeiro ilustram como a repressão estatal se articulou com o sistema de justiça para deslegitimar não apenas os protestos, mas a própria organização da defesa jurídica de manifestantes.

A análise entre os acórdãos e os relatos de campo (como o “clima de medo” mencionado por Carlos/GO) permite considerar que o sistema de justiça brasileiro serviu como o estágio final da “gestão militar da população” (Arantes, 2021). Por meio das quatro categorias analisadas (repressão policial, judicialização, defesa dos direitos e movimentos contra a violência), observa-se que o processo penal se converteu no próprio instrumento de punição política. A absolvição final por insuficiência de provas, ocorrida somente em 2024 no Rio de Janeiro, expõe um sistema de violação de direitos, tratando o exercício democrático como uma patologia criminal a ser burocraticamente contida.

Em síntese, o cruzamento entre as decisões judiciais e as trajetórias de ativistas revela ainda como a repressão operou de forma sistêmica: primeiro, através da repressão policial ostensiva e da sujeição criminal imediata; segundo, mediante uma judicialização que converteu o protesto em crime de associação criminosa; terceiro, pela imposição de barreiras burocráticas que desafiaram a defesa dos direitos fundamentais; e, por fim, pela emergência de movimentos contra a violência policial que, por meio da advocacia popular, transformaram o tribunal em uma arena de disputa política contra o arbítrio estatal.

6. Considerações finais

As análises empreendidas ao longo deste capítulo permitem considerar que as Jornadas de 2013 não foram apenas um marco de mobilização social, mas também um instrumento para o aperfeiçoamento de mecanismos de controle estatal. A análise demonstrou que a resposta das instituições brasileiras às manifestações não se limitou ao uso da força no espaço público; pelo contrário, estruturou-se através de um fluxo contínuo entre as quatro categorias aqui investigadas, que operaram de forma complementar na contenção do dissenso político.

Em primeiro lugar, a repressão policial e a consequente criminalização de ativistas e militantes funcionaram como a porta

de entrada para a violação de direitos, transformando o ato político em uma patologia a ser gerida pela força. Esta violência direta, no entanto, foi apenas o prelúdio para a judicialização do movimento, categoria que revelou como o sistema de justiça converteu o direito ao protesto no tipo penal de associação criminosa. Como se observou nos acórdãos analisados, o Judiciário muitas vezes abdicou do seu papel de garantidor dos direitos fundamentais para validar narrativas repressivas, consolidando o processo penal como um instrumento de punição antecipada.

Por outro lado, a investigação evidenciou que este cenário de arbítrio impulsionou novas formas de defesa dos direitos e a emergência de movimentos contra a violência policial. Por meio da advocacia popular e da articulação coletiva, os Tribunais Superiores foram ressignificados como uma arena de disputa política, onde se buscou confrontar as barreiras burocráticas impostas pelo Estado. Em última análise, a absolvição tardia de muitos dos sujeitos políticos em 2024 expõe a fragilidade das provas que sustentaram anos de perseguição, reafirmando que, embora a repressão tenha tentado silenciar as Jornadas, pelo medo e pela repressão policial, a resistência política permanece como um pilar essencial para a preservação da democracia brasileira e a redenção da memória dos movimentos progressistas.

Referências

ARANTES, Paulo. **Depois de junho a paz será total**. São Paulo: Paulo Arantes, 2021. Disponível em: <https://sentimentoda.dialetica.org/dialetica/catalog/book/93>. Acesso em: 12 mar. 2026.

ALMEIDA, Frederico de. “Vândalos”, “Trabalhadores” e “Cidadãos”: sujeição criminal e legitimidade política na criminalização dos protestos de junho de 2013. **Dados**, v. 63, n. 4, p. 1-35, 2020. <https://doi.org/10.1590/dados.2020.63.4.218>.

ALMEIDA, Frederico. Direito, exceção e segurança na repressão aos protestos de junho de 2013 em São Paulo. **Revista Direito e Práxis**, v. 14, n. 4, p. 2409-2431, 2023. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/64224>.

ALMEIDA, Frederico de; MONTEIRO, Filipe Jordão; SMIDERLE, Afonso. A criminalização dos protestos do Movimento Passe Livre em São Paulo (2013-2015). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 102, p. 1-24, 2020. <https://doi.org/10.1590/3510211/2020>.

MAGALHÃES, José Antônio. Direito, Manifestação e Violência: Leituras dos protestos de Junho de 2013. **Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, v. 1, n. 2, p. 254-281, 2015. <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9660/2015.v1i1.755>.

MENDES, Igor. **A pequena prisão**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

OLIVEIRA, Luciano. De Rubens Paiva a Amarildo. E “Nego Sete”? O regime militar e as violações de direitos humanos no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 1, p. 202-225, 2018. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/32431>.

SANTOS, Laíse Maria Guimarães. **Brasil Junho/2013: movimentos de rua e o direito de reunião, aspectos sociais e constitucionais**. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/xmlui/handle/ri/40345>. Acesso em: 10 jan. 2023.

APÊNDICE

Tabela: Forma de atuação e organização/ movimento das pessoas entrevistadas nas Jornadas de 2013.

Forma de atuação em 2013	Pseudônimo	Socialização política (destaque)	Organização, coletivo ou movimento em 2013	Atuação no momento da entrevista (2022-2024)
Militante – 17 pessoas	Amiel/CE	Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	PSOL	Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB)
	André Rebouças/RS	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)	PSTU	Deputado estadual pelo PSOL
	Conceição/PA	Pais	PSOL	Militante do PSOL
	Dandara/SP	Formação acadêmica e PSOL	PSOL	Deputada estadual pelo PSOL
	Emanoel/MG	Formação acadêmica	PSOL	Filiado ao PSOL, assessor parlamentar
	Honestino/GO	União Goiana dos Estudantes Secundaristas	União da Juventude Socialista (UJS)	Filiado ao PDT
	Hugo de León/RS	Pai e Partido Democrático Trabalhista (PDT)	Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul e movimento estudantil	Filiado ao PT
	Joana/MG	Movimento estudantil e PSOL	PSTU	Filiada ao PSTU
	Jorge/PA	Cursinho e mãe	UJS	Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
	Karine/RS	Levante Popular da Juventude (LPJ)	LPJ	Sem vínculo formal
	Luís Gama/RJ	Pai – do PCB	PSOL	Militante do Movimento Negro

Forma de atuação em 2013	Pseudônimo	Socialização política (destaque)	Organização, coletivo ou movimento em 2013	Atuação no momento da entrevista (2022-2024)
	Márcia/RS	União da Juventude Socialista (UJS)	UJS	Vereadora pelo PSOL
	Marcos/MG	Educafro e PT	PT	Vereador pelo PT
	Rosa/SP	Formação acadêmica e pai – do PT	PSOL	Militante do PSOL, assessora parlamentar
	Santiago/CE	Formação acadêmica, PT e PSOL	PSOL	Deputado estadual pelo PSOL
	Tales/CE	Formação acadêmica	PSOL	Filiado ao PSOL
	Wanda/PA	Partido Comunista Revolucionário (PCR) e família	União da Juventude Rebelião (UJR)	Diretora do Sindicato dos Portuários
Autonomista – 11 pessoas	André Martins/SP	Formação acadêmica	Pula Catraca	Filiado ao PT, assessor parlamentar
	Antônio/GO	Movimento autogestionário e pais	Frente de Lutas pelo Transporte (Frente de Lutas)	Movimento Autogestionário
	Carlos/GO	Rede Estudantil Classista Combativa e pai – do PCB	Frente de Lutas	Sem vínculo formal
	Chiquinha Gonzaga/ RS	Esquerda e diretório estudantil	Movimento estudantil	Vereadora pelo PSOL
	Emílio/SP	Docentes da Educação Básica e Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP)	MPL	Sem vínculo formal
	Juliana/SP	Coletivo de cultura e Mídia Ninja	Ocupa Alckmin	Sem vínculo formal, apoiadora do Movimento Negro

Forma de atuação em 2013	Pseudônimo	Socialização política (destaque)	Organização, coletivo ou movimento em 2013	Atuação no momento da entrevista (2022-2024)
	Luan/MG	Docentes do Ensino Médio. Mãe e avó.	Coletivo Mineiro Popular	Ativista da Organização Socialista Libertária (OSL)
	Lucimar/RJ	Classe trabalhadora	Greve dos Garis	Ativista da Associação Círculo Laranja
	Luís/SP	Grêmio e Movimento Passe-Livre (MPL)	MPL-SP	Atuante no sindicato docente de instituições privadas
	Pedro/MG	Contracultura punk	Assembleia Popular Horizontal (APH) e Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (COPAC)	Ativista da OSL e da ocupação cultural Kasa Invisível
	Zumbi dos Palmares/RJ	Religião e a própria pessoa	Greve dos Garis	Ativista da Associação Círculo Laranja, filiado ao PT
Independente – 5 pessoas	Ártemis/RS	Docentes da Educação Básica	Atuou a partir de proximidade com movimento estudantil	Sem vínculo formal
	Irma/MG	Pais docentes. Pai sindicalizado e militou no PCdoB	Atuou a partir de proximidade com movimento estudantil e LPJ	Filiada ao PSOL
	Marta/RJ	Família	Atuou em apoio ao coletivo Redes e Ruas	Sem vínculo formal
	Samanta/RJ	MST e Comissão Pastoral da Terra	Midiativista	Sem vínculo formal
	Teresa/GO	Movimento punk. Tia e tio.	Grupo no Facebook que organizou ato na Austrália	Sem vínculo formal

Forma de atuação em 2013	Pseudônimo	Socialização política (destaque)	Organização, coletivo ou movimento em 2013	Atuação no momento da entrevista (2022-2024)
Ativista de movimento territorial – 2 pessoas	Carolina Maria de Jesus/RJ	Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RJ. Militantes do PSOL.	Movimento Cadê o Amarelo?	Sem vínculo formal
	Rita/CE	Jovens em Busca de Deus e pais	Movimento dos moradores do Lagamar	Vereadora por mandato coletivo pelo PSOL
Apoiadora – 2 pessoas	Jota/GO	Pastoral da Juventude e PSOL	Comissão de Direitos Humanos	Sem vínculo formal
	Patrícia/RJ	Vivência na Espanha	<i>Habeas Corpus</i> Rio de Janeiro	Sem vínculo formal
Total				37 pessoas

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Fontes de Financiamento e apoio da pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto”:

1. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

- Modalidade: “EDITAL 001/2022 – DEMANDA UNIVERSAL”, Processo n.: APQ-00007-22, Termo de Outorga FAPEMIG/DAP nº. 53212973/2022

2. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq):

- Modalidade: Produtividade em Pesquisa - PQ – 2, Processo: 302627/2021-9

Fontes de Financiamento e apoio da pesquisa “Revoltas pela dignidade: formação política e trajetórias de jovens ativistas e militantes dos anos 2010 em perspectiva comparada – Brasil, Chile e Portugal”:

1. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq):

- Modalidade: Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 44/2024 – UNIVERSAL, Processo: 404121/2025-0.

- Modalidade: Produtividade em Pesquisa - PQ – 2, Processo: 302478/2025-6.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Adriana de Almeida

Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Carusa Gabriela Biliato

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestra em Antropologia Social e doutora em Antropologia e Arqueologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Crisolita Gonçalves dos Santos Costa

Professora Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora e Mestra em Educação pela UFPA.

Emanoely Ladeira Sigiani

Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Bacharel em Ciências Sociais pela UNIFAL-MG. Foi bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Fernanda Milan de Carvalho

Mestra em Educação pela UNIFAL-MG. Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus Araraquara.

Flávia Alves de Sousa

Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Gabriela dos Santos Lemos

Assistente Social formada pela Universidade Paulista (UNIP). Graduanda no Bacharelado em Ciências Sociais da UNIFAL-MG. Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq.

Gislene da Silva

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestra em Educação, Bacharelada e Licenciada em Ciências Sociais pela UNIFAL-MG).

Joana Marins Vianna

Estudante de Pedagogia pela Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), campus Campanha. Foi bolsista de Iniciação Científica pela FAPEMIG.

José Daniel Coutinho Silva

Mestre em Educação pela UNIFAL-MG. Bacharel em Filosofia pelo Centro Universitário UniAcademia (UNIACADEMIA). Professor da Rede Oficial de Educação Básica do Estado de Minas Gerais.

Josefa Alexandrina Silva

Doutora em Educação pela USP. Mestra em Educação, Bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Foi professora na Educação Básica e participou da equipe técnica de Sociologia da Secretaria de Estado da Educação em São Paulo. Integrante da Direção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS).

Lívia Furtado Borges

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestra em Educação, Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela UNIFAL-MG. Professora Substituta na UEMG, Campus Campanha, e no Instituto Técnico Federal de São Paulo, em Barretos.

Luís Antônio Groppo

Professor Associado da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Doutor em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Marcelo Rodrigues Conceição

Professor Titular da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Mestre e Doutor em Educação pela PUC-SP.

Mariana Calvi dos Santos

Graduanda no Bacharelado em Ciências Sociais da UNIFAL-MG. Bolsista de Iniciação Científica pela FAPEMIG.

O que permanece daquela experiência nas trajetórias de quem ocupou as ruas em 2013? Este livro revisita as Jornadas a partir das vozes de jovens ativistas e militantes, revelando conflitos, aprendizagens, rupturas e marcas que ultrapassam os dias de protesto. Mais do que explicar 2013, a obra procura compreender como aqueles acontecimentos transformaram sujeitos, trajetórias e novas formas de fazer política na contemporaneidade.



Pedro & João Editores



ISBN 978-65-285-3208-9

